



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FÁBIO EDUARDO DE ARAUJO BAIÃO

“ARAUTOS DA REVOLUÇÃO”
**OS PRESIDENTES MEXICANOS E OS USOS
DA HISTÓRIA NACIONAL (1940-1994)**

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2016

FÁBIO EDUARDO DE ARAUJO BAIÃO

“ARAUTOS DA REVOLUÇÃO”
OS PRESIDENTES MEXICANOS E OS USOS
DA HISTÓRIA NACIONAL (1940-1994)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História, Tradição e Modernidade

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Profa. Dra. Adriane Aparecida Vidal Costa.

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2016

Esta dissertação é dedicada a José Louly do Amaral – o “Zé da Amélia” –, homem cujos ensinamentos não cabem em livros. Que a humildade continue precedendo a glória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com toda alegria e admiração, aos meus pais, irmãos e familiares que, de inúmeras formas, estiveram ao meu lado ao longo de toda a pesquisa. Minha eterna gratidão, respeito e admiração a minha noiva Amanda, companheira zelosa de todas as horas. Obrigado meu amor pelo apoio e carinho, você sempre teve as palavras certas para me consolar nos momentos de “crise”, além de uma paciência que só não é maior do que seu coração. Meu afetuoso abraço a toda equipe de Ciências Humanas do Colégio Batista Mineiro, colegas de trabalho que tanto me ensinaram. Agradeço, de forma especial, aos amigos Nivton e Mariah pela cumplicidade, aprendizagem e parceria junto a Hidra. Minha saudosa gratidão a Comissão Organizadora do IV EPHIS UFMG pela perseverança e amor a Clío. A meu irmão kaxeteiro Ranier Quinto, obrigado por estar próximo ao longo desta longa jornada. Gostaria de registrar também minha imensa gratidão a Profa. Dra. Kátia Gerab Baggio, a Profa. Dra. Priscila Dorella e ao Prof. Dr. Luiz Estevam de Oliveira Fernandes pelas leituras minuciosas e pelos importantes apontamentos no exame de qualificação. Agradeço a todos os funcionários e docentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Deixo por fim, mas para ressaltar a importância, a minha infinita gratidão a amiga e professora Adriane Vidal Costa, exemplo de orientadora. Qualidades e atenção que jamais caberiam em “caracteres”. Muito obrigado, Adriane! Lhe agradeço imensamente pela paciência; pelas leituras minuciosas, pela dedicação para com a pesquisa, pelo carinho e por todo o apoio. Serei eternamente grato!

“ARAUTOS DA REVOLUÇÃO”: OS PRESIDENTES MEXICANOS E OS USOS DA HISTÓRIA NACIONAL (1940-1994)

Resumo: O presente trabalho propõe analisar as diversas formas pelas quais a Revolução Mexicana de 1910 foi apropriada e trazida à tona pelos presidentes do México, entre os anos de 1940 a 1994, a fim de legitimar suas respectivas pretensões políticas. Para tanto, tomamos como fonte os pronunciamentos oficiais do Executivo ao Congresso Nacional, proferidos uma vez por ano, conforme previsto na Constituição. Focamos nossos esforços em mapear o complexo projeto de institucionalização da Revolução Mexicana perpetrado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI). Além disso, problematizamos a ideia de ligação “natural” do Poder Executivo com o passado revolucionário do país, bem como com outros momentos da história nacional, na tentativa de compreender como estas filiações foram arquitetadas e delineadas ao longo dos anos. Desse modo, a escolha da problemática proposta residiu em refletir acerca de como, por quê, para quem e para quê se usaram os elementos do passado histórico revolucionário do México em diversos contextos políticos a fim de legitimar questões específicas no presente.

Palavras-chave: usos do passado; memória; Revolução Mexicana; discurso presidencial; Partido Revolucionário Institucional.

“HERALDS OF THE REVOLUTION”: THE MEXICAN PRESIDENTS AND THE USAGES OF NATIONAL HISTORY (1940-1994)

Abstract: This work proposes to analyze the different ways in which the Mexican Revolution of 1910 was appropriated and brought to the fore by the presidents of Mexico, between the years of 1940 and 1994, in order to legitimize their respective political pretensions. For this, we took as source the official pronouncements of the Executive to the National Congress, given once a year, as provided in the Constitution. We focused our efforts on mapping the complex institutionalization project of the Mexican Revolution perpetrated by the Institutional Revolutionary Party (PRI). In addition, we problematized the idea of the executive's “natural” connection with the country's revolutionary past, as well as with other moments in national history, in an attempt to understand how these affiliations have been designed and outlined over the years. Thus, the choice of the problematic proposal aimed in reflecting on how, why, for whom and for what elements of the historical revolutionary past of Mexico were used in diverse political contexts in order to legitimize specific issues in the present.

Key words: usages of the past; memory; Mexican Revolution; Presidential speech; Revolutionary Institutional Party.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
------------------	---

CAPÍTULO I

Os desdobramentos políticos da Revolução Mexicana

1.1. O marco revolucionário	29
1.2. O marco constitucional e as atribuições metaconstitucionais	33
1.3. O nascimento do “partido de la revolución”	43
1.4. O sexênio de Lázaro Cárdenas (1934-1940)	47
1.5. O legado político do cardenismo e o nascimento do PRI	59

CAPÍTULO II

A construção da legitimidade revolucionária: Informes Presidenciais e usos do passado (1940–1970)

2.1 - Manuel Ávila Camacho: a política de unidade nacional (1940-1946)	68
2.2 - Miguel Alemán Valdés: o desenvolvimento modernizador (1946-1952)	84
2.3 - Adolfo Ruiz Cortines: o fortalecimento do presidencialismo mexicano (1952-1958)	95
2.4 - Adolfo López Mateos: a consolidação do “milagre mexicano” (1958-1964)	108
2.5 - Gustavo Díaz Ordaz: o auge da repressão priísta (1964-1970)	121
2.6 - 1968: o Poder Executivo e o Massacre de Tlatelolco	129

CAPÍTULO III

Do nacionalismo ao neoliberalismo (1970-1994): rupturas e transformações revolucionárias

3.1. Luis Echeverría e o difícil caminho da integração nacional (1970-1976)	135
3.2. José López Portillo e a administração da abundância (1976-1982)	150
3.3. Miguel de la Madrid e as mudanças econômicas na Revolução (1982–1988)	168
3.4. Carlos Salinas de Gortari e o “neoliberalismo revolucionário”	182

CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
-----------------------------------	------------

ANEXOS	209
---------------------	------------

REFERÊNCIAS

A) Documentais	241
B) Bibliográficas	242

INTRODUÇÃO

El drama y la picaresca, la máscara y los rostros, la carne y el hueso, y a veces, la sangre han seguido configurando el escenario y las figuras de un país donde cada paso hacia el porvenir va acompañado de las pisadas de un pasado simultáneas a nuestro presente. Pesada carga para algunos, ligero estímulo para otros, México es un país con memoria.

Carlos Fuentes

Nuevo tiempo mexicano

Nenhuma outra nação da América Latina, com exceção da Cuba socialista de Fidel Castro, exaltou tanto uma revolução como o México. Momento fundador da política contemporânea nacional, o processo revolucionário de 1910 foi (re)lido e interpretado de várias maneiras, e por diferentes atores, ganhando amplitude no imaginário social do país. A pauta “Revolução” teve lugar cativo nos discursos e nos projetos dos presidentes da República ao longo do século XX, nos quais foi possível perceber um sofisticado manejo do passado para legitimar ações no presente. Os acontecimentos passados e os símbolos nacionais foram acessados de diversas formas visando ao seu uso em momentos políticos específicos. A cultura política revolucionária¹ tornou-se elemento identitário, arquitetada e minuciosamente oficializada, principalmente, pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI)² – também conhecido como “Partido de la Revolución”. Logo, a exaltação do movimento iniciado em 1910 tornou-se sinônimo de coesão nacional³, possuindo um repertório variado e inúmeros vetores de propagação.

¹ Chamamos de cultura política revolucionária as formas pelas quais o Estado e a sociedade mexicana representaram suas concepções e criaram identidades acerca do movimento armado de 1910. Desse modo, conforme veremos, a Revolução Mexicana contou com inúmeros vetores de propagação e diversificados repertórios: os discursos oficiais do Executivo; os movimentos operários e estudantis; as organizações camponesas; as mobilizações sindicais; as campanhas políticas; os novos museus e monumentos inaugurados; o rádio; a televisão; o cinema; os livros didáticos; a historiografia; entre outros.

² Vale lembrar, conforme veremos, que o Partido Revolucionário Institucional nasceu em 1929 sob o nome de Partido Nacional Revolucionário (PNR), alterado em 1938 para Partido da Revolução Mexicana (PRM) e, no ano de 1946, constituído em Partido Revolucionário Institucional (PRI).

³ “Na América Latina, o nacionalismo assumiu contornos revolucionários e constituiu-se numa eficiente ideologia de mobilização das massas, canalizada principalmente pelos populismos e pelas agrupações políticas nacionalistas”. BEIRED, José Luís Bendicho. *Revolução e Cultura Política na América Latina*. In: DAYRELL, Eliane Garcindo; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (Orgs.). *América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas*. Col. América: raízes e trajetórias, 4. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996, p. 439.

No campo cultural, por exemplo, podemos destacar vários momentos cruciais. Ainda na década de 1910, percebemos as múltiplas manifestações artísticas e literárias em torno da tópica revolucionária, como as diversas formas de pinturas que retratavam as batalhas, além das chamadas “novelas de la revolución”⁴. Na década de 1920, o movimento muralista⁵ ganhou força e amplitude no cenário nacional. Dentro do conceito de produção de memórias e identidades nacionais, as pinturas murais desenvolveram um influente e importante papel no que tange a edificação de uma história nacional específica. Estas manifestações imagéticas ajudaram a propagar ícones do passado com propósitos bem particulares⁶. Dentro desta mesma lógica, a música mexicana foi marcada pelos vários “corridos de la revolución”⁷. Na década de 1930, com a chegada ao poder da “família revolucionária”⁸, inúmeras obras e monumentos foram inaugurados em todo o território nacional. Neste período, a Revolução Mexicana já era considerada a gênese da organização político-administrativa do país.

No que tange ao campo político, mais precisamente, conforme veremos, a partir de 1940 o processo revolucionário tornou-se peça fundamental para os grupos no poder. Com a institucionalização da Revolução por um partido oficial, o executivo federal postulou-se como tutor das benesses obtidas pelo movimento iniciado na década de 1910. Todos os Presidentes da República, desde então, utilizaram os elementos do passado – principalmente aqueles ligados à Revolução – como sinônimos de união nacional, buscando no passado a legitimidade necessária para seus projetos e ações no

⁴ Corrente literária mexicana cujas obras estão profundamente intrincadas com a história do processo revolucionário no país. Entre seus principais autores, destaca o escritor Mariano Azuela. Ver: GOMES, Warley Alves. *Mariano Azuela e a Revolução Mexicana: narrativas entre o desencanto e a esperança*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH, Programa de Pós-graduação em História. Belo Horizonte. 2013.

⁵ O muralismo mexicano caracterizou-se pela exaltação de elementos da história mexicana nas diversas pinturas realizadas a partir da década de 1920 por José Clemente Orozco, David Alfaro Siqueiros, Roberto Montenegro, etc. Entre seus principais expoentes, destaca-se o trabalho de Diego Rivera, que buscou plasmar em sua pintura uma ideia de arte nacional, popular e engajada. Ver: ADES, Dawn. *Arte na América Latina: A Era Moderna 1820-1980*, São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1997.

⁶ “Os murais de Rivera, Orozco e Siqueiros seriam os evangelhos visuais que criariam o mito da Revolução Mexicana. Em vez de um complicado jogo de forças em luta, algumas delas teimosamente locais, a Revolução, bem como a história anterior do México, tomaram – especialmente graças ao trabalho de Rivera – uma forma idealizada, em várias etapas distintas, uma nova história sagrada.” KRAUZE, Enrique. *Os Redentores: Ideia e Poder na América Latina*. Editora Benvirá, 2011, p. 90.

⁷ “género épico-lírico-narrativo, en cuartetos de rima variable, [...] forma literaria sobre la que se apoya una frase musical compuesta [...] que relata aquellos sucesos que hieren poderosamente la sensibilidad de las multitudes”. MENDOZA, Vicente T. *El corrido mexicano*. México, D.F.: FCE, 1964, p. 9. Ver: LIRA-HERNÁNDEZ, Alberto. *El corrido mexicano: un fenómeno histórico-social y literario*. Contribuciones desde Coatepec, núm. 24, enero-junio, 2013, p. 29-43. Universidad Autónoma del Estado de México. Toluca, México.

⁸ Era a forma pela qual se automeavam os membros do PRI ao longo das sete décadas nas quais o partido esteve à frente do Poder Executivo no México.

presente. Desse modo, a Revolução Mexicana contou com inúmeros vetores de propagação e diversificados repertórios: os discursos oficiais do Executivo; os movimentos operários e estudantis; as organizações camponesas; as mobilizações sindicais; as campanhas políticas; os novos museus e monumentos inaugurados; o rádio; a televisão; o cinema; os livros didáticos; a historiografia; ente outros.

Assim, é possível afirmar que a cultura política revolucionária no México atingiu uma vasta amplitude no território nacional, fruto, entre outras coisas, das estratégias de filiação ao passado adotadas pelo partido oficial, bem como pela presidência da República. Dentro desse contexto, nosso trabalho busca, a partir de uma reflexão detida acerca da história política do México entre os anos de 1940 e 1994, analisar as diversas formas pelas quais o passado revolucionário e seus símbolos foram apropriados e trazidos à tona pelos discursos presidenciais a fim de legitimar suas pretensões políticas. Focamos nossos esforços em mapear a complexa trajetória de institucionalização da Revolução Mexicana perpetrada pelo Partido Revolucionário Institucional, buscando problematizar a ideia de uma ligação “natural” do PRI com o passado revolucionário do país, na tentativa de compreender como esta filiação foi arquitetada e delineada pelos presidentes analisados ao longo do texto dissertativo. O recorte proposto, de 1940 a 1994, compreendeu um longo e importante período da história contemporânea do México, no qual foi possível perceber inúmeras transformações dentro do sistema político. Entre elas, a ascensão e crise do Partido Revolucionário Institucional, bem como a deterioração da legitimidade presidencial frente à nação.

Com o fim do governo do presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940), apontado como uma das últimas grandes figuras políticas ligadas à Revolução Mexicana⁹, a dinâmica política do país passou a ter novos contornos. O período iniciado em 1940 é tipificado pela historiografia como de “institucionalização revolucionária”¹⁰. Momento de otimismo econômico e profunda crença nas ações do Executivo¹¹, também caracterizado como o “milagre mexicano”¹² – processo econômico que ganhou

⁹ CÓRDOVA, Arnaldo. *La formación del poder político en México*. México, D. F.: Ediciones Era, 1974.

¹⁰ REVELES VÁSQUEZ, Francisco. (Org.). *Partido Revolucionario Institucional: crisis y refundación*. Ediciones Gernika: México, D.F., 2003.

¹¹ Principalmente por parte da classe média, bem como de setores ligados à indústria e ao comércio.

¹² Os regimes presidenciais, a partir dos anos 1940, proporcionaram os meios para desenvolver o crescimento econômico, a consolidação do mercado interno e a inserção do México na economia mundial. A partir de 1945, a atividade industrial registrou um vigoroso crescimento. Para se ter uma ideia, entre 1947 e 1952 a elevação do PIB mexicano ficou na casa de 5,7% ao ano. Junto a este índice, somou-

amplitude e esteve em curso ao longo de três décadas¹³. Foi possível perceber, nos trinta anos iniciais do recorte proposto, uma crescente legitimidade por parte dos presidentes priístas¹⁴ frente à política nacional. Este fenômeno, conforme veremos, teve como ponto chave a filiação direta com o processo revolucionário de 1910.

Contudo, no final da década de 1960, a repressão levada adiante pelo Poder Executivo chegou a seu ápice com o ataque ao movimento estudantil de 1968, conhecido como Massacre de Tlatelolco¹⁵. A partir de então, as mazelas do chamado “presidencialismo mexicano”¹⁶, bem como as debilidades do PRI, foram colocadas em evidência. Reconquistar a legitimidade de anos atrás era de vital importância. Assim, para se manter no poder, os políticos priístas lançaram mão de uma série de artifícios, como, por exemplo, as constantes fraudes eleitorais e intensos usos da memória revolucionária nacional. Entre as décadas de 1970 e 1980, o governo adotou pautas neoliberais para impulsionar a economia do país, o que exigiu a adaptação do passado de acordo com as demandas do presente. Nascia, assim, uma “nova” interpretação da Revolução Mexicana. Dentro desse contexto, o ano de 1994 é um momento fundamental para a história política recente do país. O México, ao mesmo tempo em que entrava para o NAFTA¹⁷, assistia ao levante armado do EZLN¹⁸. Além disso, experimentou uma crise política e econômica sem precedentes na história do país¹⁹.

A partir do exposto, foi possível perceber que um elemento perdurou ao longo de todo o período analisado: a constante aproximação com o passado mexicano que

se o desenvolvimento do setor elétrico, petroleiro e comercial, bem como da construção civil. PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F.: Editorial Diana, 1986.

¹³ Vale destacar também que o período iniciado em 1940 deu origem, conforme veremos, à consolidação de um Estado interventor, conjugando, ao mesmo tempo, alguns pressupostos liberais previstos na Constituição de 1917, como, por exemplo, a dimensão laica da prática estatal.

¹⁴ Expressão utilizada no México para denominar os políticos membros PRI.

¹⁵ Conforme veremos, Massacre de Tlatelolco foi o nome dado à matança indiscriminada perpetrada pelas forças de segurança pública a mando do governo federal.

¹⁶ “El presidencialismo constituye una aplicación deformada del régimen presidencial clásico, por debilitamiento de los poderes del Parlamento e hipertrofia de los poderes del presidente: de ahí su nombre.” DUVERGER, Maurice. *Instituciones políticas y derecho constitucional*. México, Editorial Ariel, 1992, p. 152.

¹⁷ Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC), na sigla em inglês: NAFTA - North American Free Trade Agreement.

¹⁸ “Ejército Zapatista de Liberación Nacional”; grupo armado majoritariamente indígena que se sublevou em Chiapas – um dos estados mais pobres da nação. Que se pesem as diferenças políticas de projeto e estratégia, o EZLN adotou elementos discursivos semelhantes àqueles largamente difundidos pelo Executivo nacional, como, por exemplo, a filiação direta com o processo revolucionário de 1910.

¹⁹ A crise econômica que devastou o país, logo depois da saída do então presidente Carlos Salinas de Gortari (1988 – 1994), expôs a fragilidade financeira da nação e as debilidades do Partido Revolucionário Institucional. Os efeitos do colapso econômico recaíram sobre a Presidência da República, acarretando uma aguda crise de legitimidade.

ocorreu para dotar de legitimidade as representações presidenciais – produzindo um efeito dramatizador. Esta legitimidade “[...] depende, portanto, das normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo *status* e poderes a seus atores”²⁰. Os mandatários que governaram o país no recorte proposto tentaram inscrever seus distintos projetos políticos na “longevidade de uma ordem social”, na qual dependiam de valores que, segundo eles, foram transmitidos diretamente do passado nacional. Assim, a filiação retórica desenvolvida entre os chefes do Executivo e a Revolução, postulou os primeiros magistrados como os herdeiros daquele evento – que foi constantemente ritualizado.

Em uma análise sobre a história do México, Jesús Silva Herzog²¹ afirmou que o país possuía duas divindades: a Virgem de Guadalupe e a Revolução Mexicana²². De fato, o processo revolucionário de 1910 foi o “esplendor guia” para o sistema político nacional. De acordo com Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, a Revolução Mexicana projetou uma “sombra” que marcou decisivamente a vida política e social do país ao longo de todo século XX²³. Inúmeras questões explicam a “permanência revolucionária” no sistema político do México. A começar pela Constituição Federal, promulgada em 1º de maio de 1917. A Carta Magna que rege o sistema político mexicano foi produzida ainda no calor dos embates iniciados sete anos antes de sua promulgação e configurou-se no corpo jurídico para os desdobramentos ocorridos nas décadas seguintes, como, por exemplo, a centralização do poder na figura da presidência da República.

O artigo 80 da Constituição afirma que “se deposita el ejercicio del supremo poder ejecutivo de la unión en un solo individuo que se denominará ‘Presidente de los Estados Unidos Mexicanos’”²⁴. O Poder Executivo foi peça chave dentro do sistema político, principalmente entre os anos de 1940 e 1994. Conhecido como

²⁰ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008, p. 65.

²¹ HERZOG, Jesús Silva. *Breve historia de la Revolución Mexicana*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1960.

²² Esta aproximação provocativa é interessante, pois mobiliza dois elementos distintos de integração social. De um lado, a Virgem de Guadalupe – símbolo da mestiçagem entre o universo europeu e os elementos indígenas. De outro, a Revolução Mexicana – estabelecida, conforme veremos, como sinônimo de unidade nacional.

²³ AGUILAR, Camín; MEYER, Lorenzo. *À sombra da revolução mexicana – História mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000.

²⁴ Disponível em: <<http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/cn16.pdf>> Acessado em: 16 de dezembro de 2014.

“presidencialismo mexicano”, conforme já assinalado, este fenômeno marcou decisivamente as formas de se governar o país. Logo, não é possível falar em sistema político nacional, ao longo do século XX, sem levar em consideração a sua principal característica: a centralização do poder nas mãos da presidência da República.

Toda efervescência dos anos pós-1910 exigiu a coesão em torno de projetos comuns, capazes de reduzirem a polifonia das vozes, teoricamente, a um sonar monocórdio que possibilitasse a governabilidade do país. Assim, dois elementos constituíram-se de suma importância para apaziguar as armas que se levantavam toda vez que interesses divergentes se cruzavam. Foram eles: a criação do Partido Nacional Revolucionário (PNR), em 1929; e o estabelecimento do Poder Executivo como vértice da pirâmide administrativa. O projeto de se constituir uma organização partidária capaz de unificar “todos os revolucionários” já era uma ideia amplamente difundida em diversos círculos políticos mexicanos. Esperava-se com isso reduzir os conflitos ocorridos sempre que era preciso nomear candidatos e eleger um novo presidente: “La sucesión presidencial era la prueba de fuego en la vida política de México. Por equivocarse de candidato en 1920, Carranza provocó una rebelión y pagó el error con su vida.”²⁵

Cabe ressaltar, conforme veremos no Capítulo II, que a partir de 1929 o Partido Nacional Revolucionário foi fundado e (re)fundado na tentativa de unificar as diversas forças sociais em uma agremiação única. Após 1938, ganhou um novo nome, Partido da Revolução Mexicana (PRM). Por fim, em 1946, sua denominação foi definitivamente modificada para Partido Revolucionário Institucional (PRI). Com a criação de um “Partido de la Revolución”, a presidência se estabeleceu como uma instituição sólida, convertendo-se na instância principal na qual orbitou as demais autoridades nacionais. Dessa forma, gradativamente, a partir da segunda metade da década de trinta, foi se eliminando os caciquismos²⁶ que, até então, marcavam a política mexicana²⁷.

A centralização do poder iniciada com a criação do PNR teve seu auge e efetivação com o governo de Lázaro Cárdenas. Durante o cardenismo, como veremos, a

²⁵ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997, p. 16.

²⁶ Termo utilizado para definir o despotismo, em determinadas regiões, de chefes políticos locais.

²⁷ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias*: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México. UNAM, México D.F., 2002.

presidência se consolidou como a instituição mais poderosa na nação, depositária de praticamente a totalidade do poder político²⁸:

Sin duda, Cárdenas logra concentrar una fuerza inusitada en lo que sería el vértice de la pirámide del poder: la institución presidencial. Desde ese momento el presidente se convierte en el “jefe nato” del partido, de toda la coalición revolucionaria y, mediante el corporativismo, en el *patrón* de las grandes masas organizadas. Facultado para llevar a cabo el “programa social de la revolución”, el Poder Ejecutivo asume el papel de fiel de la balanza, de árbitro supremo de los revolucionarios. En él se depositó una gran sacralidad, la cual conjuntaba la concepción mítica del poder de las civilizaciones prehispánicas. Desde la presidencia —y solo desde ella— se podía hacer realidad el reparto agrario, el apoyo a los trabajadores y, en general, “la protección de las mayorías desvalidas.”²⁹

Dessa forma, como já assinalado, o “projeto de Cárdenas” foi elemento central na “evolução” política do país. Conforme veremos no Capítulo I, o período cardenista foi uma das chaves que permitiu assegurar a força do regime e obter legitimidade nos anos seguintes. A centralização iniciada nos anos trinta ganhou novos dispositivos e contornos a partir de então. Em particular, desde a década de 1940, a presidência logrou um elevado nível de institucionalização, contando com uma grande força política em franca expansão. Os diversos chefes do Executivo que governaram o México, entre 1940 e 1994, converteram-se em símbolos de poder, articulando de maneira sofisticada suas respectivas biografias com a vida política nacional³⁰. Dessa forma, estes homens, que ocuparam o cargo máximo da nação ao longo do século XX, edificaram uma instituição genuinamente mexicana: “a presidência imperial”³¹. Segundo o historiador Lorenzo Meyer:

²⁸ “Fue el último régimen encabezado por un caudillo y el primer gobierno propiamente institucional. Como ninguno de sus predecesores concentró el poder del Estado en manos de la presidencia, pero fue el primero que lo abandonó motu proprio. Tuvo su origen en la acción de un grupo de hombres de armas cuyo propósito fue, paradójicamente, desmilitarizar las relaciones entre el Estado y la sociedad. Promovió libertades políticas y derechos civiles, pero creó las bases sociales e institucionales del autoritarismo presidencial [...]” SEMO, Ilán. *El cardenismo revisado: la tercera vía y otras utopías inciertas*. Revista Mexicana de Sociología 93/2, México, abril/juño de 1993, p. 197-198.

²⁹ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. UNAM, México D.F., 2002, p. 42. (Grifo no original).

³⁰ REVELES VÁSQUEZ, Francisco. (Org.). *Partido Revolucionario Institucional: crisis y refundación*. Ediciones Gernika: México, D.F., 2003.

³¹ Metáfora utilizada por Enrique Krauze para caracterizar o sistema Executivo nacional mexicano durante os 71 anos de predominância do PRI no poder; uma presidência da República com longevidade

Se trata justamente de esa forma de gobierno en donde la división de poderes prevista en la Constitución queda en el papel sin aparecer en la práctica, ya que el Legislativo y el Judicial quedan enteramente subordinados al Poder Ejecutivo, y donde lo mismo ocurre con los poderes locales de los estados y municipios.³²

Dentro dessa lógica, uma pergunta se faz necessária: como a presidência logrou ser tão poderosa? Em seu célebre estudo sobre o sistema político mexicano, Jorge Carpizo³³ levantou uma série de questões na tentativa de responder a essa pergunta³⁴. Em suma, partindo da análise de Carpizo, podemos sintetizar as faculdades do Poder Executivo no México entre 1940 e 1994 em três categorias.

Primeira: *os poderes decorrentes da própria Constituição*. A Assembleia Constituinte de 1917 estava ciente dos perigos que podia representar a existência de um poder executivo enfraquecido frente a um Poder Legislativo forte³⁵. Por isso, a Constituição daquele ano concedeu ao Poder Executivo importantes e amplos poderes. Como se não bastasse legislar e estabelecer leis, foi concedido ao primeiro magistrado o privilégio exclusivo de suspender garantias legais e vetar projetos, além de outras importantes atribuições – entre as quais o direito de nomear uma vasta gama de funcionários públicos.

Segunda: *o estabelecimento de um partido hegemônico*. Desde sua fundação, o PRI foi concebido como um braço para ação do Estado, elaborado para administrar o poder e assegurar sua ordenada sucessão. Conforme veremos, o partido manteve formalmente um sistema democrático em que a existência de outras organizações partidárias foi legalmente reconhecida. Assim, foi possível contar com certa “legitimidade democrática”, apesar das condições duvidosas em que ocorriam as eleições e o consequente exercício do poder. Dispondo da maioria dos recursos e bens públicos em comparação à oposição, o PRI desempenhou um importante papel de

de monarquia. Ver: KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

³² MEYER, Lorenzo. *La crisis del presidencialismo mexicano*. Recuperación espectacular y recaída estructural, 1982-1996. México, Foro Internacional, nº. 143 y 144, enero-junio de 1996, p. 16.

³³ CARPIZO, Jorge. *El presidencialismo mexicano*. México, Siglo XXI, 1978.

³⁴ A obra de Jorge Carpizo, intitulada *El presidencialismo mexicano*, apesar de ter sido escrita no final dos anos setenta, ainda é referência fundamental para as discussões acerca da centralização e consequente manutenção do poder no México. O autor, conforme veremos, analisa as atribuições constitucionais e metaconstitucionais da Presidência da República. Além disso, Carpizo problematiza a relação dos Três Poderes da nação, demonstrando o protagonismo do Executivo em detrimento às demais instâncias.

³⁵ Que poderia apresentar traços ditatoriais através da violação ou não aplicação do texto constitucional.

“guarda costas” do governo. O partido se converteu em uma espécie de guardião dos “intereses del Poder Ejecutivo en los planos parlamentario y micropolítico regional, supervisando que la dinámica de control y gestión administrativa se cumplan”³⁶.

Terceira: *a existência dos chamados poderes metaconstitucionais*³⁷. Estes são uma série de funções que não são encontradas na Constituição. Pelo contrário, decorrem da situação política e do papel que desempenha a presidência. A existência de poderes metaconstitucionais foi, durante o século XX, um aspecto marcante do sistema político mexicano. Entre as principais características desse fenômeno, podemos destacar o fato do presidente ter sido o “chefe nato” do PRI e das classes políticas ao seu redor, possuindo uma grande capacidade de intervenção nos governos estaduais e municipais, além de deter a exclusividade de nomear o seu sucessor na presidência. Não obstante, o primeiro magistrado, conforme já dito, encontrava-se no vértice da pirâmide política, sendo o árbitro indiscutível dos conflitos que ocorreram entre as forças participantes da contenda pelo poder. Por fim, uma das mais importantes atribuições metaconstitucionais do Executivo foi se postular como herdeiro da Revolução Mexicana, bem como tutor da memória revolucionária.

As três categorias levantadas acima são vitais para o cabal entendimento da vitalidade do presidencialismo mexicano no século XX. No entanto, visando à proposta de nosso trabalho, a faculdade do Poder Executivo que mais nos interessa reside justamente nos chamados poderes metaconstitucionais. Principalmente, o que diz respeito à gestão da memória histórica revolucionária do país, manejando o passado em busca de benesses políticas no presente. A proposta de institucionalizar a Revolução de 1910 foi uma constante a partir dos anos quarenta, consolidando-se, cada vez mais, como evento fundacional³⁸.

³⁶ CANSINO, César & ALARCÓN OLGUÍN, Victor. *América Latina ¿Renacimiento o decadencia?* San Jose, Costa Rica: Ed. FLACSO, 1994, p. 31.

³⁷ “El término (o eufemismo) denomina a los poderes de facto de la presidencia mexicana, los cuales más que “meta” constitucionales, parecen inconstitucionales. Incluían la facultad de nombrar al sucesor (“el dedazo”), la facultad de definir candidatos a cargos de elección popular (“el palomeo”) y la facultad de remover a funcionarios públicos (inclusive gobernadores o ministros de la Suprema Corte)”. Ver: MIGALLÓN, Fernando Serrano. *Facultades metaconstitucionales del Poder Ejecutivo en México*. Disponível em: < http://www.palermo.edu/derecho/publicaciones/sela2006_pdf/Fernando_Serrano.pdf > Acessado em: 18 de dezembro de 2014.

³⁸ De acordo com Alejandro Rosas: “La revolución, ya establecía como el gran mito del siglo XX, transformo la interpretación de los procesos históricos y las ideas políticas en símbolos que aparecían invariablemente en discurso político como arietes ideológicos”. ROSAS, Alejandro. *Mitos de la historia mexicana*. De Hidalgo a Zedillo. México D.F.: Planeta, 2006, p. 16. Os diversos mandatários que

Dentro desse contexto, “la historia fue puesta al servicio del sistema y respondía a sus intereses”³⁹. Sabemos que os dados do passado ganham amplitude quando introduzidos em uma trama discursiva na qual adquirem significados práticos no presente, sendo usados com claros objetivos de ganho político. Conceber a Revolução como um dos mitos de origem foi de essencial importância para legitimar o poder e as atribuições metaconstitucionais da presidência da República. A ideia da Revolução Mexicana como alicerce de uma “essência” nacional ganhou em amplitude e se consolidou diante do estabelecimento de um Executivo com amplos poderes salvaguardados pelo “Partido de la Revolución”.

Estes elementos foram fundamentais para que o processo revolucionário se tornasse o artifício legitimador do sistema político mexicano, garantindo o *status* e o poder centralizador de uma presidência forte. A partir de 1940, o Executivo nacional iniciou um processo de institucionalização da Revolução destinando uma considerável importância à filiação retórica direta com 1910. Pretendia-se a elaboração de um projeto político bem específico: a construção da memória nacional que deveria ser reconhecida por amplas camadas da população⁴⁰:

Sin duda la mayor fuerza del Estado provenía de la propia Revolución, la cual, desde un punto de vista ideológico, se veía como un impulso histórico abierto, vigente y unitario. El Estado –dirían entonces, místicamente, algunos demagogos – era la “emanación” de la Revolución⁴¹.

No centro desse complexo mecanismo de retorno ao passado com vistas a estabelecer a Revolução Mexicana como mito de origem, encontrava-se o Executivo com o apoio do PRI. A permanência e constituição do mito fundacional da política contemporânea do México esteve diretamente ligado à sua aplicabilidade no presente: nunca houve uma versão ortodoxa ou definitiva deste mito. “Los símbolos acuden al

estiveram no poder ao longo do século XX edificaram altares à Revolução, para os quais foram estabelecidos diversos símbolos que, através de artifícios retóricos, justificaram a constituição de projetos e a permanência no poder.

³⁹ *Ibid.*, p. 15.

⁴⁰ Ver: VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana*. O Museu Nacional de História do México (1940-1982). São Paulo: Alameda, 2007.

⁴¹ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997, p. 14.

conformismo, a la armonía social y actúan en contra de las tensiones sociales, el poder evocador y sintético de los símbolos necesitan completarse con los ritos y los mitos”⁴².

A função metaconstitucional de tutores da memória revolucionária estabelecida pelos diversos mandatários a partir de 1940 foi fundamental para a consolidação dos amplos poderes da presidência da República. Diante de um cenário de múltiplas disputas políticas, o passado nacional foi ferramenta fundamental para a aglutinação de forças. O processo de institucionalização exigiu a criação de aparatos de legitimação a fim de promover o consenso entre os diversos grupos sociais. Esse esforço, sem dúvida, correspondeu a um apelo aos dispositivos que serviam para revestir de homogeneidade um discurso cujos destinatários eram heterogêneos⁴³. Para tanto, foi estabelecido o que podemos chamar de nacionalismo revolucionário⁴⁴, recurso bem esquadrinhado pelos diversos membros que ocuparam a cadeira presidencial a partir de então.

De acordo com David Brading, o nacionalismo foi uma bandeira defendida pelos “apóstolos da Revolução”⁴⁵. A memória histórica mexicana operou como força de gravitação decisiva sobre o presente. Todas as épocas do século XX colocaram incessantemente seu olhar sobre o passado em busca de algo específico. Imagens e símbolos que circularam – e ainda circulam – por todo o país em uma constante reativação discursiva do passado animada por projetos políticos distintos. O processo revolucionário de 1910 foi construído e reconstruído interruptamente ao longo de todo o século XX.

Desse modo, a escolha da problemática proposta residiu em refletir acerca de como, por que, para quem e para que se usa os elementos do passado histórico revolucionário do México em diversos contextos políticos a fim de legitimar questões específicas no presente. O texto dissertativo, portanto, têm o objetivo de analisar como a história, a memória e o passado que dizem respeito principalmente à Revolução Mexicana foram mobilizados pelos nove respectivos presidentes priístas que

⁴² SEGOVIA, Rafael. *La politización del niño mexicano*. México, D. F.: El Colegio de México, 1975, p. 85-86.

⁴³ ALBANO, Sebastião Guilherme. *A imaginação revolucionária*. Política, literatura e cinema no México. São Paulo: Annablume, 2011.

⁴⁴ “A apropriação que diferentes atores no México fazem dos mecanismos retóricos deixa claro que o conceito de nacionalismo é mesmo elástico e, tal como o conceito de nação, sempre deve ser cindido em sua pluralidade” (ALBANO, 2011, p. 31). Ver: PASOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F.: Editorial Diana, 1986.

⁴⁵ BRADING, David. *Los Orígenes del nacionalismo mexicano*. México: Era, 1985.

estabeleceram seus sexênios⁴⁶ entre 1940 e 1994⁴⁷, com o intuito de legitimar seus projetos e ações. Para tanto, acreditamos que o “vetor”⁴⁸ máximo do nacionalismo revolucionário e dos usos políticos do passado foram os diversos discursos dos mandatários que ocuparam o cargo máximo da nação, nos quais podemos perceber um sofisticado manejo do passado para legitimar questões no presente. Logo, os discursos oficiais dos ex-chefes do Executivo são ferramentas primordiais para se compreender a intrincada relação entre história e política no México.

Para este trabalho, tomamos como fonte os pronunciamentos oficiais dos presidentes proferidos no Congresso mexicano. O acesso aos discursos foi possível graças à compilação feita pela *Dirección General de Documentación e Informe Presidencial*, disponível no site do *Latin American Network Information Center*⁴⁹. Utilizamos também um *corpus* documental composto de textos, manuais e cartilhas oficiais do Partido Revolucionário Institucional; bem como demais informes e documentos produzidos pelo PRI e seus candidatos disponíveis no site do partido e em outros acervos digitais⁵⁰. A documentação foi analisada de forma a compreender quais foram os artifícios retóricos utilizados pelas representações presidenciais para estabelecer uma filiação direta, acima de tudo, com o passado revolucionário do país.

De acordo com o artigo 69 da Carta Magna mexicana de 1917⁵¹, cada presidente em exercício deve, uma vez por ano, em data estabelecida, proferir um informe na

⁴⁶ Sexênio é a definição dos mandatos presidenciais mexicanos que, por lei, duram seis anos, sendo vedada a reeleição. Este termo é muito comum no vocabulário político do país.

⁴⁷ São eles: Manuel Ávila Camacho (1940-1946); Miguel Alemán Valdés (1946-1952); Adolfo Ruiz Cortines (1952-1958); Adolfo López Mateos (1958-1964); Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970); Luis Echeverría Álvarez (1970-1976); José López Portillo y Pacheco (1976-1982); Miguel de la Madrid Hurtado (1982-1988); Carlos Salinas de Gortari (1988-1994).

⁴⁸ Vale lembrar que vários foram os vetores de propagação da cultura política revolucionária estabelecida pelos mandatários priístas na busca de se filiarem ao passado como princípio legitimador. Basta ressaltar os constantes enunciados políticos e ideológicos na produção cultural, nas artes plásticas, no cinema, na música, na literatura, etc. Estas atividades artísticas, bem como a propaganda e o entretenimento de uma maneira geral, estiveram orientadas por instituições criadas para dar consecução ao projeto revolucionário presidencial. Ver: BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998.

⁴⁹ <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/index.html>

⁵⁰ Biblioteca del Partido Revolucionario Institucional (PRI): <http://www.pri.org.mx/biblioteca/BibliotecaVirtual.aspx>; Biblioteca Virtual da Cámara de Diputados: <http://www.diputados.gob.mx/cedia/biblio/virtual.htm>; 500 años de México en documentos: <http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/index.shtml>; Centro Nacional de Información Documental (PRI): <http://www.pri.org.mx/biblioteca/Inicio.aspx>; Instituto Nacional de Estudios Historicos de las Revoluciones de México: <http://www.inehrm.gob.mx/Portal/PtMain.php?pagina=inicio>.

⁵¹ “A la apertura de sesiones Ordinarias del Primer Período del Congreso asistirá el Presidente de la República y presentará un informe por escrito en el que manifieste el estado general que guarda la

tribuna do Congresso acerca do andamento de seu mandato⁵². Além do discurso, um documento por escrito também deve ser entregue para cumprir as exigências constitucionais. O que nos chamou a atenção nesta documentação foi o valor simbólico depositado no pronunciamento presidencial, que consistiu no ponto alto da retórica revolucionária Executiva. Dessa forma, os Informes Presidenciais tornaram-se fundamentais para os propósitos de nossa pesquisa, uma vez que mobilizaram grandes doses de patriotismo ao evocar fatos e personagens do passado. Entre os anos de 1940 e 1994, foram 63 discursos oficiais, totalizando 3.533 páginas – uma média de 56 páginas por discurso.

A ida do presidente ao Congresso tornou-se um dos ícones do republicanismo mexicano, no qual podemos perceber a exaltação da história nacional por uma figura política que detinha amplos poderes sobre o país, uma espécie de celebração patriótica dos fatos históricos⁵³. Este evento político entrou para a tradição política mexicana como o “Dia do Presidente”. Todos se reuniam para ouvir as palavras do mandatário, transmitida por rádio e televisão⁵⁴. A cerimônia contava com um suntuoso protocolo. O

administración pública del país [...]” Trecho do Artigo 69 da Constituição mexicana de 1917. Disponível em: <<http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/cn16.pdf>> Acessado em: 16 de dezembro de 2014.

⁵² “Desde los primeros años de vida independiente, los gobernantes han informado al Congreso sobre el estado de la Nación. Los primeros informes no tuvieron reglamentación definida. A lo largo del siglo XIX, los presidentes informaron sobre su gestión tres o cuatro veces al año sin fecha fija o según se consideraba necesario conforme a las circunstancias políticas. Desde 1878, Díaz estableció la costumbre de rendir dos informes anuales, presentados durante las aperturas de las sesiones ordinarias del Congreso. En la década de los años 20's, bajo los gobiernos de Álvaro Obregón y Plutarco Elías Calles, la ceremonia del Informe adoptó un formato que con pocas variantes evolucionaría hasta hoy. Después se usaron los nuevos medios masivos para difundir el Informe. Fue el Presidente Lázaro Cárdenas en 1936 quien leyó por primera vez en radio un informe presidencial. Y fue el Presidente Miguel Alemán, por otro lado, quien hizo de su Cuarto Informe el 1º de septiembre de 1950, no sólo la primera ceremonia televisada de este tipo, sino la primera transmisión oficial de la historia de la televisión mexicana. Así, los informes presidenciales se fueron convirtiendo en una ocasión para mostrar la solidez y cohesión del sistema político nacional en torno a la figura del Presidente de la República. Además, se fueron adhiriendo una serie de prácticas paralelas a la ceremonia principal, que se fue transformando así en un ritual complejo y elaborado. Este ceremonial paralelo del Informe Presidencial fue complementándose con el tiempo, hasta alcanzar un conjunto de actividades oficiales que convirtieron al día del informe en la fiesta por excelencia del presidencialismo mexicano”. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Efemerides/9/01091917.html>. Acessado em: 15 de janeiro de 2015.

⁵³ Os Informes Presidenciais se converteram no ponto alto da legitimação através de símbolos e ícones pretéritos, transformando o Congresso em um palco político no qual a Revolução foi encenada de diferentes formas por cada mandatário específico no comando da nação.

⁵⁴ “Los mexicanos estamos acostumbrados a que el 1º de septiembre el presidente de la república, en un ambiente de fiesta, con vallas en las calles por donde va a pasar para dirigirse al edificio de la cámara de diputados, lea en ésta ante el congreso un largo informe que tarda varias horas, y que es interrumpido en muchas ocasiones por aplausos estrepitosos. Cuando el presidente de la república termina, el presidente de la cámara de diputados le contesta, y ya sabemos que esa respuesta estará llena de elogios. Todo

primeiro magistrado saia da residência presidencial e, em desfile, chegava ao Congresso da união, no qual era recebido por calorosos aplausos. Depois de proferir seu longo discurso, retornava às ruas em carro aberto sob chuva de papéis picados e aplausos da população⁵⁵.

Foram nestas cerimônias republicanas que os diversos mandatários analisados tiveram as maiores oportunidades de se filiarem ao passado revolucionário, postulando seu governo como herdeiro da história nacional. A inspiração e legitimidade eram encontradas nos exemplos do pretérito. As múltiplas referências ao passado obedeciam a um jogo e equilíbrio particulares: “[...] de um lado, uma memória social já existente (o Panteão, os heróis republicanos) e, de outro lado, a produção de uma nova memória, quer dizer: abrir a dimensão entre o passado originário e o futuro a construir”⁵⁶. A partir de uma elaborada estratégia discursiva, a história pode ser acessada de inúmeras maneiras conforme as exigências do presente. Assim, uma das características do discurso anual do presidente ao Congresso foi cumprir com a função política de legitimação do seu mandato através da história, estabelecendo uma ligação retórica “natural” com o passado mexicano.

Ao longo do trabalho de levantamento das fontes, foi possível perceber o protagonismo ocupado pelas representações passadas, havendo a necessidade de dar um papel central ao estudo dos discursos enquanto configurações essenciais na construção das identidades culturais e históricas. Cabe ressaltar que o que chamamos de discurso refere-se a “[...] manifestações verbais e não verbais, portadoras de uma rede intrincada de significações [...]”⁵⁷. Nesse sentido, “toda fala política é, evidentemente, por definição, um fato social”⁵⁸. Logo, de grande valia para a compreensão histórica. Conforme nos lembra Hannah Arendt, “sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político”⁵⁹. Ao nos dedicarmos à análise dos discursos presidenciais, lidamos com a

México puede actualmente ver y escuchar esta ceremonia, dado que se transmite por todos los canales de televisión y radio”. CARPIZO, Jorge. *El presidencialismo mexicano*. México, Siglo XXI, 1978, p. 113.

⁵⁵ SEGOVIA, Rafael. *La politización del niño mexicano*. México, D. F.: El Colegio de México, 1975.

⁵⁶ DAVALLON, Jean. *A imagem, uma arte de memória?* In: ACHARD, Pierre. [et al.] *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 2ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

⁵⁷ OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979, p. 7.

⁵⁸ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008, p. 32.

⁵⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p. 11.

dimensão retórica da enunciação política. Cabe salientar, ainda, que abordaremos o conceito de retórica de acordo com a concepção grega clássica, ou seja, baseada na premissa da persuasão, tomando-a como a “arte política de bem falar em público”⁶⁰, também considerada pelos antigos como teoria da argumentação, da ação sobre os espíritos por meio do discurso⁶¹.

Ao analisar os desdobramentos da Revolução Francesa, Lynn Hunt afirma que a força persuasiva das novas palavras criadas – a retórica, não o léxico – aliada à preconização de novos valores foram os elementos que fizeram do processo revolucionário um acontecimento que eletrizou o mundo⁶². De acordo com a autora, a matriz retórica revolucionária também realçou a importância das formas simbólicas, uma vez que os ícones e rituais políticos não são apenas metáforas do poder, são seus próprios meios e fins:

O exercício do poder sempre requer práticas simbólicas. Não existe governo sem rituais e sem símbolos, por mais que possa parecer isento de mística ou mágica. Não é possível governar sem histórias, sinais e símbolos que, de inúmeros modos tácitos, transmitam e reafirmem a legitimidade de governar. Em certo sentido, legitimidade é a concordância geral sobre os sinais e símbolos.⁶³

Conforme nos orienta Durval Muniz de Albuquerque Junior, ao tomarmos um discurso ou um pronunciamento como fonte para o trabalho histórico, não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz.⁶⁴ Devemos nos atentar também sobre o contexto em que este discurso foi produzido – quais foram os jogos de poder que permearam aquele texto ou fala. Nossa abordagem dos Informes Presidenciais se dedicou a colocar em diálogo o momento político com o contexto de elaboração da documentação analisada. Com isso, o discurso foi abordado

⁶⁰ Ver: MELO, Deywid Wagner de. *Análise retórica do gênero discursivo oral a defesa pública*. Maceió: EDUFAL, 2009.

⁶¹ Sabemos das inúmeras discussões e publicações que procuram refletir e matizar o conceito de retórica. O que provavelmente pode aproximar estas análises é a dimensão política atribuída ao gênero retórico. “Lembre-mos de que Aristóteles vai fundar os gêneros literários no critério da politicidade. O orador e o ouvinte participavam, então, ativamente da vida na *pólis* em cujos problemas se envolviam. Poder-se-ia dizer que a arte oratória se confundia com a arte política. A retórica joga com as várias dimensões da política”. HENRIQUES, Antônio. *Argumentação e discurso jurídico*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 8.

⁶² HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁶³ *Ibid.*, p. 78.

⁶⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval de. *A dimensão retórica da historiografia*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

como sendo mais do que uma simples fala ou conjunto de enunciados: “o discurso é uma prática social, e como no caso de qualquer outra prática social é possível definir as condições de sua produção [e uso]”⁶⁵.

Assim, partimos da concepção foucaultiana de discurso, na qual toda fala tem um contexto de produção específico. Este contexto é apontado por Michel Foucault como a formação discursiva, representando um conjunto de relações que articulam a oratória cuja propriedade central é a de atuar como regulamentações da ordem do discurso através da organização de estratégias.⁶⁶ Podemos entender as práticas discursivas como um amplo escopo de regras anônimas e constituídas através de um processo histórico. Ou seja, determinadas no tempo e delimitadas no espaço passando a definir as condições que possibilitam a enunciação.⁶⁷ Nesse sentido, “não se trata simplesmente de uma questão da forma do discurso, mas de sua produção e das condições culturais e políticas que o tornam fidedigno”⁶⁸.

Para Foucault, o poder está difundido em todos os lugares, disseminado no interior das instituições e convenções criadas pelos seres humanos. Através de dispositivos coercitivos, essas instituições – ou grupos sociais – regulamentam o discurso, estabelecendo regras para quem deseja entrar na sua ordem: “Compreende-se, assim, que há poder no próprio discurso, cujo funcionamento se dá no interior das práticas discursivas”⁶⁹. Ao nos aproximarmos da proposta foucaultiana, que relaciona discurso e poder, propomos uma reflexão acerca do papel do passado nos jogos de articulação e afirmações identitárias no presente, partindo da premissa de que os usos do passado, suas interpretações e representações, são poderes e geram poderes. “Quem é governado, afiliado, liderado é também protagonista de *situações retóricas* e público-alvo dos discursos que buscam, detêm e desejam manter poderes”⁷⁰. Nas palavras de Foucault:

⁶⁵ IÑIGUEZ, Lupicinio (Org.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 91.

⁶⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009.

⁶⁷ IÑIGUEZ, Lupicinio (Org.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

⁶⁸ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 21.

⁶⁹ SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 92.

⁷⁰ HALLIDAY, Tereza Lúcia. *Atos de retórica*. Mensagens estratégicas de políticos e igrejas. São Paulo: SUMMUS, 1987, p. 9.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.⁷¹

O passado virou característica intrínseca dos Informes Presidenciais mexicanos a partir da década de 1940⁷², sendo mobilizado de acordo com as demandas de cada situação específica. Não podemos negar a utilidade persuasiva do imaginário histórico político: “o retorno ao passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente”⁷³. Através de elementos discursivos bem delimitados, existiu um retorno incessante a certos personagens e símbolos do passado, presentificando-os e fazendo com que eles se conservassem “[...] na memória de uma cultura, pois, como se estivessem inesgotáveis tesouros de sentidos, têm de ser indefinidamente relançados, recomeçados”⁷⁴:

La historia ha recuperado sus viejas funciones públicas de legitimación, remozadas y puestas al día con todos los recursos mediáticos y museísticos de la era audiovisual [...] Es, pues, el de los usos de la historia, presentes y pasados, un tema vivo y actual, tanto entre los historiadores como para la sociedad y la opinión pública.⁷⁵

Reinhart Koselleck afirma que o conceito de *historia magistra vitae* baseia-se na concepção de que o passado seria um cadinho contendo múltiplas experiências distintas, “das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos”⁷⁶. Os fatos passados, bem como seus personagens, são

⁷¹ FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2008, p. 10.

⁷² Não podemos esquecer que a mobilização do passado em discursos presidenciais era prática utilizada pelos mandatários mexicanos já no século XIX. No entanto, o projeto político de institucionalização da Revolução Mexicana, iniciado a partir de 1940, exigiu o resgate do passado como ferramenta essencial de unidade e legitimação e, em última instância, como a própria razão de existir do PRI.

⁷³ SARLO. *Op. Cit.*, p. 9.

⁷⁴ GREGOLIN, Maria do rosário; BARONAS, Roberto (Orgs.). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 67-68.

⁷⁵ FORCADELL, Carlos Álvarez; CARRERAS, Juan José Ares. *Usos públicos de la Historia*. Madrid: Marcial Pons, 2003, p. 37.

⁷⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006, p. 42.

encarados sobre um prisma particular, levando em consideração sua eficácia simbólica de persuasão no imaginário coletivo social e sua suposta capacidade de gerar ensinamentos. O contato com a documentação nos mostrou que a memória histórica mexicana operou como força de gravitação decisiva sobre o presente. Todas as épocas do século XX colocaram incessantemente seu olhar sobre o passado em busca de algo específico.

Com a análise dos Informes Presidenciais, conforme já assinalado, percebemos a incrível vitalidade e permanência das insurreições passadas na vida política nacional. Imagens e símbolos que circularam, e ainda circulam, por todo o país em uma constante reativação discursiva do passado animada por projetos políticos específicos. O processo revolucionário de 1910 foi construído e reconstruído ininterruptamente ao longo de todo o século XX: “La Revolución mexicana y los mitos son, juntos, los motores del imaginario político moderno de los mexicanos en busca de dignidad, democracia, justicia y libertad”⁷⁷. Veremos ao longo do trabalho que não se tratou apenas de anacronismo ou de simples falas aleatórias, mas de uma filiação específica do passado.

Nesse sentido, a categoria de “usos políticos do passado” é de suma importância para os fins de nossa pesquisa. Referimo-nos à utilização do passado no sentido de apontar os usos da história como meio para adquirir legitimidade política e benefícios frente a questões e posicionamentos sociais no presente. Nossa abordagem girou em torno de compreender os fundamentos que nortearam a apropriação⁷⁸ de elementos históricos nacionais. Assim, os conceitos de tradição, identidade, memória, representação, imaginário e mito são ferramentas essenciais que compõem a categoria de *usos políticos do passado* abordada ao longo do texto. Partimos da premissa de que o conhecimento histórico é um campo permeado por interesses coletivos e individuais, sendo também terreno propício para expressão de disputas políticas, sociais e, sobretudo, de registros das práticas de exercício do poder.⁷⁹

⁷⁷ MATAMOROS PONCE, Fernando. *Memoria y utopía en México: imaginarios en la génesis del neozapatismo*. Buenos Aires: Herramienta, 2009, p. 155.

⁷⁸ Sobre este termo, devemos considerar o seguinte: “Supõe-se que os conceitos nos ajudem a resolver problemas intelectuais, mas frequentemente criam problemas próprios. No caso da ‘apropriação’, por exemplo, o grande problema é descobrir a lógica da escolha, o fundamento lógico, consciente ou inconsciente, para a seleção de alguns itens e a rejeição de outros.” BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003, p. 54.

⁷⁹ FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *Patria mestiza: a invenção do passado nacional mexicano (XVIII e XIX)*. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

Todo dinamismo da Revolução Mexicana – ou “Revoluções Mexicanas”⁸⁰ – buscou ser formalizado em uma “institucionalização revolucionária” construída e reproduzida continuamente pelos mandatários priístas. Os usos políticos do passado formaram uma poderosa arma para se criar uma representação, em grande medida, convincente do agir e do fazer-se politicamente.⁸¹ A partir de então, o imaginário social passou a ser trabalhado sob a ótica de uma “continuidade revolucionária” por parte do PRI e de seus membros. Os presidentes mexicanos analisados usaram o poder para se postularem como tutores da história nacional, apoderando-se do controle de importantes vetores de formação do imaginário coletivo.⁸² Pautamos nossos esforços, portanto, em mapear e refletir acerca dos mecanismos pelos quais os diversos chefes do Executivo construíram relatos históricos de maneira seletiva⁸³ e particular, apropriando-se do passado mexicano de forma enviesada para garantir posições no presente.

Propomos para o texto dissertativo três capítulos analíticos. No primeiro, intitulado “Os desdobramentos políticos da Revolução Mexicana”, faremos um breve panorama do processo revolucionário de 1910, até o marco constitucional estabelecido pela Carta Magna de 1917, refletindo acerca dos dispositivos metaconstitucionais. Importantes características do sistema político mexicano advêm, dentre outros fatores, dos dispositivos previstos na Constituição promulgada naquele ano. Exemplo disso são os amplos poderes atribuídos ao Executivo Federal. Desse modo, abordaremos uma categoria marcante no sistema político nacional: o “presidencialismo mexicano”. Este fenômeno, que marcou decisivamente as formas de se fazer política no México, consolidou-se a partir da década de 1940. No entanto, sua gênese estrutural data da segunda metade dos anos trinta. Assim, torna-se importante para os fins de nossa pesquisa, refletir acerca do sexênio e do legado político de Lázaro Cárdenas (1934-1940). O cardenismo logrou estabelecer as bases do que viria a ser o vértice da pirâmide

⁸⁰ Ver: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de Souza. *A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas*. História, nº 20. São Paulo, 2001, p. 163-198.

⁸¹ HARTOG, François; REVEL, Jacques (Org.). *Les usages politiques du passé*. Paris, EHESS, 2001.

⁸² BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

⁸³ “[...] como instância solidificadora de identidades, compreende-se que a expressão coletiva da memória, ou melhor, da metamemória, não escape à instrumentalização dos poderes através da seleção do que se recorda e do que consciente ou inconscientemente se silencia”. CATROGA, Fernando. *Memória e História*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p. 59.

de poder no país: a presidência da República⁸⁴. A partir de então, o Executivo se converteu no “chefe nato” do PRI, postulando-se como legítimo herdeiro *de la revolución*.

O segundo capítulo, intitulado “A construção da legitimidade revolucionária”, compreende os anos de 1940 a 1970. Como já assinalado, o fim do governo do presidente Lázaro Cárdenas inaugurou um novo episódio na vida política do país: a “institucionalização revolucionária”. Nesse sentido, o passado foi acessado de inúmeras formas visando seu uso como dispositivo de legitimação frente às questões de cada contexto em particular. Este período foi ainda marcado pelo otimismo econômico, também caracterizado como o “milagre mexicano”. A fórmula adotada para a estabilidade política e social consistiu em apostar no binômio econômico de estabilidade de preços e crescimento, qualificado também como “desenvolvimento estabilizador”⁸⁵. Apesar da presença de movimentos de oposição, o Executivo nacional gozou de grande legitimidade. Contudo, no final dos anos sessenta, o aumento da repressão e a violência massiva perpetrada pelo governo contra os críticos e adversários políticos modificou este cenário. A crise de legitimidade se efetivou após o fatídico Massacre de Tlatelolco, em 02 de outubro de 1968. A partir daquele momento, mudanças estruturais foram estabelecidas.

O terceiro e último capítulo, o qual denominamos “do nacionalismo ao neoliberalismo”, compreende os anos de 1970 a 1994. Este período é tipificado por inúmeras transformações dentro da chamada “família revolucionária”, conforme se automeavam os membros do PRI. A repressão política aliada à crise econômica foram cruciais para a perda gradativa de legitimidade por parte do Partido Revolucionário Institucional, bem como de seu “chefe nato”: o presidente da República. A partir de então, os políticos priístas mobilizaram vários artifícios para se manterem no poder, como, por exemplo, as constantes fraudes eleitorais e intensos usos da memória revolucionária nacional. No entanto, as pautas neoliberais exigiram a adaptação e (re)criação do passado de acordo com as demandas do presente. Uma “nova”

⁸⁴ “De esta manera, el cardenismo resulta central en la ‘evolución’ política del país. Fue la llave que permitió asegurar la fortaleza del régimen y lograr el consenso durante los años subsiguientes. Sin las reformas políticas adoptadas por Cárdenas, el afianzamiento de la hegemonía del sistema posrevolucionario hubiera sido imposible”. CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. UNAM, México D.F., 2002, p. 42.

⁸⁵ PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F.: Editorial Diana, 1986.

interpretação da Revolução Mexicana foi edificada. Com base neste contexto, o ano de 1994 é crucial para os fins de nossa pesquisa, pois, ao mesmo tempo em que marcou a história política recente do país⁸⁶, revelou as mazelas do Executivo nacional. A crise econômica que devastou o país, logo depois da saída do então presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), expôs a fragilidade financeira da nação e as debilidades do Partido Revolucionário Institucional. Os efeitos do colapso econômico recaíram sobre a Presidência da República, acarretando uma aguda crise de legitimidade.

⁸⁶ Conforme já apontado, o México, ao mesmo tempo em que entrava para o NAFTA, assistiu o levante armado do EZLN; além de ter experimentando uma crise política e econômica sem precedentes na história do país.

CAPÍTULO I

OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS DA REVOLUÇÃO MEXICANA

1.1. O marco revolucionário

Los mexicanos tenemos dos deidades: Nuestra Señora la Virgen de Guadalupe y Nuestra Señora la Revolución Mexicana.

Jesús Silva Herzog
Breve historia de la Revolución Mexicana

No início do século XX, o México era um Estado oligárquico, ditatorial e filho disforme de um projeto liberal. A expansão provocada pelos investimentos estrangeiros gerou um clima de euforia e modernização por parte do Estado. Em contrapartida, acarretou desigualdade social, inflação e afetou grande parte da população. De um lado, uma elite agrária favorecida pela política de progresso positivista⁸⁷ do governo de Porfirio Díaz – um militar que havia subido ao poder após um golpe de Estado em janeiro de 1876. Do outro, um número cada vez maior de camponeses e indígenas expropriados de suas terras por grandes proprietários.⁸⁸ Em meio a este cenário, encontravam-se os liberais que buscavam ampliar seus poderes na política nacional⁸⁹. Nesse sentido, a explosão revolucionária vivenciada em 1910 pode ser interpretada

⁸⁷ Levado a cabo pelos chamados *Científicos*, intelectuais da época de Porfirio Díaz que, além de fazerem parte de seu governo, ocuparam importantes cargos como o *Ministerio de Hacienda, Fomento e Relaciones Exteriores*. Alguns de *Los Científicos* foram José Yves Limantour, Justo Sierra Méndez e Francisco Bulnes. Tais intelectuais foram amplamente influenciados pelo positivismo de Augusto Comte.

⁸⁸ “Durante o governo Díaz, houve mais incentivos à expropriação das terras comunais, no intuito de maximizar a produção e, ao mesmo tempo, expulsar os camponeses de suas terras, tentando dessa forma ampliar a mão de obra disponível para trabalhar nas fazendas e nas empresas industriais. Tais objetivos foram atingidos com a especulação, com novas leis e com um maior poder de repressão e força para impor as novas políticas”. BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Edunesp, 2010, p. 49.

⁸⁹ Os liberais mexicanos do século XIX se estabeleceram como uma alternativa política ao conservadorismo. Desde o processo a independência do país em 1821, uma das grandes querelas da elite política foi: que Estado-nação construir? Desse modo, emergiram dois grandes setores no país, o liberal e o conservador que, como tipos ideais, eram opostos e possuíam ideias de construção nacional antagônicas. Enquanto este propunha a centralização e a construção de uma nação mexicana católica, os liberais defendiam o federalismo, a existência de um Estado laico e pautado na igualdade dos cidadãos perante a lei. Ver: BARBOSA, Fernanda Bastos. *De herói a tirano: as interpretações do porfiriato entre os anos de 1902 e 1920*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

como uma resposta política e social às grandes transformações empreendidas de forma autoritária e conservadora no país.

O processo de luta contou com mais de uma década de conflitos bélicos e participação de amplos setores da sociedade, destacando-se as camadas mais populares. Diferenciou-se de outras revoluções do século XX por não ter o marxismo como força ideológica. Além disso, foi um movimento revolucionário com dia e hora para começar: 20 de novembro de 1910, às 18 horas. O chamado para a sublevação ficou a cargo do empresário, político e latifundiário nortista: Francisco Madero. Durante seu exílio nos Estados Unidos, vítima da perseguição porfirista, Madero escreveu um texto convocando a população para se levantar em armas contra o regime ditatorial intitulado *Plan de San Luis Potosí*.⁹⁰

A partir de então, intensos conflitos foram travados entre os revolucionários e as tropas do Exército Federal. Com o acirramento das batalhas em 25 de maio de 1911, Porfírio Díaz renunciou ao posto Executivo e seguiu em direção à França. Em seu lugar, assumiu interinamente o embaixador Francisco de la Barra, que convocou eleições para outubro daquele ano, as quais foram vencidas por Francisco Madero. A chegada do autor do *Plan de San Luis Potosí* ao cargo máximo da nação não significou o cessar fogo por parte das armas que haviam se levantado um ano antes:

Com a ascensão de Madero ao poder, iniciou-se a primeira das três fases da Revolução. Esta “fase política” consistiu num período em que as elites se dividiram e lutaram entre si com o apoio das camadas populares. Desta forma, a heterogeneidade da base de apoio de Madero não permitiu que ele tivesse controle efetivo sobre os vários grupos que se uniram à sua causa. O maior exemplo foi o exército camponês liderado por Emiliano Zapata, que logo após (cerca de 20 dias depois) a posse de Madero proclamou o Plan de Ayala que desconhecia a autoridade de Madero (considerado traidor) e exigia a recuperação imediata das terras comunais usurpadas. Contra Madero, os zapatistas lutaram ao lado de Orozco em seu levante de 10 mil homens contra o governo recém-instituído. O general Victoriano Huerta foi o homem designado para enfrentar a rebelião. Vencedor das batalhas contra Orozco e Zapata, Huerta se aproveitou do prestígio e liderou um golpe de estado em conjunto com Félix Díaz (sobrinho

⁹⁰ O Plano foi publicado quando Madero já estava nos EUA, entretanto, foi atribuído à cidade de San Luís Potosí, na qual o líder revolucionário havia sido encarcerado, e datado de 05 de outubro, que correspondia ao último dia em que passou na prisão. O *Plan de San Luis Potosí* consistiu em um chamado ao povo mexicano a se levantar em armas por haver considerado esgotado os recursos legais, ignorando a reeleição de Porfirio Díaz. Ver: CUMBERLAND, Charles. *Madero y la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1984.

de Porfírio Díaz). Três dias depois de assumir a presidência, em fevereiro de 1913, Huerta assassinou Madero. O homicídio do primeiro líder da Revolução Mexicana inaugurou um violento ciclo de deposições políticas seguidas de assassinatos que somente cessaria em meados da década seguinte.⁹¹

Entre fevereiro de 1913 e julho de 1914, a presidência do México retornava às mãos dos militares porfiristas sob o comando de Victoriano Huerta. Este período inaugurou a segunda fase da Revolução e, apesar de relativamente curto, foi o mais violento. A chegada de um novo Chefe do Executivo não foi sinônimo de estabilidade. Venustiano Carranza, governador do estado de Coahuila, não aceitou a manobra política huertista e prontamente estabeleceu resistência ao golpe. Em 26 de março de 1913, Carranza e seus subordinados proclamaram o *Plan de Guadalupe*, que o nomeava como Primeiro-Chefe do Exército Constitucionalista⁹², além de convocar a população às armas outra vez.

Neste período, Carranza se aliou a duas figuras revolucionárias já amplamente conhecidas: Emiliano Zapata⁹³, líder do Exército Libertador do Sul, e Pancho Villa⁹⁴, comandante da chamada Divisão do Norte. A união destas três importantes figuras foi decisiva para a derrota de Huerta em 15 de julho de 1914.⁹⁵ Várias tentativas foram

⁹¹ STREICH, Ricardo Neves. *Interpretações da Revolução Mexicana*: as leituras de José Carlos Mariátegui, Tristán Marof e Oscar Tenório. Dissertação de Mestrado. Orientadora Maria Lúcia do Coelho Prado. São Paulo, 2015, p. 79.

⁹² “Constitucionalistas: partidários da manutenção da constituição de 1857, desrespeitada por Victoriano Huerta quando este destituiu o presidente legitimamente eleito, Francisco Madero. Posteriormente, mantiveram o epíteto em oposição aos partidários da Convenção de Aguascalientes. As principais lideranças desse grupo político foram Venustiano Carranza e Álvaro Obregón.” BARBOSA. *Op. Cit.* p. 87.

⁹³ Líder do estado de Morelos, Emiliano Zapata pautou sua luta na recuperação e ampliação das terras camponesas que se encontravam nas mãos dos grandes proprietários de terra. Além disso, combatia a política elitista de Porfírio Díaz. Zapata possuía grande prestígio e, conforme nos lembra John Womack Jr., entre finais de 1910 e inícios de 1911, já se tornara a verdadeira autoridade na região de Morelos. Ver: WOMACK Jr., John. *Zapata e a Revolução Mexicana*. Lisboa: Edições 70, 1980.

⁹⁴ Pancho Villa foi um dos mais conhecidos generais da Revolução Mexicana, ganhando projeção no cenário nacional devido às lutas contra a opressão e a pobreza no país. Desse modo, sua imagem é amplamente difundida no imaginário social mexicano, sendo associada às disputas dos “pobres contra os ricos”, uma vez que foi estabelecida, ao longo do século XX, a ligação de Villa com o personagem Robin Hood. O historiador mexicano Paco Ignacio Taibo II apresenta Villa como um líder que pensava em um país no qual todos vivessem bem, chegando à conclusão de que ele possuía ideários socialistas. Quando governou Chihuahua, por exemplo, adotou como lema “fechar cantinas e abrir escolas”, inaugurando dezenas de locais de ensino. Embora não tivesse um plano de reforma agrária como o defendido por Zapata, pensava nas colônias militares, onde os camponeses vivessem juntos, trabalhassem juntos e desfrutassem juntos de uma vida melhor. Ver: TAIBO II, P. I. *Pancho Villa: una biografía narrativa*. México D. F.: Planeta, 2006.

⁹⁵ “No final de março de 1913, já se evidenciava o perfil de uma nova revolução que, desta vez, destruiria o exército porfirista: a inquebrantável frente zapatista no Centro e no Sul do México; as colunas leais ao Primeiro Chefe Carranza, que se integraram ao Exército no Nordeste sob o comando do pouco

feitas na intenção de unificar todos os grupos que tinham participado da guerra civil em busca da pacificação do país. O general Álvaro Obregón⁹⁶ exerceu papel significativo nessa tentativa de manutenção da unidade.⁹⁷ Por sua parte, Carranza convocou os generais revolucionários na Cidade do México, depois transferida para a cidade de Aguascalientes, com o objetivo de chegar a um acordo entre as facções revolucionárias e discutir sobre as eleições e demais assuntos de interesse geral. Entre os participantes estavam os carrancistas, os villistas, os zapatistas, representados por um grupo de 26 delegados, um grupo de delegados obregonistas e, por fim, um grupo de representantes “independentes”⁹⁸. Os 57 generais, os governadores militares, os 95 representantes de tropas e a delegação zapatista, reunidos na Convenção, resolveram:

A Soberana Convenção, título conferido no primeiro dia de atuação para marcar sua posição de independência dos diversos grupos políticos e resolver as rivalidades entre os diversos líderes, votou pela renúncia simultânea dos três líderes principais: Carranza, Villa e Zapata.⁹⁹

Carranza não participou da Convenção de Aguascalientes e, em 30 de outubro de 1914, a Convenção Revolucionária decidiu afastá-lo de suas funções de Primeiro-Chefe do Exército Constitucionalista e de Encarregado do Poder Executivo. Os delegados também decidiram remover Villa de suas funções de Chefe da Divisão do Norte. Além disso, ficou decidido quais seriam os candidatos à eleição de Presidente provisório da República: Eulalio Gutiérrez e Antonio I. Villareal.

Eulalio Gutiérrez foi eleito, pela Convenção de Aguascalientes, presidente provisório em novembro e, prontamente, reconheceu Villa como Chefe da Divisão do Norte e Zapata como líder do Exército Libertador do Sul. Álvaro Obregón e seus delegados optaram por permanecer ao lado de Carranza e abandonaram a assembleia. Com a Convenção dividida, Carranza abandonou a capital e nos dias 24 e 25 de novembro de 1914 as tropas zapatistas e villistas ocuparam a Cidade do México. A

imaginativo de Pablo González; as forças organizadas pelo governo rebelde de Sonora, que empreenderiam a campanha na costa do Pacífico até coroar o gênio militar de Álvaro Obregón; e a grande torrente villista destinada a quebrar a espinha dorsal da resistência federal, que desceria até o centro do país nos trens da Divisão do Norte”. CAMIN, Héctor Aguilar; MEYER, Lorenzo. *À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 64.

⁹⁶ Um dos grandes nomes do generalato da Revolução Mexicana, lutou contras as tropas zapatistas e villistas, chegando, anos mais tarde, à Presidência da República entre os anos de 1920 a 1924.

⁹⁷ Ver: CASTRO, Pedro. *Álvaro Obregón Fuego y cenizas de la Revolución Mexicana*. México, D.F.: Ediciones Era, 2009.

⁹⁸ BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Edunesp, 2010, p. 9.

⁹⁹ *Ibíd.*, p. 9-10.

Convenção mudou-se para a capital quando esta foi desocupada pelas tropas constitucionalistas em janeiro de 1915. A Convenção unificou as facções revolucionárias camponesas villistas e zapatistas por alguns meses. Em dezembro de 1914, os exércitos camponeses comandados por Villa e Zapata ocuparam a Cidade do México. No entanto, a ocupação não durou muito, pois as tropas de Álvaro Obregón, que havia unificado as facções do Nordeste e do Noroeste, retomaram a cidade para as forças constitucionalistas.

No decorrer do ano de 1915, as forças revolucionárias camponesas zapatistas e villistas sofreram derrotas decisivas pelas tropas constitucionalistas. Embora Villa, no ano de 1916, tenha retomado as atividades militares em Chihuahua e Zapata em Morelos, a ampliação das forças constitucionalistas no controle do governo foi decisiva. Nesse contexto, Pablo González e Álvaro Obregón fundaram o Partido Liberal Constitucionalista (PLC) “[...] e, em setembro, foram convocadas eleições para a Assembleia Constituinte a ser realizada em Querétaro, entre dezembro de 1916 e janeiro de 1917”¹⁰⁰. Em 05 de fevereiro de 1917, foi promulgada uma nova Constituição e, posteriormente, convocadas eleições, pelas quais Venustiano Carranza foi eleito para o cargo de Presidente da República entre 1917 e 1920.¹⁰¹

1.2. O marco constitucional e as atribuições metaconstitucionais

El programa original de la Revolución mexicana fue esencialmente político: se proponía transformar a nuestro país en una auténtica

¹⁰⁰ *Ibíd.*, p. 12.

¹⁰¹ Vale lembrar, no entanto, que o estabelecimento constitucional de eleições presidenciais não significou a estabilidade política do país. “En 1920, a la hora de encarar la sucesión presidencial, Carranza busca imponer a un candidato dócil y afín a sus intereses; justifica dicha política diciendo que la hora de los civiles en el poder ha llegado, que es tiempo de poner fin al militarismo. Este intento de perpetuarse en el poder —de forma indirecta—, provoca la oposición de Obregón, quien se va a rebelar y lleva a cabo un golpe de Estado. Los revolucionarios, otra vez, vuelven a chocar y a estar enfrentados entre sí. Con la desaparición de Carranza, y tras un breve periodo de interinato por parte de Adolfo de la Huerta, la presidencia de la República es ocupada por Obregón. Con este movimiento se da por concluida la etapa armada de la revolución. En el fondo, este periodo implicó un gran costo para México: un millón de muertes (250,000 por efecto directo de las armas y el resto de forma indirecta: enfermedades, hambre, etcétera), la destrucción de las élites y la ruina casi total de la economía. Tras una larga era de violencia continua, concluye la guerra civil que había enfrentado al país. Si bien esta etapa se prolongó por diez años, al finalizar México contaría ya con una nueva Constitución y un ejército renovado; y sentaría las bases para aglutinar a los grupos obreros y campesinos que comenzaban a organizarse, dispuestos a luchar por sus intereses, a la vez que apoyar de una forma activa al nuevo régimen emanado del movimiento revolucionario”. CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. UNAM, México D.F., 2002, p. 21.

democracia. El movimiento revolucionario triunfó, pero la democracia se quedó en aspiración.

Octavio Paz
Hora cumplida (1929-1985)

A Constituição mexicana de 1917 foi redigida em meio a uma efervescência política muito grande; os anos anteriores foram marcados por intensos e sangrentos combates. A Carta Magna era vista como um dos caminhos para a paz política e social do país, além de uma tentativa de síntese de projetos diversos.¹⁰² Devido aos fins de nosso trabalho, não abordaremos de forma mais detida as características diversas do texto oriundo do *Congreso de Querétaro*¹⁰³. O que nos interessa especificamente no dispositivo constitucional é o grande acúmulo de atribuições e de poder por parte do Executivo, em detrimento do Legislativo, bem como do Judiciário.

Nesse sentido, a Presidência da República se converteu em uma instância de poder capaz de promulgar e publicar leis. Tanto o Poder Legislativo como o Executivo poderiam realizar propostas de lei. No entanto, a obrigação de publicá-las, com reconhecimento jurídico, cabia exclusivamente ao presidente. Além disso, o Executivo contava com a possibilidade de vetar, de forma parcial ou total, as propostas do Legislativo, não havendo uma forma constitucional que o obrigasse a aprovar dispositivos contrários a sua vontade.¹⁰⁴ Logo, a Constituição de 1917 estabeleceu no México um protagonismo por parte do Poder Executivo, ao passo que converteu o Presidente da República no principal ator do sistema político nacional¹⁰⁵:

¹⁰² Ver: CARPAZIO, Jorge. *La Constitución Mexicana de 1917*. México D. F.: Porrúa, 2009.

¹⁰³ Para uma análise mais detida acerca do processo constituinte e do significado da Constituição de 1917, ver: CÓRDOVA, Arnaldo. *La formación del poder político en México*. México, D. F.: Ediciones Era, 1974.

¹⁰⁴ CARPAZIO, Jorge. *La Constitución Mexicana de 1917*. México D. F.: Porrúa, 2009.

¹⁰⁵ De acordo com Gabriel Zaid, o presidente mexicano é: “El jefe del Estado, de la ciudad-Estado y de los 31 estados; del Poder Legislativo y del Judicial; de los Guardias Presidenciales, el Ejército, la Fuerza Aérea, la Marina y los cuerpos de policía; del partido oficial, los altoparlantes, la televisión; de las vías y los medios de comunicación y de transporte; de la moneda, el presupuesto, los créditos, los salarios y los precios; de las tierras, las aguas, los cielos y el subsuelo; del petróleo, la electricidad, la siderurgia, la química; del comercio interior y exterior; de la agricultura y la educación, de la salud y de la pesca, del café y el azúcar; de un conglomerado empresarial como pocos en el mundo, por su tamaño, diversidad y control (por lo menos en su propio territorio) de los mercados, la competencia, el personal, la clientela, los proveedores, las fuentes de financiamiento y hasta los accionistas”. ZAID, Gabriel *apud* AZIZ NASSIF, Alberto. Fin de la presidencia hegemónica y el congreso subalterno, *Diálogo y Debate de cultura política*, México, núm. 2, julio-septiembre de 1997, p. 138 e 139.

La estricta limitación del mandato presidencial hizo que los atributos que hasta entonces habían recaído sobre las personalidades de los caudillos se trasladaron prácticamente intactos al espacio institucionalizado. El presidente es árbitro incuestionado, aunque no neutral, en las disputas entre los distintos componentes del partido oficial, casi la totalidad de los actores incluidos en el sistema político. La aceptación de la autoridad presidencial como última instancia de los conflictos, permitió mantener la disciplina entre los diversos grupos políticos locales y nacionales, a los que se abría una perspectiva de largo plazo, gracias a la garantía del relevo presidencial.¹⁰⁶

Tal concessão de poder à figura presidencial reside na crença de que apenas um Executivo forte garantiria a governabilidade de uma nação marcada por anos de disputas revolucionárias.¹⁰⁷ Ao analisar o protagonismo presidencial no México pós-1917, Jeffrey Weldon¹⁰⁸ salienta as preocupações dos constituintes de Querétaro:

Un ejecutivo débil significa una ejecución débil del gobierno. Una ejecución débil no es sino otra manera de designar una ejecución mala; y un gobierno que ejecuta mal sea lo que fuere en teoría, en la práctica tiene que resultar un mal gobierno.¹⁰⁹

Dentro da mesma lógica, José Carbonell¹¹⁰ frisa que os autores da Carta Magna de 1917 estavam conscientes do perigo que poderia representar a existência de um Poder Executivo debilitado frente ao Poder Legislativo

[...] tal y como se había presentado con la anterior Constitución, la de 1857, ya que podía producir o bien la parálisis o, por el contrario, un gobierno de corte dictatorial a través del rompimiento y de la

¹⁰⁶ ROMERO, Jorge Javier. *La construcción institucional del presidencialismo*. Memorias del Congreso Nacional de Ciencia Política. México: UAM-IFE-CNCP y AP., 1996, p. 27.

¹⁰⁷ Não obstante, vale lembrar que a Constituição de 1917 estabeleceu um Poder Executivo forte, mas não ilimitado. Além do princípio da não reeleição, elemento base do projeto maderista, “los poderes Legislativo y Judicial están dotados de ciertos mecanismos para contraponer la fuerza del presidente. El Senado, por ejemplo, supervisa todo lo relacionado con la política exterior. La Cámara de Diputados, por su parte, está facultada para la aprobación del presupuesto. Las facultades del Ejecutivo pueden ser limitadas por los otros poderes, que lo anterior se lleve o no a la práctica es otra cosa”. CRISTALES ANCONA, Pamela. *México hacia una nueva Ingeniería Constitucional ¿es el Semipresidencialismo una alternativa?*. Tesis Licenciatura. Relaciones Internacionales. Departamento de Relaciones Internacionales e Historia, Escuela de Ciencias Sociales, Universidad de las Américas Puebla. Mayo, 2005, p. 58.

¹⁰⁸ WELDON, Jeffrey. Las fuentes políticas del presidencialismo en México. IN: *Presidencialismo y democracia en América Latina*. MAINWARING, Scott & SOBERG SHUGART, Matthew (Org.). Buenos Aires: Paidós, 2002.

¹⁰⁹ *Ibíd.*, p. 179.

¹¹⁰ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México D.F.: UNAM, 2002.

ignorancia del texto constitucional, como fue el caso de Porfirio Díaz.¹¹¹

Sabemos que a dimensão prática de concentração de forças em um só indivíduo, o presidente, fez com que o seu posto político fosse bastante prestigiado. No entanto, para além das “facultades constitucionales del presidente”¹¹², a dimensão simbólica do poder no sistema político mexicano foi de suma importância para o estabelecimento de um Executivo forte. De acordo com Eliseo Mendoza Berrueto¹¹³, as bases dos poderes presidenciais mexicanos são jurídicas e administrativas, provenientes de fatores psicológicos e históricos referentes aos costumes e tradições sociais do país. Do mesmo modo, Jorge Carpizo salienta que as atribuições do Executivo são de ordem constitucional e “metaconstitucional”, conforme já apontamos na parte introdutória deste texto dissertativo. A dimensão metaconstitucional adquirida pela Presidência da República é de suma importância para os fins de nossa pesquisa, tendo em vista que uma de suas disposições foi a de estabelecer o Chefe do Executivo como gestor oficial da memória e do passado mexicano. Conforme veremos, a dimensão metaconstitucional teve seu primeiro impulso com a instauração do regime presidencial em 1917, sendo gestada ao longo dos anos seguintes, principalmente com a conformação do Partido Nacional Revolucionário em 1929 e com o governo cardenista (1934-1940). Neste período, foram consolidadas algumas dimensões primordiais que explicam a vitalidade e o poder do Executivo mexicano:

[...] destacan aquellas que otorgaban de facto al Presidente de la República la jefatura principal del partido en el gobierno; la atribución para designar a su sucesor en la presidencia; las facultades de designación y remoción de los gobernadores de los Estados; y el control político de los poderes públicos, a través, principalmente, de la “aprobación” de las personas que integraban las legislaturas y la judicatura federal. Tales facultades metaconstitucionales le permitieron al Presidente en turno controlar no sólo al gobierno y a la administración pública y paraestatal, sino también a los poderes legislativo y judicial y a los gobiernos estatales.¹¹⁴

¹¹¹ *Ibíd.*, p. 58.

¹¹² Conforme estabelecido pelo Artigo 89 da Constituição, nos incisos de I a XX.

¹¹³ MENDOZA BERRUETO, Eliseo. *El presidencialismo mexicano*. Génesis de un sistema imperfecto. México: FCE y Colegio de la Frontera Norte, 1996.

¹¹⁴ MIGALLÓN, Fernando Serrano. *Facultades metaconstitucionales del Poder Ejecutivo en México*. México, D.F.: UNAM, 2006, p. 5.

O controle da Presidência da República sobre os outros poderes federais, bem como as instâncias estaduais, modificou, de fato, o sistema presidencial previsto constitucionalmente.¹¹⁵ Assim, foi estabelecido ao longo do século XX no México um sistema presidencial autoritário de tal envergadura que expressões como “ditadura perfeita”¹¹⁶ e “presidência imperial” foram cunhadas na tentativa de adjetivar a força do Executivo nacional. Do ponto de vista acadêmico, foi desenvolvido o conceito de “presidencialismo mexicano”¹¹⁷, cunhado justamente na tentativa de compreender as dimensões constitucionais, metaconstitucionais e simbólicas que permearam as práticas presidenciais no país. De acordo com Fernando Serrano Migallón, o presidencialismo mexicano promoveu e cultivou um modelo autoritário de sociedade:

La cultura del autoritarismo paternalista en donde el Presidente todo podía, todo sabía y, principalmente, todo imponía, fue por décadas el rasgo característico del sistema político mexicano.¹¹⁸

Nesse sentido, Jeffrey Weldon postula que o presidencialismo mexicano necessitou ao menos de quatro premissas básicas para se perpetuar:

I) El diseño constitucional de un sistema presidencial fuerte; II) la existencia de un gobierno unificado, esto es que un mismo partido controlara el Congreso de la Unión y la presidencia de la República; III) una disciplina partidaria rigurosa, que garantizara en ambas cámaras del Congreso una votación cohesionada y coherente con las posturas presidenciales; y IV) el reconocimiento por las fuerzas

¹¹⁵ Vale lembrar, como já dito, que a Constituição de 1917 garantiu um maior protagonismo do Executivo em detrimento aos outros poderes da nação. Logo, isto não significou, constitucionalmente, o controle das esferas Legislativas e Judiciárias. Contudo, com a ampliação dos poderes presidenciais ao longo dos anos, conforme veremos, a ingerência do Executivo nos demais poderes da República foi inegável.

¹¹⁶ Em agosto de 1990, a revista *Vuelta*, fundada pelo célebre poeta Octávio Paz, promoveu um encontro de intelectuais na Cidade do México. O evento contou com a presença de vários personagens da literatura latino-americana, entre eles o escritor peruano Mario Vargas Llosa que, na ocasião, cunhou uma interessante definição do sistema político mexicano: “a ditadura perfeita”.

¹¹⁷ “Se trata justamente de esa forma de gobierno en donde la división de poderes prevista en la Constitución queda en el papel sin aparecer en la práctica, ya que el Legislativo y el Judicial quedan enteramente subordinados al Poder Ejecutivo, y donde lo mismo ocurre con los poderes locales de los estados y municipios. El término presidencialismo, finalmente, también implica una sociedad civil débil y, por lo tanto, poco capacitada para producir actores sociales con la suficiente fuerza propia como para poder actuar con relativa independencia del poder presidencial en significativas cuestiones políticas, tales como: partidos políticos reales, organizaciones empresariales, de clase media, de obreros y de campesinos, medios de información, comunidades académicas, etcétera”. MEYER, Lorenzo. *La crisis del presidencialismo mexicano*. Recuperación espectacular y recaída estructural, 1982-1996. Foro Internacional, México, núms. 143 y 144, enero-junio de 1996, p. 19 e 20.

¹¹⁸ MIGALLÓN, Fernando Serrano. *Facultades metaconstitucionales del Poder Ejecutivo en México*. México, D.F.: UNAM, 2006.

políticas del liderazgo presidencial dentro del partido oficial capaz de mantener la cohesión y la disciplina partidistas.¹¹⁹

É possível perceber, portanto, que o Poder Executivo não obteve apenas da Carta Magna as ferramentas e elementos necessários para conformar sua força em relação às outras instâncias da República. Nesse sentido, é importante refletirmos acerca de uma característica fundamental do sistema político mexicano: a criação de um “Partido de la Revolución”, que se manteve hegemônico ao longo do século XX.¹²⁰ Não obstante, antes de fazermos uma análise da fundação do PNR, em 1929; de sua consolidação como PRM, em 1938; bem como de sua institucionalização como PRI, a partir de 1946, é necessário nos debruçarmos brevemente no contexto político que antecedeu a criação da organização partidária.

No plano político, a década de 1920 ficou conhecida como os anos da Reconstrução Nacional e da formação do Estado mexicano moderno.¹²¹ A Presidência da República, neste período, foi comandada por figuras políticas oriundas do Estado de Sonora, respectivamente: Adolfo de la Huerta (1920)¹²², Álvaro Obregón (1920-1924), e Plutarco Elías Calles (1924-1928)¹²³. Nessa fase, os Chefes do Executivo apoiaram seus mandatos em discursos que buscavam coesão, entendendo o processo revolucionário como indispensável e, ao mesmo tempo, incompleto, uma vez que ainda estaria em curso. Os sonorenses, como ficaram conhecidos, no esforço de unificar as facções, compreendiam a Revolução unida por uma grande “família revolucionária”. O objetivo

¹¹⁹ WELDON, Jeffrey. Las fuentes políticas del presidencialismo en México. In: MAINWARING, Scott; SOBERG SHUGART, Matthew. (Org.). *Presidencialismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

¹²⁰ Conforme nos aponta Giovanni Sartori, hegemônico porque “No permite una competencia oficial por el poder, ni una competencia de facto. Se permite que existan otros partidos, pero como partidos de segunda, autorizados; pues no se les permite competir con el partido hegemónico en términos antagónicos y en pie de igualdad. No sólo no se produce de hecho la alternación; no puede ocurrir, dado que ni siquiera se contempla la posibilidad de una rotación en el poder. [...] Un sistema de partido hegemónico decididamente no es un sistema multipartidista, sino, en el mejor de los casos, un sistema en dos niveles en el cual un partido tolera y asigna a su discreción una fracción de su poder a grupos políticos subordinados”. SARTORI, Giovanni. *Partidos y sistemas de partidos*. 2ª ed., Madrid, Alianza Editorial, 1992, p. 276 e 277.

¹²¹ AGUILAR, Camín; MEYER, Lorenzo. *À sombra da revolução mexicana - História mexicana contemporânea, 1910 -1989*. São Paulo: Edusp, 2000.

¹²² Assumiu o poder como Presidente interino eleito pela Câmara dos Deputados após Carranza ser deposto e assassinado em maio de 1920. Governou o país por seis meses até a tomada de posse de Álvaro Obregón em 1º de dezembro de 1920.

¹²³ Ocupando, ao longo de sua vida, cargos militares e políticos, Plutarco Elías Calles é um dos grandes nomes da política mexicana pós-revolucionária. Conforme veremos, além de ser um dos responsáveis pela criação do PNR, em 1929, governou o país entre 1924 e 1928, exercendo influência pessoal na Presidência da República mesmo após o término de seu mandato.

era unificar os diversos grupos e demandas oriundas do levante de 1910. Assim, começou a ser forjada uma memória oficial da Revolução Mexicana.

Dentro desse contexto, o Estado, representado pelos presidentes no poder, buscava transformar a insurgência em um “lugar de memória” – que segundo Pierre Nora é o refúgio para o espírito de continuidade.¹²⁴ À medida que a estrutura política pós-revolucionária foi se consolidando, a dinâmica social de lutas iniciada em 1910 foi sendo adotada como legítimo paradigma da história nacional:

Luego del triunfo de la Revolución, y en el proceso de pacificación del país, el nuevo Estado asumió la salvaguarda del patrimonio [revolucionário] como parte fundamental de sus funciones e postulados nacionalistas.¹²⁵

O processo de edificação e usos da memória da Revolução Mexicana pelo governo já havia começado ainda na década de vinte, no calor do término das disputas armadas.

Desse modo, é importante destacar uma rica corrente artística e cultural: o movimento muralista dos anos 1920. Dentro do conceito de produção de memórias e identidades nacionais, as pinturas murais desenvolveram um influente e importante papel no que tange à edificação de uma história nacional. Estas manifestações imagéticas ajudaram a propagar ícones do passado com propósitos bem particulares:

Os murais de Rivera, Orozco e Siqueiros seriam os evangelhos visuais que criariam o mito da Revolução Mexicana. Em vez de um complicado jogo de forças em luta, algumas delas teimosamente locais, a Revolução, bem como a história anterior do México, tomaram – especialmente graças ao trabalho de Rivera – uma forma idealizada, em várias etapas distintas, uma nova história sagrada.¹²⁶

¹²⁴ Para Pierre Nora: “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais”. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n° 10, 1993, p. 12.

¹²⁵ LITVAK, Jaime; LÓPEZ VARELA, Sandra. *El patrimonio arqueológico: conceptos y usos*. In: ENRIQUE, Florescano (Org.). *El patrimonio nacional de México*. Volume II. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1997.

¹²⁶ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997, p. 90.

Quando Álvaro Obregón assumiu a presidência em 1920, nomeou como Secretário de Educação Pública o advogado, político e escritor José Vasconcelos Calderon. Conforme nos lembra Maria Helena Capelato, Vasconcelos tinha por convicção ideológica que o desenvolvimento de uma sociedade também se fazia pela estética, sendo este um estágio muito importante no processo.¹²⁷ Sua proposta político-artística, portanto, era causar impacto visual através de manifestações que retratassem a cultura mexicana a partir de suas tradições, símbolos, mitos, ritos e expressões da vida cotidiana. Usando como ponto de partida a “Escuela Nacional Preparatoria” (ENP), José Vasconcelos elaborou um amplo programa de construção de murais convidando os pintores Diego Rivera, David Alfaro Siqueiros e José Clemente Orozco para estabelecerem seu projeto de educação iconográfica.¹²⁸

As paredes da ENP foram disponibilizadas aos artistas e nelas teve início as representações das “raízes” do povo mexicano. As alegorias foram construídas a partir de um amplo escopo cultural delimitado para ser, em grande medida, uma amostra viva da história dos diversos grupos sociais do país. Desse modo, é possível percebemos nas pinturas murais¹²⁹ as tradições das culturas indígenas com seus símbolos, mitos e ritos; o cotidiano da vida dos trabalhadores mais pobres com uma forte crítica social relacionada à sua exploração; o contraste entre a elite da nação industrial e o país rural camponês; celebrando, por fim, o processo revolucionário de 1910 – vital para engendrar uma “nova sociedade mexicana” ativa e pujante.¹³⁰

Nesse sentido, cabe frisar o trabalho de Diego Rivera que valorizou em sua vasta produção artística os eventos históricos que construíram a diversificada identidade cultural mexicana. Seus gigantescos murais serviram para decorar o edifício da Secretaria de Educação Pública (SEP), na qual estão retratadas representações do mundo do trabalho; do processo revolucionário de 1910; das imagens dos povos indígenas através de cenas do cotidiano, incluindo festas e rituais. De acordo com Gláucia Rodrigues Castelani, uma das principais características de Diego Rivera é o fato

¹²⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Modernismo Latino-Americano e construção de identidades através da pintura*. Rev. Hist. [online]. 2005, n. 153, p. 251-282.

¹²⁸ Estes artistas seriam conhecidos como “os três grandes”. Ver: ADES, Dawn. *Arte na América Latina: A Era Moderna 1820-1980*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1997.

¹²⁹ Ver anexo 01 – página 209.

¹³⁰ CASTELANI, Gláucia Rodrigues. *Murais mexicanos: a arte para o povo*. Klepsidra: Revista virtual de história, Nº. 6, 2001. Ver também: SÁNCHEZ-LÓPEZ, Indira. *Representaciones y expresiones de lo mexicano en los muralistas de la primera generación* - Contribuciones desde Coatepec. Universidad Autónoma del Estado de México Toluca, México, núm. 24, enero-junio, 2013, p. 67-83.

de sua arte ser esteticamente livre e plena de conteúdo social; contribuindo para que seu país tivesse uma fisionomia artística própria; exprimindo o vigor de sua natureza física e humana em uma pintura que não só descrevesse o povo mexicano, mas que também dialogasse com ele; que lhe despertasse, ao mesmo tempo, consciência e orgulho da sua existência.¹³¹

A partir do exposto, o movimento muralista torna-se importante para os fins de nossa pesquisa uma vez que representa a primeira tentativa ampla de estabelecer, entre outros, a Revolução Mexicana como momento fundador da política contemporânea nacional¹³², criando imagens e símbolos de referência. Além do mais, não podemos nos esquecer dos elementos extraimagéticos que acompanharam as manifestações artísticas como, por exemplo, as demais narrativas históricas e os discursos políticos. Nesse sentido, vemos a edificação de uma identidade nacional sustentada sobre figuras simbólicas delimitadas, visando uma memória específica. Os metarrelatos históricos desempenham papel fundamental neste processo; “o bom funcionamento das nações depende de que seus habitantes mantenham uma arraigada crença em uma suposta naturalidade dos mitos identitários.”¹³³

As representações iconográficas do muralismo mexicano são, ao mesmo tempo, construções históricas e geradoras de novas interpretações acerca do passado. Estas imagens tinham por objetivo imortalizar para o futuro a representação de eventos memoráveis na formação do México, estando ligadas à identidade histórica nacional e contribuindo para a edificação da Revolução como mito político. Para Peter Burke, as imagens do passado procuram emoldurar o ponto de vista de uma “testemunha ocular”

¹³¹ CASTELANI, Gláucia Rodrigues. *Murais mexicanos: a arte para o povo*. Klepsidra: Revista virtual de Historia, nº. 6, 2001.

¹³² Ou seja, uma formulação mítica da origem política mexicana. De acordo com Kátia Mendonça: “Na sociedade moderna a política torna-se, em muitos momentos, a esfera da salvação, quando então os limites entre racionalidade e irracionalidade de certo modo se desfazem, surgindo o mito não só como produto de uma atividade inconsciente, mas também como fruto da obediência a um plano nacional. Contudo, neste último caso, dizer que os mitos modernos são racionalmente criados não revela o outro lado da questão, de que se são aceitos é porque podem corresponder a uma ‘história social real’. Sua eficácia está em que eles se transformam em um elemento da vida real. Haveria assim uma ‘realidade do mito’, como diz Peter Burke, com efeitos concretos sobre o mundo externo. [...] Assim, o mito político é antes de tudo capaz de revelar as estruturas de dominação historicamente presentes em uma nação”. MENDONÇA, Kátia Marly Leite. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002, p. 14.

¹³³ CARRETERO, Mario; KRIGER, Miriam. A usina da pátria e a mente dos alunos: um estudo sobre as representações das efemérides escolares argentinas. In: CARRETERO, Mario; ALBERTO, Rosa; GONZÁLES, Maria Fernanda (Orgs.). *Ensino de história e memória coletiva*. Tradução: Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 147.

criando no espectador um efeito de realidade e aceitação do que é representado.¹³⁴ A ideia de se criar imagens “reais” e “vivas” do passado, atendendo a um projeto nacionalista específico do grupo no poder, foi uma constante dentro do movimento da pintura mural iniciado na década de 1920 no país.

Os imensos murais deveriam constituir-se como um amplo museu no qual a população poderia encontrar os referenciais históricos que constituíam sua identidade. Para que esta inclusão identitária da sociedade fosse efetivada, os murais deveriam proporcionar os elementos simbólicos com os quais se pudesse se sentir “mexicano”. Além de emblemas do passado e tradições, a história ganhava forma sendo operada de maneira a saltar aos olhos do espectador. Os traços que representavam personagens e fatos históricos seguiam um processo teleológico que deveria culminar na Revolução que deveria, por sua vez, ser representada como o grande ápice – o evento por excelência.¹³⁵ Dessa forma, a história nacional passou a ser dividida entre o antes e o depois de 1910.

Assim, a ideia da Revolução Mexicana como alicerce de uma “essência” nacional ganhou em amplitude e se consolidou, conforme veremos, nos anos seguintes. Estes elementos foram fundamentais para que o processo revolucionário se tornasse o artifício legitimador do sistema político mexicano, garantindo o *status* e o poder centralizador de uma presidência forte. No entanto, o sucesso da permanência no poder por parte da chamada “família revolucionária”¹³⁶ só pode ser entendido mediante a análise da criação de um partido hegemônico¹³⁷ que, desde seu estabelecimento, pretendeu ser uma ampla frente revolucionária:

La creación del partido oficial fue una herramienta necesaria y a la postre indispensable para que el Presidente ejerciera el poder de

¹³⁴ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

¹³⁵ É o caso, por exemplo, do ciclo de três murais de autoria de Diego Rivera intitulados: “*Epopéya del Pueblo mexicano*”. Conforme o nome sugere, o conjunto muralístico aborda a história mexicana desde o período asteca até o processo revolucionário do século XX. A tríade que compõe a obra possui uma área pintada total de 410,72 m² e encontra-se exposta no Palácio Nacional da Cidade do México. KETTENMANN, Andrea. *Rivera: 1886–1957 Um Espírito Revolucionário na Arte Moderna*. Lisboa: Paisagem, 2006.

¹³⁶ Conforme veremos, durante os setenta e um anos em que o “Partido de la Revolución” ficou no poder, várias foram as denúncias de fraudes e manipulações, sempre silenciadas pela repressão ou simplesmente ignoradas.

¹³⁷ “El partido hegemónico no permite la competencia oficial por el poder, ni una competencia de facto. Se permite que existan otros partidos, pero como partidos de segunda, autorizados; pues no se les permite competir con el partido hegemónico en términos antagónicos y en pie de igualdad”. SARTORI, Giovanni. *Partidos y sistemas de partidos*. 2ª ed., Madrid: Alianza Editorial, 1992, p. 279.

manera casi absoluta. Sin un partido oficial fuerte e ideológicamente cohesionado las luchas por el poder hubieran pasado nuevamente de la arena política a la lucha armada.¹³⁸

1.3. O nascimento do “partido de la revolución”

O órgão incumbido de assegurar a permanência da revolução no governo é o PRI. O PRI é o povo organizado em instrumento de ação política. O objetivo imediato do PRI é manter-se no poder (como) um meio para continuar aplicando a doutrina e o programa da revolução. A finalidade última do PRI é realizar a justiça social pelo caminho democrático.

Cartilla de Orientación Política – editada pela Comissão Executiva do Partido Revolucionário Institucional em 1962.

A dinâmica de manutenção do poder desenvolvida pela sucessão presidencial no México despertou a curiosidade e o interesse político de muitos¹³⁹, ao mesmo tempo em que instigou uma série de trabalhos na tentativa de compreender a intrigante vitalidade priísta. Expressões como “regime autoritário” e “poder vertical” foram cunhadas na tentativa de categorizar as especificidades políticas vividas pelo país ao longo de setenta e um anos (1929-2000). A estreita e complexa relação do partido com o governo – uma das chaves de seu desenvolvimento organizativo – foi um desafio colocado a estudos minuciosos acerca do sistema político mexicano.

O “Partido de la Revolución” não se encaixa plenamente em uma lógica clássica partidária – conforme outros países do continente. Foi desenhado para ganhar eleições e resolver conflitos entre os distintos grupos sociais, controlando, de cima para baixo, os processos políticos e eleitorais.¹⁴⁰ Além disso, foi o pilar de um regime autoritário e a égide de um sistema eleitoral pouco competitivo. Nesse sentido, as efervescências dos

¹³⁸ MIGALLÓN, Fernando Serrano. *Facultades metaconstitucionales del Poder Ejecutivo en México*. México, D.F.: UNAM, 2006.

¹³⁹ Há notícias de que Charles De Gaulle, por exemplo, teria enviado ao México, no início de seu segundo mandato, um grupo de confiança para estudar o PRI. O mesmo foi feito pelo General Ernesto Geisel que deslocou um grupo de professores universitários para analisarem o sistema político mexicano. Ver: GARRIDO, Luis Javier. *El Partido de la Revolución Institucionalizada*. México D.F.: Siglo XXI, 1987.

¹⁴⁰ REVELES VÁSQUEZ, Francisco (Org.). *Partido Revolucionario Institucional: crisis y refundación*. México, D.F.: Ediciones Gernika, 2003.

anos vinte são fundamentais para compreendermos a gênese do “Partido de la Revolución”. Conforme apontamos, a fragmentação das classes políticas acentuou-se na segunda metade da década de 1920, fruto da pulverização do movimento revolucionário em vários grupos. “Puede decirse que quienes habían participado en el movimiento armado de 1910 se sentían con el derecho de acceder al poder”¹⁴¹. Assim, a chave para a estabilidade residia na unificação das distintas facções que emergiram dos conflitos iniciados em 1910. Conforme já dito, esperava-se com isso reduzir os confrontos ocorridos sempre que era preciso nomear candidatos e eleger lideranças.

O projeto de um “Partido de la Revolución”, almejando a estabilidade política e social do país, ganhou gradativa aceitação por parte dos grupos que exerciam o poder no final da década de 1920.¹⁴² Em seu último discurso como presidente, no dia 1º de setembro de 1928, Plutarco Elías Calles (1924–1928) deixou clara a necessidade de uma instituição de caráter homogeneizador:

La idea de crear un partido capaz de agrupar a la mayor parte de las organizaciones que se reclamaban de "la Revolución" no era nueva pues diversas personalidades, y en particular el general Obregón, la habían vislumbrado en el pasado, pero no fue sino con el presidente Calles que ésta comenzó a hacerse realidad. Al quedar resuelto el problema de la sucesión presidencial, el sonorense decidió sentar las bases para crear una organización política lo más vasta posible.¹⁴³

A proposta do líder do “maximato”¹⁴⁴ foi levada adiante em finais de 1928 com a criação de um Comitê Organizador do Partido Nacional Revolucionário (PNR). As atividades do Comitê foram intensas nas últimas semanas daquele ano; e já nos primeiros dias do mês de janeiro de 1929, a Convenção Constituinte fixou as diretrizes que consolidaram as bases para efetivação do PNR. O partido já nascia como uma

¹⁴¹ REYNA, José Luis. *El Partido Revolucionario Institucional/PRI*. México, D.F.: Nostra Ediciones, 2009, p. 22.

¹⁴² “Después de la etapa armada, el país no contaba con instituciones políticas y económicas sólidas. El Estado tuvo que hacer frente al problema de controlar a las masas, así como a sus líderes e iniciar un decidido esfuerzo de reconstrucción en todos los frentes. [...] Al término de la revolución, el poder político quedó pulverizado; era ejercido, en la mayoría de los casos, por jefes militares que controlaban pequeñas regiones del país, cuya única finalidad era satisfacer sus intereses personales”. CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002. p. 137.

¹⁴³ GARRIDO, Luis Javier. *El Partido de la Revolución Institucionalizada*. México, D.F.: Siglo XXI, 1987, p. 63.

¹⁴⁴ É denominado “maximato” o período de ampla influência política de Plutarco Elías Calles entre os anos de 1928 a 1934. Nestes anos, Calles era conhecido como “*El Jefe Máximo de la revolución*”.

ampla frente de todos os “revolucionários”, agrupando várias entidades da República.¹⁴⁵ No dia 4 de março de 1929, o presidente da Convenção, Filiberto Gómez, declarou formalmente constituído o Partido Nacional Revolucionário.¹⁴⁶ Naquele mesmo dia, foi publicada a Declaração de Princípios do PNR¹⁴⁷, na qual é reiterada a função da instituição política recém-estabelecida:

[...] mantener de modo permanente y por medio de la unificación de los elementos revolucionarios del país, una disciplina de sostén al orden legal creado por el triunfo de la Revolución Mexicana, y definir y consolidar cada día más la doctrina y las conquistas de la Revolución llevando a los puestos representativos a elementos que por su filiación, idoneidad y moralidad, garanticen los postulados de la misma y las aspiraciones generales del país.¹⁴⁸

Desde a sua criação, duas questões apresentaram-se como centrais na dinâmica organizacional do partido: a filiação direta com o processo revolucionário de 1910 e a centralização/conservação do poder nas mãos do Chefe do Executivo. Apostando na pauta revolucionária, os políticos envolvidos com a edificação do PNR viam o partido como representante legítimo da Revolução. A simbiose com o Estado é, desde a sua gênese, um dos traços mais marcantes do “Partido de la Revolución”. A criação do PNR foi tida, muitas vezes, como a consolidação política das reformas iniciadas em 1910. Plutarco Elías Calles tinha noção que era necessário estabelecer bases políticas sólidas, possibilitando assim a “continuidade” das pautas revolucionárias. Dessa forma, era preciso a criação de um partido forte, capaz de apaziguar as armas que se levantavam no país toda vez que interesses divergentes se cruzavam. Os chefes do executivo eleitos a partir de então pelo PNR – e por suas variantes de nomenclatura (PRM e PRI), conforme veremos – buscaram legitimidade constantemente nos desdobramentos políticos relacionados à Revolução Mexicana:

¹⁴⁵ GARRIDO, Luis Javier. *El Partido de la Revolución Institucionalizada*. México, D.F.: Siglo XXI, 1987.

¹⁴⁶ “En 1929 el PNR nació en medio de un oscuro contexto político por la muerte del caudillo revolucionario y a la sazón presidente de la República electo, Álvaro Obregón”. REVELES VÁSQUEZ, Francisco (Org.). *Partido Revolucionario Institucional: crisis y refundación*. México, D.F.: Ediciones Gernika, 2003, p. 84.

¹⁴⁷ “Entre las palabras que formaban su nombre, la significativa era la segunda (nacional): el PNR combatió y debilitó el poder de los sátrapas regionales y de los atamanes revolucionarios”. PAZ, Octavio. *El peregrino en su patria*. Historia y política de México. Obras completas, tomo 8, 2ª reimp., México: Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 282.

¹⁴⁸ Declaração de Princípios do Partido Nacional Revolucionário. Disponível em: http://www.pri.org.mx/bancosecretarias/files/Archivos/Pdf/277-1-10_30_14.pdf Acessado em: 29 de dezembro de 2014.

El PRI nació de la voluntad presidencial – la de Calles – justo al morir asesinado el último gran caudillo de la Revolución Mexicana: Álvaro Obregón. Fue precisamente con la sangre caudillo que se amasó el barro con el que Calles empezó a dar forma al PNR. Si Obregón había sido el general sin derrotas, el PNR sería el partido sin derrotas.¹⁴⁹

Em 1930, poucos meses após a criação do PNR, o general michoacano Lázaro Cárdenas passou a ocupar a presidência do recém-criado partido, estabelecendo-se como uma das figuras centrais do poder político mexicano. Seu desempenho frente ao partido – bem como atuações em outros cargos públicos – renderam-lhe a indicação como candidato oficial do “Partido de la Revolución” para o processo eleitoral de 1934. Conforme veremos, o projeto cardenista para o “Novo México” era bem específico: transformações políticas propunham catalisar reformas sociais estabelecidas a partir do levante armado dos anos 1910. Nesse sentido, o próprio PNR passou por mudanças. O objetivo era garantir uma maior centralização de poderes com a aglutinação em um único partido de amplos setores políticos organizados.

A aparente invencibilidade da “família revolucionária” gerou toda uma mitologia ao redor de sua principal instância política: a presidência da República. Os primeiros magistrados eleitos pelo PNR – e consequentemente pelo PRM e pelo PRI – não deixaram de reclamar “la revolución”, lançando mão de uma constante retórica de filiação ao passado mexicano.¹⁵⁰ Nesse sentido, a consolidação da instituição presidencial, ainda que amplamente fortalecida pela Carta Magna de 1917, estava diretamente relacionada com o governo cardenista iniciado em 1934. De acordo com José Carbonell, enquanto as ações empreendidas por Obregón e Calles buscaram a centralização do poder político, limitando a atuação desagregadora dos poderes locais e disciplinando o exército, Cárdenas foi o encarregado de estabelecer um caráter popular ao Executivo.¹⁵¹ As demandas nacionais foram canalizadas através do Estado, ao passo que a Presidência da República se estabeleceu como o canal principal da condução política no país. Logo, a análise do mandato de Lázaro Cárdenas é de suma importância

¹⁴⁹ MEYER, Lorenzo. *El mito del PRI*. In: FLORESCANO, Enrique (Org.). *Mitos mexicanos*. México, D.F.: Taurus, 2001, p. 97.

¹⁵⁰ Conforme já apontamos, os Informes Presidenciales se converteram no ponto alto da legitimação através de símbolos e ícones do passado, transformando o Congresso em um palco político no qual a Revolução foi encenada de diferentes formas por cada mandatário específico no comando da nação.

¹⁵¹ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002.

para compreendermos as especificidades da política mexicana a partir da década de 1940.¹⁵²

1.4. O sexênio de Lázaro Cárdenas (1934-1940)

La destrucción física de los caudillos, comprendido de modo especial el propio general Obregón, la profesionalización del ejército, la extensión de las comunicaciones que ampliaron inevitablemente la influencia unificadora del centro; la conversión de los jefes militares en empresarios, la participación y final encuadramiento de las masas populares en el partido oficial, la intensificación de la reforma agraria, son, todos, elementos que indican la transformación del régimen político de México y señalan la tumba del caudillismo. Se abre en su lugar la etapa del presidencialismo, fenómeno de la modernización del país que debe ser comprendido como la última forma que adquiere en México el gobierno fuerte.

Arnaldo Córdova
La formación del poder político en México

Quando Lázaro Cárdenas recebeu a faixa presidencial em 1º de dezembro de 1934, já era uma figura pública experimentada na política mexicana – inclusive por sua participação nos campos de batalha junto com os carrancistas, durante a fase armada da Revolução. Além de ter dirigido o PNR e ocupado o cargo de governador do estado de Michoacán, foi secretário de Guerra e Marinha de seu antecessor, Abelardo Luján Rodríguez. A competência com que executava funções político-administrativas foi decisiva para sua escolha como representante da “família revolucionária”. Com o intuito de conhecer a realidade nacional, Cárdenas empreendeu uma série de viagens de campanha por várias regiões do país. Conforme lembraria em sua cerimônia de posse, aqueles dias foram de suma importância para compreender os anseios das camadas mais pobres do México, principalmente a camponês-indígena.¹⁵³

¹⁵² “A la creación del partido revolucionario en 1929 siguió, durante la década de 1930, la centralización del poder necesario para la promoción de reformas sociales y la expansión de éste que implicaba la ampliación de la identificación del pueblo con el sistema. El hombre clave de este proceso fue Cárdenas, quien institucionalizó el partido, centralizó el poder en la presidencia, inició las reformas sociales y amplió la participación política. Calles había comenzado, en la década de 1920, y sobre una base informal, la centralización del poder. En la de 1930, después de la creación del partido revolucionario, dicha centralización quedó institucionalizada en la presidencia”. HUNTINGTON, Samuel, *op cit.* MEYER, Lorenzo. El presidencialismo. Del populismo al neoliberalismo. *Revista mexicana de sociología* 93/2, México, abril-junio de 1993, p. 284.

¹⁵³ KRAUZE, Enrique. *Biografía del poder*. Caudillos de la revolución mexicana (1910-1940). México, D.F.: Tusquets Editorial, 2009.

Os jornais mexicanos comparavam a viagem eleitoral de Cárdenas como uma representação de Francisco Madero, que rodou o país em busca de apoio para seu projeto de “não reeleição”. O México encontrado por Lázaro Cárdenas durante sua campanha não se diferenciava muito daquele percorrido por Madero décadas atrás. As supostas benesses revolucionárias ainda eram um sonho distante para grande parte do país. Nesse sentido, foram forjados o lema e a promessa primordial do cardenismo: justiça social e dignidade nacional. Cárdenas enfatizava, em cada comício de campanha, seu compromisso de colocar em prática os dispositivos revolucionários previstos na Constituição de 1917, como, por exemplo, a distribuição da terra.

O giro cardenista pelo país tinha como objetivo buscar apoio das camadas mais populares e legitimar sua campanha frente a uma elite política desejosa de estabilidade. No entanto, um dos fatores decisivos para o sucesso cardenista foi o apoio de Plutarco Elías Calles, figura crucial na política mexicana do período. Seguindo uma “tendência” que iria se tornar via de regra nos anos seguintes¹⁵⁴, as urnas deram a vitória ao candidato do “Partido de la Revolución”. No dia 30 de novembro de 1934, diante do Congresso Nacional, Lázaro Cárdenas tomou posse como presidente do México.¹⁵⁵ Em seu primeiro discurso, o novo mandatário enfatizou o desejo de manter o país unido sob uma mesma revolução, buscando consolidar o caminho da legalidade política no país. Frente ao Congresso Nacional, o recém-empossado Chefe do Executivo salientou:

El pueblo debe sentir la responsabilidad de mi exaltación al puesto más elevado del País, como una demostración irrecusable de que la vida institucional, que constituye uno de los principales vitales de nuestra Revolución, va realizándose. Y esto me obliga a declarar con firmeza, que la Constitución y las Leyes de la República serán mi norma infranqueable en el cumplimiento de mi deber, la Revolución ha ido convirtiendo en normas jurídicas y morales sus postulados y sus tendencias, dignificándose así como Gobierno de Instituciones. Si en algún instante la Ley no responde a las exigencias de nuestro programa en constante renovación, tendremos la fuerza bastante en nuestras organizaciones políticas y el camino constitucional abierto, para modificar la ley; pero no deberemos violar los principios legales

¹⁵⁴ “El recurso al fraude a favor del partido oficial, solapado, apoyado o a veces realizado por las propias instituciones gubernamentales, cuyo control del proceso electoral favorece la comisión impune de diversas irregularidades que pueden llegar a modificar un resultado desfavorable al gobierno”. CRESPO, José Antonio. *PRI: De la hegemonía revolucionaria a la dominación democrática*. Política y gobierno, México, enero-junio de 1994, p. 60.

¹⁵⁵ Ver anexo 02 – página 209.

que dan poderosa vida institucional y garantía de respetabilidad, dentro y fuera de la República, a la marcha de la Revolución.¹⁵⁶

A dimensão da legalidade foi um aspecto ressaltado na fala do novo presidente. Apesar da criação de um partido que, conforme vimos, pretendeu ser uma ampla frente revolucionária de coalizão, o país ainda sentia os tremores dos anos de lutas e conflitos sociais. Para garantir a estabilidade nacional e manter as rédeas do poder, Cárdenas teve que buscar apoio de importantes grupos sociais – operários, camponeses, servidores públicos, Exército etc.¹⁵⁷ A busca de um denominador comum ainda perdurava no cenário político mexicano: “contener el desgajamiento del grupo revolucionario; instaurar un sistema civilizado de dirimir las luchas por el poder y dar un alcance nacional a la acción politico-administrativa [...]”¹⁵⁸

Durante os anos que se seguiram à fundação do PNR, Plutarco Elías Calles havia exercido um amplo poder sobre as decisões políticas nacionais, mesmo não ocupando mais a cadeira do Executivo. Este período é denominado como *maximato*:

El ‘maximato’ implicó la manipulación del proceso de selección de candidato presidencial por parte del ‘Jefe Máximo’, Plutarco Elías Calles, quien supo imponerse frente al resto de los liderazgos militares y caciquiles e incluso al titular de la presidencia de la Republica.¹⁵⁹

Plutarco Elías Calles havia contribuído na eleição de Lázaro Cárdenas acreditando que o novo mandatário seria um fiel seguidor do *maximato*. No entanto, o projeto cardenista era outro. O Chefe do Executivo sabia que a concentração formal do poder na Presidência da República só ocorreria legalmente com o afastamento de Calles do campo político.¹⁶⁰ Logo, começaria a trabalhar para que isso acontecesse.

Nos primeiros meses de 1935, diversas agitações grevistas sacudiram as principais áreas industriais do México. Contrariando os pedidos do “Jefe Máximo”,

¹⁵⁶ *Informes Presidenciales - Lázaro Cárdenas del Río*. Centro de Documentación, Información y Análisis. México, D.F., 2006. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/sedia/sia/re/RE-ISS-09-06-08.pdf> Acessado em: 13 de janeiro de 2016.

¹⁵⁷ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002.

¹⁵⁸ COSÍO VILLEGAS, Daniel. *El sistema político mexicano*. Las posibilidades de cambio. 13ª Edición, México. Cuadernos de Joaquín Motriz, 1982, p. 35.

¹⁵⁹ REVELES VÁSQUEZ, Francisco (Org.). *Partido Revolucionario Institucional: crisis y refundación*. México, D.F.: Ediciones Gernika, 2003, p. 84.

¹⁶⁰ Uma vez que a influência de Calles nos bastidores do poder político mexicano era muito forte naquele período.

Lázaro Cárdenas apoiou as reivindicações dos trabalhadores. Em 11 de junho daquele ano, o jornal *El Universal* publicou uma declaração feita por Elías Calles a alguns senadores, na qual demonstrava sua insatisfação em relação às posturas presidenciais.¹⁶¹ De imediato, Cárdenas pediu a renúncia de todos os membros de seu governo envolvidos com Calles. A partir de então, a política nacional se polarizou entre cardenistas e callistas. Visando manter a estabilidade do país, bem como garantir a legitimidade do Poder Executivo, Lázaro Cárdenas toma uma decisão crucial. No dia 9 de abril de 1936, o presidente enviou Plutarco Elías Calles para o exílio nos Estados Unidos.¹⁶² Este ato político colocou um ponto final no *maximato*¹⁶³, bem como solidificou as bases do presidencialismo mexicano¹⁶⁴:

Al producirse la victoria del general michoacano, los sectores que apoyaban a Calles fueron “purgados” del partido, del ejército, del Congreso, las gubernaturas y del aparato gubernamental en su conjunto: separados los miembros del gabinete, los Diputados y Senadores fueron desaforados, y removidos 17 gobernadores proclives al desterrado líder. Con el triunfo de Cárdenas, el aparato estatal apoyó de forma decisiva las demandas de los trabajadores y de los

¹⁶¹ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

¹⁶² De acordo com Enrique Krauze, Cárdenas eliminou Calles não do jeito costumeiro que sonorenses atuavam, através das armas, mas de uma forma mais diplomática e política.

¹⁶³ “Calles y Cárdenas terminaron como enemigos políticos, pero vistos bajo la perspectiva de la institucionalización, se complementaron de manera excelente. El sonorenses puso las bases del Estado Mexicano contemporáneo, y creó las instituciones para que finalmente se pasara de la era de los caudillos a la de los procedimientos rutinarios —al menos al nivel local—. Pero debido al vacío de poder que encontró en 1928 no pudo resistir el llamado a preservar un elemento de caudillaje. Cárdenas logró arrancarlo de esa posición en 1935, y lo eliminó como un obstáculo para que se cumpliera cabalmente el proyecto que Calles había diseñado para México al término de su mandato. Fortalecida de esta manera la presidencia, transformado el PNR en PRM en 1938, destruidos así los viejos partidos y aceptadas en su lugar las organizaciones de masas que se convirtieron en los canales predominantes de la relación entre los directores del régimen, todo quedó listo para presenciar el surgimiento del actual sistema político. MEYER, Lorenzo. *La etapa formativa del Estado mexicano contemporáneo* (1928-1940). Foro Internacional. México, abril-junio de 1977, p. 475 e 476.

¹⁶⁴ “La definición de éste modelo presidencial tuvo su momento decisivo cuando el Presidente Lázaro Cárdenas rompió con el maximato impuesto por Plutarco Elías Calles, quien pretendía seguir gobernando tras la silla presidencial, tal como lo había hecho con sus sucesores, impuestos por él mismo (Emilio Portes Gil, Pascual Ortiz Rubio, Abelardo L. Rodríguez). Con este rompimiento, representado con la salida de Calles del país, el modelo de presidencialismo mexicano definió en la práctica lo que desde 1928 establecía la Constitución Federal: la duración sexenal del poder presidencial. El Presidente sería el *tlatoani*, el jerarca absoluto, pero sólo lo sería por seis años. A partir de ese momento el funcionamiento de las facultades metaconstitucionales se limitó al periodo presidencial. Durante ese lapso el Presidente tenía el control último del partido oficial (PRI), lo que suponía en primer lugar el control de la mayoría en ambas cámaras del Congreso de la Unión y en periodos preelectorales, la última palabra en la selección de los candidatos a diputados federales y senadores. En segundo lugar, el Presidente seleccionaba y removía a los gobernadores de los Estados gobernados por el PRI y en tercero, imponía su decisión en la selección del candidato del PRI en el momento de la sucesión presidencial”. MIGALLÓN, Fernando Serrano. *Facultades metaconstitucionales del Poder Ejecutivo en México*. México, D.F.: UNAM, 2006, p. 14.

campesinos. A diferencia de lo que ocurría en el pasado, el jefe del Ejecutivo se puso del lado de los grupos populares, quienes rebasaron por completo a las viejas organizaciones. Sin embargo, esto no significó su autonomía; por el contrario, el aparato público siguió controlando los movimientos de masas.¹⁶⁵

De acordo com Carlos Alberto Sampaio¹⁶⁶, o governo de Lázaro Cárdenas teve três fases distintas: a primeira, que durou da sua posse até o rompimento com Calles; a segunda, entre os anos de 1936 até 1938, considerado como o ponto alto da Revolução Mexicana; e a terceira, de 1938 a 1940, período de consolidação política e de tentativa de manutenção das conquistas. Nesse sentido, as mobilizações sociais e articulações políticas levadas a cabo pelo governo entre 1936 e 1938 são de suma importância para entendermos a dinâmica cardenista. Em seu segundo Informe de Gobierno, Cárdenas destacou o

[...] esfuerzo homogéneo que anima a los tres Poderes de la Federación en el cumplimiento del programa de la Revolución, llena de optimismo a todos los que colaboramos en este momento de responsabilidad social para seguir con entusiasmo en las arduas tareas que nos imponen las necesidades urgentes que tiene nuestro Pueblo.¹⁶⁷

Tendo em mãos o controle político do país, Lázaro Cárdenas se propôs a realizar dois grandes projetos: estabelecer de forma efetiva a distribuição agrária no país, bem como unir todos os trabalhadores mexicanos em uma só organização.

Do ponto de vista da reforma agrária, o modelo cardenista propunha resolver os problemas mais antigos da nação no que dizia respeito à posse e distribuição da terra. Para tanto, o governo via nos *ejidos*¹⁶⁸ a chave para superação das misérias camponesas

¹⁶⁵ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002, p. 173.

¹⁶⁶ BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Edunesp, 2010.

¹⁶⁷ *Informes Presidenciales - Lázaro Cárdenas del Río*. Centro de Documentación, Información y Análisis. México, D.F., 2006. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/sedia/sia/re/RE-ISS-09-06-08.pdf> Acessado em: 13 de janeiro de 2016.

¹⁶⁸ “El ejido es un sistema de tenencia que se creó en México como resultado de la Revolución Mexicana para garantizar que la población rural más necesitada tuviera acceso a tierra para cultivar y vivienda. El reparto agrario se extendió por 62 años y se repartieron más de 100 millones de hectáreas de tierra o el equivalente a 52% de la tierra cultivable en el país. El sector social está formado por 4.1 millones de sujetos agrarios que están repartidos entre 28,662 ejidos y 2,393 comunidades. El sistema de tenencia en el ejido incluye tierra parcelada, tierra de uso común y solares urbanos. El órgano regulador del ejido es la Asamblea Ejidal, la cual es presidida por el Comisariado Ejidal. Los ejidatarios tienen derecho a participar y votar en la asamblea, tener acceso a las tierras de uso común y a explotar el usufructo de su parcela individual. El derecho de usufructo sobre las parcelas individuales permitía a los ejidatarios cultivar la tierra pero lo restringía de venderla, rentarla o de ofrecerla como garantía para un crédito. Estas

no país. De acordo com o Executivo, a valorização dos territórios *ejidais* não era apenas um ato de justiça, mas sim uma ação que visava melhorar significativamente as condições do campo mexicano¹⁶⁹. Para apoiar economicamente o *ejido*, o Estado criou o *Banco Nacional de Crédito Ejidal*, cujo objetivo era garantir condições especiais de empréstimos e consultoria para os beneficiários da reforma agrária cardenista. Além disso, os recursos do *Departamento Agrario Mexicano* foram ampliados consideravelmente. Em outubro de 1936, o governo desapropriou uma imensa área na região conhecida como *La Laguna*, no estado de Coahuila¹⁷⁰, dando início a um crescente aumento das terras destinadas a reforma agrária e, conseqüentemente, ao número de áreas *ejidais*. Sob a presidência do general Lázaro Cárdenas, os *ejidos* passaram de 7.049, em 1935, para 14.680, em 1940.¹⁷¹ Do ponto de vista simbólico, a distribuição das terras era percebida como uma conquista tardia, mas legítima da Revolução.

Em termos políticos, a reforma agrária cardenista havia conquistado importantes vitórias para a Presidência da República e conseqüentemente para o “Partido de la Revolución”. Os grandes latifundiários, que exerciam plenamente seus poderes locais, foram afastados do cenário institucional e perderam seus espaços de poder em detrimento do Governo Federal. Logo, surgiu em meio à reforma agrária no país, uma imensa burocracia estatal, responsável por controlar desde o reparte *ejidal* até os financiamentos concedidos aos camponeses beneficiados.¹⁷² Confiante de suas ações, Cárdenas enfatizou em seu discurso anual frente ao Congresso Nacional que a reforma agrária empreendida pelo seu governo possuía um fim social: “elevar el rendimiento de

restricciones no necesariamente se ajustaban a las necesidades de los ejidatarios y un mercado de tierras informal estuvo presente durante el reparto agrario. Finalmente, en 1992 se aprueba una modificación al Artículo 27 de la Constitución Mexicana, el cual legisla sobre el ejido, para re- formar el sector social con el objetivo de modernizarlo. Una de las modificaciones clave en la reforma fue la eliminación de ciertas restricciones para permitir la venta de parcelas individuales entre miembros del mismo núcleo agrario y la renta a otros miembros del ejido o terceros”. OROZCO GARIBAY, Pascual Alberto. *Naturaleza del ejido de la propiedad ejidal*. Características y limitaciones. Revista Mexicana de Derecho, N° 12, México, 2010, p. 164.

¹⁶⁹ Conforme o discurso de Cárdenas em seu Segundo Informe de Governo. Ver: *Informes Presidenciales - Lázaro Cárdenas del Río*. Centro de Documentación, Información y Análisis. México, D.F.: 2006. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/sedia/sia/re/RE-ISS-09-06-08.pdf> Acessado em: 13 de janeiro de 2016.

¹⁷⁰ Na cerimônia de entrega das terras para os camponeses, Cárdenas fez questão de estar pessoalmente para acompanhar os festejos. Naquela ocasião, o jornal *El Nacional* estampou em sua primeira página a seguinte frase: “Cambiar el fusil por el arado, esta es la felicidad de nuestro país”. A mensagem veio acompanhada de uma reportagem que relatou que um dos camponeses havia confessado ao presidente que naquele dia trocou sua antiga *carabina 30-30*, por um arado para a terra. Ver: anexo 03 – página 210.

¹⁷¹ Ver: NUNES, Américo. *As revoluções do México*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

¹⁷² GILLY, Adolfo. *El cardenismo: Una utopía mexicana*. México, D.F.: Ediciones ERA, 2001.

la economía nacional y remediar en lo posible las desigualdades que provienen de los defectos de la organización de la sociedad.¹⁷³

Do ponto de vista da unificação dos trabalhadores mexicanos, bem como do estabelecimento de uma ampla frente sindical, o governo cardenista buscou introduzir no PNR [...] “las grandes masas de obreros y campesinos, de modo que le restaran fuerza a la gran influencia del sector militar”¹⁷⁴. Nesse sentido, o governo se converteu no elemento regulador da sociedade. Sob o ímpeto de um “espírito corporativo”, conforme frisava o próprio Cárdenas, passou a exercer o controle das organizações trabalhistas. Assim, diversas organizações de setores populares como a *Confederación Nacional Campesina* (CNC), a *Confederación de Trabajadores de México* (CTM) e também a *Confederación Nacional de Organizaciones Populares* (CNOP) aderiram, principalmente a partir de 1935, às fileiras do “Partido de la Revolución”. Todas essas organizações sociais foram de suma importância, pois permitiram ao Poder Executivo organizar e dirigir, a partir do centro, a reforma agrária e desenvolvimento industrial no país.¹⁷⁵

Durante o sexênio cardenista, a política nacional adotou um aspecto pouco usual até então no país¹⁷⁶: propiciou a incorporação com maior relevância das diversas forças políticas nacionais, principalmente aquelas organizações de caráter popular.¹⁷⁷ O objetivo era aproximar da esfera institucional, liderada por Cárdenas, as várias demandas pulverizadas ao longo do país. Portanto, quanto mais grupos eram incorporados, mais a força da Presidência da República ia se estabelecendo. Para obter o controle efetivo sobre as outras instâncias políticas mexicanas, era necessário aglutinar as ramificações de poder em um denominador partidário comum. Ao subordinar as demais instâncias nacionais, o Chefe do Executivo passou a ser o vértice da pirâmide de

¹⁷³ *Informes Presidenciales - Lázaro Cárdenas del Río*. Centro de Documentación, Información y Análisis. México, D.F. 2006. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/sedia/sia/re/RE-ISS-09-06-08.pdf> Acessado em: 13 de janeiro de 2016.

¹⁷⁴ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México D.F.; UNAM, 2002, p. 27.

¹⁷⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁷⁶ Conforme nos lembra Ricardo Neves Streich, ao retomar a periodização proposta por Hans Tobler, “o governo Cárdenas pode ser caracterizado como a ‘fase tardia da revolução’”. Cárdenas, ao trazer à tona os interesses políticos, econômicos e sociais das classes populares, rompeu definitivamente com a exclusão que caracterizava a política mexicana desde os tempos de Porfírio Díaz. Ver: STREICH, Ricardo Neves. *Interpretações da Revolução Mexicana: as leituras de José Carlos Mariátegui, Tristán Marof e Oscar Tenório*. Dissertação de mestrado, orientadora Maria Lígia do Coelho Prado. São Paulo, 2015.

¹⁷⁷ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

poder no México, fazendo frente ao Legislativo e ao Judiciário, bem como se afirmando diante dos governos estaduais e municipais:

[...] esta subordinación de las instituciones políticas por parte del Ejecutivo se realizó mediante el establecimiento de toda una estructura de control político, encaminada a limitar el acceso y la distribución del poder, en una forma no competitiva, basándose principalmente en la existencia de un partido oficial de carácter hegemónico. Así, una centralización aguda y la fuerza política concentrada en la presidencia, derivan de la capacidad del propio Ejecutivo de interferir.¹⁷⁸

As novas ambições presidenciais exigiram mudanças dentro do próprio “Partido de la Revolución”¹⁷⁹. Assim, em 1938, o PNR deu lugar ao Partido da Revolução Mexicana (PRM), tendo como organizações de base setores oficialmente apoiados pelo governo Cárdenas. “No se trataba solamente de cambiarle el nombre, sino de realizar una redefinición estructural de fondo”¹⁸⁰:

A solução foi simples: todos os funcionários públicos passaram, por decreto, a integrar o novo partido. A filiação automática se estendeu a todos os membros das forças armadas e aos integrantes de mais de mil organizações políticas, intelectuais, operárias e camponesas que sustentavam o governo.¹⁸¹

A refundação do “Partido de la Revolución” foi uma obra arquitetada pela Presidência da República a partir de princípios estabelecidos como legados da Revolução – postulando assim uma organização partidária com alcance nacional. A Declaração de Princípios do PRM não apresentou grandes mudanças em relação à filiação ao passado já estabelecida pelo PNR.¹⁸² Em suma, tratava-se de organizar uma

¹⁷⁸ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México D.F.: UNAM, 2002, p. 69.

¹⁷⁹ Segundo Carbonell: “Lo cierto es que para 1938 el PNR resultaba ya insuficiente para contener a los grupos revolucionarios, y estrecho para alcanzar los ambiciosos objetivos que perseguía Cárdenas.” *Ibíd.*, p. 39.

¹⁸⁰ REYNA, José Luis. *El Partido Revolucionario Institucional/PRI*. México, D.F.: Nostra Ediciones, 2009, p. 33.

¹⁸¹ FUSER, Igor. *México em transe*. São Paulo: Escrita, 1995, p. 22.

¹⁸² O referido documento reafirma que a unificação revolucionária reside na figura do partido oficial, no qual podemos ler no parágrafo 1º: “Todos y cada uno de los miembros de los 4 sectores que suscriben este pacto [camponeses, operários, militares e sociedade civil] se obligan, de manera expresa y categórica, a no ejecutar acto alguno de naturaleza político electoral, si no es por medio del PRM y con estricta sujeción a los estatutos, reglamentos y acuerdos emanados de los órganos superiores correspondientes.” Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1938%20P-PP-PRM.html> Acessado em: 8 de janeiro de 2015.

aliança com vários setores e grupos populares a fim de consolidar o Estado revolucionário como interventor e tutor da vida social, possibilitando a realização das reformas necessárias para o desenvolvimento nacional. No interior da nova instituição partidária, foram criados os chamados “setores” que inicialmente foram divididos em quatro grupos: o camponês; o operário; o popular e o militar.¹⁸³ Logo, é possível perceber que o PRM contava em suas fileiras com os atores políticos de relevância naquele período.

As transformações propostas pelo PRM foram passos importantes na eliminação dos poderes que ainda conservavam alguns velhos *caciques*¹⁸⁴. A organização por setores afastou a influência política das forças locais, dificultando que o novo partido sofresse pressões advindas de interesses regionais. O “Partido de la Revolución” passou de um formato que reunia uma série interminável de pequenos partidos, agremiações e grupos locais, para uma instituição na qual estavam presentes as emergentes, e cada vez mais importantes, organizações sociais de massa. Nesse sentido, conforme nos lembra Maria Helena Capelato, a fundação do Partido Revolucionário Mexicano pretendeu institucionalizar essa nova forma de representação no Estado¹⁸⁵. A capacidade inclusiva do PRM permitiu que uma ampla gama política fosse incorporada ao interior do regime institucional. “Desde la derecha conservadora hasta la izquierda radical, se incorporó a bordo virtualmente a todos los grupos políticos del momento y la mayoría de mexicanos se sentía representada por ellos”¹⁸⁶:

El gobierno de Cárdenas logró consolidar un amplio frente de organizaciones populares en el interior del partido. Al reorganizar o apoyar la organización de obreros, campesinos, empleados públicos y grupos de las capas medias de la población y encuadrarlos al lado de los militares en las centrales, integrando éstas a los cuatro sectores del partido, el régimen cardenista pudo presentar al PRM como el legítimo representante de la nación y disponer por consiguiente de un formidable apoyo popular¹⁸⁷.

¹⁸³ Ver: GARRIDO, Luis Javier. *El Partido de la Revolución Institucionalizada*. México, D.F.: Siglo XXI, 1987.

¹⁸⁴ Ver: página 13 – nota 26.

¹⁸⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁸⁶ RUBIO, Luis. Frente al cambio político. In: KAUFMAN PURCELL, Susan; RUBIO, Luis (coords.). *México frente al umbral del nuevo siglo*. Entre la crisis y el cambio, México, CIDAC-M. A. Porrúa, 1999, p. 27.

¹⁸⁷ GARRIDO, Luis Javier. *El partido de la revolución institucionalizada*. La formación del nuevo Estado en México (1928-1940), 6a. Ed. México. Siglo XXI Editores, 1991. p. 297.

De acordo com Enrique Krauze¹⁸⁸, a fundação do PRM, quase trinta anos após o início da Revolução, simbolizou o protagonismo de um novo líder político que impôs o poder à nação de forma ordenada e através de uma bem arquitetada estrutura. Do mesmo modo, José Woldenberg afirma que com a conversão do PNR em “Partido de la Revolución Mexicana” produziu uma mudança profunda na estrutura política do país ao “[...] incorporarse al partido las grandes organizaciones de masas (centrales obreras, campesinas y populares) y el ejército en pleno, se construye una especie de agrupación omniabarcante que deja un espacio muy estrecho para la emergencia y reproducción de otras opciones partidistas.”¹⁸⁹ Assim, com a força e apoio dos setores dentro do partido, o PRM se converteu em uma grande organização de massas, representando uma ampla base social¹⁹⁰ e, conforme salientou Cárdenas, permitiu “[...] llevar a cabo el programa de reformas y de desarrollo social de la revolución mexicana.”¹⁹¹

A mudança nas siglas partidárias, portanto, significou de fato uma mudança estrutural dentro da organização que se postulava “herdera de la revolución”. Enquanto o objetivo primordial da fundação do PNR, conforme vimos, havia sido o de reduzir drasticamente a multiplicidade de núcleos de poderes locais organizados em torno de poderes locais. O PRM representou o declínio da participação militar na política, ao passo que subordinou as organizações sindicais e “campesinas” ao novo regime de Estado. Conforme já apontamos, enquanto as ações empreendidas por Obregón e Calles buscaram a centralização do poder político, limitando a atuação desagregadora dos poderes locais e disciplinando o exército, Cárdenas foi o encarregado de estabelecer um caráter popular ao Executivo: “Logró que sus anhelos y demandas fueran canalizadas a través del Estado, concediéndole el rol principal en la conducción y el mando de la sociedad.”¹⁹²

Conforme salienta Maria Lígia Coelho Prado, a dimensão popular e nacionalista do cardenismo não ficou restrita apenas à política, sendo observada também no

¹⁸⁸ KRAUZE, Enrique. *Biografía del poder*. Caudillos de la revolución mexicana (1910-1940). México, D.F.: Tusquets Editorial, 2009.

¹⁸⁹ WOLDENBERG, José; AGUIRRE, Begné. *Sistemas políticos, partidos y elecciones*. 2ª ed., México, Nuevo Horizonte Editores TRAZOS-IETD, 1997, p. 16.

¹⁹⁰ Não obstante, vale destacar, conforme veremos, a existência de grupos opositores a Cárdenas e ao PRM.

¹⁹¹ *Informes Presidenciales - Lázaro Cárdenas del Río*. Centro de Documentación, Información y Análisis. México, D.F. 2006. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/sedia/sia/re/RE-ISS-09-06-08.pdf> Acessado em: 13 de janeiro de 2016.

¹⁹² CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México D.F.: UNAM, 2002, p. 40.

desenvolvimento capitalista do país.¹⁹³ Assim, o projeto industrial do governo teve a mesma orientação que o agrário, ou seja: a expropriação. Por iniciativa presidencial – e sob forte oposição dos setores patronais – foi aprovada no dia 22 de setembro de 1936 a *Ley Federal de Expropiación* em complemento ao Artigo 27 constitucional, que garantia a nacionalização de bens vitais para o país. Logo, era permitido ao Estado, mediante prévia indenização, levar a cabo ocupações temporais ou a expropriação definitiva de bens móveis ou imóveis.¹⁹⁴

Nesse sentido, a primeira grande expropriação cardenista fora do âmbito agrário ocorreu com a nacionalização das linhas férreas do país, conhecidas como *ferrocarriles*, em 23 de junho de 1937. No entanto, o ponto alto da política de nacionalização sucedeu um ano depois, em 18 de março de 1938, quando o presidente Lázaro Cárdenas se dirigiu à população para informar que, a partir daquele dia, o controle da exploração de petróleo no país não seria mais das empresas estrangeiras, mas do Estado.¹⁹⁵ A expropriação teve como causa principal a crescente tensão entre as companhias petroleiras internacionais e o Poder Executivo. As empresas que operavam combustível no país, predominantemente americanas, negaram-se a pagar o acordo coletivo de trabalho que havia sido estabelecido e validado pelas autoridades trabalhistas mexicanas. Cárdenas lançou mão da *Ley Federal de Expropiación* para garantir os interesses dos trabalhadores, ao passo que fazia valer os dispositivos jurídicos da nação, que eram sistematicamente negados pelas empresas petroleiras.

De acordo com Lorenzo Meyer¹⁹⁶, o decreto expropriatório foi mais uma nacionalização do que, de fato, uma expropriação. A apreensão dos bens e propriedades das companhias petroleiras¹⁹⁷ foi uma ação arquitetada para operar uma importante mudança na estrutura do país: a maior participação do Estado na economia. Assim, a expropriação de 1938 permitiu ao governo ter um maior controle do desenvolvimento

¹⁹³ PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina* (Argentina e México). 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁹⁴ Ver: *Ley Federal de Expropiación*. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/35.pdf> Acessado em: 17 de janeiro de 2016.

¹⁹⁵ Com o passar do tempo, “*la expropiación petrolera*”, como ficou conhecido o episódio, converter-se-ia não apenas em um marco da intervenção estatal na economia, mas também em sinônimo de heroísmo nacional.

¹⁹⁶ MEYER, Lorenzo. *México y los Estados Unidos en el conflicto petrolero 1917-1942*. México, D.F.: El Colegio de México, 1981.

¹⁹⁷ Vale ressaltar que o decreto de expropriação se referia somente aos bens que as companhias tinham em superfície, dado que o petróleo em si, no subsolo, era considerado pelo governo mexicano como propriedade nacional.

econômico nacional e, ao mesmo tempo, mostrou firmeza frente à intervenção estrangeira. Nesse sentido, o Estado assumiu um notório protagonismo em matéria econômica, princípio que, com o passar do tempo, tornar-se-ia uma característica marcante dos mandatários do “Partido de la Revolución”.¹⁹⁸ O discurso cardenista que anunciou a expropriação foi transmitido por rádio¹⁹⁹ a milhões de mexicanos e a notícia logo estampou os jornais²⁰⁰ do país, gerando um misto de euforia e preocupação:

La expropiación pudo haber implicado un grave peligro para el país, no sólo porque en ese entonces no se contaban con los medios internos para explotar la industria petrolera, sino por el riesgo de las presiones de los Estados Unidos y de las compañías petroleras. A lo primero, el gobierno de Cárdenas respondió creando el 7 de junio de 1938 las empresas Petróleos Mexicanos (Pemex), que tendría a su cargo la producción, y la Distribuidora de Petróleos Mexicanos, que se dedicaría a la comercialización. Se conservó, además, la Administración General del Petróleo Nacional, integrada por representantes del gobierno y del sindicato. A lo segundo, con el gran y masivo apoyo popular a la expropiación; el inminente inicio de la Segunda Guerra Mundial, y la posición del entonces presidente de los Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, opuesto a cualquier intervención armada en México, el gobierno Cardenista, fue sorteando los embates de las empresas petroleras.²⁰¹

O ápice do sexênio de Lázaro Cárdenas havia chegado e a concentração de forças no Poder Executivo era cada vez maior: controlava as organizações sociais de massa; possuía ampla aglutinação política mediante ao “Partido de la Revolución” e atuava com preponderância nos assuntos econômicos da nação. Com o cardenismo, a Presidência da República se consolidava como instituição neural do sistema político mexicano, depositária, conforme já apontado, de inúmeros poderes constitucionais e metaconstitucionais. Décadas após as disputas revolucionárias, o Executivo nacional se convertia em uma esfera de poder excepcionalmente sólida. A partir de Cárdenas,

el presidente sustenta su poder ya no en base a su prestigio, carisma o poder personal, sino en el hecho de que es jefe de Estado, de gobierno,

¹⁹⁸ MEYER, Lorenzo. *México y los Estados Unidos en el conflicto petrolero 1917-1942*. México, D.F.: El Colegio de México, 1981.

¹⁹⁹ Ver: anexo 04 – página 211.

²⁰⁰ Ver: anexo 05 – páginas 211 e 212.

²⁰¹ CÁRDENAS GRACIA, Jaime. *La disputa por el petróleo en México*. Breve historia de los hidrocarburos en defensa del petróleo. México, D.F.: Instituto de Investigaciones Jurídicas de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2009, p. 32.

de las fuerzas armadas, del partido del gobierno y conductor, en última instancia, de la economía nacional.²⁰²

Em contrapartida, o amplo poder presidencial não foi sinônimo de consenso nacional, muito menos significou a ausência de críticas ao Executivo. Pelo contrário, a oposição encabeçada pelo “Partido Acción Nacional” (PAN)²⁰³, com apoio de grupos empresariais do país, era constante, principalmente com a aproximação do pleito de 1940. Os críticos das medidas políticas de Cárdenas chamavam a atenção para o “caos comunista”, apontando as tendências “ultrassocialistas” que solapavam o México. A euforia das reformas misturava-se aos ataques de setores mais conservadores da sociedade mexicana. Este ambiente dicotômico foi o pano de fundo das eleições presidenciais, marcadas, conforme veremos, por um tenso clima político.

1.5. O legado político do cardenismo e o nascimento do PRI

El nombre del general Cárdenas lo traemos todos los campesinos porque cuando él fue presidente hasta los pajaritos cantaban alegres. Nosotros de chamacos oímos a nuestros padres que mejor siguiera veinte años de presidente. Porque en ese tiempo, parecía que andaba Jesucristo en la tierra. Depoimento de um camponês do estado de Sonora, 1988.

Adolfo Gilly
El cardenismo: una utopía mexicana

A partir do sexênio de Lázaro Cárdenas, a figura presidencial se converteu em vértice da pirâmide de poder nacional e em “chefe nato” do “Partido de la Revolución”: “Cárdenas es realmente el creador del sistema político mexicano como tal; es él quien establece las instituciones fundamentales para comprender el desarrollo y permanencia del régimen político clásico.”²⁰⁴ Postulando levar adiante as supostas benesses revolucionárias, como já apontamos, o Poder Executivo se estabeleceu, ao longo do

²⁰² BÉJAR NAVARRO, Raúl; MOCTEZUMA, David. *Relativización y desgaste del presidencialismo mexicano*. México, D.F.: UNAM, 1987, p. 10.

²⁰³ Em setembro de 1939, Manuel Gómez Morín, renomado político mexicano, fundou o Partido Acción Nacional (PAN). O objetivo era fazer frente ao projeto cardenista dentro das bases legais da política institucional. Em sua Carta de Princípios, o PAN salientava o objetivo de retomar os fundamentos democráticos e maderistas da Revolução, propondo uma organização social e econômica livre do que chamou de corporativismo estatal.

²⁰⁴ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México D.F.: UNAM, 2002, p. 43.

século XX, como referência primordial do sistema político mexicano. Para tanto, utilizou faculdades constitucionais e metaconstitucionais para estabelecer seu poder acima dos demais atores da federação, utilizando o partido oficial como força a serviço do Estado. Gerenciando poder e institucionalização, o cardenismo gestou uma forma de atuar e fazer política diferente da empreendida nos anos anteriores.

Desde o porfiriato, as lideranças mexicanas se guiaram pelo princípio ou pela necessidade de dominar e submeter seus rivais. Com Cárdenas, o objeto da política passou a ser a dissuasão²⁰⁵, o que não gerou necessariamente um amplo consenso de fato. A opção pela aglutinação foi um fator marcante para o desenvolvimento e hegemonia do “Partido de la Revolución”. Nesse sentido, criaram-se as bases de um cenário nacionalista-revolucionário e, ao mesmo tempo, institucional. A dimensão de institucionalização ganhou força e foi decisiva a partir da segunda metade da década de 1940.

Não obstante, vale lembrar que se o sexênio de Cárdenas foi decisivo para a organização política, ele também foi responsável por algumas contradições. Enrique Krauze²⁰⁶ salienta que Cárdenas estabeleceu uma série de transformações sociais no país, porém, em contrapartida, não é possível caracterizar seu governo como amplamente democrático, tendo em vista o pouco espaço institucional para vozes opositoras no período. Do mesmo modo, Ilán Semo²⁰⁷ estabelece a premissa de que Cárdenas teve uma atuação ambígua:

Promovió libertades políticas y derechos civiles, pero creó las bases sociales e institucionales del autoritarismo presidencial [...] Aunque fomentó las organizaciones de asalariados y obreros, no pudo -¿o no quiso?- alentar su autonomía política y orgánica.²⁰⁸

Vale lembrar que as instituições criadas durante o cardenismo contaram com um amplo apoio popular graças, entre outras coisas, ao relativo sucesso econômico e ao ganho efetivo de benefícios, como, por exemplo, o acesso a terra. Nesse sentido, o governo Cárdenas outorgou ao sistema político mexicano uma estabilidade almejada há

²⁰⁵ *Ibíd.*, p. 83.

²⁰⁶ KRAUZE, Enrique. *Biografía del poder*. Caudillos de la revolución mexicana (1910-1940). México, D.F.: Tusquets Editorial, 2009.

²⁰⁷ SEMO, Ilán. El cardenismo revisado. La tercera vía y otras utopías inciertas. *Revista Mexicana de Sociología* 93/2, México, abril-junio de 1993.

²⁰⁸ *Ibíd.*, p. 198.

décadas, superando, em grande parte, o “período dos homens fortes locais”. Conforme apontamos, o sexênio de Cárdenas foi peça central no desenvolvimento político do país, sendo também o elemento chave que permitiu assegurar e fortalecer as instituições durante os anos subsequentes: “Sin las reformas políticas adoptadas por Cárdenas, el afianzamiento de la hegemonía del sistema posrevolucionario hubiera sido imposible”²⁰⁹. Nesse sentido, tanto a dimensão hiperpresidencial mexicana como o corporativismo oficial do “Partido de la Revolución” foram, ao mesmo tempo, criações e legados do cardenismo.

Não obstante, uma das mais importantes contribuições de Cárdenas diz respeito à sucessão e, conseqüentemente, à manutenção do poder dentro das fileiras do partido oficial. Tão importante quanto centralizar a política nacional na esfera Executiva, era necessário garantir sua transmissão dentro da “família revolucionária”, de forma ordenada e segura. As regras da substituição presidencial no México foram estabelecidas de forma que o presidente em exercício deveria eleger dentro do “Partido de la Revolución” o candidato que iria lhe suceder nos próximos seis anos. Nascia assim mais um elemento do sistema político mexicano atribuído a Lázaro Cárdenas, o “*dedazo*”:

Visto de cerca, el dedazo es básicamente una lucha sorda y sórdida entre los miembros del círculo presidencial por ganar la voluntad del poseedor del gran dedo. Es una lucha tan humillante como intensa, donde nadie pide ni da cuartel; una lucha que empieza desde antes de que el sexenio despunte y concluye sólo cuando los perdedores son forzados a aceptar públicamente su derrota. Esta desgastante lucha de camarillas se lleva a cabo lejos de la mirada del público. En la lógica de los contendientes, lo único importante es la voluntad del presidente, pues los supuestos electores – militantes del partido de Estado primero y ciudadanos después – son meros objetos, no sujetos, de la política.²¹⁰

O *dedazo*, doravante “dedaço” em português, foi a forma pela qual ficou conhecida a escolha para a sucessão presidencial iniciada por Cárdenas a partir das eleições de 1940. A partir de então, conforme a tradição, cada presidente em exercício passou a reunir seus assessores e ministros mais próximos para um ritual que consistia em, literalmente, apontar o dedo indicador para aquele que deveria ser seu sucessor –

²⁰⁹ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002, p. 45.

²¹⁰ MEYER, Lorenzo. *Liberalismo autoritario*. Las contradicciones del sistema político mexicano. México, D.F.: Editorial Océano, 1995, p. 217.

passando a ser o candidato oficial da “família revolucionária” para o próximo pleito do Executivo Federal. Dessa forma, o presidencialismo mexicano resolveu em grande medida, porém de maneira pouco democrática, os dramas e dilemas do processo sucessório²¹¹:

Cuidar la mecánica sucesoria mexicana se transformó con los años en la responsabilidad central legada por cada presidente a su descendiente directo [...] la transferencia ordenada del poder debía ser resguardado como la niña de los ojos del mandatario en turno.²¹²

As regras sobre as quais se operou o mecanismo de transmissão do poder foram estabelecidas com pontualidade pelo cardenismo, ganhando amplitude e incremento nos sexênios posteriores.²¹³ Com o “dedaço”, o patrimonialismo da “família revolucionária” adquiriu seus níveis mais altos. Em meio a todo este processo, o Chefe do Executivo se converteu em uma espécie de depositário exclusivo da soberania política ao possuir o direito de designar seu substituto de forma direta. Este processo, levado a cabo de seis em seis anos, fez com que as figuras política próximas ao Poder Executivo buscassem aumentar seu prestígio junto ao presidente, garantindo, ao mesmo tempo, disciplina partidária e legitimidade institucional. Em contrapartida, a sucessão presidencial mexicana ao longo do século XX se demonstrou autoritária, vertical e impositiva. No entanto, conforme veremos, não podemos negar sua eficácia na transmissão e manutenção do poder por parte dos candidatos do “Partido de la Revolución”.

Nesse sentido, a primeira prova de fogo do mecanismo de transmissão de poder envolveu a sucessão presidencial de 1940, na qual Lázaro Cárdenas escolheu como candidato oficial da “família revolucionária” seu amigo e general: Manuel Ávila

²¹¹ “El proceso sucesorio resulta ser, además del límite más drástico (institucional y políticamente) del presidencialismo mexicano, el proceso político más crítico para la estabilidad del sistema presidencial. Si el sistema tiene una situación de vulnerabilidad, un punto débil, éste se ubica en el momento final del cargo y en la transmisión del poder. Sin la existencia de otras condiciones de resguardo, el proceso sucesorio tiende a ser de alto riesgo, por ser la ocasión para enfrentamientos más radicales y agresivos, debido a la magnitud de la apuesta en juego y en ocasión de un inevitable debilitamiento de los controles”. AGUILAR VILLANUEVA, Luis F. *El presidencialismo y el sistema político mexicano*: Del presidencialismo a la presidencia democrática. In: HERNÁNDEZ CHAVEZ, A. (Coord.) *Presidencialismo y sistema político*. México y los Estados Unidos. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 47.

²¹² CASTAÑEDA, Jorge G. *La herencia*. Arqueología de la sucesión presidencial. México: Ediciones Alfaguara, 1999, p. 459.

²¹³ Como veremos adiante ao analisarmos o surgimento do chamado “*tapadismo*”.

Camacho²¹⁴. No entanto, conforme já apontamos, a oposição e os críticos do cardenismo aproveitaram a proximidade do pleito para acirrar os questionamentos, bem como intensificar a militância. Desse modo, a escolha do candidato para a presidência foi rebatida por parte considerável da imprensa que o julgava despreparado para assumir o Poder Executivo. Rumores de uma iminente rebelião circularam por todo o país. O sucessor de Lázaro Cárdenas encontrou vários desafios antes mesmo de ser eleito. No final daquele ano, os boatos acerca de uma grande revolta se concretizaram apenas em pequenas manifestações localizadas. No primeiro dia de dezembro, Manuel Ávila Camacho recebeu a faixa presidencial das mãos de Cárdenas. A política avilista foi marcada pelo contexto da Segunda Guerra Mundial. O México forneceu principalmente apoio aéreo²¹⁵ aos aliados. A Revolução continuava como pauta central do executivo; e o clamor por reformas estruturais no PRM foram gradativamente exigidas:

Tres parecen haber sido los principales motivos que tuvo Ávila Camacho para reformar el partido oficial: limpiarlo del odio anticardenista que envolvía al PRM; evitar hasta la sospecha de que México fuera a optar por el sistema soviético cuando ya se presagiaba el estallido de la guerra fría; e reafirmar la decisión de separar a los militares de la política [...].²¹⁶

A proposta dos dirigentes mexicanos para a mudança no partido da “família revolucionária” estava baseada, além dos pontos expostos acima por Armando Ayala, na institucionalização do processo revolucionário de 1910. O Partido, que então trocava de nome, colocou-se prontamente como o “gestor oficial” da memória e das figuras históricas do México. Desse modo, era reafirmando seu estreito compromisso com as benesses prometidas pela Revolução Mexicana que, segundo seus membros, podiam ser expressas na seguinte equação: progresso econômico aliado à justiça social.²¹⁷ Em 1946, no final do mandato de Ávila Camacho, foi publicada a Declaração de Princípios do

²¹⁴ A opção cardenista por Manuel Ávila Camacho foi resultado do perfil pacificador atribuído a ele durante o período em que participou da fase armada da Revolução, bem como de postos políticos que ocupou ao longo das décadas de 1920 e 1930.

²¹⁵ O grupo aéreo mexicano, conhecido como “Esquadrão 201”, lutou ao lado dos EUA em operações de ataque estratégico a posições inimigas, principalmente no Japão.

²¹⁶ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005, p. 604.

²¹⁷ É importante frisar que Enrique Krauze aponta esta fórmula como a “redenção” da política latino-americana em um sentido mais amplo. Ou seja, aliar justiça social a políticas neoliberais como forma de atingir o tão almejado progresso das nações. Ver: KRAUZE, Enrique. *Os Redentores: Ideia e Poder na América Latina*. São Paulo: Editora Benvirá, 2011.

Partido Revolucionário Institucional (PRI). O documento reiterou a disposição em incluir e unificar os diversos grupos que compunham a política nacional, afirmando que:

Nuestra origen surge de los grandes valores sociales de la Revolución Mexicana [...] Somos un partido nacionalista que, orgulloso de los principios ideológicos de la Revolución Mexicana, promueve la modernización de México con democracia y justicia social.²¹⁸

O “Partido de la Revolución” ganhou nova sigla, consolidando-se não só como a organização partidária do Estado mas também solidificando ainda mais a instituição presidencial. O PRI e o seu “chefe nato” ocuparam o centro do mosaico político. Partido e presidência se converteram no binômio pelo qual passava toda a vida política do país. A existência de outros partidos cumpria quase um “papel decorativo”, garantindo a fachada de um sistema democrático.²¹⁹ Ao longo do século XX, o Estado mexicano, com o vital apoio do PRI, manteve formalmente a liturgia democrática na qual a existência de partidos de oposição era legal e reconhecida. Desse modo, o regime priísta obteve certa legitimação social, apesar das condições em que se desenvolveram as eleições e o exercício do poder:

Un partido, primero de cuadros o élites y después de masas, que cohesionó al grupo político triunfante y revirtió la atomización y el disgregamiento de la dirigencia político-militar surgida del movimiento revolucionario. Nacido del establecimiento de un pacto de los grupos políticos más representativos, suscrito desde el centro, con la finalidad expresa de subordinar a la periferia. Desde esta perspectiva, el PRI nunca ha sido un verdadero partido político en competencia e igualdad de condiciones con otros. Pero tampoco ha sido un bloque cerrado. En su seno conviven las corrientes ideológicas más disímbolas, sometidas, todas, a las mismas reglas del juego: a la subordinación frente a la autoridad omnipotente del presidente de la República. Así, ha sido, a la vez, muchos grupos en disputa por el poder y la gran *caja negra* donde se ha dado la mayor parte de la concertación política.²²⁰

A refundação do “Partido de la Revolución” foi uma obra arquitetada pela Presidência da República a partir de postulados supostamente herdados da Revolução,

²¹⁸ *Declaración de principios del PRI*. Disponível em: <http://www.congresoson.gob.mx/docspri/DeclaracionPRI.pdf> Acessado em 29 de dezembro de 2014.

²¹⁹ REYNA, José Luis. *El Partido Revolucionario Institucional/PRI*. México, D.F.: Nostra Ediciones, 2009.

²²⁰ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México D.F.: UNAM, 2002, p. 75.

estabelecendo assim uma organização partidária com alcance nacional.²²¹ A Declaração de Princípios do PRM não apresentou grandes mudanças em relação à filiação ao passado já estabelecida pelo PNR.²²² O referido documento reafirma que a unificação revolucionária reside na figura do partido oficial, no qual podemos ler no parágrafo 1º:

Todos y cada uno de los miembros de los 4 sectores que suscriben este pacto [camponeses, operários, militares e sociedade civil] se obligan, de manera expresa y categórica, a no ejecutar acto alguno de naturaleza político electoral, si no es por medio del PRM y con estricta sujeción a los estatutos, reglamentos y acuerdos emanados de los órganos superiores correspondientes.²²³

Em suma, tratava-se de organizar uma aliança com vários setores e grupos populares a fim de consolidar o “Estado revolucionário” como interventor e tutor da vida social, possibilitando a realização das reformas necessárias para o desenvolvimento nacional.

Ao longo de mais de setenta anos, os candidatos do Partido Revolucionário Institucional triunfaram em todas as eleições presidenciais. Além disso, o PRI elegeu quase a totalidade dos governadores estaduais neste período, tendo garantido o maior número no Congresso, assim como a maioria das prefeituras do país. Para se ter uma ideia da força política priísta em relação à oposição, constituída principalmente pelo Partido da Ação Nacional (PAN), até meados da década de 1970, “o PRI havia eleito 2.327 deputados federais contra 129 do PAN, que não havia conseguido mais do que 40 prefeituras municipais contra mais de 27 mil obtidas pelo partido revolucionário”²²⁴. É claro que não podemos deixar de levar em consideração, diante destes números impressionantes, a ocorrência de várias fraudes no sistema eleitoral mexicano, que só

²²¹ “Nacido del establecimiento de un pacto de los grupos políticos más representativos, suscrito desde el centro, con la finalidad expresa de subordinar a la periferia. Desde esta perspectiva, el PRI nunca ha sido un verdadero partido político en competencia e igualdad de condiciones con otros. Pero tampoco ha sido un bloque cerrado. En su seno conviven las corrientes ideológicas más disímiles, sometidas, todas, a las mismas reglas del juego: a la subordinación frente a la autoridad omnipotente del presidente de la República. Así, ha sido, a la vez, muchos grupos en disputa por el poder y la gran caja negra donde se ha dado la mayor parte de la concertación política”. *Ibíd.*, p. 76.

²²² *Pacto, principios y programa del Partido de la Revolución Mexicana*. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1938%20P-PP-PRM.html> Acessado em: 8 de janeiro de 2015.

²²³ *1938 Pacto, principios y programa del Partido de la Revolución Mexicana*. Disponível em: <<http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1938%20P-PP-PRM.html>> Acessado em 18 de maio de 2015.

²²⁴ GARRIDO, Luis Javier. *El Partido de la Revolución Institucionalizada*. México, D.F.: Siglo XXI, 1987, p. 7.

passou a contar com um órgão desvinculado do poder executivo a partir da criação do *Instituto Federal Electoral* (IFE) em 1990.

Não obstante, vale destacar, conforme nos lembra José Antonio Crespo, que o presidencialismo mexicano não pôde concentrar o poder político sem se preocupar, em grande medida, com os aspectos de uma democracia aparentemente dentro da normalidade jurídica e institucional.²²⁵ Nas palavras do autor:

Esto llevó, pues, a la élite revolucionaria a la necesidad de aceptar (y de hecho fomentar) la presencia de partidos opositores, organizar elecciones guardando la liturgia democrática, reconocer algunos triunfos a la oposición, y tolerar en cierto grado algunas disposiciones y prácticas propias de la democracia política.²²⁶

Entre 1940 e 1994 o Partido Revolucionário Institucional passou por diversas crises e divisões internas, bem como mudanças em sua estrutura. Portanto, ele não foi uma organização monolítica. Ao longo deste período, a sociedade mexicana ganhou novos contornos, vivenciado importantes transformações. Uma das chaves para a longevidade priísta foi estar atento a essas metamorfoses políticas e sociais. No entanto, a centralização do poder foi uma constante que caracterizou o partido. O PRI obteve de várias maneiras – ilícitas ou não – uma incomparável solidez em relação à realidade do restante do continente. Contudo, a existência de eleições regulares não foi sinônimo de estabilidade. Apesar da política mexicana no período analisado não ter sido marcada pela presença do exército como força política decisiva, ao contrário de outros países da América Latina, a repressão e o autoritarismo foram uma constante na dinâmica administrativa do país.

De acordo com Enrique Krauze²²⁷, quando Lázaro Cárdenas, fundador do PRM, passou a faixa presidencial para Manuel Ávila Camacho, fundador do PRI, em 1º de dezembro de 1940, o ex-presidente escreveu em seu diário pessoal que havia se esforçado para servir o país e, em boa medida, a população mais necessitada, acabando com privilégios e distribuindo riquezas. De fato, o governo cardenista foi um marco para a política mexicana do século XX. Durante aqueles seis anos, o Executivo realizou

²²⁵ CRESPO, José Antonio. *¿Tiene futuro el PRI?* Entre la supervivencia democrática y la desintegración total. México, D.F.: Grijalbo, 1998.

²²⁶ *Ibíd.*, p. 45.

²²⁷ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

importantes feitos: estabeleceu à reforma agrária; institucionalizou as grandes organizações sindicais; nacionalizou indústrias estrangeiras e, diferentemente de seus sucessores, governou sem derramamento de sangue. No entanto, potencializar o predomínio presidencial, fortalecer e ampliar o “Partido de la Revolución”, bem como ordenar de forma hegemônica o processo sucessório, foram seus principais legados políticos para o México. Mesmo fora da presidência, conforme veremos, Cárdenas continuou sendo “a voz moral do sistema”²²⁸ ao longo das décadas subsequentes.

²²⁸ *Ibíd.*, p. 17.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE REVOLUCIONÁRIA: INFORMES PRESIDENCIAIS E USOS DO PASSADO (1940–1970)

O mandato de Lázaro Cárdenas lançou as bases para a consolidação e fortalecimento do Poder Executivo, inaugurando um novo episódio na vida política do país: a “institucionalização revolucionária”. Os presidentes mexicanos, a partir de então, buscaram se filiar retoricamente aos eventos iniciados em 1910, na tentativa de justificar suas ações políticas. Nesse sentido, o passado foi acessado de inúmeras formas visando seu uso como dispositivo de legitimação frente às questões de cada contexto em particular. Este período também foi marcado pelo otimismo econômico, caracterizado pela historiografia como o “milagre mexicano”. A fórmula adotada para o controle político-social consistiu em apostar no binômio econômico de estabilidade de preços e crescimento, qualificado também como “desenvolvimento estabilizador”²²⁹. Apesar da presença de movimentos de oposição, o Executivo nacional gozou de grande legitimidade. Contudo, no final dos anos sessenta, o aumento da repressão e a violência massiva perpetrada pelo governo contra os críticos e adversários políticos modificou este cenário. A crise de legitimidade se efetivou após o fatídico Massacre de Tlatelolco, em 02 de outubro de 1968. A partir daquele momento, mudanças estruturais no PRI e nas posturas presidenciais foram estabelecidas.

2.1 - Manuel Ávila Camacho: a política de unidade nacional (1940-1946)

No final dos anos trinta, após a ampla ascensão dos regimes nazifascistas, o mundo mergulhou no caos da Segunda Guerra Mundial. O cenário internacional era preocupante e uma pergunta sondava os grupos políticos nacionais: qual era o presidente mais adequado para governar o México diante das tensões mundiais? A nação que ainda não havia fechado por completo as feridas abertas pela Revolução, já se encontrava diante de um novo desafio: eleger o sucessor de Lázaro Cárdenas diante das

²²⁹ PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F.: Editorial Diana, 1986.

convulsões externas e de um conturbado clima eleitoral no país. As contendas políticas começaram muito antes do pleito de 1940. Desde 1938, a “família revolucionária” experimentava uma verdadeira explosão de pré-candidaturas das mais variadas vertentes políticas²³⁰.

Desse modo, a Convenção Nacional do Partido da Revolução Mexicana (PRM), realizada em 1º de setembro de 1939, atraiu a atenção de todo o país. Havia um consenso, não explicitamente declarado, de que o futuro presidente do México para os próximos seis anos sairia daquele evento. Cárdenas havia prometido lançar a campanha eleitoral de seu sucessor dentro do processo democrático, de uma forma legal e pacífica. Entre os vários nomes que figuravam na Convenção do PRM, um, em especial, contava com o apoio e simpatia do Executivo nacional. Tratava-se do ex-general Manuel Ávila Camacho, um homem que havia lutado durante a Revolução²³¹, sendo conhecido na política mexicana pelo seu caráter diplomático e conciliador²³².

De fato, Ávila Camacho deveria lançar mão de todas as suas habilidades políticas antes mesmo de chegar ao poder, pois os conflitos eleitorais para o ano de 1940 já figuravam no horizonte do país. Ao longo de toda sua campanha eleitoral, Ávila Camacho deixou claro seu projeto de realizar um governo preocupado com a conciliação dos diversos grupos a fim de criar as condições favoráveis para o desenvolvimento industrial do país. O então candidato assinalava assim seus anseios pelo que viria a ser propagandeado em seu governo como: “unidade nacional”.

Ao escolher o nome de Manuel Ávila Camacho como candidato oficial do “Partido de la Revolución”, Cárdenas afirmou que garantiria um pleito justo para o

²³⁰ No entanto, apenas o *Partido de la Revolución Mexicana* (PRM) e o *Partido Revolucionario de Unidad Nacional* (PRUN) lançaram candidaturas oficialmente. Ver: MEYER, Lorenzo. *La Revolución Mexicana y sus elecciones presidenciales, 1911-1940*. In: CASANOVA, Pablo González (Coord.). *Las elecciones en México: evolución y perspectivas*, México D.F.: Siglo XXI, 1985.

²³¹ Assim como Cárdenas, Ávila Camacho lutou ao lado de Carranza e dos constitucionalistas.

²³² Segundo Enrique Krauze, os adjetivos que qualificam Manuel Ávila Camacho como pacífico são frutos de sua participação na chamada *Guerra Cristera*, nome dado à contenda envolvendo o Estado e parte da cristandade no México, entre 1926 e 1929, devida, entre outros fatores, aos dispositivos da Carta Magna de 1917 tidos como anticlericais. Naquela ocasião, Ávila Camacho, a mando de Plutarco Elías Calles, logrou resolver uma série de conflitos, participando ativamente para o fim das hostilidades entre os cristãos em armas e as tropas federais. Ver: KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

principal concorrente da oposição: Juan Andreu Almazán²³³. Confiando na promessa cardenista, a oposição lançou uma ampla e exaustiva campanha, focando, principalmente, em parcelas da sociedade descontentes com as fraudes eleitorais e com o legado cardenista. Juan Almazán se colocou como a esperança de uma nova democracia política. No entanto, os conflitos e distúrbios, iniciados em finais de 1939, fizeram cair por terra às expectativas de mudanças. Grupos armados atacaram opositores ao candidato do governo, provocando desordem e um clima de insegurança eleitoral. Dias antes do escrutínio, em meio a intensas disputas armadas, Lázaro Cárdenas conclamou o “espírito cívico”²³⁴ da população, desejando uma votação pacífica e salientando que o México deveria, naquele momento, almejar a união frente ao cenário mundial de guerra.

No entanto, as eleições federais de 1940 foram uma das mais violentas da história do México²³⁵. Temendo uma revolta da oposição, o governo Cárdenas armou grupo de camponeses que patrulhavam as ruas da capital. O candidato do PRM contava com a vantagem de usufruir de todo o aparato estatal. Nas localidades mais importantes da nação, houve um clima de violência generalizada, além de inúmeras “[...] prácticas de fraude, como las presiones ilegales sobre los votantes, los contingentes acarreados que votaban en varias casillas y el robo de urnas, sino también un buen número de enfrentamientos violentos que provocaron decenas de muertes”²³⁶. No dia 7 de julho de 1940, as urnas confirmaram aquilo que já era claro para a “família revolucionária”: a vitória de Manuel Ávila Camacho. Conforme veremos, a “alquimia eleitoral”²³⁷ foi uma

²³³ Juan Andreu Almazán foi um militar e conhecido empresário mexicano. Participou das eleições presidenciais de 1940 como candidato do *Partido Revolucionario de Unidad Nacional* (PRUN), em oposição ao concorrente do PRM.

²³⁴ Tendo em vista a iminência de uma guerra civil no país. A reportagem da revista americana *Time* ilustra bem o clima de tensão vivido naquele período no México: “La sangre siempre corre en las elecciones mexicanas, pero desde los primeros días de la revolución no había habido tal violencia en una elección. Las balaceras más intensas iniciaron hasta el mediodía, cuando los almazanistas atacaron el edificio rodeado de barricadas de El Popular, el periódico de la CTM. Murieron dos personas. Hubo otros choques cerca de la Oficina de Correos (cuatro muertos) y en el Jardín de Santo Domingo (dos muertos). Incidentes como éste se repitieron hasta las dos de la tarde cuando, elección o no elección, los mexicanos se fueron a dormir la siesta. A las 4:30 reiniciaron las balaceras. Bombas, gas lacrimógeno, intervinieron las ametralladoras. Tropas federales, la caballería, la policía, todos participaron en la matanza. El primer resultado, decididamente incompleto: 48 muertos, 400 heridos”. Reportagem publicada no dia 15 de julho de 1940. Disponível em: <<http://www.nexos.com.mx/?p=14844>>. Acessado em: 17 de agosto de 2016.

²³⁵ CASANOVA, Pablo González (Coord.). *Las elecciones en México: evolución y perspectivas*, México D.F.: Siglo XXI, 1985.

²³⁶ GARRIDO, Luis Javier. *El Partido de la Revolución Institucionalizada*. México D.F.: Siglo XXI, 1987, p. 294.

²³⁷ Exemplo disso é a já mencionada reportagem da revista *Time* que descreveu as eleições presidenciais mexicanas como aquelas em que o candidato governista não pode perder. Ao se referirem sobre as

prática comum nos pleitos mexicanos ao longo do século XX. O candidato do governo obteve 93,9% dos votos, contra apenas 5,7% de seu concorrente²³⁸, assim:

A pesar de las promesas reiteradas de Cárdenas de unas elecciones limpias y democráticas, se había regresado a la práctica tradicional; el 7 de julio, la votación fue absolutamente fraudulenta, manipulada e interrumpida por graves disturbios. El enfrentamiento violento entre almazanistas y avilacamachistas fue constante, el ejército y la policía mataron e hirieron a docenas de manifestantes, muchas de las casillas se habían cerrado temprano para evitar problemas de violencia, y muchos votantes no aparecían en las listas y no pudieron votar. Los diarios más importantes del país y del extranjero dieron el triunfo a Almazán. Sin embargo, los resultados oficiales para la oposición fueron ridículos [...] Pero quedó claro que de aquí en adelante el partido oficial no tomaría jamás el riesgo de unas elecciones libres. La responsabilidad del fraude electoral no fue sólo de Cárdenas, sino en realidad era la consolidación de un sistema iniciado durante los años veinte con el que se habían establecido las reglas del sistema político mexicano, que no tenía nada que ver con la democracia.²³⁹

As ameaças de rebeliões armadas para a data da posse do novo presidente não se concretizaram, ficando restritas a atos isolados. No dia 1º de dezembro de 1940, Manuel Ávila Camacho chegou ao Congresso Nacional para receber a faixa presidencial das mãos de Lázaro Cárdenas e cumprir com os trâmites legais para a ocupação do novo cargo político. Suas palavras durante a cerimônia de posse demonstrou a preocupação com o cenário de disputas políticas e divisões internas vivenciadas pelo México naquele momento. Logo, dirigiu-se a população pedindo união aos esforços governamentais,

fraudes no pleito de 1940, a reportagem, datada de 14 de julho, afirmou: “La ley electoral mexicana es característica de mucho de lo que ocurre al sur del río Grande. El candidato del gobierno prácticamente no puede perder. Los resultados se anuncian 60 días después de la elección, mientras tanto el gobierno cuenta los votos. Según una regla increíble los primeros cinco votantes que llegan a la casilla el día de la elección se constituyen en el comité a cargo de la votación. Antes de la elección el PRM organiza ‘escuadrones volantes’ que se apoderan de las casillas. Los simpatizantes de Almazán denunciaron (y muchas de sus denuncias eran, sin lugar a dudas, verdad) que sólo 5% de los 185 mil almazanistas de la ciudad de México habían recibido sus credenciales de registro electoral; que la maquinaria de Camacho había comprado seis mil bastones de acero recubiertos de hule, 10 mil bastones de madera para mantener a los almazanistas lejos de las casillas; y que varios paquetes de boletas cruzadas por el PRM habían sido enviadas desde Oaxaca, Durango, Guerrero, Tamaulipas. ‘En México’, suspiró el candidato Almazán, ‘vivimos en la edad de la trampa’”. Reportagem publicada no dia 15 de julho de 1940. Disponível em: <<http://www.nexos.com.mx/?p=14844>>. Acessado em: 17 de agosto de 2016.

²³⁸ MICHAELS, Albert L. *Las elecciones de 1940*. Disponível em: <http://historiamexicana.colmex.mx/index.php/RHM/article/viewFile/2535/2047> Acessado em: 12 de janeiro de 2016.

²³⁹ LOYO, Martha B. *El Partido Revolucionario Anti Comunista en las Elecciones de 1940*. Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Históricas, Vol. 23, enero-junio de 2002, p. 177-178.

bem como cooperação mútua entre os vários setores da sociedade a fim de garantir o desenvolvimento do país.

Pido con todas las fuerzas de mi espíritu a todos los mexicanos patriotas, a todo el pueblo, que nos mantengamos unidos, desterrando toda intolerancia, todo odio estéril, en esta cruzada constructiva de fraternidad y de grandeza nacionales.²⁴⁰

A proposta de unidade nacional era fundamental naquele contexto. O novo presidente assumiu o poder em meio a uma sensação generalizada de desconfiança em relação ao triunfo das urnas. Nesse sentido, Ávila Camacho buscou o diálogo com os vários setores envolvidos com o pleito de 1940. Uma das primeiras medidas de seu governo foi nomear um gabinete de conciliação com a participação de uma vasta gama de políticos, inclusive, aqueles considerados de oposição.²⁴¹ Aproveitando o contexto da Segunda Guerra Mundial, o chefe do Executivo lançou a denominada “*Política de Unidad Nacional*”. O projeto fomentava a união de todos os mexicanos para que, conjuntamente, lutassem e derrotassem o nazifascismo. O duplo desafio estava posto: manter o país unido e legitimar-se como presidente.

Ávila Camacho tentou unir a nação conforme desejou Cárdenas. Um ano após a sua posse, durante o Primeiro Informe Presidencial, o novo mandatário mexicano mobilizou a Revolução como elemento aglutinador dos anseios políticos, dispositivo capaz de apaziguar as persistentes disputas pelo poder:

[...] los grupos revolucionarios, en vez de procurar imponerse por la arbitrariedad o por la persecución, están obligados a luchar leal y lícitamente para conseguir que preponderen sus puntos de vista por medios pacíficos. De ahí la urgencia de que todos los elementos que han luchado en distintos campos, pero siempre al lado de la Revolución, actúen de conformidad con esas ideas y procuren, por su esfuerzo, tornar en realidades las aspiraciones generosas de nuestro movimiento.²⁴²

²⁴⁰ Trecho do discurso proferido ao Congresso mexicano no dia 1º de dezembro de 1940. Disponível em: <http://cronica.diputados.gob.mx/DDebate/38/1er/Ord/19401201.html> Acessado em: 07 de julho de 2014.

²⁴¹ FERNÁNDEZ, Iñigo. *Historia de Mexico: La Revolución Mexicana/Consolidación Del Estado/La transición política siglos XX-XXI*. México, D.F.: Panorama Editorial, 2008.

²⁴² Trecho do discurso proferido ao Congresso mexicano no dia 1º de dezembro de 1941. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603269d.html> Acessado em: 18 de julho de 2014.

Ávila Camacho tinha em suas mãos uma nação dividida. Como mostramos no Capítulo I, o governo de seu antecessor havia deixado simpatizantes, bem como críticos ferrenhos das ações cardenistas. Parte de setores conservadores da sociedade mexicana apoiou o candidato da oposição derrotado nas urnas afirmando que a instabilidade política era resultado da atuação de grupos socialistas e comunistas. As palavras presidenciais demonstravam o desejo de estabelecer a unidade nacional frente a um cenário interno de parca legitimidade após o pleito de 1940. Além disso, os desdobramentos externos da Segunda Guerra Mundial ameaçavam a estabilidade interna dos projetos governamentais.²⁴³ O clamor para contornar tais adversidades veio com a mobilização de elementos do passado.

Meses após o governo mexicano declarar guerra ao Eixo, em 22 de maio de 1942, Ávila Camacho assentou as bases da unidade nacional em um encontro político sem precedentes. Em um grande ato de nacionalismo e apoio as unidades aéreas do país que combatiam do lado dos Aliados, o Executivo reuniu seis ex-presidentes da república em um único palanque. O evento, realizado na capital federal, foi propagandeado como sinônimo de patriotismo e coesão nacional. Na ocasião, estiveram presentes: Adolfo de la Huerta (1920-1920); Plutarco Elías Calles (1924-1928); Emilio Portes Gil (1928-1930); Pascual Ortiz Rubio (1930-1932); Abelardo Rodríguez (1932-1934); e Lázaro Cárdenas (1934-1940).²⁴⁴ A imprensa mexicana destacou o feito presidencial de colocar em um mesmo palanque Calles e Cárdenas, confessos inimigos políticos.

Aunque se trataba de un mero discurso político pletórico de teatralidad que respondía más a las necesidades internas que externas del país, ló cierto es que ayudó a zanjar las diferencias políticas entre los mexicanos.²⁴⁵

Não obstante, a diplomacia dentro do território nacional foi fundamental para a ampliação da legitimidade governamental.

²⁴³ Nesse contexto, devemos ressaltar a ampliação e influência política da *Unión Nacional Sinarquista* (UNS), grupo nacionalista de extrema direita inspirado no fascismo italiano que buscava participação direta na política mexicana através da mobilização social católica.

²⁴⁴ Ver: anexo 06 – página 213.

²⁴⁵ FERNÁNDEZ, Iñigo. *Historia de Mexico: La Revolución Mexicana/Consolidación Del Estado/La transición política siglos XX-XXI*. México, D.F.: Panorama Editorial, 2008, p. 87.

Buscando se aproximar de setores conservadores contrários ao legado cardenista, o governo federal propôs uma modificação no Artigo 3º da Constituição²⁴⁶ mediante as críticas postuladas acerca do caráter socialista da educação mexicana. O novo texto aboliu a orientação expressa anteriormente – de cunho socialista²⁴⁷ –, que foi substituída por vertentes “democráticas” e “nacionalistas”²⁴⁸. Além disso, Ávila Camacho estabeleceu a *Campaña Nacional contra el Analfabetismo*, na qual nenhum mexicano deveria ficar sem ter acesso as primeiras letras²⁴⁹. O investimento em grandes programas nacionais continuava sendo uma característica dos governantes do “Partido de la Revolución”.

Não obstante, um dos maiores programas sociais do Estado, demonstrava suas fragilidades. Durante o governo de Manuel Ávila Camacho cresceram os problemas no modelo coletivista camponês implementado por Cárdenas. As debilidades tecnológicas na produção agrária inviabilizam a produção e o desenvolvimento. Nesse sentido, os empréstimos não eram pagos e se acirrava a tensão nos *ejidos*. Milhões de pesos foram investidos na tentativa de recuperar este setor vital para o progresso mexicano.²⁵⁰ A questão campestre foi pedra angular para o governo que ainda vivia à sombra das políticas agrárias de Lázaro Cárdenas. A reforma agrária já era uma realidade em milhares de hectares do país e investir no campo tornou-se via de regra.²⁵¹ No entanto, é importante frisar que existiam críticas contundentes à política agrária levada a cabo por Manuel Ávila Camacho, apontando-se certa lentidão na distribuição de terras por parte do Executivo.²⁵²

Em relação às políticas de assistência social nas cidades, igualmente importantes no que tange ao discurso revolucionário, o Executivo nacional priorizou o investimento no sistema de atendimento médico no país. Assim, em janeiro de 1943, foi fundado o

²⁴⁶ Dispositivo constitucional que regulamenta a educação oferecida à população pelo Estado no México.

²⁴⁷ Conforme podemos ler no Artigo 3º, antes da modificação proposta pelo Executivo em 1945: Art. 3 - “A educação que o Estado ministre será socialista [...]”

²⁴⁸ Artigo 3º após a reforma de 1945: “Art. 3. — “A educação que o Estado ministre — Federação, Estados, Municípios — tenderá a desenvolver harmoniosamente as faculdades do ser humano e fomentará nele, a um tempo, o amor à Pátria e a consciência da solidariedade internacional, na independência e na justiça [...]”

²⁴⁹ Ver: ESCALANTE-FERNÁNDEZ, C. *Las cartillas de alfabetización de la campaña 1944-1946 en México*. Revista Mexicana de Historia de la Educación, vol. I, núm. 1, 2013, 155-162.

²⁵⁰ ZAID, Gabriel. *La economía presidencial*. México: Ed. Vuelta, 1987.

²⁵¹ Neste contexto, visando superar o problema histórico de irrigação em algumas áreas do país, foi construída e inaugurada no estado de Puebla uma grande represa para captar e disponibilizar água para diversos camponeses mexicanos. Ao ser inaugurada em 1946, a obra recebeu o nome de “Presa Manuel Ávila Camacho”.

²⁵² Ver: anexo 07 – página 213.

Instituto Mexicano del Seguro Social (IMSS); uma organização tripartida entre Estado, patrões e empregados dedicada a garantir serviços de saúde e seguridade social à população filiada à instituição. Amparando órfãos, doentes, inválidos e viúvas, o IMSS contribuiu para a melhoria do atendimento ao passo em que corroborava o tão almejado projeto de unidade nacional. Enquanto buscava romper com a alcunha socialista herdada de Cárdenas, Ávila Camacho lançou as bases de uma identidade revolucionária social capaz de gestar as propagandeadas benesses obtidas a partir do movimento armado de 1910.

A Revolução Mexicana já estava se consolidando como evento fundador do sistema político do país e, como tal, possuía uma força aglutinadora e persuasiva. A memória revolucionária foi mobilizada na tentativa de ser o elemento identitário capaz de unir os divergentes grupos políticos. Compartilhamos a ideia de que, para além de verdadeiros ou falsos, os mitos idealizados do passado desenvolvem um papel de centralidade nos grupos sociais, sendo um referencial basilar estabelecido a partir da imortalização de personagens e/ou fatos. Pretende-se, com isso, fixar um marco temporal que sirva de referência e, ao mesmo tempo, oriente as ações futuras:

Enquanto elemento de um discurso que se deseja eficaz, o mito político possui uma dupla origem. Ele é fruto, menos ou mais refletido, de uma estratégia política. O emissor do discurso o escolhe confiando em sua utilidade. Mas não é correto reduzi-lo à "demagogia", e não apenas porque não é necessário (embora seja possível) que seu veiculador o vivencie como "mistificação". O mito é também um produto coletivo; cabe estudar as condições de sua apropriação individual (ou por um grupo). O discurso mítico está inserido em um meio social no qual já existe.²⁵³

A gênese político-social da sociedade mexicana estabelecida no século XX teve como referência o processo revolucionário de 1910. Este evento fixou os pontos de referência por ser uma narrativa de criação institucionalizada do sistema político nacional. Conforme vimos, a concepção de um “Partido de la Revolución” em 1929 foi decisivo para o estabelecimento da Revolução Mexicana como evento fundacional da política contemporânea no país. A memória revolucionária apresentou-se como uma poderosa força motriz para a ação no presente. Assim, o “exemplo do passado” passa a ser elemento “vivo” e constitucional da sociedade, fornecendo os modelos para a

²⁵³ MIGUEL, Luiz Felipe. *Em torno do conceito de mito político*. Revista Dados, vol. 41, nº 3, Rio de Janeiro, p 1-18, 1998, p. 15.

conduta dos indivíduos e conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência de determinados projetos e ações, principalmente em momentos de crises e/ou dificuldades.

A união nacional deveria ocorrer, conforme a lógica presidencial, a partir do evento fundador do sistema político mexicano: a Revolução de 1910. No entanto, não se limitava exclusivamente a ele. Outros episódios e personagens do passado poderiam – e deveriam – ser trazidos à tona. Na busca pela legitimidade necessária no presente, o passado revolucionário, bem como os demais períodos e personagens históricos, foram mobilizados constantemente. Em seu Quinto Informe Presidencial, Manuel Ávila Camacho frisou as bases que deveriam ser retomadas para a coesão do país, confiante em sua política de união nacional:

Unirnos para renunciar a aquello que México se propuso, desde la primera campaña de Independencia, no sería fraternizar; sería dimitir. Y una unión de la cual estuvieran ausentes Hidalgo, Morelos, Juárez, Madero, Carranza y, junto con ellos, todos los jefes que apresuraron nuestra marcha a la libertad, equivaldría a confesarnos vencidos de antemano. Nuestra unión, para ser mexicana, tenía que ser revolucionaria; porque en un pueblo cuya gran mayoría padece aún ignorancia y hambre, la Revolución no Constituye un partido, sino una sed; una sed colectiva y ardiente de redención.²⁵⁴

O primeiro magistrado reforçou que a união mexicana deveria contar com os mesmos elementos presentes na campanha de independência do país, ressaltando ícones do século XIX, bem como figuras revolucionárias do século XX. Nesse sentido, trazer à tona a memória de Hidalgo, Morelos e Juárez significou se filiar a símbolos patrióticos que se destacaram no cenário nacional em momentos de crise. Miguel Hidalgo e José Maria Morelos foram dois padres que participaram da Guerra de Independência do México, convertendo-se, desse modo, em ícones no imaginário coletivo social ao lutarem pela liberdade diante das amarras coloniais. A memória dos referidos religiosos se constituiu como um importante marco de patriotismo e combate a opressão.²⁵⁵

²⁵⁴ Trecho do discurso proferido ao Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1945. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603420d.html> Acessado em: 18 de julho de 2014.

²⁵⁵ ROSAS, Alejandro. *Mitos de la historia mexicana*. De Hidalgo a Zedillo. México D.F, Planeta, 2006.

Juárez²⁵⁶, por sua vez, tornou-se sinônimo de nacionalismo ao resistir frente à dominação estrangeira no país. Considerado por muitos como um herói da Pátria e por outros como defensor dos interesses da classe burguesa, por sua visão liberal de mundo, Benito Juárez foi um dos principais precursores do Estado mexicano contemporâneo. O escritor e jornalista Carlos Monsiváis²⁵⁷ afirma que Benito Juárez possui um papel muito importante na consolidação do Estado mexicano. Nesse sentido, a centralidade de Benito Juárez para a política nacional fez de sua imagem, do ponto de vista prático, sinônimo de legitimidade.

Do mesmo modo, trazer o nome de Francisco Madero significou saudar a herança revolucionária que se levantou frente à opressão ditatorial, buscando transformações na dinâmica nacional. Já Venustiano Carranza é visto como um pacificador constitucional, o homem por trás da efetivação da Carta Magna que estabeleceu os princípios do Estado mexicano. Todos esses elementos históricos são estabelecidos como referenciais de união e, ao mesmo tempo, de legitimidade. A lógica presidencial de filiação à história nacional buscou manter “vivas” as memórias longínquas, encarnando aqueles elementos convenientes ao presente.

Os feitos e bravuras ligados às imagens do passado mexicano criaram nas diversas memórias coletivas um conjunto de qualidades que possibilitaram a elevação desses símbolos como ícones da nação. Sabemos que todo esse processo foi permeado por um projeto político com interesses bem definidos. Como vimos, as imagens destes personagens estão ligadas a valores nacionalistas tão elementares que torna possível o seu uso de acordo com cada desejo específico. Esta flexibilidade, ou seja, a ligação dos ícones a questões morais basilares dentro de uma lógica nacionalista permitem que seus usos possam ser feitos sempre quando for preciso agir em prol do “bem comum” social.

No entanto, é interessante notar que a fala presidencial selecionou personagens específicos, figuras que corresponderiam às premissas e articulações do partido no

²⁵⁶ Político Liberal mexicano que ocupou a cadeira presidencial por cinco vezes ao longo do século XIX (1858-1861), (1861-1865), (1865-1867), (1867-1871) e (1871-1872). Conforme veremos, a imagem de Juárez se converteu em um sinônimo de patriotismo e liberdade, sendo mobilizada como símbolo de unidade nacional.

²⁵⁷ Entrevista concedida ao *Masionare*, suplemento do Jornal mexicano *La Jornada*, no dia 26 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2006/02/26/mas-jesus.html> Acessado em: 12 de setembro de 2016.

poder. Em um cenário de constantes reivindicações agrárias²⁵⁸, não seria interessante, por exemplo, mobilizar a imagem de Emiliano Zapata. Nesse sentido, cabe ressaltar um aspecto recorrente na documentação analisada. Ao nos debruçarmos sobre os discursos do Executivo, foi possível perceber a ausência de importantes personagens da Revolução Mexicana. O caso mais emblemático, diz respeito à figura de Pancho Villa que, ao longo do recorte proposto (1940-1994), não teve sua história de luta citada em nenhuma ocasião pelos diversos presidentes em exercício. Vale lembrar, conforme nos orienta Anna Maria Martinez Corrêa, que Emiliano Zapata e Pancho Villa não participaram da elaboração da Carta Magna de 1917; ambos ficaram na antessala da Assembleia Constituinte²⁵⁹. Logo, é possível inferir que entre as várias correntes revolucionárias iniciadas a partir de 1910, apenas uma muito específica – liberal e reformista – foi escolhida pelos mandatários priistas como modelo a ser seguido.

Em seu consagrado estudo sobre a formação do poder político mexicano, Arnaldo Córdova faz um importante questionamento ao tentar definir o processo revolucionário de 1910: “¿revolución o reforma?”²⁶⁰. Segundo o autor, a teoria política clássica define dois tipos de revolução. A primeira, de caráter político, tem o intuito de romper com a ordem de poder vigente, instalando uma nova forma administrativa. Já a segunda, chamada de social, deve, além de modificar as estruturas de poder, eliminar a propriedade em si. De acordo com Córdova, a Revolução Mexicana possui um caráter ímpar, pois teria sido feita por grupos populares, mas promovida e dirigida por numerosos expoentes das classes médias rurais e urbanas. Nas palavras do autor:

En realidad, la Revolución Mexicana estuvo lejos de ser una revolución social; más bien constituía una forma, inédita en la historia, de revolución política, a saber: una *revolución populista*. El modo en que nació y los fines que se propuso no parecen desmentirlo.²⁶¹

Em outra importante obra intitulada *La ideología de la revolución mexicana*, Arnaldo Córdova se dedica a refletir acerca dos princípios ideológicos que nortearam o

²⁵⁸ Conforme apontamos, o volume da demanda por terra não foi acompanhada pelo governo federal. Para se ter uma ideia, Lázaro Cárdenas havia repartido 18 milhões de hectares. Em contrapartida, o sexênio de Ávila Camacho logrou distribuir 5 milhões de hectares. KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

²⁵⁹ CORRÊA, Maria Martinez. *A Revolução Mexicana (1910-1917)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

²⁶⁰ CÓRDOVA, Arnaldo. *La formación del poder político en México*. México, D. F.: Ediciones Era, 1974. p. 24.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 30.

processo revolucionário no país. Ao analisar a participação zapatista e villista na Revolução, o autor afirma que apesar da centralidade dos grupos populares para o levante de 1910, não houve um amplo projeto político nacional advindo dessas lideranças:

La conciencia de la revolución no nació entre las masas rebeladas y disgregadas, sino fuera de ellas, entre los exponentes de las clases medias, que fueron los primeros en proclamarla, atendiendo primero a intereses que eran esencialmente suyos (los ideales liberales universalistas) y agregando después a éstos intereses inmediatos de las masas. La presencia de las masas, su continua revuelta contra la injusticia, la explotación y la opresión de que eran presas, obligaron a aquellos exponentes de las clases medias a modificar sus demandas y su concepción de la revolución; pero no por ello renunciaron a sus posiciones de clase (expresadas en lo fundamental por Madero), ni por otra parte se identificaron con las masas. Todo lo contrario, pues en su caso se trataba de una clarísima y oportuna toma de conciencia de que la revolución no se iba a hacer al margen de las masas, sin que en ella actuaran como protagonistas principales y decisivos los campesinos y los obreros, la inmensa mayoría del pueblo. [...] La razón es que esas masas no pudieron ir más allá de sus intereses inmediatos (el pedazo de tierra para el campesino; el salario o la jornada máxima de trabajo para el obrero) ni crearon una ideología que las organizara independientemente. Su ideología y aun sus dirigentes, pese a haber tenido una legitimación y un reconocimiento a nivel nacional, no expresaron proyectos de desarrollo o de organización nacional. La proyección a ese nivel de sus posiciones o fue casual o se limitó a las demandas inmediatas. En ellos está ausente una idea precisa de un nuevo Estado; falta una concepción acabada de organización de la economía y de la sociedad; falta, en una palabra, una visión clara del futuro, y se mira más al pasado, como al mundo perdido que debe ser reconquistado.²⁶²

Córdova salienta que essas características dos setores populares são compreendidas como uma “outra revolução” e, conforme sabemos, foram fundamentais para o desenvolvimento do processo revolucionário. No entanto, a ausência de um projeto de nação, aliada à dimensão liberal da classe média, institucionalizada após a Constituição de 1917, fizeram com que a memória popular fosse suprimida em relação a outras vertentes revolucionárias. Além disso, o caráter potencialmente explosivo de figuras como Villa e Zapata não era politicamente bem visto por um partido que, desde sua fundação, procurou disciplinar os diversos setores da sociedade. Logo, existem recordações do passado que não deveriam vir à tona; algumas questões não eram úteis

²⁶² CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la revolución mexicana: la formación del nuevo régimen*. México, D. F.: Ediciones Era, 1973, p. 143.

para defender determinado projeto ou ação.²⁶³ Portanto, aquilo que era considerado indesejável, passou a ser descartado da argumentação.²⁶⁴

As estratégias de usos políticos do passado guardam uma lógica própria de luz e sombra em relação a determinados fatos ou eventos, tendo como guia questões específicas do presente. Desse modo, a memória trabalha no campo da seleção de acontecimentos – como se selecionam, por exemplo, aqueles que entram ou não no Panteão Nacional.²⁶⁵ Memória e esquecimento se ligam e tomam forma atendendo aos projetos políticos circunscritos no presente. É importante frisar os conflitos de interesses que envolvem os sistemas de reconstrução dos acontecimentos históricos nacionais: “assim como a memória é produto da tensão entre lembrança e esquecimento, narrar o passado implica dizer e elidir”²⁶⁶. A eleição dos personagens que compõem o mosaico geral de orientação presidencial foi um processo meticuloso que, como tal, buscou atender demandas específicas mediante o binômio memória e esquecimento.²⁶⁷

Assim, o retorno ao passado estabelecido pelo discurso de Ávila Camacho, bem como de outros presidentes priistas, conjurou os mortos da história, “tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens”²⁶⁸. Sabemos que os símbolos do passado, mesmo amplamente disseminados no imaginário coletivo social, “só podem trabalhar mediando às reformulações que permitem (re)enquadrá-los no discurso concreto face ao qual nos encontramos”²⁶⁹. Dentro desse contexto, existem inúmeras maneiras de manejar e ritualizar os ícones históricos a fim de enaltecer as qualidades de um determinado projeto político que visa a alguma benesse no presente.

²⁶³ No entanto, conforme veremos no Capítulo III, a imagem de Zapata, bem como seu lema “Terra e Liberdade”, foram usados pelo Executivo Federal na tentativa de justificar mudanças em dispositivos agrários da Constituição.

²⁶⁴ Mario; ALBERTO, Rosa; GONZÁLES, Maria Fernanda (Orgs.). *Ensino de história e memória coletiva*. Tradução: Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

²⁶⁵ SELIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

²⁶⁶ ABREU, Marcelo Santos de. *Os mártires da causa paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2010, p. 15.

²⁶⁷ “Com Freud o esquecimento perdeu sua inocência. A partir de então, aquele que esqueceu ou quer esquecer alguma coisa tem de justificar-se e estar preparado para uma pergunta – possivelmente penosa – sobre o motivo por que esqueceu, tanto mais quanto mais intensamente ele estiver convencido de que seu esquecimento não precisa de nenhuma justificativa, pois ele simplesmente esqueceu algo”. WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 188.

²⁶⁸ MENDONÇA, Kátia Marly Leite. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002, p. 221.

²⁶⁹ ACHARD, Pierre. [et al.] *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 2ª Edição, Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 14.

Manuel Ávila Camacho afirmou, diante da aglutinação do poder no PRM, que a Revolução Mexicana seria um desejo coletivo de redenção que movia o país. A ideia de redenção mostra o evento de origem como um “ente sobrenatural”, capaz de redimir e salvar a sociedade. Os usos de valores polissêmicos são essenciais para os discursos políticos, sendo ferramentas primordiais nos textos do Executivo. Não obstante, o projeto de unidade nacional também prezou por outros elementos que englobam a cultura política revolucionária. Nesse sentido, o governo federal patrocinou diversas produções cinematográficas de grande popularidade no período, entre elas, a película *Soy Puro Mexicano* (1942)²⁷⁰, do diretor Emilio Fernández, reconhecido por abordar a temática revolucionária nacionalista em suas obras.²⁷¹

A Segunda Guerra havia contribuído para a diminuição da produção de muitos bens de consumo, incluindo o cinema. Os produtos químicos com os quais se fabricavam as películas eram considerados importantes para os esforços de guerra. No entanto, na década de quarenta a produção cinematográfica mexicana viveu um intenso crescimento interno. Naquele período, diante da dificuldade em se ter acesso a novas produções internacionais, o mercado nacional viu a oportunidade de desenvolver seus próprios longas metragens. Com o apoio financeiro do Executivo Federal, o cinema mexicano viveu sua “*época de oro*”²⁷²:

En el panorama nacional, la situación de guerra también benefició al cine mexicano porque se produjo una disminución de la competencia extranjera. Aunque Estados Unidos se mantuvo como líder de la producción cinematográfica mundial, muchos de los filmes realizados en ese país entre 1940 y 1945 reflejaban un interés por los temas de guerra, ajenos al gusto mexicano. La escasa producción europea tampoco representó una competencia considerable. El auge del cine mexicano favoreció el surgimiento de una nueva generación de directores.²⁷³

Em 1946, o governo mexicano estabeleceu o *Premio Nacional de Ciencias y Artes*, cujo objetivo era promover o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico

²⁷⁰ O filme aborda, no melhor estilo “Robin Hood”, a história de um “bom ladrão” que, após conseguir fugir da prisão, luta contra espiões nazistas, italianos e japoneses que pretendem usar o México, no contexto da 2ª Guerra Mundial, como rota para realizar ataques contra os Estados Unidos.

²⁷¹ Não obstante a riqueza e diversidade das fontes audiovisuais e cinematográficas, não nos aprofundaremos nessa documentação. Devido aos limites de nossa pesquisa, julgamos prudente privilegiar a análise dos discursos presidenciais.

²⁷² FERNÁNDEZ, Iñigo. *Historia de Mexico: La Revolución Mexicana/Consolidación Del Estado Revolucionario/La transición política siglos XIX-XX*. México, D.F.: Panorama Editorial, 2008.

²⁷³ GARCÍA RIERA, Emilio. *Historia documental del cine mexicano*. México, D.F.: CONACULTA, 1992, p. 125.

do país. Entre os que receberam o prêmio das mãos de Ávila Camacho naquele ano, encontravam-se nomes consagrados, como o muralista José Clemente Orozco²⁷⁴ e a pintora Frida Kahlo²⁷⁵. A produção musical mexicana também ganhou um forte impulso governamental no período. Entre os vários sucessos nacionais, um se converteu em sinônimo de unidade patriótica no contexto da Segunda Guerra Mundial: a composição *¡viva México, viva América!* Na letra da canção, o autor Pedro Galindo deixa claro sua admiração e amor pelo país.²⁷⁶ Sem dúvida, o incentivo à produção cultural foi um elemento importante para o projeto presidencial de gestores *de la revolución* empreendido a partir da década de quarenta.

No dia 1º de setembro de 1946, Ávila Camacho se dirigiu ao Congresso Nacional para proferir seu Sexto Informe Presidencial. Na ocasião, recorrendo a eventos históricos e evocando doses de um exaltado patriotismo, o primeiro magistrado afirmou:

Ascendí a la Presidencia de la República por el camino que recorrieron antes que yo y, más tarde, junto conmigo, los hombres que hicieron nuestra Revolución Social. Desde la altura del cargo en que me situaron las circunstancias, nunca olvidé los compromisos morales que aquel origen, tan respetable, imponía a los actos de mi Gobierno. Emanado de la Revolución quise que la Revolución, se aceptara y se comprendiera en su sentido más amplio: el de un movimiento de libertad general para la República. Y traté de que no se elevara el menor baluarte entre los ideales en que se inspira y los ideales auténticos de la Patria. Nunca he creído (y la experiencia me ha asegurado en esta íntima certidumbre) que gobernar para todos los mexicanos fuese, en manera alguna transgredir la fidelidad revolucionaria que aquí sustento. Gobernar para todos fue mi deseo. Y en realizarlo puse, desde un principio, la integridad de mi corazón.²⁷⁷

Não podemos negar a utilidade e a força persuasiva do imaginário histórico mobilizado nas representações presidenciais. Considerada uma das mais antigas funções da linguagem com potência e vigor na contemporaneidade, a arte da persuasão é de suma importância no que tange à fala pública: “os meios que fazem um discurso

²⁷⁴ José Clemente Orozco foi um dos grandes nomes da pintura mexicana no século XX e protagonista do movimento muralista no país.

²⁷⁵ Frida Kahlo é considerada o maior expoente feminino da arte mexicana, com uma vasta produção inspirada pela vertente surrealista.

²⁷⁶ “[...] Viva México, viva América / Oh suelo bendito de Dios / viva México, viva América / mi sangre por ti daré yo / Soy puro mexicano y nunca me he dejado / si quieren informarse / la historia les dirá [...]” Disponível em: < <https://www.musixmatch.com/lyrics/Antonio-Aguilar/Viva-Mexico>> Acessado em: 05 de janeiro de 2015.

²⁷⁷ Trecho do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1946. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603445d.html> Acessado em: 18 de julho de 2014.

político persuasivo são de ordem racional e efetiva porque, em retórica, razão e sentimentos são inseparáveis”²⁷⁸. Ávila Camacho se colocou como parte do processo revolucionário mexicano afirmando que seu sexênio percorreu o caminho emanado pela Revolução, mobilizando simultaneamente emoções pessoais com elementos patrióticos. A representação dos relatos do passado esteve intimamente condicionada pelo grupo político no poder, evocando sentimentos de identificação com os acontecimentos e personagens do passado. Essa estratégia de lidar com os fatos ocorridos intervém na transmissão de valores, na criação de identidades e na incitação de sentimentos os mais diversos entre os distintos grupos e/ou comunidades.

Ao findar seu mandato, Manuel Ávila Camacho seguiu a liturgia presidencial mexicana escolhendo um sucessor para os próximos seis anos. No entanto, o candidato não mais representaria o Partido da Revolução Mexicana. Conforme vimos, em 19 de janeiro de 1946, o PRM deixou de existir como sigla do poder. Em seu lugar, havia sido fundado o “novo” Partido Revolucionário Institucional (PRI). Nesse contexto, cabe interpretar que a mudança de nome assinalou o desejo de fixar o movimento revolucionário de 1910 dentro das esferas burocráticas das instituições. O objetivo era colocar a nova organização política à altura dos novos desafios nacionais.

A Revolução iniciava um franco processo de institucionalização, projetando uma suposta imagem democrática ao aceitar a existência de partidos de oposição.²⁷⁹ Conforme veremos, o substituto de Ávila Camacho inaugurou uma nova fase na vida política do país. Pela primeira vez, desde o processo revolucionário, a presidência da República estaria a cargo de um civil. Todos os mandatários que assumiram a chefia do país pós-1910 foram generais ou chefes militares. O sucessor de Manuel Ávila Camacho rompeu com esta lógica. De acordo com Octavio Paz, o PRI logrou separar o corpo militar do corpo político da nação; no entanto, este fato não sinalizou o fim do autoritarismo ou das repressões sociais.²⁸⁰

²⁷⁸ MELO, Deywid Wagner de. *Análise retórica do gênero discursivo oral a defesa pública*. Maceió: EDUFAL, 2009, p. 27.

²⁷⁹ “Se promulgó una nueva Ley Electoral en la que se reconocía la existencia institucional de los partidos de oposición [...] se trataba, sin embargo, de un formalismo más que de una realidad democrática”. REYNA, José Luis. *El Partido Revolucionario Institucional/PRI*. México, D.F.: Nostra Ediciones, 2009, p. 44.

²⁸⁰ PAZ, Octavio. *El ogro filantrópico*. Barcelona: Editorial Seix Barral, 1983.

2.2 - Miguel Alemán Valdés: o desenvolvimento modernizador (1946-1952)

Em muitos países da América Latina, os militares gozaram de amplos poderes ao longo do século XX. Salvo as particularidades de seu sistema político, o México foi uma das poucas nações na qual esta regra não se aplicou. A submissão do Exército ao poder político se converteu em um pilar fundamental para a governabilidade da nação ao longo do século XX e, conseqüentemente, para a estabilidade do PRI. Este fato se deve, principalmente, à decisão de Manuel Ávila Camacho de deixar a presidência da República nas mãos de um jovem advogado do estado de Vera Cruz chamado Miguel Alemán Valdés. Inflamados discursos de modernização e um giro por todo o país fizeram parte da campanha eleitoral do novo candidato da “família revolucionária”. Sua comitiva, formada em grande parte por advogados egressos da UNAM, arquitetou o que seria a pedra angular de suas propostas: o desenvolvimento econômico mexicano.

A equipe de campanha de Alemán Valdés possuía uma característica distinta dos demais assessores presidenciais. O futuro presidente substituiu os velhos “caciques militares”, tão habituais nos governos anteriores, por jovens assistentes ligados às esferas universitárias do país.²⁸¹ Imbuído de uma outra perspectiva política, iniciou-se a etapa civil da Revolução. De fato, a ascensão de Miguel Alemán Valdés ao cargo máximo do Executivo inaugurou uma nova fase na vida política do México: a dos “presidentes advogados”. Entre 1946 e 1988, todos os mandatários que assumiram a chefia do país eram bacharéis em Direito. Em 7 de julho de 1946, as urnas mexicanas confirmaram a larga vitória do candidato governista.

No dia 1º de dezembro daquele ano, o novo presidente foi diplomado junto ao Congresso Nacional. Postulando o movimento revolucionário de 1910 como esplendor guia, salientou ao longo de seu discurso que a Revolução Mexicana era fonte inspiradora e com base em seus princípios iria abrir um novo capítulo na história da nação. Além disso, afirmou o compromisso com as mudanças políticas no México ao passo em que propôs sua modernização expressa na equação crescimento industrial

²⁸¹ SERVÍN, Elisa (org). Del nacionalismo al neoliberalismo, 1940-1994. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.

aliado ao incremento da produção agrícola. Sob as siglas do PRI, tinha início o processo de institucionalização revolucionária:

La institucionalidad así entendida tuvo una causa específica y tendría un efecto claro a largo plazo²⁸². Respecto a la causa inmediata, el giro ideológico respondió a la necesidad de cerrar el paso a un renacimiento de la corriente cardenista, que había quedado desplazada de posiciones políticas clave por la guerra, y a la política de unidad nacional. Concluir la misión histórica del PRM como frente popular, excluir a los comunistas del nuevo partido, conservar y ampliar la alianza con las organizaciones obreras, declarar cancelada la época de luchas de clases y señalar un camino de perfeccionamiento institucional fue la respuesta a los preludios de la Guerra a en lo externo y al triunfo de los moderados en lo interno.²⁸³

Ao longo do governo de Alemán Valdés, profundas transformações alteraram os rumos do país, acelerando o ritmo da industrialização, consolidando as instituições políticas e modernizando a economia nacional.²⁸⁴ Esta fase é tipificada pela historiografia como o fortalecimento do chamado “milagre mexicano”. Conforme já assinalado, a fórmula adotada para a estabilidade política e social consistiu em apostar no binômio econômico de estabilidade de preços e crescimento, qualificado também como “desenvolvimento estabilizador”²⁸⁵.

Miguel Alemán Valdés herdou do mandato anterior as bases para a estabilidade econômica. De acordo com Luiz Pazos²⁸⁶, o governo alemanista, ainda que com muitas atuações criticáveis, manteve uma política de estabilidade de preços e relativa segurança jurídica no comércio, na indústria e nas transações bancárias, perspectivas que estimularam o crescimento do país. A intervenção estatal possibilitou uma relativa solidez econômica, logrando taxas de crescimento anuais superiores a cinco por cento. Contudo, uma das mais importantes características do chamado “desenvolvimento

²⁸² Do mesmo modo, Iñigo Fernández afirma que “La institucionalización tenía como finalidad erradicar toda la corriente de izquierda del partido oficial y convertir a éste en la maquinaria electoral del gobierno que permitiera a los revolucionarios, y sus sucesores, mantenerse en el poder, e iniciar una nueva era política que acabara con la etapa socialista de la Revolución para dar paso a una que introdujera de lleno al país en el capitalismo”. FERNÁNDEZ, Iñigo. *Historia de México: La Revolución Mexicana/Consolidación Del Estado Revolucionario/La transición política siglos XIX-XX*. México, D.F.: Panorama Editorial, 2008, p. 93.

²⁸³ PEÑA, Luis Medina. *Hacia el nuevo Estado México, 1920-1993*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 160.

²⁸⁴ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

²⁸⁵ PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F.: Editorial Diana, 1986.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 20.

estabilizador” foi lançar as bases para o progresso e a legitimação priísta nas décadas seguintes:

El papel jugado por la economía en el marco del sistema político mexicano resultó crucial. El desarrollo económico posterior a 1940 fue impresionante: se alcanzó un incremento sostenido del PIB mayor al 6 por ciento anual en promedio. De hecho, este crecimiento permitió en gran parte estabilizar e imponer la hegemonía del régimen. Al acrecentarse año con año los recursos y la riqueza disponible – tanto para la sociedad como para el Estado –, la coalición revolucionaria se legitimó de *facto*. Dicho en otros términos: junto con algunos otros elementos (como su origen revolucionario), el desarrollo económico permitió un gran consenso y la aceptación social del régimen.²⁸⁷

Conforme já mencionado, no início da década 1940 a sociedade mexicana carecia de estruturas básicas, bem como de um amplo projeto de desenvolvimento. Nesse sentido, o governo alemanista investiu de maneira maciça no setor elétrico, na ampliação das telecomunicações, bem como na malha rodoviária nacional. Eram as artérias pelas quais correriam ao longo do país matérias-primas, alimentos e produtos industrializados.²⁸⁸ O projeto de um México moderno também contou com a ampliação da capacidade de escoamento dos portos, além da construção dos primeiros grandes aeroportos internacionais. Diante do investimento estatal em esferas estratégicas, o empresariado mexicano rendeu apoio definitivo ao Executivo Federal. A política cardenista, tão criticada pelos setores industriais, parecia haver sido prontamente superada. Para termos uma ideia do crescimento no período, entre 1940 e 1950, mais de trinta mil fábricas de pequeno, médio e grande porte foram abertas no país.²⁸⁹

Não obstante, vale lembrar que um dos objetivos centrais adotados inicialmente pelo governo foi apostar em uma transformação substancial da agricultura através da modernização do campo mexicano. Para tanto, a aproximação entre o campo e a indústria foi fomentada tendo em vista os benefícios que esta relação poderia trazer para os setores agrários do país. Assim, o Estado agiu no sentido de possibilitar que a produção camponesa fosse adquirida pela indústria, movimentando a economia nacional

²⁸⁷ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México D.F.: UNAM, 2002, p. 53.

²⁸⁸ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

²⁸⁹ ZAID, Gabriel. *La economía presidencial*. México: Ed. Vuelta, 1987.

e, ao mesmo tempo, garantindo um mercado consumidor para os gêneros agrícolas. Do mesmo modo, o lucro do trabalhador rural seria reinvestido mediante a compra de produtos industrializados. “Según este modelo, ello incrementaría los ingresos en el campo permitiendo a sus habitantes adquirir más bienes generados por la industria nacional, con lo que el sector empresarial también obtendría beneficio”,²⁹⁰.

A dimensão urbanizadora também foi estabelecida como pauta de transformação dentro daquele sexênio. Logo, a Cidade do México passou por inúmeras obras de infraestrutura cujo objetivo consistiu em transformar a capital federal em uma moderna metrópole de nível internacional. Amplas avenidas foram abertas e grandes conjuntos habitacionais construídos na tentativa de abrigar a crescente população. Arquitetos e paisagistas estrangeiros foram convidados para projetar condomínios destinados aos empresários e políticos mexicanos, beneficiados pelos investimentos governamentais em diversos setores da economia. Mesmo com agudos contrastes sociais, a urbanização se tornou a metáfora do progresso alemânico.

Os incipientes avanços econômicos eram propagandeados como sinônimos de um México moderno, no qual o “Partido de la Revolución” e o Executivo nacional eram peças fundamentais para o desenvolvimento. Grandes índices de crescimento ampliavam a legitimidade presidencial, bem como a aceitação do regime centralizador.²⁹¹ Mesmo com o “milagre mexicano”, o passado não deixou de ser mobilizado como artifício de estabilidade e legitimação. Assim, o governo havia incentivado, desde o sexênio de Manuel Ávila Camacho, a estruturação de museus nos quais a preservação dos eventos históricos do país, principalmente o período revolucionário, passou a ser uma constante, merecendo atenção direta do presidente em exercício.²⁹² O objetivo era estabelecer um local de memória no qual o público

²⁹⁰ FERNÁNDEZ, Iñigo. *Historia de Mexico: La Revolución Mexicana/Consolidación Del Estado/La transición política siglos XX-XXI*. México, D.F.: Panorama Editorial, 2008, p. 86.

²⁹¹ A popularidade presidencial não significou a ausência de oposição, bem como de vozes destoantes. No entanto, qualquer ação crítica às pautas governamentais era duramente combatida. Foi o caso, por exemplo, do semanário *Presente*. Característico pelas charges satirizando Miguel Alemán Valdés e inúmeras figuras públicas, o periódico teve uma curta trajetória editorial. Com apenas 36 edições publicadas, o semanário foi violentamente fechado a mando do governo. Temendo pela própria vida, o então diretor, Jorge Piñó Sandoval, buscou exílio na Argentina. Ver: MRAZ, John. *Looking for Mexico: Modern Visual Culture and National Identity*. Duke University Press, 2009.

²⁹² Ver: VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana*. O Museu Nacional de História do México (1940-1982). São Paulo: Alameda, 2007.

mexicano pudesse identificar suas origens a partir de personagens do passado cultuados como verdadeiras imagens *sacro-cívicas*²⁹³:

El pasado, como la Historia, se escribe en presente. Por una parte se expresa aquí la imposibilidad de pensar fuera de un “contexto”, es decir, del presente y, dentro de él, de la “situación” concreta de quien piensa: esas coordenadas vuelven comprensible el pensamiento producido. Por otra parte, esta ubicación hace de cualquier lectura del pasado una construcción o reconstrucción. Afirmación que vale tanto para la Historia como para el Psicoanálisis. Por otro lado, no es posible hablar de pasado, ni de presente – siempre político, como recuerda Gramsci –, sin incluir la dimensión de futuro. Esta dialéctica pasado-presente-futuro se encuentra implícita en cualquier construcción. De aquí, el carácter siempre relativo de cualquier síntesis, sujeta a nuevas revisiones desde las exigencias de una nueva situación.²⁹⁴

Em março de 1947, um episódio envolvendo a história e memória dos *Niños Héroes*²⁹⁵ deixaria clara a posição de Miguel Alemán Valdés e do Executivo em relação ao passado mexicano. Naquele mês e ano, o então presidente dos EUA, Harry Truman, realizou uma visita oficial ao México. O convite havia sido feito pelo Executivo Federal mexicano que buscava abrir linhas de crédito para impulsionar a industrialização no país.²⁹⁶ Na ocasião, completava-se cem anos da guerra entre ambos os países (1846–1848)²⁹⁷. Truman, em um gesto político, prestou homenagem com uma coroa de flores aos jovens combatentes que lutaram um século antes.²⁹⁸ No entanto, a homenagem tocou no íntimo nacionalista mais sensível de alguns mexicanos que desejam um pedido

²⁹³ *Ibid.*, p. 30.

²⁹⁴ TRAVERSO, Enzo, *El pasado, instrucciones de uso*. Historia, memoria, política. Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 48.

²⁹⁵ Os Meninos Heróis de Chapultepec entraram para o Panteão de heróis mexicanos após o cerco das tropas americanas, em 13 de setembro de 1847, ao Castelo de Chapultepec durante a invasão dos EUA ao México. De acordo com a historiografia nacionalista, os seis jovens oficiais resistiram bravamente aos golpes infligidos pelo inimigo até o último suspiro de forças, lançando-se ao combate de forma suicida. O episódio ganhou dimensões nacionais e os seis jovens passaram a ser vistos como símbolos da resistência mexicana contra o imperialismo.

²⁹⁶ É interessante notar que o convite não apenas sinalizou a aproximação das duas nações no contexto do Pós-Guerra, mas também rompeu com uma postura antiamericanista adotada pelo cardenismo.

²⁹⁷ De 1846 a 1848, os Estados Unidos e o México travaram uma guerra devido a questões fronteiriças. Em 1845, o Texas tinha se separado do México e constituído um novo país, chamado República do Texas. Ambos disputavam um mesmo território próximo ao Rio Bravo. Os EUA logo entraram na disputa e enviaram soldados para a área. Assim, em maio de 1846, os americanos declararam guerra ao México. Depois de dois anos de conflitos, um acordo de paz denominado “Tratado de Guadalupe Hidalgo” encerrou formalmente a guerra. No entanto, os mexicanos tiveram que pagar indenizações para os vizinhos do norte. Desse modo, o tratado estabeleceu para os Estados Unidos mais de 1.300.000 quilômetros quadrados do território mexicano, que mais tarde veio a constituir os estados de Utah, Nevada, Arizona, Califórnia, Texas e Novo México, além da parte oeste do Colorado ocidental.

²⁹⁸ Ver: anexo 08 – página 214.

oficial de desculpas por parte dos EUA. A imprensa enfatizou o acontecido, desatando um sentimento de repúdio em relação aos Estados Unidos.

Para apaziguar os ânimos e ressaltar os valores da “mexicanidade” a história foi mobilizada. Pouco depois da visita de Truman, uma notícia foi vinculada nas primeiras páginas dos principais jornais do país. Durante uma suposta escavação arqueológica nos pés das montanhas de Chapultepec, foram encontradas seis ossadas, ao que tudo indicava pertencentes aos *Niños Héroes*. “A pesar de las dudas de historiadores y peritos, nadie se atrevió a contradecir la ‘verdad histórica’, avalada por el presidente con un decreto por medio del cual declaró que aquellos restos pertenecían sin lugar a dudas a los niños héroes”²⁹⁹. Desse modo, Alemán Valdés dava mais uma demonstração de tutoria do passado nacional.

O passado foi estabelecido como um cenário passível de alterações de acordo com cada dinâmica política vivenciada no presente. A memória esteve a serviço do governo federal que, ao mesmo tempo, legitimou-se nos eventos históricos e os usou a serviço do poder. Todo este processo deve ser compreendido dentro de suas especificidades sociais. O episódio envolvendo os *niños héroes* não apenas visou a “reconstrução do passado”, mas a própria perlaboração³⁰⁰ dos acontecimentos em si. Nesta perspectiva, existem tensões constantes pela formação das identidades históricas, nas quais o grupo dominante no México prezou em estabelecer o relato que mais lhe convinha. “A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar”³⁰¹. Desse modo, os resgates do passado estão imersos no contexto político de cada época, expressando os valores existentes na sociedade, bem como as distintas visões e referências de mundo pelas quais os diversos atores interpretam e utilizam o passado a partir do presente.

O projeto modernizador empreendido pelo Estado levou em consideração a dimensão cultural artística nacional. Assim, o governo promoveu e patrocinou várias

²⁹⁹ ROSAS, Alejandro. *Mitos de la historia mexicana*. De Hidalgo a Zedillo. México D.F.: Planeta, 2006, p. 19.

³⁰⁰ Theodor Adorno (1963) concebeu a “perlaboração do passado”, partindo dos estudos clínicos de Freud, porém, ampliou o conceito, referindo-o ao processo histórico-social do holocausto. Nesse sentido, “perlaborar” pode ser interpretado como a forma pela qual o passado é reorientado no presente, criando algo próprio (novo) a partir de elementos e experiências já conhecidos.

³⁰¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *A história, cativa da memória?* Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. SP, nº 34, p. 9-24, 1992, p. 11.

apresentações teatrais cujo cerne foi a história pré-hispânica, com suntuosas encenações do passado asteca, exaltando a figura indígena no país sempre simplificada e integrada pacificamente à população mexicana. Além disso, o regime alemanista investiu na construção de murais, danças, músicas folclóricas e, em dezembro de 1946, fundou o *Instituto Nacional de Bellas Artes* (INBA), que tinha entre seus objetivos fomentar a produção artística e promover a difusão das artes em todo o território nacional.

A busca de uma vertente artística “genuinamente” mexicana foi uma constante. Diante dos êxitos econômicos, o presidente acreditava que o futuro da nação estava diretamente relacionado aos princípios revolucionários. Durante um de seus informes presidenciais junto ao Congresso Nacional, datado de 1º de setembro de 1950, Alemán Valdés afirmou:

El futuro de nuestro país está en el corazón de todos sus hijos; por ello tenemos confianza en que la unidad nacional será inmovible frente a cualquier problema que se nos presente y que sabremos con todo patriotismo buscar soluciones que satisfagan los intereses colectivos, que garanticen los principios de la Revolución, nuestras libertades y el progreso del país.³⁰²

De acordo com Miguel Alemán Valdés, a memória do movimento de 1910 deveria ser preservada como chave para a união e o desenvolvimento do país. A ideia de uma continuidade revolucionária foi construída a partir da arena política, manejada posteriormente nas diversas representações discursivas do Executivo nacional. O imaginário ao redor da “tradição” foi sustentado por manifestações que buscaram um tempo longínquo no qual repousaria o momento fundador. O evento revolucionário de origem é evocado e interpretado, ganhando novos contornos, mas, ainda assim, permanecendo como fonte de autenticidade e coesão.³⁰³

No México pós-1940, a política pública buscou combinar as diversas manifestação culturais em um sistema homogêneo que fosse passível de ser usado para

³⁰² Trecho do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1950. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603551d.html>. Acessado em: 22 de setembro de 2014.

³⁰³ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

superar as divisões do país.³⁰⁴ Com isso, a proposta de uma continuidade revolucionária foi arquitetada como elemento unificador dos rituais políticos nacionais, sendo constantemente revisitada e reinventada ao longo do século XX. Mais uma vez, o passado foi visto e utilizado como artifício legitimador. Diante de velhos problemas, como a miséria no campo e a insatisfação operária, cabia ao Executivo lembrar que todos os mexicanos ainda viviam sob as benesses iniciadas em 1910. Nesse sentido, o fundamento de dar continuidade à Revolução já se consolidava como elemento vital do sistema político nacional, tendo, naquele momento, Miguel Alemán Valdés como seu tutor oficial.

Esta permanência revolucionária tornou-se uma tradição entre os presidentes mexicanos, ganhando amplitude social através das representações políticas. Logo, a evocação do passado por parte do Executivo contribuiu para a constituição da memória nacional, compartilhando uma concepção histórica coletiva do México: “Esse processo pode ser percebido nos rituais postos em cena como parte de comemorações ou exposições, sempre com o intuito de mostrar a permanência das tradições”³⁰⁵. É importante frisar que, como um conjunto de criações simbólicas, permeado por disputas, há um complexo jogo de interesses na construção das tradições. “A tradição é invocada na esperança de sua continuidade (ou daquilo que se apresenta como sendo sua continuidade), a evocação do grande homem [ou evento] é um argumento de autoridade em favor dessa ou daquela proposta”³⁰⁶.

No entanto, vale lembrar que as tradições, bem como as regras, também podem ser quebradas visando à perpetuação de um grupo ou indivíduo no poder. Durante seu sexênio, Miguel Alemán Valdés tentou romper com um dos poucos dispositivos que limitavam efetivamente a atuação presidencial: o princípio da não reeleição. O chefe do Executivo realizou ampla consulta a suas esferas políticas na tentativa de angariar o apoio necessário para a mudança do texto constitucional que vetava um novo mandato. Prontamente, a mídia e alguns dos próprios membros da “família revolucionária”, como Lázaro Cárdenas, levantaram-se contrários às ambições presidenciais. Circulavam pelo

³⁰⁴ CANCLINI, Néstor García. *El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional*. In: ENRIQUE, Florecano (Org.). *El patrimonio nacional de México*. Vol. I. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1997.

³⁰⁵ FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *Patria mestiza: a invenção do passado nacional mexicano (XVIII e XIX)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 15.

³⁰⁶ MIGUEL, Luiz Felipe. *Em torno do conceito de mito político*. Revista Dados vol. 41 nº 3: Rio de Janeiro, 1998, p. 4.

país rumores de um novo “Porfírio embriagado pelo poder”³⁰⁷. O projeto reelecionista foi um fracasso e Alemán Valdés teve que recuar. Conforme nos lembra Enrique Krauze o primeiro mandamento do presidencialismo mexicano estava escrito e reafirmado: cederá seu poder no sexto ano.³⁰⁸

Se as ambições políticas de perpetuação no poder falharam, o mesmo não pode ser dito em relação ao ideário desenvolvimentista presidencial. Os índices de crescimento econômico eram vistos e divulgados como exemplos de êxito que deveriam ser seguido por outras nações. Do mesmo modo, a construção idealizada da Revolução Mexicana – estabelecida diretamente através da cultura revolucionária edificada posteriormente – tornou-se modelo exemplar de inúmeras atividades políticas significativas, nas quais foi mobilizada como artifício legitimador. Em setembro de 1951, o chefe do Executivo afirmou diante do Congresso Nacional:

Con fe en nosotros mismos, con decisión perseverante de continuar nuestro progreso y con devoción por nuestras instituciones y libertades, debemos mantener siempre en alto la Democracia, la Revolución y la patria.³⁰⁹

Durante o sexênio de Miguel Alemán Valdés, o país viu os índices populacionais urbanos crescerem significativamente devido ao recrudescimento da taxa de natalidade, bem como ao aumento da migração do campo para as cidades.³¹⁰ Estas transformações implicaram também na disseminação de problemas sociais, acarretando, principalmente no final de seu mandato, uma crescente instabilidade social. Por isso, o discurso presidencial frisou a importância de manter a crença democrática na pátria e em seu grande ideário político contemporâneo: a Revolução Mexicana. A pacificação das discórdias nacionais passava, necessariamente, pela retórica revolucionária. Nas palavras do chefe do Executivo, a tríade democracia, revolução e pátria eram elementos fundamentais para o progresso do país. Contudo, o que se via na prática era a repressão maciça a grupos e/ou setores opositores ao governo, destacando-se o movimento

³⁰⁷ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

³⁰⁸ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

³⁰⁹ Trecho do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1951. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603577d.html> Acessado em: 22 de setembro de 2014.

³¹⁰ O desenvolvimento industrial nas cidades fez com que grandes contingentes populacionais migrassem para os centros urbanos do país, destacando-se a Capital Federal.

operário. A ausência de presidentes militares não significou o fim do autoritarismo institucional.

Por outro lado, o perfil acadêmico de Miguel Alemán Valdés contribuiu para o desenvolvimento da educação superior no país. Com base no ímpeto construtor de seu sexênio, o presidente deu início a uma grande obra que tinha por finalidade alavancar o ensino terciário mexicano. Em 5 de junho de 1950, foi lançada a pedra fundamental da *Ciudad Universitaria - Universidad Nacional Autónoma de México* (CU-UNAM). A gigantesca obra era mais um dos símbolos de desenvolvimento e modernidade da nação. Inaugurada no final do mandato alemanista, a Cidade Universitária possuía capacidade para abrigar vinte e cinco mil estudantes e contava – estrategicamente em seu pátio central – com uma estátua de quase oito metros do então presidente vestido com uma imponente beca. Confiante na valorização do conhecimento e na importância dos personagens do passado, Alemán Valdés, em seu último discurso frente aos congressistas, afirmou:

Las ciencias ofrecen las perspectivas de abundancia para toda la Humanidad y de bienestar para todos los pueblos, que no debemos desesperar imponentemente a la altura que ha alcanzado y sigue superando el saber humano. Ninguna de las razones que hace apenas un siglo explicaban y para muchos justificaban los fenómenos de la esclavitud, del imperialismo y de las demás formas de servidumbre de unos individuos y de unos pueblos respecto de otros, queda ahora en pie. En su lugar viene alzándose la conciencia cada vez más firme de que la salud, la felicidad y la libertad de cada quien -individuos o pueblos- dependen de la libertad, de la felicidad y de la salud de los demás. Esa ha sido la doctrina de América desde que el anhelo de ser independientes surgió en nuestros pueblos y ellos hablaron por boca de Morelos y Juárez, de Jefferson y Lincoln, de Bolívar y San Martín. Pese a las diferencias del idioma y del lugar de nacimiento, hay en los forjadores de los ideales del nuevo mundo una identificación de propósitos que nos unifica. La fidelidad con que mantengamos esos propósitos – válidos para todos los hombres de la tierra – será el mejor baluarte de nuestras libertades.³¹¹

As estratégias políticas de ligação com o passado costumam guardar uma íntima adesão emotiva com símbolos e relatos da identidade nacional.³¹² Desta forma, cada grupo específico maneja os diversos conteúdos históricos que são estruturados enquanto discurso “oficial” da experiência passada comum; aos quais são agregados elevadas

³¹¹ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. XLII Legislatura, Año I, Tomo I, Núm. 9, lunes, 1º de septiembre de 1952.

³¹² ROSAS, Alejandro. *Mitos de la historia mexicana*. De Hidalgo a Zedillo. México D.F.: Planeta, 2006.

doses emocionais destinadas a criar identificação com os heróis e um importante sentimento de lealdade e pertencimento que são fomentados pelos ícones pátrios. Desta vez, o chefe do Executivo³¹³ – primeiro presidente mexicano a realizar uma visita oficial aos Estados Unidos – trouxe para seu discurso os nomes de Thomas Jefferson e Abraham Lincoln, além dos libertadores Simón Bolívar e San Martín. Apesar deste novo incremento de heróis junto aos personagens históricos mexicanos, a estratégia continuou baseada na dimensão de inspiração e continuação com elementos e valores do passado. “Considerando que é o presente que torna o passado significativo, é preciso interrogar-se acerca da relação peculiar que um presente deve ter com o passado”³¹⁴.

Alemán Valdés, em um dos seus últimos grandes eventos públicos, inaugurou, em 27 de setembro de 1952, uma suntuosa edificação chamada: *Altar a la Patria*³¹⁵. Popularmente conhecida como monumento aos *Niños Héroes*, a obra, localizada no Bosque de Chapultepec, virou um símbolo de devoção patriótica, conforme o próprio nome sugere.³¹⁶ Estes elementos fundadores da dinâmica social não marcam apenas o início de um novo tempo, mas estabelecem o momento heroico que dotaria a nação de instrumentos que podem ser capazes de guiá-la com previdência para o futuro.³¹⁷

Semanas após a inauguração do imponente monumento em Chapultepec, Alemán Valdés passou a faixa presidencial para seu sucessor. Como era de se esperar, um político cuidadosamente escolhido dentro das fileiras do “Partido de la Revolución”. No entanto, as disputas pela sucessão em 1952 foram intensas. O período alemanista chegava ao fim com grandes transformações na economia mexicana e crescentes problemas sociais.³¹⁸ O projeto modernizador de Alemán Valdés deixou de fora setores diretamente beneficiados pelos programas políticos de Cárdenas, principalmente os

³¹³ A visita foi noticiada no México como um grande feito. Já nos Estados Unidos, as boas vindas a Alemán Valdés foram calorosas. Ver: anexo 09 - página 215.

³¹⁴ GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. *O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (Orgs.). *Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 31.

³¹⁵ Ver: Anexo 10 – página 216.

³¹⁶ É importante ressaltar as contradições patrióticas de Alemán Valdés que, ao mesmo tempo, inaugurou monumentos em homenagem a personagens que lutaram na guerra contra os EUA e visitou os vizinhos do norte no ano do centenário da contenda entre os dois países em busca de estreitamentos de laços comerciais.

³¹⁷ MIGUEL, Luiz Felipe. *Em torno do conceito de mito político*. Revista Dados vol. 41 nº 3: Rio de Janeiro, pp 1-18, 1998.

³¹⁸ Como, por exemplo, o êxodo rural e o aumento da pobreza nas áreas urbanas.

camponeses e pequenos proprietários de terras.³¹⁹ Logo, as eleições daquele ano tiveram a questão agrária como eixo dos debates. O futuro presidente mexicano eleito pelo PRI tinha um duplo desafio pela frente: legitimar o progresso e o desenvolvimento do país, bem como contemplar as demandas postuladas pelos setores agrários. Conforme veremos, diante de tal tarefa, os usos políticos do passado revolucionário foram de suma importância para lograr a legitimidade necessária aos projetos e ações do Executivo.

2.3 - Adolfo Ruiz Cortines: o fortalecimento do presidencialismo mexicano (1952-1958)

De acordo com Luis Pazos, o sistema político mexicano chegou a desenvolver mecanismos realmente admiráveis de preservação e ajuste do poder. Um deles assemelhou-se à “Lei do Pêndulo”,³²⁰. A um presidente enérgico como Cárdenas, seguiu-se um conciliador como Ávila Camacho; a um homem de negócios como Miguel Alemán, seguiu-se um austero presidente: Adolfo Ruiz Cortines. O novo mandatário chegou ao poder com 62 anos, de modo a já haver trilhado uma longa biografia na administração pública, marcada por sua participação na Revolução Mexicana. Em 1915, quando Venustiano Carranza estabeleceu seu governo no porto de Vera Cruz, Adolfo Ruiz Cortines ingressou como oficial nas fileiras constitucionalistas para enfrentar as tropas de Pancho Villa. No entanto, o jovem combatente participou apenas de uma batalha, dedicando-se a funções administrativas.

Findado o período armado da Revolução, Ruiz Cortines exerceu cargos burocráticos no governo mexicano, chegando, em 1935, ao posto de *Oficial Mayor del Departamento del Distrito Federal*, responsável por atividades contábeis e funções

³¹⁹ SERVÍN, Elisa (Org). *Del nacionalismo al neoliberalismo, 1940-1994*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.

³²⁰ A “ley del péndulo” é uma expressão cunhada pela política mexicana na tentativa de explicar as oscilações entre os diversos Chefes do Executivo que governaram o país a partir da década de trinta. Nas palavras de Luis Pazos: “Hay autores que hablan de movimientos cíclicos, ondulatorios o dialécticos en la historia de los pueblos: paz y guerra; libertad, esclavitud; auge, recesión, etc... En México estuvo de moda la teoría del péndulo: un presidente de tendencias izquierdistas y otro derechista”. PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F.: Editorial Diana, 1986, p. 27. É claro que esta dicotomia “esquerda-direita” não se aplica de forma clássica no Executivo mexicano. No entanto, é possível perceber uma oscilação ideológica, ou de formas de governar, pelo menos entre os mandatos de Lázaro Cárdenas (1934-1940) até o de Luis Echeverría (1970-1976).

estatísticas nacionais. Foi nesse período que conheceu seu principal aliado político e antecessor no Executivo nacional: Miguel Alemán Valdés. A escolha do candidato do “Partido de la Revolución” para as eleições de 1952 foi marcada por disputas internas. Vários nomes figuravam na lista dos possíveis sucessores do sexênio alamista. Por fim, lançando mão da faculdade presidencial de escolher seu sucessor, Alemán Valdés apostou em seu experiente Secretário de Governo: Ruiz Cortines. Mais uma vez, sob denúncias de fraudes e abusos por parte da “família revolucionária”, o candidato do PRI foi vitorioso no pleito de 6 de julho daquele ano.

A força da mobilização agrária, que ditou o tom da campanha eleitoral, obrigou o novo presidente a retomar um discurso a favor do campo e dos trabalhadores rurais.³²¹ As zonas rurais mexicanas ainda eram uma realidade muito longe dos sonhos de progresso e desenvolvimento do ex-presidente Alemán Valdés. Por conta de sua trajetória na política mexicana, o novo mandatário conhecia bem as estatísticas que permeavam a pobreza no país.³²² Desde os primeiros pronunciamentos como representante oficial da “família revolucionária”, salientou a importância de reduzir os gastos públicos e adotar medidas de austeridade. Em seu pronunciamento de posse, realizado em 1º de dezembro de 1952, Adolfo Ruiz Cortines frisou:

Convencido de que para la Revolución mexicana la patria es una, mi esfuerzo supremo se encaminará a consolidar la unidad de los mexicanos en la acción armónica y fecunda hacia las metas comunes de mejoramiento, olvidando las transitorias divergencias electorales y sobreponiendo, a cualquiera otra consideración, los sagrados intereses de la patria. [...] Fieles a nuestras convicciones revolucionarias, proseguiremos la reforma agraria. [...] Identificada por entero con las aspiraciones de mi pueblo, considero que la libertad, la democracia y la Revolución son los ejes de nuestro desenvolvimiento. [...] Jamás defraudaré la fe que la ciudadanía ha depositado en mí al otorgarme la Suprema Magistratura de la República, ni permitiré que se quebranten los principios revolucionarios ni las leyes que nos rigen.³²³

³²¹ SERVÍN, Elisa (Org). *Del nacionalismo al neoliberalismo, 1940-1994*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.

³²² No entanto, conforme veremos, foi criticado por não investir na reforma agrária e em setores sociais mais necessários.

³²³ Trecho do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de dezembro de 1952. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603637d.html> Acessado em: 15 de agosto de 2014.

As cerimônias de entrega do poder nos sexênios anteriores haviam sempre tido um caráter cordial.³²⁴ No entanto, o recém empossado mandatário da nação criticou veladamente em seu discurso de posse a política “triumfalista” de seu antecessor, apontando a necessidade de diminuir os gastos públicos. Além disso, Ruiz Cortines estava convencido que “para a Revolução” o país era um só, livre de disputas e conflitos pelo poder. Suas palavras deixaram clara a tentativa de apaziguar os ânimos e embates desencadeados pelas eleições de 1952. Para isso, recorrer à fórmula já consagrada de mobilização do passado nacional era de vital importância. Apelando à memória revolucionária, o primeiro magistrado afirmou prosseguir com a reforma agrária, pauta principal da contenta eleitoral daquele ano. No entanto, conforme nos lembra Enrique Krauze, Ruiz Cortines havia deixado claro em inúmeras ocasiões posteriores que a distribuição de terras por si só não era suficiente para resolver o problema da miséria no meio rural.³²⁵ O novo presidente se colocou como tutor dos “princípios revolucionários”, deixando claro que não permitiria suas violações.

As estratégias políticas de ligação com o passado costumam guardar uma íntima adesão emotiva com símbolos e relatos da identidade nacional. Dessa forma, cada grupo específico maneja os diversos conteúdos históricos que são estruturados enquanto discurso “oficial” da experiência pretérita comum. A estes conteúdos, são agregadas elevadas doses emocionais destinadas a criar identificação com os eventos do passado, bem como um importante sentimento de lealdade e pertencimento que são fomentados pelos ícones pátrios – características presentes nos discursos do Executivo.

De todos los usos públicos de la historia el político es el más determinante, pues permea todos los demás y, [...] es el que degrada a la historia, transformándola en una historia meramente instrumental, sin más razón que su utilidad para ser usada.³²⁶

Visando reavaliar os investimentos públicos, Ruiz Cortines ordenou a suspensão temporária de todos os contratos de prestação de serviço junto ao governo até que uma auditoria fosse realizada. Além disso, estabeleceu projetos de austeridade e moralização.

³²⁴ Vale ressaltar que Ruiz Cortines optou por uma cerimônia de posse mais simples em comparação com a de seus antecessores.

³²⁵ Assim, os seis anos de governo cortinista foram marcados pelos menores índices, até então, de reforma agrária no país. Ver: KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

³²⁶ FORCADELL, Carlos Álvarez; CARRERAS, Juan José Ares. *Usos públicos de la Historia*. Madrid: Marcial Pons, 2003, p. 15.

Nos primeiros meses de mandato, modificou a *Ley de Responsabilidades de los Funcionarios*, obrigando os servidores públicos a apresentar suas declarações patrimoniais que seriam verificadas ao término do sexênio. O objetivo principal foi estabelecer uma dimensão moralizante, tendo em vista as denúncias de fraudes dos anos anteriores, bem como coibir possíveis enriquecimentos ilícitos. “A pesar de que la medida se había ideado para mejorar la imagen del nuevo régimen, también ayudó a éste a controlar, a través de las auditorías, los funcionarios públicos”³²⁷.

A dimensão de uma administração mais racional por parte do Executivo foi uma das características daquele sexênio. Mesmo governando o país com pulso forte, conforme veremos, buscou estabelecer diálogo com diversas instâncias das esferas administrativas nacional. Sua gestão, em comparação com a política alemanista, era postulada como sensata por grande parte da imprensa mexicana. Desde que trabalhou no *Departamento de Estadística*, possuía um conhecimento técnico e quantitativo acerca da realidade mexicana. No entanto, conforme frisamos, diferenciou-se de seus antecessores ao não dar seguimento, nem tão pouco investir, em um das principais heranças do governo cardenista: a distribuição agrária.

Não obstante, procurou ampliar o acesso a outro bem valioso: o voto. Em 17 de outubro de 1953, o sufrágio feminino foi aprovado no México. O orgulhoso mandatário Ruiz Cortines afirmou, um mês antes, em seu Primeiro Informe Presidencial:

Como la Revolución mexicana ha sido integración patria, liberación de todas las esclavitudes, dignificación de la familia, elevación de la mujer, exaltación del ser humano, enaltecimiento de los valores morales y lábaro de justicia social, estamos ciertos de que la intervención de la mujer ciudadana en las actividades políticas redundará en definitiva consolidación de nuestras instituciones revolucionarias.³²⁸

No discurso citado, Adolfo Ruiz Cortines frisou a necessidade da participação feminina na política como princípio revolucionário e, com base no passado, fez uso da memória nacional para justificar as ações políticas no presente: o estabelecimento do voto feminino. Na Revolução residia a legitimidade das propostas políticas, ela era o

³²⁷ FERNÁNDEZ, Iñigo. *Historia de Mexico: La Revolución Mexicana/Consolidación Del Estado/La transición política siglos XX-XXI*. México, D.F.: Panorama Editorial, 2008, p. 100.

³²⁸ Trecho do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1953. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603641d.html> Acessado em: 17 de agosto de 2014.

lume que “guiava” os sexênios do PRI. Dessa forma, a memória revolucionária deveria ser constantemente usada como ferramenta estratégica para implementação dos projetos priístas. Através desse artifício retórico, as ações eram trabalhadas para se tornarem viáveis: “Todo projeto político busca uma unidade capaz de levá-lo adiante, de implantá-lo. Para que ganhe viabilidade, ele precisa reunir uma multiplicidade de individualidades, interesses e ambições em um projeto comum”³²⁹.

No seu primeiro informe, Ruiz Cortines não apenas sinalizou a nova conquista feminina no México, mas também revelou dados preocupantes acerca das condições sociais vividas. “Somos todavía un país muy pobre”, afirmou o presidente ao apresentar as agudas cifras: 42% dos mexicanos eram analfabetos; 19 milhões de camponeses viviam à margem do progresso; e 60% da população recebia apenas a quinta parte do salário mínimo. Mesmo diante do processo de industrialização levado adiante por Alemán Valdés, o México permanecia sendo um país marcado por profundas desigualdades. Exemplo disto era a modernização da capital federal, uma realidade distinta das demais regiões interioranas. Mesmo pautado em um discurso de austeridade, o Executivo manteve suas apostas no modelo denominado “desenvolvimento estabilizador” como forma de reverter o desequilíbrio econômico.

Vale lembrar, no entanto, que o aumento demasiado no número de fábricas, observado no sexênio anterior, foi substituído pelo fortalecimento das indústrias já existentes. Nesse sentido, a substituição das importações converteu-se em um dos pilares da economia nacional, implicando em investimentos maciços nos setores de base da produção. Além disso, em uma ação protecionista, a moeda mexicana foi desvalorizada até a cifra de 12,50 pesos por cada dólar no intento de restringir as importações e incrementar o produto interno³³⁰. No mesmo período, fundou-se o *Consejo de Fomento y Coordinación de la Producción Nacional*, cuja finalidade foi buscar estratégias para melhor colocar os produtos mexicanos no mercado. Do ponto de vista do consumidor, o Executivo colocou em prática uma política de controle de preços com vias a reduzir a inflação.

Naquele período, um dos símbolos de modernidade era o rádio. A euforia econômica dos últimos anos havia convertido o aparelho em peça presente em milhares

³²⁹ MIGUEL, Luiz Felipe. *Em torno do conceito de mito político*. Revista Dados vol. 41 n° 3: Rio de Janeiro, 1998, p. 12.

³³⁰ ZAID, Gabriel. *La economía presidencial*. México: Ed. Vuelta, 1987.

de lares do país³³¹. Em meados da década de 1950, grande parte dos jovens mexicanos escutavam aos domingos, por volta das 22 horas, o programa chamado *La hora nacional*. A Direção Geral de Rádio, Televisão e Cinematografia, subordinada à *Secretaría de Gobernación de México*³³², era a responsável pela preparação do popular programa dominical. *La hora nacional* possuía um perfil de rádio revista, incluindo seções como “Conocer México es amar a México”, “El pueblo dice”, entre outras.³³³ No entanto, os altos índices de audiência eram fruto das dramatizações de passagens da história mexicana; verdadeiras epopeias que cativavam o público mais jovem. Importantes momentos da Revolução passaram a ser encenados nas ondas do rádio, ganhando amplitude no imaginário coletivo nacional:

A memória, seletiva em sua forma de reger o passado, é um ato político. Envolve questões de poder, identidade e é sempre lembrada a partir de uma perspectiva atual e particular. [...] Como um importante “lugar de memória”, a mídia foi – e ainda é – um palco crucial onde memórias se digladiam clamando por legitimidade ou aversão. Ao carregar determinadas lembranças, a mídia assume um lado, mostra o que quer lembrar e “impede” aquilo que quer esquecer, forma sua identidade e reforça as identidades coletivas.³³⁴

Conforme veremos ao longo de nosso trabalho, várias foram as formas pelas quais o passado – principalmente aquele referente ao período revolucionário – foi trazido à tona. Dessa forma, a história dita oficial foi forjada pelos grupos no poder mediante uma retórica própria, bem como através de recursos que derivaram do imaginário social em torno da figura do herói. A propagação das histórias nacionais através do rádio se converteu em peça chave do imaginário patriótico popular, forjando memórias coletivas ao passo em que fortaleceu o culto cívico e o poder daqueles que

³³¹ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

³³² A *Secretaría de Gobernación de México* é uma secretaria de Estado do poder Executivo federal com funções de Ministério do Interior e integrante do gabinete presidencial mexicano. Foi criada em 1884, ainda no período do porfiriato.

³³³ Criada no final da década de 1930, mas reformulada nos anos 1950, “La Hora Nacional adquirió el perfil de radio-revista y en esta misma etapa inició la dramatización de pasajes de la historia. En las siguientes décadas se incluyeron secciones de poesías, entrevistas, cápsulas informativas de efemérides, deportes y cultura, así como bloques informativos de las actividades del Presidente de la República”. Disponível em: http://lahoranacional.gob.mx/index.php?option=com_content&task=view&id=25&Itemid=2 acessado em: 3 de setembro de 2016.

³³⁴ DIAS, André Bonsanto. *O presente da memória - Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'*. Dissertação de Mestrado. UFPR, 2012, p. 19.

governavam a partir de referenciais do passado. Assim, existiu todo um cuidado especial acerca da retórica de representação do passado, orientada no presente e profundamente enraizada – inclusive emocionalmente – em valores polissêmicos, tais como patriotismo, heroísmo, nacionalismo, etc. Em um de seus Informes Presidenciais, Ruiz Cortines afirmou:

El Gobierno no cesa – ni cesará – en la tarea de infundir en la conciencia pública el culto permanente a los campeones de nuestra nacionalidad, de nuestras luchas libertarias de nuestro beneficio colectivo cultural o social porque así logramos mayor responsabilidad ciudadana, inculcando a la colectividad, desde la niñez, una concepción nítida de lo que fue, es y debe ser nuestra Patria, merced al esfuerzo de nuestros antepasados, al de nosotros mismos y al que habrán de continuar las nuevas generaciones. En este año, se glorificará, con fervor patriótico, una de nuestras máximas efemérides: el centenario del Himno Nacional.³³⁵

Seguindo a premissa básica amplamente difundida pelo Executivo, o imaginário acerca do passado foi mobilizado como artifício aglutinador da complexidade social. “Desse modo, podem ser analisadas as relações de poder, as quais terão, sob essa perspectiva, sua legitimidade apoiada em sistemas de representação coletivos que irão constituir, segundo os tipos de dominação, universos simbólicos específicos”,³³⁶. O esforço governamental em estabelecer e difundir, desde muito cedo, uma dimensão nacionalista no imaginário coletivo social foi de suma importância para as ambições priístas. Os relatos do passado estão intimamente ligados aos grupos que os (re)apresentam, evocando sentimentos de identificação com os acontecimentos e personagens do passado.³³⁷ Essa estratégia de lidar com os fatos ocorridos intervém na transmissão de valores, na criação de identidades e na incitação de sentimentos os mais diversos entre os distintos grupos e/ou comunidades.

Enquanto várias manifestações sindicais sacudiam o México, o binômio união e revolução se encontravam, mais uma vez, na pauta presidencial. Nas palavras do chefe do Executivo a Revolução possibilitou em seu governo a edificação de um “novo México”. Este princípio era expresso em ações governamentais como, por exemplo, a

³³⁵ Trecho do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1953. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603641d.html> Acessado em: 17 de agosto de 2014.

³³⁶ MENDONÇA, Kátia Marly Leite. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002, p. 222.

³³⁷ Nos discursos de Ruiz Cortines figuraram os nomes de Hidalgo, Morelos, Juárez, Madero e Carranza.

ampliação do seguro social no âmbito nacional, além do financiamento de obras petrolíferas e da fundação do *Instituto Mexicano de la Vivienda*³³⁸. Apesar dos altos investimentos, o México permanecia sendo uma nação de contrastes. O primeiro magistrado sabia das agudas crises sociais do país. Os índices e números nacionais estavam, conforme já apontado, à disposição do Executivo nacional.

As cifras revelaram que nas últimas décadas a população havia crescido 6 milhões de pessoas, boa parte das quais não encontrava outra saída a não ser cruzar a fronteira, somando-se ao crescente contingente de imigrantes nos EUA. No entanto, a entrada no país vizinho se tornou mais difícil, sobretudo após o fim da Guerra da Coreia em 1952, uma vez que os ex-combatentes, ao regressarem para seus trabalhos, fizeram a demanda por mão de obra diminuir sensivelmente.³³⁹ A grande maioria dos mexicanos que tentou ingressar nas fronteiras norte-americanas se converteu, de acordo com a expressão da época, em “*espalda mojada*”³⁴⁰. Apesar das ações do Estado, a imigração ilegal não se deteve. Ciente das responsabilidades do governo, Ruiz Cortines afirmou em seu Quarto Informe Presidencial:

[...] el año transcurrido fue un año de múltiples esfuerzos, que se realizaron gracias a la activa comprensión del pueblo y a su solidaria colaboración con el Gobierno. Esa colaboración nos la prestó el pueblo porque sabe que la laboramos, sin descanso, para bien suyo, siguiendo por convicción y por deber, los postulados de nuestra Revolución Mexicana, movimiento social de profundo contenido humanista cuyos principios consagra nuestra Constitución de 1917, principios que vienen realizando los Gobiernos de la Revolución en una línea de continuidad que debe perfeccionarse y proseguirse con pasión y eficacia. [...] Nuestra Revolución y nuestra Constitución Política, obras de mexicanos, concedidas y hechas por mexicanos, nos señalan cómo debemos perseverar. La sangre de la Reforma y la sangre de la Revolución, dan así su autenticidad más alta a dos textos legales que, completándose, señalan diáfananamente la evolución de México [...] Honremos siempre a los patricios de la Independencia, a los de todas nuestras luchas libertarias, a los constituyentes

³³⁸ Órgão responsável, principalmente, por zelar da qualidade de vida da população através de políticas públicas de moradia, saneamento básico e saúde familiar.

³³⁹ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

³⁴⁰ Em Inglês *wetback*, foi a expressão cunhada para definir o imigrante ilegal mexicano que adentrava no país vizinho através do rio Bravo. Em 1954, o governo dos Estados Unidos realizou uma ampla operação de fiscalização e repatriação de cidadãos ao sul da fronteira denominada oficialmente de *Operation Wetback*. Um ano após a ação americana, foi lançado no México um filme de grande sucesso intitulado *Espalda Mojada*. O longa metragem narra a história de um jovem imigrante ilegal chamado Rafael Améndola que, mesmo conseguindo cruzar a fronteira entre os dois países, não vive feliz longe de casa e, no melhor estilo ufanista do nacionalismo mexicano, sonha em regressar para sua terra natal. Ver: Anexo 11 – página 216.

predecesores, a los de 1857 y a los de 1917. Honrémos los con nuestra conducta y con nuestras obras. La Patria que nos legaron reclama nuestro concurso activo, diario e incesante.³⁴¹

A dimensão de continuidade revolucionária é retomada no pronunciamento presidencial que afirmou haver um fio condutor entre a Revolução, a Constituição de 1917 e os governos priístas. Dessa forma, Ruiz Cortines inseriu seu mandato na longevidade de um processo político que tem como referência o passado nacional, concebido de forma linear. O Executivo, ao mobilizar a história revolucionária constitucionalista dentro de suas representações discursivas, fez um esforço retórico no sentido de mostrar que aquele evento foi fonte de inspiração para seu governo, postulando-se como um agente continuador.³⁴²

Além disso, a Guerra da Reforma³⁴³ também foi retomada pelo primeiro magistrado. Em um contexto de desigualdades e reivindicações sociais, a antiga pugna entre liberais e conservadores e o consequente derramamento de sangue dos embates poderiam ser vistos como a remissão da desunião nacional, dando autenticidade ao texto constitucional. Prestes a completar cem anos da promulgação da Carta Magna de 1857, a memória dos Constituintes do século XIX foi trazida à tona. Valores polissêmicos como “honra” são ressaltados nas palavras presidenciais. “A maior parte das abordagens sobre as relações entre simbolismo e poder associa o imaginário político à contrafação e, ao mesmo tempo, à possibilidade de acordar paixões dos dominados e conduzi-los à ação”³⁴⁴.

Percebemos que o passado resgatado é estabelecido através de uma interpretação própria que buscou aproximar distintos momentos da história mexicana. Logo, a Guerra de Reforma é “ligada” à Revolução Mexicana em um movimento de continuidade, ou seja: o processo revolucionário de 1910 seria supostamente um desdobramento da

³⁴¹ Trechos do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1956. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603713d.html> Acessado em: 27 de agosto de 2014.

³⁴² “El ecléctico discurso oficial de la continua revolución no omitió los objetivos sociales clásicos de los años heroicos, sino que simplemente les injertó la nueva prioridad del rápido desarrollo económico”. HALE, Charles. *Los mitos políticos de la nación mexicana: el liberalismo y la revolución*. Historia Mexicana. Vol. 46, No. 4, Apr.-Jun., 1997, p. 823.

³⁴³ Nome pelo qual ficou conhecida a disputa entre liberais e conservadores no México, entre os anos de 1857 e 1861. A Guerra da Reforma é considerada um dos referenciais históricos para a política nacional devido à vitória do projeto liberal, elemento constantemente retomado nas falas presidenciais.

³⁴⁴ MENDONÇA, Kátia Marly Leite. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002, p. 223.

vitória liberal do século XIX. Do mesmo modo, a Constituição de 1917 e o estabelecimento de um “Partido de la Revolución” representariam novamente a dimensão de continuidade das lutas do passado. As interpretações teleológicas e etapistas foram fundamentais para o estabelecimento de um princípio de filiação com a memória nacional. Operando institucionalmente esse amplo mecanismo de retorno à história do país, encontrava-se a figura presidencial filiada ao PRI.

Ao longo do sexênio de Adolfo Ruiz Cortines o sistema político mexicano experimentou seu período de apogeu.³⁴⁵ A personalidade autoritária do primeiro magistrado assemelhava-se muito aos grupos políticos por ele representados. O presidencialismo passava por um momento de consolidação. O Executivo nacional controlava de forma autoritária vários aspectos da vida política do país. Designava governadores e representantes ao Congresso; dominava as organizações sindicais, além de exercer um forte controle sobre praticamente todos os partidos políticos. Para o PRI, o cenário não poderia ser melhor. Contudo, havia vozes destoantes. Em julho de 1956, o *Grêmio de los Maestros*³⁴⁶ se mobilizou em várias regiões do país exigindo melhorias nos salários. Seus líderes convocaram diferentes setores da sociedade, bem como outras organizações trabalhistas para juntos marcharem até a Cidade do México em uma luta que, de acordo com o movimento, era “verdadeiramente revolucionária”.³⁴⁷

Diante da efervescência nas ruas da capital federal, o governo mobilizou tropas que reprimiu de forma violenta os atos de reivindicações.³⁴⁸ O líder do *Movimiento Revolucionario del Magisterio* (MRM)³⁴⁹, Othón Salazar, foi preso e teve seus direitos políticos suspensos. No entanto, conforme veremos, as críticas e reivindicações continuaram sendo estabelecidas. Para a presidência da República, manter a ordem do país foi tarefa de primeira grandeza. Nesse sentido, o Estado tratou seus opositores, principalmente no âmbito sindical, como inimigos da Pátria. Para Ruiz Cortines,

³⁴⁵ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

³⁴⁶ É como era conhecido o “Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación” (SNTE), entidade representativa dos profissionais da educação no México.

³⁴⁷ ALONSO, Antonio. *El Movimiento Ferrocarrilero en México 1958/1959*. México, D.F.: Ediciones Era, 1972.

³⁴⁸ “Las demandas fundamentales se centraron en el derecho de las bases a nombrar democráticamente a sus representantes sindicales, el mejoramiento de las condiciones económicas y sociales de los maestros y la reivindicación de la importancia de su función social”. LOYO, Aurora. 1958: La lucha de los maestros. Disponível em: <http://www.nexos.com.mx/?p=3249> Acessado em: 28 de outubro de 2016.

³⁴⁹ Movimento dissidente do SNTE aliado ao Partido Comunista Mexicano.

conforme exposto em seus discursos, enfrentar aquelas manifestações era uma forma de combater alianças e posturas antirrevolucionárias. De uma forma geral, a repressão estatal sinalizou uma vez mais o longo caminho que separava o país de um regime democrático efetivo. Não obstante, o Executivo estava confiante na superação de alguns entraves históricos da nação, como o caudilhismo. Em seu Quinto Informe Presidencial, Ruiz Cortines frisou:

Proscrito el caudillismo, e incorporado en definitiva a la conciencia pública el principio de no reelección, el consiguiente fortalecimiento de las instituciones republicanas – lejos de menoscabar la unidad de acción política y social – contribuye a renovar la vitalidad de la Revolución Mexicana y ayuda a mudar los métodos y procedimientos, poniéndolos en armonía con las cambiantes circunstancias de cada época. Al aludir, una vez más, a la Revolución Mexicana, no evoco tan sólo la etapa cruenta, ni los actos heroicos que el pueblo hubo de realizar para imponer su decisión de convertir a México en una patria nueva. [...] La unidad de la Revolución es unidad nacional.³⁵⁰

O processo revolucionário de 1910 foi constantemente invocado nos informes presidenciais como sinônimo de união nacional. Cabe frisar que

o discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discursos; este é constituído daquela; a linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido.³⁵¹

Por isso foi tão importante mobilizar o passado no presente como forma de legitimação de projetos e ações do Executivo, como, no caso: “converter o México em um país novo”.³⁵² Nas palavras de Ruiz Cortines, os governos da “família revolucionária” fortaleceram, com o passar do tempo, as instituições republicanas e a vitalidade da Revolução Mexicana, ao passo que souberam estabelecer as benesses do passado de forma “harmônica”, atentando às circunstâncias de cada época. O discurso presidencial deixava claro que o Executivo não era o gestor oficial do processo revolucionário de 1910.

³⁵⁰ Trechos do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1957. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603748d.html> Acessado em: 27 de agosto de 2014.

³⁵¹ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008, p. 39.

³⁵² Conforme gostava de frisar Ruiz Cortines em seus discursos oficiais.

Na noite de 28 de julho de 1957, um violento terremoto sacudiu a Cidade do México, pondo ao chão um dos símbolos da pátria: o dourado Anjo da Independência³⁵³. Um ano depois ocorreria outro terremoto. Não sísmico, mas político e sindical, colocando à prova as bases estruturais do “Partido de la Revolución”. Inicialmente, um amplo movimento de professores foi às ruas exigindo melhores condições salariais. Meses depois, as manifestações ganharam apoio de outros sindicatos e demais setores trabalhistas, como operários, estudantes, petroleiros e, o mais organizado de todos, o movimento dos trabalhadores das linhas férreas, conhecidos no país como *ferrocarrileros*. A resposta do governo a essas manifestações foi à repressão em larga escala. A oposição tentava galgar espaço frente ao crescente clima de insatisfação de parcelas da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, Ruiz Cortines tentava contornar as convulsões sindicais que assolavam os últimos meses de seu sexênio. As demandas sindicais giravam em torno de melhores condições de trabalho, bem como ajustes salariais. Em contra partida o governo as recebeu como ameaças e o Executivo não tardou em afirmar, frente ao Congresso Nacional, que reprimiria com máxima energia as ações classificadas então como ataques à liberdade.³⁵⁴ Antonio Alonso, em sua obra *El movimiento ferrocarrilero en México 1958-1959*, afirma que o próprio sistema político mexicano gestou a partir de seu desenvolvimento uma contradição intrínseca. Ou seja, ao indicar o candidato dentro da “família revolucionária”, o presidente inevitavelmente dividia, mesmo dentro de seu mandato, o poder com o aspirante priísta que, de acordo com a “mágica das urnas”, seria de fato o novo chefe do Executivo. Todo este processo poderia deixar a situação daquele momento ainda mais delicada.

Assim, o desafio de Ruiz Cortines foi duplo: conter as manifestações sindicais e escolher um candidato à altura para enfrentar os desafios que se desenhavam no horizonte. As disputas internas no PRI cresciam a cada dia, vários nomes foram cogitados para a sucessão. No entanto, o primeiro magistrado utilizou uma maneira particular para estabelecer sua decisão. O presidente foi deixando “pistas falsas” para desviar a atenção de seu verdadeiro e oculto (“tapado”) candidato que, no momento

³⁵³ O Anjo da Independência, em espanhol *El Ángel de La Independencia*, é um monumento construído em 1910 e localizado na Cidade do México. Inaugurado como comemoração ao centenário das Guerras de Independência do país, funciona também como um mausoléu em homenagem aos importantes heróis que deram suas vidas naquelas batalhas.

³⁵⁴ Assim, o desfecho do movimento passou pela violenta repressão por parte do Estado.

certo, seria revelado (“destape”). O jogo sucessório fez surgir um novo termo no vocabulário político mexicano, *el tapadismo*:

Se llamó “tapadismo” a la práctica de la política mexicana en la selección del candidato del PRI a la presidencia de la República. En este mecanismo los secretarios de Estado tenían un papel protagónico pues eran quienes, desde el momento de integrarse al gabinete del Ejecutivo Federal se consideraban a si mismos como presidenciables y, sobre todo, los que creían tener mayores posibilidades se dedicaban a difundir la idea de que uno de ellos habría de ser el escogido. El hecho de que se mantuviera en secreto el nombre del “amarrado”, provocaba una enconada lucha entre los posibles “tapados”, que se hacía más intensa al acercarse el Quinto Informe Presidencial, pues a las pocas semanas de éste se hacía la selección, es decir el “destape”, en la Convención Nacional del PRI. El tapadismo se consideró como uno de los instrumentos más eficaces del presidencialismo mexicano para neutralizar el estallido de conflictos políticos, pues aparte de propiciar una política de “dividir y vencer”, permitía regular y medir las fuerzas en pugna, e incluso sondear el comportamiento de su elegido.³⁵⁵

O presidencialismo mexicano já havia consolidado as regras do jogo na sucessão do poder. A norma não escrita determinava que o primeiro magistrado a ser sucedido detinha a última palavra na designação do candidato do Partido Revolucionário Institucional – que era assim “destampado”, ou seja, revelado. Se as eleições de 1952 foram marcadas pelas questões agrárias, o pleito de 1958 teve como pauta principal as mobilizações trabalhistas. Estas efervescências sociais, além de colocarem em cheque o alcance da Revolução Mexicana, mostra-nos que movimentos de oposição foram uma constante ao longo dos governos priístas. Desse modo, a opção de Ruiz Cortines foi óbvia, mas pragmática. O então presidente escolheu seu Ministro do Trabalho como sucessor, uma figura política conhecida por sua capacidade de articulação junto aos diversos grupos sindicais. No dia 4 de novembro de 1957, o novo candidato à presidência da República foi apresentado oficialmente na Assembleia Anual do Partido Revolucionário Institucional. Apesar de boatos velados, ninguém ousou contradizer a decisão do mandatário nacional. De fato, o poder Executivo no México havia se consolidado.

³⁵⁵ DELGADO DE CANTÚ, Glória M. *História de México* – Vol. II. México, D. F.: Pearson Educación, 2003, p. 292.

2.4 - Adolfo López Mateos: a consolidação do “milagre mexicano” (1958-1964)

Em 1958, o “pêndulo” da política mexicana voltou a oscilar. Depois de um presidente austero, deveria se seguir um presidente expansivo, substituindo um Adolfo “velho”, por um Adolfo “novo”³⁵⁶. Adolfo López Mateos chegou ao cargo máximo da nação em dezembro daquele ano. Depois de uma eleição marcada pelas discussões sindicais e greves, o candidato da “família revolucionária” ascendia ao poder executivo com o objetivo de manter as bases do presidencialismo priísta. O novo chefe do executivo era uma figura conhecida nos círculos políticos nacionais. Ministro do Trabalho de seu sucessor, possuía uma boa circulação entre os meios sindicais, sendo conhecido por desfazer, com sucesso e sem violência, dezenas de greves. Toda essa habilidade teria que ser colocada à prova, principalmente diante das manifestações dos trabalhadores das linhas férreas ou *ferrocarrileros*.

A pauta dos trabalhadores em greve podia ser expressa na seguinte equação: aumento salarial aliado à independência sindical junto ao governo. Sem dúvida, as mobilizações sociais daquele período foram o mais duro golpe sofrido até então pelos presidentes do “Partido de la Revolución”. Um presságio de que a legitimidade política gradativamente estava sendo substituída pela repressão e força física. Além dos cassetetes e bombas de gás das tropas de choque, outras duas medidas, mais eficientes, foram adotadas pelo novo governo: conceder melhores condições econômicas e sociais aos trabalhadores, bem como aproximar-se supostamente das propostas da esquerda, conhecidas como “*atinada izquierda*”³⁵⁷. Esta última, utilizada apenas no campo da retórica e não nas esferas práticas; pensada muito mais para apaziguar os distúrbios trabalhistas, do que como ideologia de governo.³⁵⁸

³⁵⁶ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

³⁵⁷ A suposta inclinação à esquerda de López Mateos não passou, conforme veremos, de uma estratégica retórica. O objetivo era assumir um discurso que agradasse aos movimentos sociais para que, desse modo, o Executivo tivesse um maior controle dessas organizações no país.

³⁵⁸ Gloria M. Delgado de Cantú nos dá uma interessante explicação para esta “*guinada*” retórica à esquerda. De acordo com a autora: “La Revolución Cubana tuvo alguna influencia en esa inclinación, pero sobre todo fue adoptada como un recurso para equilibrar las fuerzas políticas antagónicas. El triunfo de Fidel Castro y su adhesión al sistema comunista revivió las diversas corrientes nacionalistas e izquierdistas mexicanas, que adquirieron cierta fuerza, sobre todo al ser apoyadas por el ex presidente Lázaro Cárdenas. La vertiente contraria, representada por la Iglesia católica y los empresarios, también expresó su militancia, apoyada por otro ex presidente, Miguel Alemán. Ante esas circunstancias, López

De fato, a via de negociação para os distúrbios grevistas passou mais pela opressão do que pelo diálogo. A fama pacifista do recém-eleito presidente havia ficado no passado junto ao seu cargo de Ministro do Trabalho. Somando-se a mobilização dos *ferrocarrileros*, outros setores sindicais mexicanos foram às ruas exigir o cumprimento de suas demandas. Antes mesmo da nova posse presidencial, as vias públicas da Cidade do México já se encontravam cheias de professores, profissionais de telecomunicações, operários, etc. Do mesmo modo, a movimentação das tropas policiais era intensa, com tanques e soldados do exército. “No toleraremos el desorden”, afirmou López Mateos ao jornal *El Universal* dias antes de receber oficialmente a faixa presidencial de seu antecessor. Cabe frisar, no entanto, que a violência, mesmo amplamente presente, não foi à única via mobilizada visando à estabilidade social. Conforme apontado, a chamada “*atinada izquierda*” foi de suma importância para as pretensões do Executivo. Além disso, a Revolução Mexicana continuou sendo articulada como referencial e legitimidade.

Em seu discurso de posse frente ao Congresso Nacional, o novo mandatário destacou que:

Nuestro desarrollo tiende a lograr cada vez más los objetivos de la Revolución Mexicana: elevar constantemente los niveles de vida del pueblo para alcanzar mayor libertad, más cultura y mejor bienestar, como atributos de la dignidad del hombre, que es el objeto esencial de las instituciones sociales. Los orígenes y los anhelos de nuestro pueblo se hallan en su revolución histórica a partir de la Independencia y hasta nuestro tiempo; precisamente en nuestra Revolución, y solamente en Ella [...] En el acervo de ideas que nos legaron se encuentran los elementos de la continuidad revolucionaria y la decisión nacional para afrontar los nuevos aspectos que ofrecen las realidades creadas por la Revolución Mexicana y muy especialmente las soluciones que actualmente requieren los asuntos agrarios y de los trabajadores en general de nuestro país.³⁵⁹

O discurso de López Mateos salientou haver uma nova realidade criada pela Revolução, ou seja, ela ainda “continuava a se desenvolver” nos governos que

Mateos tuvo que actuar con rapidez y habilidad para guardar el equilibrio y mantener al régimen en el "centro polilla" donde se había ubicado después de 1940, pero que durante el gobierno alemanista se había desviado hacia la derecha". DELGADO DE CANTÚ, Glória M. *História de México* – Vol. II. México, D. F.: Pearson Educación, 2003, p. 302.

³⁵⁹ Trecho do discurso proferido no Congresso Nacional mexicano no dia 1º de dezembro de 1958. Disponível em: http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1958_247/Toma_de_protesta_de_Adolfo_Lopez_Mateos_como_candi_1436.shtml Acessado em: 17 de dezembro de 2014.

antecederam aquele mandato que se iniciava em 1º de dezembro de 1958. Ao retomar o processo revolucionário, através de uma suposta continuidade, Mateos reafirmou o projeto priísta de institucionalização do evento fundador da política nacional. O recém-empossado chefe do executivo sublinhou que os desafios seriam superados com a afirmação da vontade revolucionária que se fazia presente, dando seguimento à política transformadora iniciada em 1910. Logo, a legitimidade política do PRI, e de seus presidentes eleitos, residia “indubitavelmente” naquele evento de origem localizado no início do século XX³⁶⁰: “Con el paso del tiempo, este movimiento [Revolução Mexicana] fue manipulado por los sucesivos gobiernos y en beneficio de éstos”³⁶¹.

O Desenvolvimento mexicano foi ressaltado na fala presidencial. Ao assumir o cargo máximo da nação, López Mateos se deparou com uma situação economicamente estável. Não obstante, frisou a necessidade de ampliar o acesso às benesses do desenvolvimento mexicano. O Executivo propagandeava o crescimento industrial ao passo que reconhecia graves debilidades em algumas esferas sociais. Exemplo disso foram os índices em relação à instrução formal no país; o México contava naquela época, segundo dados do próprio governo, com uma taxa de 38% de analfabetismo. De acordo com a lógica presidencial, superar os contrastes nacionais era uma demanda urgente que encontrava respaldo nos anseios populares e nas revoluções históricas vivenciadas desde a Independência até o processo armado de 1910.

A mobilização do passado revolucionário estava agora nas mãos de um habilidoso campeão de oratória. Em maio de 1929, o então jovem López Mateos participou de um concurso nacional de oratória e, com sua voz robusta, logrou derrotar os demais concorrentes, consagrando-se campeão. Aquela foi a primeira de várias competições vencidas por ele. Usando sua voz como arma política, o chefe do Executivo nacional deu seguimento ao projeto de modernização do país iniciado anos antes. A economia e a sociedade viviam os benefícios e os ônus do chamado “milagre mexicano”.

³⁶⁰ É interessante notarmos que o processo revolucionário de 1910 foi retomado como um todo na busca de legitimidade. No entanto, sempre quando era preciso enfatizar algum momento específico, o discurso político operou na seleção dos eventos e trouxe à tona, principalmente, a dimensão liberal maderista, bem como o ímpeto constitucional de Carranza.

³⁶¹ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997, p. 11.

Nesse sentido, a presidência da República aproveitou o clima de euforia para, no melhor estilo Lázaro Cárdenas, nacionalizar o sistema energético mexicano. Sob o pretexto de que os recursos naturais eram de suma importância para o desenvolvimento do país, o Executivo passou para o controle do Estado a gestão das companhias privadas de energia em todo território mexicano. Os jornais estamparam em suas manchetes a imagem de López Mateos junto a heróis que lutaram pela soberania do país frente a inimigos externos.³⁶² No entanto, economicamente a operação foi “menos patriótica” do que aquela ocorrida com o petróleo em 1938. Isso porque as companhias energéticas já haviam demonstrado o interesse na venda de suas usinas elétricas. Mesmo assim, o governo fez daquela nacionalização um ato heroico digno de louvores.³⁶³ Ainda assim, filiar-se ao projeto cardenista de recuperação dos recursos naturais da nação foi de fundamental importância para a imagem presidencial.

No campo da gestão dos eventos históricos, o governo marchava a todo o vapor no que se refere às inaugurações de monumentos e museus.³⁶⁴ O sistema político vivia a euforia das comemorações em torno dos cinquenta anos da Revolução Mexicana. O momento era propício para mobilizar seus símbolos e personagens. Aquelas festividades, entendidas como aproximações entre as esferas temporais do passado e do presente, pretenderam estabelecer um clima de união nacional diante de um evento em constante desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, ancestral.³⁶⁵

Dentro daquele clima de júbilo, Adolfo López Mateos se dirigiu ao Congresso da União para o pronunciamento de seu Primeiro Informe Presidencial, afirmando que

Consagramos la del presente año a honrar la memoria de un esclarecido varón, forjador de la patria nueva, caudillo y legislador del ímpetu social que alentó la Revolución Mexicana: don Venustiano Carranza. Sus relevantes servicios a la nación y el ejemplo de sus virtudes, evocados en el centenario de su nacimiento, sean estímulo a

³⁶² Ver: Anexo 12 – Páginas 217 e 218. *El Universal*, 03 de setembro de 1960. Disponível em: <<http://secuencia.mora.edu.mx/index.php/Secuencia/article/viewFile/1218/1155/1245>> Acessado em: 18 de setembro de 2015.

³⁶³ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

³⁶⁴ “Como un eco del entusiasmo ecuménico de la cultura en los años veinte, proyectó e inauguró varios museos dignos de la historia mexicana: el de Historia Natural, el de la Ciudad de México, el del Virreinato (en el ex convento de Tepotzotlán) y, presidido por la inmensa mole del dios Tlaloc de la lluvia, el extraordinario Museo Nacional de Antropología, en cuyas paredes se inscribió un llamado al mexicano a ‘mirarse con orgullo en el espejo de su pasado’” (KRAUZE, 1997, p. 167).

³⁶⁵ FORCADELL, Carlos Álvarez; CARRERAS, Juan José Ares. *Usos públicos de la Historia*. Madrid: Marcial Pons, 2003.

las nuevas generaciones. [...] Ofrecimos gobernar con los principios de la Revolución Mexicana y en todo momento los hemos reafirmado con nuestros actos: prometimos mantener el clima de paz, libertad y concordia que en las últimas décadas ha hecho posible nuestro desarrollo, y lo hemos logrado mediante el imperio de las leyes. [...] Los ideales de la Revolución Mexicana, nos permiten en el presente luchar por la justicia social sin sacrificar las libertades espirituales y políticas, y gozar de éstas sin mengua de la búsqueda incesante de la justicia social.³⁶⁶

Os atos de recordação são sempre interessados, por isso, agem, ao mesmo tempo, como atos de identificação. A filiação com fatos e personagens do passado pode, muitas vezes, dar-se em meio a formas literárias (trágica, romântica, heroica, etc.), sendo permeada por elementos socioculturais.³⁶⁷ A imagem de Carranza, mobilizada pelo discurso presidencial, está associada à liberdade, patriotismo, justiça, entre tantos outros valores caros para a coesão de uma comunidade nacional. Filiar-se à Revolução, principalmente em seu aniversário de cinco décadas, foi um ponto nevrálgico para a legitimidade do sistema político mexicano.

La experiencia histórica de los últimos lustros ha comprobado que los actuales mitos revolucionarios o sociales pueden ocupar la conciencia profunda de los hombres con la misma plenitud que los antiguos mitos religiosos.³⁶⁸

Naquela ocasião, os 50 anos da Revolução Mexicana, bem como os 150 anos do processo de Independência do México, foram propagandeados como eventos supostamente herdados pelo sexênio de López Mateos. A comemoração, concebida como um elemento de celebração coletiva ou individual do passado, foi uma instância de filiação com a memória, além de representar a oportunidade para determinados grupos reivindicarem e exaltarem um suposto princípio de continuidade.³⁶⁹ As festividades em torno das comemorações visaram uma busca do passado, ao passo em

³⁶⁶ Trecho do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1959. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603806d.html> Acessado em: 22 de dezembro de 2014.

³⁶⁷ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

³⁶⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007, p. 160.

³⁶⁹ “Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal”. SILVA, H. R. “*Rememoração*”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, vol. 22, nº 44, 2002, p. 432.

que salientaram as características da identidade nacional no presente.³⁷⁰ Assim, os atos de rememoração do processo revolucionário, levados adiante pelo governo mexicano, estão relacionados a uma dupla estratégia político-social. Primeiro, de reconhecimento, baseada no intento de recordar atos considerados fundadores; segundo, de legitimação, ao usarem os eventos passados como referenciais para aquele mandato em curso.

Conforme salienta Alejandro Rosas, até 1958 a história oficial, bem como seus símbolos, havia bombardeado a sociedade mexicana através do discurso político, das cerimônias cívicas e de alguns meios de comunicação. No entanto, um novo projeto pedagógico do presidente Adolfo López Mateos ampliou essa propagação no imaginário coletivo social. Em fevereiro de 1959, criou-se a “Comisión Nacional de Libros y Textos Gratuitos”, cujo objetivo era editar e produzir milhares de textos únicos que seriam distribuídos às crianças e jovens mexicanos.³⁷¹ Gratuitos, mas também obrigatórios e únicos. A partir daquele momento, o governo da República estabeleceu a adoção exclusiva do material fornecido.³⁷²

A redação dos textos únicos, principalmente os de história, continham elevadas doses de um “civismo presidencial”³⁷³. Além, é claro, de uma filiação orgânica entre o processo revolucionário de 1910 e os governos priístas. Com a distribuição gratuita dos livros didáticos, a história nacional utilizada pelo sistema político chegava às crianças e aos jovens do país através da educação: “aprovechando los 150 años del inicio de la independencia y de los 50 años del comienzo de la revolución, la historia oficial fue difundida masivamente”³⁷⁴. História e política se estreitavam cada vez mais; as

³⁷⁰ As comemorações pelos 150 anos da Independência e os 50 anos da Revolução sacudiram todo o país em grandes festejos patrocinados pelo governo mexicano. Além disso, “el presidente inauguró un gran obra pública cada mes. Estaciones de ferrocarril, termoeléctricas, mercados, hospitales, escuelas, avenidas, puentes, pasos a desnivel, fueron inaugurados por el presidente ese año. Emblemática de esta forma de celebración fue la inauguración de la Unidad Independencia, destinada a los trabajadores y sus familias, al sur de la ciudad de México, el 20 de septiembre. Este moderno conjunto habitacional, con capacidad para albergar a más de 12 mil personas, era símbolo del compromiso de la Revolución con los trabajadores, del cumplimiento de sus promesas, así como de que el país había ingresado a la modernidad urbana, con el apoyo de profesionistas mexicanos que habían diseñado y construido esta pequeña ciudad”. *El otro festejo*. LOAEZA, Soledad. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2010/09/30/opinion/023a1pol> Acessado em: 28 de outubro de 2016.

³⁷¹ Ver: Anexo 13 – página 219.

³⁷² Sabemos que os livros didáticos constituem um espaço chave para a transmissão do conhecimento específico, além de estabelecerem alguns padrões sociais e valores cívicos. Não obstante, cabe pontuar que os livros são instrumentos de mediação pedagógica, estabelecidos concretamente para dialogar com os demais indivíduos envolvidos no processo de aprendizagem.

³⁷³ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

³⁷⁴ ROSAS, Alejandro. *Mitos de la historia mexicana*. De Hidalgo a Zedillo. México D.F.: Planeta, 2006.

demandas do presente ditavam o resgate da(s) memória(s) do passado. O modelo educacional que privilegia e exalta elementos da nação tem como um dos objetivos principais a socialização em torno de uma identidade comum, bem como a inculcação de ideias que estabelecem sistemas de valores e padrões de comportamento³⁷⁵:

La historia se escribía, por supuesto, para ser útil, para servir a las exigencias nacionalizadoras del Estado, que exigía dotar a todos los ciudadanos de referentes de identidad colectiva. Sin embargo, nunca desapareció la inquietud que causaba la contradicción latente entre la objetividad científica perseguida y la función política que implicaba la utilidad social de la historia [...].³⁷⁶

Sabemos que dentro de um modelo de ensino de história que presa por elementos patrióticos, a imagem que se tem dos símbolos nacionais está diretamente associada aos conteúdos históricos transmitidos às crianças e jovens nas escolas. Conforme apontamos no início deste trabalho, a estreita relação entre política, história e memória, presente e expressada no caso mexicano, não é nova. Assim, os elementos do passado que devem ser repassados à população para a formação dos futuros adultos são de suma importância, havendo, inclusive, inúmeros interesses políticos em torno deles. Na tentativa de buscar filiação junto ao passado e, conseqüentemente, visando a aspectos políticos do presente, a adoção de um material didático único se esboçou como caminho profícuo. “De forma mais radical, podemos afirmar que o passado só adquire efetiva existência a partir da interrogação do presente, ou melhor, a partir de uma relação que as sociedades humanas estabelecem com o transcurso do tempo [...]”³⁷⁷.

³⁷⁵ “Os professores e os alunos não podem ser “concebidos como ‘tábulas rasas’, como objetos, mas como elementos que podem perceber a situação e, até mesmo, resistir a tais visões dominantes”. GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *Belas mentiras? A ideologia nos estudos sobre o livro didático*. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 108. Sabemos das outras várias questões que envolvem o ensino de história, como por exemplo, os planos pedagógicos e, principalmente, o papel do professor na articulação e troca do conhecimento. O que gostaríamos de frisar, não abandonando os pontos supracitados, é que o livro didático constituiu uma ferramenta de propagação política delimitada com vistas a objetivos práticos, conforme iremos abordar adiante.

³⁷⁶ FORCADELL, Carlos Álvarez; CARRERAS, Juan José Ares. *Usos públicos de la Historia*. Madrid: Marcial Pons, 2003, p. 25.

³⁷⁷ GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. *O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (Orgs.). *Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 31.

Os debates e polêmicas em torno da obrigatoriedade dos livros didáticos foram enormes.³⁷⁸ Os opositores ao projeto governista destacavam a possibilidade de um conteúdo que privilegiasse apenas os eventos e personagens históricos que fossem convenientes ao PRI, deixando de lado movimentos sociais e populares que existiram, e ainda existiam, no país. Nesse sentido, a SEP optou pelo caminho do diálogo na tentativa de contornar a situação e evitar uma possível instabilidade política nacional.³⁷⁹ Durante as negociações entre os pais de alunos e representantes do governo, foi acordado que outros materiais de ensino poderiam ser utilizados mediante a autorização prévia da secretaria de educação, contribuindo para o fim das discussões:

A partir de entonces, los ánimos se apaciguaron. El interés por continuar el debate fue disminuyendo paulatinamente. En cierta forma los grupos opositores a los textos únicos habían logrado sus objetivos, aunque sólo parcialmente. Con el paso del tiempo, la obligatoriedad de los libros no volvió a ser cuestionada incluso cuando, en 1973, se decidió la elaboración de una nueva versión de los textos gratuitos. Al finalizar el sexenio, la Comisión había logrado editar y distribuir más de 112 millones de ejemplares de libros de texto y cuadernos de trabajo. Con esta medida, el Estado cumplía cabalmente con el precepto de gratuidad establecido en el artículo 3º Constitucional pero, al mismo tiempo, mantenía su hegemonía en el ámbito educativo.³⁸⁰

Conforme apontado, ao longo do ano de 1960, vários festejos e eventos marcaram as comemorações em torno do aniversário da Revolução. O Governo Federal inaugurou uma série de obras públicas, como, por exemplo, o amplo e moderno Centro Médico Nacional. De acordo com os ditames constitucionais, o primeiro magistrado se

³⁷⁸ Não entraremos nas nuances acerca das polêmicas do material de ensino obrigatório no México. Vale lembrar que abordamos os livros didáticos em nosso trabalho não como fonte primária, mas como um dos vetores de propagação da memória nacional, caracterizando assim, mais uma intrincada relação entre política e usos do passado.

³⁷⁹ Setores de oposição trouxeram à tona a pauta do ensino laico garantido pela Constituição, mobilizando vários grupos da sociedade mexicana. “Los opositores a este proyecto del Estado acudieron a una tradición que les aseguró el apoyo de diversos sectores sociales: la defensa de la libertad de enseñanza tal y como había sido promulgada en 1857 tratando con ello de reducir al máximo la intervención del Estado en los planteles de enseñanza privada. [...] La forma en que se manejó esta ofensiva logró contar con sectores diversos de la población. La Iglesia, que se había manifestado veladamente en contra de los libros de texto gratuito por tratarse de una medida que favorecía a las clases sociales más desprotegidas, tomó el liderazgo de las fuerzas conservadoras logrando aglutinar en torno suyo a grupos sociales por demás heterogéneos, entre ellos, algunos sectores privados y grupos de poder económico que, aunque no estaban comprometidos en el debate escolar, trataban de recuperar su fuerza e imponer límites a la autonomía estatal”. LAINE, Cecilia Greaves. *Política educativa y libros de texto gratuitos*. Una polémica en torno al control por la educación. Revista Mexicana de Investigación Educativa, vol. 6, núm. 12, mayo-agosto, 2001. Consejo Mexicano de Investigación Educativa, A.C. Distrito Federal, México, p. 216.

³⁸⁰ *Ibid.*, p. 217.

dirigiu ao congresso em dezembro para divulgar seu Segundo Informe Presidencial. Na ocasião, López Mateos salientou:

Proclamar una vez más estos axiomas de nuestra democracia y darles máxima solemnidad, ahora y aquí, es iniciar la conmemoración de la Independencia y de la Revolución precisamente con un homenaje a los soldados de México, que por línea directa se identifican con los patriotas que siguieron a Madero y a Carranza, descendientes a su vez de los que siguieron a Juárez, en la Reforma, y a Hidalgo, en la Independencia. Honrar al ejército del pueblo es honrar a la Revolución Mexicana en su continuidad histórica y en su permanencia de principios. [...] El pueblo debe sentir que celebrar la revolución significa acelerar sus realizaciones y acendrar la actuación de quienes tenemos el privilegio de servirlo, para que la obra que la Revolución avizoró, inició y ha realizado, alcance con mayor prontitud los resultados que se propuso. Tenemos que seguir el camino que nos marca la Revolución Mexicana [...].³⁸¹

O passado é citado para construir simultaneamente o horizonte do presente e do futuro, em continuidade com uma história manejada de forma a legitimar ações específicas, visando a estabelecer uma continuidade estratégica com a memória dos ícones nacionais. Assim, uma vez mais, a idealização liberal do século XIX foi trazida à tona com Juárez e Hidalgo, sinônimos de lutas contra a opressão. Do mesmo modo, Madero e Carranza são citados como referenciais de princípios patrióticos e revolucionários. É interessante notar que a continuidade com o passado estabelecida pelas representações discursivas presidenciais privilegiou o resgate de projetos políticos de cunho liberal. Conforme já apontamos, a mobilização de memórias foi um processo meticuloso que obedeceu a características próprias de acordo com cada interesse político em jogo.

Nesse sentido, vale destacar que a dimensão liberal foi um elemento recorrente nos discursos presidenciais ao longo do período analisado. Em seu célebre estudo sobre o pensamento liberal no país, Lorenzo Meyer afirma que uma das principais contradições do sistema político mexicano foi o chamado “liberalismo autoritário”³⁸². Segundo o autor, o pensamento liberal clássico não encontrou um terreno fértil para

³⁸¹ Trecho do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1960. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603834d.html> Acessado em: 22 de dezembro de 2014.

³⁸² MEYER, Lorenzo. *Liberalismo autoritario*. Las contradicciones del sistema político mexicano. México, D.F.: Editorial Océano, 1995.

prosperar no México devido às enormes desigualdades existente no país. Logo, a solução foi adaptar o liberalismo à realidade da nação, criando uma concepção intervencionista do mesmo. Isso porque, de acordo com Meyer, a limitação institucional do poder governamental – que é um dos preceitos básicos do pensamento liberal – não existia no país.

Ao analisar as relações entre passado e presente no México, o historiador Charles Hale afirma que o triunfo liberal do século XIX e a ideia de continuidade revolucionária são os dois mitos políticos com mais vitalidade no país.³⁸³ Para o autor, a política mexicana do século XX foi fundada sob a égide da aliança entre o liberalismo e uma concepção da herança da Revolução de 1910:

Ha habido una fuerte tendencia a hurgar en la tradición liberal, a menudo fundida con la tradición revolucionaria, en busca de antecedentes o justificaciones de las políticas actuales. Esta manera de utilizar la historia es común y universal, aunque en México, dado el poder de los mitos políticos, adquiere rasgos distintivos. Como conjunto de ideas, el liberalismo del siglo XIX ha cobrado carácter proteico, que lo vuelve fácilmente adaptable a diversas interpretaciones.³⁸⁴

Conforme já apontamos, os elementos históricos resgatados pela retórica presidencial são estabelecidos como referenciais de união e, ao mesmo tempo, de legitimidade. Sabemos que a recordação de grandes feitos encontra na memória coletiva uma de suas principais raízes. Por isso mesmo, estabelece uma dimensão identitária muito forte. Esta identidade se afirma comunitariamente no contato com os acontecimentos conservados, nos fatos considerados dignos de serem comemorados, nos símbolos que propiciam coesão e nas celebrações que rememoram os êxitos coletivos. No caso mexicano, o Estado se tornou o tutor oficial dos eventos do passado, bem como de seus ícones. Além disso, aglutinou no “Partido de la revolución” as dimensões da identidade coletiva nacional. Concebido como um desdobramento legítimo do processo revolucionário de 1910, o PRI não apenas reuniu em sua estrutura diversas organizações sindicais, mas também se postulou como representante dos anseios da sociedade mexicana. No vértice dessa complexa estrutura piramidal, encontrava-se o chefe do Executivo que, sempre quando possível, propagandeava a

³⁸³ HALE, Charles. *Los mitos políticos de la nación mexicana: el liberalismo y la revolución*. Historia Mexicana. Vol. 46, No. 4, Apr.-Jun., 1997, p. 823.

³⁸⁴ *Ibid.*, p. 826.

imagem de um país moderno e, ao mesmo tempo, orgulhosamente próximo de seu passado.

Características marcantes do sexênio de Adolfo López Mateos foram as constantes viagens de cunho diplomático para propagandear o país³⁸⁵, bem como a recepção de personalidades políticas e artísticas no México. O mandatário esteve em compromissos oficiais nos Estados Unidos e Canadá, pouco depois na Venezuela, visitando também o Uruguai, Argentina e Colômbia. Em outubro de 1962, chegou ao oriente: Índia, Japão, Indonésia e Filipinas. Na Europa, visitou a França, a Iugoslávia, a Polônia, os Países Baixos e a República Federal Alemã. O presidente, campeão de oratória, apresentava-se como o embaixador do México no mundo, fazendo questão de propagandear a nação por onde passava. Além disso, o país recebeu estadistas como o presidente Eisenhower e John Kennedy, bem como o general Charles de Gaulle.

Valendo-se de uma posição diplomática de maior prestígio, o governo de Mateos negociou junto aos Estados Unidos a recuperação de uma pequena porção de terra em litígio há anos chamada *Chamizal*, no norte do país. Com uma área de pouco mais de 170 hectares, aquele território fronteiriço se encontrava em disputa desde o século XIX. Em 14 de janeiro de 1963, depois de um longo processo de negociação, os EUA concedeu posse definitiva da região ao México. Apesar de não acrescentar divisas consideráveis à riqueza nacional, a recuperação do *Chamizal* foi celebrada como uma vitória sem precedentes diante dos vizinhos do Norte. Aquela era uma demanda desde o século XIX, afirmou López Mateos durante a cerimônia formal de transferência territorial. Como não poderia ser diferente, o governo mexicano propagandeou o acordo como um ato de soberania patriótica, colocando o chefe do Executivo no hall dos grandes heróis que lutaram em nome da nação.³⁸⁶

Dentro de um contexto de Guerra Fria, os Estados Unidos prezou por uma política de maior proximidade com o México, principalmente após a Revolução Cubana. Em contra partida, o Estado mexicano também buscou desenvolver boas relações com os países vizinhos. Isto levou o governo de López Mateos a manter o diálogo com Cuba, mesmo sabendo do fascínio revolucionário que Fidel Castro exercia

³⁸⁵ No início dos anos 1960, o México pleiteava sediar os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol.

³⁸⁶ Ver: Anexo 14 – páginas 219 e 220.

sobre os movimentos sociais³⁸⁷ e da postura americana frente à política desenvolvida na ilha. O presidente mexicano usou de todo seu carisma e diplomacia na tentativa de se manter “neutro” frente às crescentes tensões. Não obstante, sabia que um posicionamento oficial enfático deveria ser tomado. O cenário era delicado. Por um lado, apoiar Cuba significaria romper com os EUA, bem como enfrentar as pressões dos empresários nacionais e da Igreja. Por outro, cortar os laços com o governo de Fidel representaria a crítica contundente de intelectuais e de setores da esquerda mexicana que poderiam se radicalizar.

Externamente, Adolfo López Mateos usou de toda sua diplomacia e habilidade política para manter uma boa relação com os Estados Unidos, buscando se distanciar do modelo político cubano. No entanto, internamente, as acusações de apoio por parte do governo mexicano a Castro só aumentavam. Em 02 de julho de 1960, o jornal mexicano *Novedades* estampou em sua primeira capa o trecho de um discurso presidencial proferido no estado de Sonora no qual López Mateos afirmou: “mi gobierno es, dentro de la Constitución, de extrema izquierda”³⁸⁸. A posição ideológica enfatizada na declaração presidencial não passava de mais um artifício retórico.³⁸⁹ No entanto, no contexto de Guerra Fria, aquela afirmação foi vista com desconfiança por parte de investidores e industriais.

Alguns meses após a declaração presidencial, os periódicos mexicanos publicaram um texto manifesto assinado por setores empresariais do país intitulado: ¿Por cuál camino, Señor Presidente?³⁹⁰ De maneira contundente, o documento questionava López Mateos em relação a suas tendências ideológicas, bem como acerca de prováveis posturas intervencionistas na economia nacional. A resposta governamental foi cordial e tranquilizadora. O Executivo deixou claro que apoiar a iniciativa privada no país era garantir os caminhos para o desenvolvimento mexicano. Uma vez mais, a diplomacia presidencial, propagandeada interna e externamente, garantiu bons resultados para o governo.³⁹¹ De fato, mesmo diante de toda efervescência

³⁸⁷ Conforme veremos, cabe frisar que o movimento estudantil que se articulou no México em 1968 tinha como referenciais de luta a Revolução Cubana expressa nas imagens de Fidel Castro e Che Guevara.

³⁸⁸ Ver: Anexo 15 – página 221.

³⁸⁹ Basta lembrarmos, conforme apontado, da violência com que o governo reprimia as mobilizações operárias.

³⁹⁰ Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1960-CC-CCC.html> Acessado em: 22 de setembro de 2015.

³⁹¹ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

do contexto polarizado da Guerra Fria, a nação era vista internacionalmente como sinônimo de estabilidade e progresso.

A popularidade mexicana rendeu ao país a oportunidade de sediar os Jogos Olímpicos de 1968. Orgulhoso de seus feitos, López Mateos confessou em seu último discurso como chefe do executivo:

Nunca me aparté de los caminos y metas de la Revolución Mexicana; por lo contrario, hice más expeditos los unos y más accesibles las otras. [...] Nos fue entregada una herencia heroica: la de la Revolución de 1910; definida en los principios rectores de nuestra Constitución Política, esa herencia ha sido, para nosotros, lección constante. [...] He sostenido repetidamente que para la Revolución Mexicana, el hombre, el pueblo, no son un medio para cumplir los fines del Estado, sino todo lo contrario; es el Estado un medio para cumplir los altos fines del hombre y del pueblo.³⁹²

O presidente, que se dirigia oficialmente pela última vez ao Congresso Nacional, reafirmou seus compromissos com os caminhos e metas da Revolução, salientando que a sublevação iniciada em 1910 era uma herança heroica para o país. A história da continuidade é edificada, estabelecendo uma filiação direta com os ancestrais e suas lutas.

Os descendentes seriam os herdeiros, o que lhes imporia um dever de ‘retorno às fontes’, de recuperação da origem identitária. Esses discursos reclamam para si uma verdade que exige uma busca espiritual de retorno a um estado primeiro, fundador de um destino.³⁹³

Os processos de acesso ao passado são sustentados por discursos que se referem a um mundo longínquo no tempo, no qual seria necessário o constante regresso para reencontrar uma origem – fonte de “autenticidade”.

Nesse sentido, a evocação do momento fundador é estabelecida através da justaposição de imagens, de fragmentos múltiplos em torno de um tema comum. O objetivo é recuperar as teias do passado, retrabalhando-as para expressar o imaginário

³⁹² Trecho do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1964. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603962d.html> Acessado em: 22 de dezembro de 2014.

³⁹³ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008, p. 211.

do presente. Ao mesmo tempo, a herança recupera a estrutura de longa duração, ou seja, daquilo que do plano imaginário resistiu à história e permanece – os mitos deslocam-se através das representações e o passado nelas revive.³⁹⁴ Naquele momento, foi de crucial importância salientar uma vez mais suas filiações históricas com a Revolução Mexicana. Além disso, demarcar as relações entre o Estado e os indivíduos em um sexênio caracterizado por greves e consequentes repressões era uma maneira de sinalizar a formalidade institucional do Executivo como agente dos interesses comuns.

De fato, no final de seis anos de governo, o balanço foi positivo para López Mateos. Seu mandato passou quase ileso pelas greves trabalhistas, centralizando ainda mais o poder e reforçando a subordinação em quase todos os setores³⁹⁵. Diferentemente dos sexênios anteriores, a questão sucessória foi estabelecida de maneira harmoniosa. Fruto, entre outras coisas, do nome forte escolhido pelo presidente para lhe substituir nos próximos seis anos. A responsabilidade de representar a “família revolucionária” no pleito de 1964 ficou a cargo do então *secretario de gobernación*: Gustavo Díaz Ordaz. A decisão presidencial mantinha a lógica de continuidade no Executivo nacional. Díaz Ordaz deveria levar adiante o modelo do chamado “desenvolvimento estabilizador”. Conforme veremos, ao longo de seu governo, várias efervescências sociais e políticas sacudiriam o país, abalando as bases do presidencialismo mexicano e colocando em cheque a hegemonia do PRI.

2.5 - Gustavo Díaz Ordaz: o auge da repressão priísta (1964-1970)

Em 16 de outubro de 1962, enquanto o presidente Adolfo López Mateos cruzava o Pacífico em uma de suas muitas viagens, estourou a “crise dos mísseis”³⁹⁶ entre Cuba, União Soviética e os Estados Unidos. Na ocasião, o governo norte-americano exigiu um posicionamento oficial mexicano acerca dos acontecimentos. Devido à gravidade dos fatos e à urgência em um parecer frente aos vizinhos do norte, o então secretário de

³⁹⁴ MENDONÇA, Kátia Marly Leite. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002.

³⁹⁵ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

³⁹⁶ No dia 22 de Outubro de 1962, o então presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, proferiu um discurso em rede nacional no qual dava conta à população americana da existência na ilha de Cuba de mísseis soviéticos apontados para os Estados Unidos.

governo, Gustavo Díaz Ordaz, tomou as rédeas da situação e deu uma resposta clara e categórica. Sozinho, sem consultar o ministro das Relações Internacionais, muito menos o presidente, respondeu ao embaixador estadunidense no México afirmando a posição de repúdio do país diante daquela situação.³⁹⁷ Horas depois, Ordaz informou sua decisão ao presidente Mateos. Anos mais tarde, López Mateos confessou que foi aquela decisão rápida e astuta que o levou a escolher o seu sucessor, o amigo e braço direito: Gustavo Díaz Ordaz.

Nome forte na política mexicana e com destacadas participações dentro dos governos priístas desde a década de 1940, Gustavo Díaz Ordaz foi escolhido como candidato da “família revolucionária” sem contestação por parte dos políticos que galgavam tal posto. As eleições de 1964, diferentemente dos pleitos anteriores, ocorreram com reduzidas agitações sociais. Fruto, acima de tudo, das diversas prisões de líderes trabalhistas, bem como do controle das atividades sindicais. No entanto, a ameaça à estabilidade presidencial durante a década de sessenta vinha de outro grupo social até então pouco expressivo: os estudantes. Naquele período, o movimento estudantil mexicano travou uma queda de braços com as autoridades mexicanas. Nesse contexto, o novo presidente, aficionado pela ordem social, manteve um rígido controle do país, utilizando para isso as máximas faculdades presidenciais.

Depois de uma eleição com pouco espaço para a oposição³⁹⁸, no melhor estilo priísta, Gustavo Díaz Ordaz tomou posse no dia 1º de dezembro de 1964 como presidente dos Estados Unidos Mexicanos. Em seu primeiro discurso no mais alto cargo do país, afirmou:

Por la vía de la Revolución Mexicana llegamos al objetivo del desarrollo económico y este origen nos marca con toda claridad los fines que con él perseguimos y los medios a que podemos recurrir. [...] Nuestra continuada trayectoria nos da, con la Insurgencia, voluntad inquebrantable de independencia; con la Reforma, voluntad imperecedera de libertad; con la Revolución, voluntad indeclinable de justicia social.³⁹⁹

³⁹⁷ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

³⁹⁸ O candidato priísta obteve 88% dos votos, enquanto o segundo colocado do PAN atingiu apenas 11%.

³⁹⁹ Trecho do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de dezembro de 1964. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/history/4/6603984d.html> Acessado em: 15 de agosto de 2014.

Mantendo o protocolo já tradicionalmente postulado, o primeiro magistrado mobilizou o aparato histórico nacional em seu discurso. Os marcos estabelecidos começavam desde os movimentos de Independência e Reforma no século XIX até o processo revolucionário de 1910. É interessante notar que momentos importantes da história mexicana (a Independência e a Guerra de Reforma) são estabelecidos como parte de um longo processo cujo ponto culminante encontra-se na Revolução Mexicana. De acordo com a abordagem do passado presente na fala do presidente Ordaz, a insurreição de 1910 seria o ápice de uma trajetória política iniciada décadas atrás. “En la historia del México independiente aún no hay tema o época que ‘aluce’ más, en potencia y matices, que la Revolución”⁴⁰⁰.

Nas palavras do chefe do Executivo, a trajetória insurgente era uma característica da política mexicana. O perfil autoritário de Díaz Ordaz o fez rechaçar qualquer levante social ao longo de seu governo. No entanto, para fins retóricos de legitimação, era importante frisar o imaginário ao redor dos movimentos insurgentes. “Em tais momentos, na sociedade moderna, os mitos se apresentam não mais como processos inconscientes tal como nas sociedades arcaicas, mas fabricados e racionalizados”⁴⁰¹.

Sem dúvida, a única insurgência admirada pelo primeiro magistrado era aquela devidamente instalada no passado, longe de ameaçar a estabilidade de seu governo. Isso ficou claro no trato a um movimento que antecedeu as mobilizações estudantis de 1968. Em 1965, o governo viu levantar-se um setor na classe média sem nenhum histórico de mobilização política até então no país: os médicos. Uma entidade de classe representando oitenta por cento dos profissionais de saúde organizou uma greve exigindo melhores condições de trabalho e aumento salarial. O governo prontamente abriu as vias de negociação. No entanto, quando a situação se agravou, o Executivo lançou mão de sua principal forma de “diálogo” político: a repressão através do uso de força. Vários médicos e residentes foram presos, outros tantos demitidos. O presidente estava convencido de que a desordem abriria as portas para a anarquia ou a ditadura.

⁴⁰⁰ TENORIO TRILLO, Mauricio. *Historia y celebración*. América y sus centenarios. Barcelona: Tusquets Editores, 2010, p. 66.

⁴⁰¹ MENDONÇA, Kátia Marly Leite. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002, p. 234.

A censura também era utilizada de acordo com as necessidades governamentais.⁴⁰² Em 1966, um emblemático e cômico evento marcou a relação de Díaz Ordaz com a imprensa mexicana. O jornal *Diario de México* publicou em sua primeira página duas fotos: a primeira, do presidente durante uma reunião⁴⁰³; e a segunda, de dois novos macacos doados ao zoológico da capital federal⁴⁰⁴. No entanto, as legendas das imagens foram trocadas entre si e o anúncio dos novos animais estampou a foto presidencial. O equívoco só foi percebido com a edição já nas bancas. Mesmo após uma errata, bem como pedidos oficiais de desculpas, o jornal foi fechado a mando do chefe do Executivo.⁴⁰⁵ Do mesmo modo, a revista masculina *Caballero* teve suas publicações interrompidas sob ordens diretas do governo que alegou seu caráter moralmente ofensivo ao atentar contra os princípios dos “bons costumes”⁴⁰⁶.

Gustavo Díaz Ordaz mostrava todo seu poder e, ao mesmo tempo, apostava seu prestígio junto a um setor da sociedade que sempre apoiou as ações priístas: a classe média. Na visão do Executivo, a necessidade de manter a ordem e a estabilidade social justificava os riscos políticos. Para legitimar as práticas governamentais, era preciso lembrar a todos que aquele sexênio fazia parte do processo revolucionário iniciado em 1910. Em seu Segundo Informe Presidencial, Ordaz deixou claro:

A más de 50 años de haberse iniciado la Revolución Mexicana está ya fuera de toda discusión que se trata, no de un alboroto de fracciones para satisfacer ansias personales de poder, sino de una verdadera revolución: de la voluntad mayoritaria, indeclinable, de hacer realidad un valiosísimo acervo ideológico, que ha servido para encauzar, por senderos de progreso a nuestra patria, durante todos estos últimos lustros. A quienes han dado en decir que nuestra Revolución ya no

⁴⁰² “Uno de los sectores del país cuya subordinación al poder fue más clara y más costosa fue la prensa. En los pocos casos en que el presidente advertía un ataque en su contra, respondía con la censura o incluso con el uso de la fuerza. A lo largo de su mandato, la compañía importadora de papel PIPSA, que pertenecía al gobierno, aplicaba tarifas preferenciales a los medios sumisos, mientras que prácticamente volvía incosteables aquellos que no se plegaban a los dictados del poder. Debido a esta acción, la revista *Política* tuvo que desaparecer en medio de la indiferencia general. Y, según Cabrera Parra, la suerte de otra revista crítica, *¿Por qué?*, fue aún peor, y sus oficinas fueron allanadas y sus colaboradores perseguidos por la policía. Entre los numerosos actos de intolerancia presidencial destaca el cese del editor argentino Arnaldo Orfila Reynal, quien había desarrollado una brillante carrera al frente del Fondo de Cultura Económica, fundado años atrás por Daniel Cosío Villegas. El motivo: publicar *Los hijos de Sánchez*, del sociólogo Oscar Lewis, que en opinión del presidente denigraba a los mexicanos. Usando su indemnización, Orfila fundó, con la ayuda de numerosos intelectuales, una briosa editorial independiente: Siglo XXI”. VOLPI, Jorge. *La imaginación y el poder: una historia intelectual de 1968*. México, D.F.: Ediciones ERA, 1998, p. 34.

⁴⁰³ Ver: Anexo 16 – página 221.

⁴⁰⁴ Ver: Anexo 17 – página 222.

⁴⁰⁵ Ver: Anexo 18 – página 222.

⁴⁰⁶ Ver: Anexo 19 – página 223.

existe o que ya no es válida, debemos repetirles lo que ya he expresado: "... sólo por obra del dolo o de la estrechez mental puede darse por inexistente y aun por muerta, porque quienes la soñaron y quienes la pelearon en los campos de la lucha armada están muertos ya". Hubo muchas horas amargas en la historia de la Revolución Mexicana, horas en las que se quedó dramáticamente sola, en las que México se quedó aislado totalmente del mundo, no sólo incomprendido, sino violentamente atacado; y los revolucionarios mexicanos ni claudicaron en sus ideas ni se desviaron de sus principios, ni pidieron ni aceptaron interesadas ayudas extranjeras ni disminuyeron el ímpetu de su esfuerzo ni menguó la firmeza de su convicción. La Revolución Mexicana continuó, y fue así como se salvó.⁴⁰⁷

A retórica priísta da herança Revolucionária foi ressaltada pelo Primeiro Magistrado. Em nome de uma suposta continuidade ideológica e política com a Revolução Mexicana, a identidade do Executivo nacional e do PRI foi trabalhada para remeter a uma “essência” que tinha origens no passado. Gustavo Díaz Ordaz acessou a história como destinatário direto do passado, sendo uma de suas funções a de dar continuidade aos projetos revolucionários. Conforme vimos, ao evocar a continuidade com o processo revolucionário de 1910, o Executivo nacional se colocou como gestor oficial da história nacional. Assim, Díaz Ordaz criticou duramente as vozes oposicionistas⁴⁰⁸ que afirmavam ter chegado ao fim as benesses da Revolução. Nas palavras do mandatário, o processo revolucionário foi obra da identidade mexicana, do mesmo modo que resguardar este evento fundacional seria obrigação de seu governo.

Do ponto de vista econômico, o sexênio iniciado em 1964 era um relativo sucesso. O país vivia a euforia dos aumentos salariais na casa dos 6% ao ano e a classe média foi o grupo mais privilegiado por este crescimento. O “milagre mexicano” estava a todo vapor, o que ajuda a explicar a troca das liberdades políticas e individuais pelo conforto dos benefícios econômicos⁴⁰⁹, ainda que não de modo generalizado. A balança comercial estava equilibrada, bem como a dívida externa. No que tange à inflação, um

⁴⁰⁷ Trecho do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1966. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/ordaz/2/660084x.html> Acessado em: 15 de agosto de 2014.

⁴⁰⁸ Expressas principalmente pelo PAN e pelos movimentos sociais.

⁴⁰⁹ Vale ressaltar que a recente historiografia que analisa o “milagre mexicano” afirma que a vitalidade priísta frente ao Executivo nacional pode ser explicada a partir do amplo apoio da classe média, beneficiária direta dos projetos de desenvolvimento econômico iniciados ainda na década de 1940. Dessa forma, a centralização do poder e a restrita participação política teriam sido contrabalanceadas pelas altas taxas de crescimento e geração de riqueza para esse grupo específico. Conforme veremos no Capítulo III, à medida que a economia mexicana começou a entrar em crise, por volta da segunda metade dos anos 1970, o apoio político dos setores mais ricos do país ao PRI foi diminuindo gradativamente.

percentual reduzido e controlado: 2,6% ao ano.⁴¹⁰ A economia pulsante mostrava o país sede dos Jogos Olímpicos de 1968 como uma nação moderna. Entusiasmado com os rumos políticos e sociais de seu mandato, Díaz Ordaz salientou em seu Terceiro Informe Presidencial perante o Congresso da União:

La Revolución ha sido en México una dinámica constante, una forma de luchar contra vicios y deformaciones sociales que datan de siglos, y mientras subsistan algunas de esas limitaciones seculares o aparezcan otras, derivadas de ellas, el proceso revolucionario del pueblo mexicano debe seguir su rumbo ininterrumpido. Ese rumbo es el que, con tanta sabiduría y precisión, hace cincuenta años, reunidos en la ciudad de Querétaro, nos dieron aquellos briosos revolucionarios que, inflamados de su pasión de Patria, supieron crear la Carta Constitucional de 1917. De aquel numeroso grupo de pujantes jóvenes nos quedan pocos: viejos admirados y profundamente respetados. Nuestro más encendido homenaje para los que ya se han ido y nuestro afecto más cálido para los que aún alientan entre nosotros. Sólo la continuidad revolucionaria explica el desarrollo alcanzado por México en los campos económico y social, la estabilidad política lograda, reconocida por todos, y las profundas transformaciones que han hecho de nuestra Patria una Nación radicalmente distinta a la de hace apenas medio siglo y, sin embargo, tan idéntica a sí misma.⁴¹¹

A Revolução Mexicana foi apresentada como redentora de supostos vícios e deformações sociais. Assim, somente a autoridade presidencial, ao exercer o controle sobre a população, poderia dar conta dos desdobramentos das novas limitações seculares que continuavam a aparecer. Gustavo Díaz Ordaz retomou a memória da constituinte de Querétaro (1917) para reafirmar as representações simbólicas do poder, além de explicitar a natureza das instituições políticas e sociais sobre as quais se apoiava, reforçando o prestígio das ideias e dos valores que fundaram o sistema político mexicano. Nesse sentido, o imaginário “fundacional” foi sustentado por discursos que se referiam a episódios passados evocados como “raíces” às quais seria necessário o retorno para reencontrar uma origem e/ou fonte de autenticidade.

Sabemos que esta evocação busca referência e, ao mesmo tempo, legitimidade. Com isso, “o orador é capaz de emprestar um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de

⁴¹⁰ ZAID, Gabriel. *La economía presidencial*. México: Ed. Vuelta, 1987.

⁴¹¹ Trecho do discurso proferido no Congresso mexicano no dia 1º de setembro de 1967. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample2/mexican/ordaz/3/670207x.html> Acessado em: 15 de agosto de 2014.

experiência”⁴¹². Dessa forma, elementos caros a uma lógica nacionalista, como patriotismo, são articulados a valores históricos polissêmicos, estabelecendo ligação direta com uma memória amplamente difundida no imaginário social: “(...) a mensagem a ser transmitida deve, para ter alguma possibilidade de eficácia, corresponder a um certo código já inscrito nas normas do imaginário”⁴¹³.

Ao longo dos primeiros três anos de mandato, Díaz Ordaz havia estabelecido um “consenso” no país ao eliminar praticamente todos os focos de oposição ao seu governo. Sindicatos, guerrilheiros, médicos, líderes de partidos e intelectuais haviam sido perseguidos e silenciados por se oporem aos desígnios presidenciais.⁴¹⁴ No entanto, a principal relação de força com aquele sexênio veio de um grupo mundialmente conhecido no final da década de sessenta: o movimento estudantil. A contenda envolvendo o governo e os estudantes, conforme veremos, foi um episódio tão traumático que nem a dimensão de continuidade revolucionária, amplamente difundida, foi capaz de blindar o Executivo ou o sistema político mexicano. A censura e a repressão aos meios de comunicação não puderam calar as vozes que postulavam o primeiro magistrado como o homem por trás do Massacre de Tlatelolco.

O ano de 1968 marcou inúmeras revoltas estudantis na Europa e no restante da América, não sendo diferente no México. Uma escala repressiva do governo mexicano, em julho, desencadeou uma série de manifestações contra o sistema político centralizador.⁴¹⁵ As manifestações coincidiram com a proximidade da realização dos Jogos Olímpicos no país, gerando um desconforto por parte das autoridades nacionais. Dentro de um contexto de Guerra Fria, aqueles atos de manifestações foram também interpretados pelo governo como sendo de origem comunista. Poucos dias antes do fatídico 2 de outubro de 1968, Gustavo Díaz Ordaz mostrou o tom de sua política para com as mobilizações sociais, salientando uma suposta soberania mexicana:

¿Debe o no ser delito afectar la soberanía nacional, poniendo en peligro la integridad territorial de la República, en cumplimiento de

⁴¹² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006, p. 43.

⁴¹³ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 51.

⁴¹⁴ VOLPI, Jorge. *La imaginación y el poder: una historia intelectual de 1968*. México, D.F.: Ediciones ERA, 1998.

⁴¹⁵ As reivindicações estudantis giraram em torno de garantir liberdade para os presos políticos, destituir os generais que comandavam as operações repressivas, indenizar as famílias dos mortos e feridos a mando do Estado, além, é claro, de punir os responsáveis pelos atos de violência contra a população.

normas de acción de un gobierno extranjero? ¿Debe ser delito no preparar la invasión del territorio nacional o la sumisión del país a un gobierno extranjero?⁴¹⁶

A criminalização das manifestações contra o governo foi mantida, sendo tipificadas como crime de dissolução social. Do mesmo modo, o artigo 145 do Código Penal, alvo de inúmeras críticas e responsável por caracterizar os chamados “crimes políticos” contra o Estado, também continuou em vigor. O chefe do Executivo estava convencido de que existia um complô internacional levado a cabo por grupos nacionais ligados a setores de esquerda, cujo objetivo era implementar na sociedade mexicana supostas doutrinas marxistas. O contexto de mobilizações estudantis em outros países aumentava ainda mais as certezas de Díaz Ordaz, contribuindo para a generalização das incertezas e, conseqüentemente, da repressão contundente:

En vez de comprender lo que sucedía en el mundo, Díaz Ordaz optó por cerrarse más en sí mismo con el fin de mantener al país como un paraíso intocado por las fuerzas oscuras que se agitaban en el exterior. [...] Según el presidente, en México estaba por ocurrir lo mismo que en Francia, y las consecuencias económicas y políticas para el país serían tan negativas que retrasarían su crecimiento durante años.⁴¹⁷

Para “garantir” os anseios nacionais e “proteger” as conquistas revolucionárias frente à suposta “ameaça” do comunismo estrangeiro, Díaz Ordaz tomou a decisão de barrar o perigo à pátria abrindo fogo contra uma multidão desarmada. Policiais à paisana e membros do Exército, sob as ordens diretas do chefe do Executivo, dispararam contra centenas de estudantes presentes nas manifestações de Tlatelolco – ou “Plaza de las Tres Culturas”. O número de manifestantes mortos é até hoje motivo de incertezas. Aquele evento abriu uma ferida social e política no país. Meses mais tarde, o presidente declarou total responsabilidade sobre aquele evento, mesmo negligenciando a gravidade do mesmo. A declaração do primeiro magistrado tinha um único e exclusivo objetivo: evitar que qualquer acusação referente ao massacre recaísse sobre o próximo candidato do “Partido de la Revolución” escolhido por ele. No entanto, o substituto de

⁴¹⁶ Trecho do discurso do Quarto Informe de governo proferido no Congresso nacional mexicano no dia 1º de setembro de 1968. Disponível em: <http://www.biblioteca.tv/artman2/uploads/diazordaz4informe.pdf> Acessado em: 17 de agosto de 2014.

⁴¹⁷ VOLPI, Jorge. *La imaginación y el poder: una historia intelectual de 1968*. México, D.F.: Ediciones ERA, 1998, p. 37.

Gustavo Díaz Ordaz, bem como o PRI, tiveram que carregar, a partir de então, um pesado fardo chamado Massacre de Tlatelolco.

2.6 - 1968: o Poder Executivo e o Massacre de Tlatelolco

1968 fue un año axial: protestas, tumultos y motines en Praga, Chicago, París, Tokio, Belgrado, Roma, México, Santiago [...] De la misma manera que las epidemias medievales no respetaban ni las fronteras religiosas ni las jerarquías sociales, la rebelión juvenil anuló las clasificaciones ideológicas.

Octavio Paz

Postdata a El laberinto de la soledad

A década de sessenta foi um momento crucial para a ideia de um México moderno. A nação, que se propagandeou pelo mundo através do então presidente Adolfo López Mateos, logrou dois objetivos amplamente divulgados e comemorados em todo país: ser sede dos Jogos Olímpicos de 1968, bem como do campeonato mundial de futebol de 1970. A euforia econômica, somada a estas duas conquistas, elevou a credibilidade priísta e potencializou a legitimidade frente ao poder da chamada “família revolucionária”. A sucessão presidencial de 1964 foi fundamental para a manutenção da estabilidade política e social do país. Conforme vimos, o nome forte de Gustavo Díaz Ordaz limitou as disputas internas dentro do “Partido de la Revolución”, além de deixar pouco espaço para a ascensão de grupos opositores.

A personalidade administrativa de Díaz Ordaz logrou conter as manifestações sociais lançando mão, acima de tudo, da repressão através do Exército e demais forças de segurança pública. Para o então presidente, a ordem deveria ser alcançada a qualquer preço. Isso ficou claro na já mencionada repressão às mobilizações dos médicos mexicanos em 1965. Mesmo arriscando perder o apoio da classe média, principal base do PRI, Gustavo Díaz Ordaz ordenou a intervenção imediata da polícia para dissolver aqueles “tumultos”. Com a aproximação dos Jogos Olímpicos, o governo estabeleceu um plano estratégico de segurança visando principalmente conter os caracterizados “delitos de dissolução social”. A missão de reprimir qualquer manifestação ficou a

cargo dos chamados *Granaderos*, destacamento especial da polícia mexicana, bem como do recém-criado Batalhão Olímpico, composto por membros do Exército.

Em meados de 1968, as forças de segurança pública colocaram em ação suas táticas de repressão. Dessa vez, não contra as consagradas mobilizações dos *ferrocarrileros* ou dos grupos de operários e professores. O movimento estudantil mexicano ganhava gradativa força social. No dia 26 de julho de 1968, ocorreu a primeira batalha crucial envolvendo estudantes na Cidade do México. Na ocasião, cinco mil secundaristas deixaram um ato de protesto e começaram a marchar em direção à *Plaza de Constitución*. No trajeto, juntaram-se a universitários de filiação comunista que, naquele dia, comemoravam o aniversário de assalto ao Quartel Moncada em Cuba. Na esquina de duas vias importantes, os jovens caíram em uma emboscada dos *Granaderos*. O choque violento logo se espalhou pelo centro da capital. O cenário caótico estava posto, com estudantes sendo perseguidos e espancados.

Atribuindo a responsabilidade dos acontecimentos ao Partido Comunista Mexicano (PCM), o governo mandou invadir a sede da organização e fechar as oficinas de impressão do partido. As autoridades anunciaram setenta e seis presos, entre dirigentes e militantes. Para as lideranças estudantis, o balanço foi de duzentas prisões e quinhentos feridos; segundo elas, houve oito mortos naquele dia.⁴¹⁸ Os acontecimentos de julho dão uma ideia inicial da centelha que provocou a agitação dos meses seguintes, culminando na repressão maciça por parte do governo. A ordem era clara: conter qualquer foco de agitação social. A partir de então, faculdades e escolas foram invadidas e ocupadas pelo Exército.⁴¹⁹

De acordo com João Roberto Martins Filho, duas instituições concentraram a inquietação estudantil: a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e o Instituto Politécnico Nacional (IPN).⁴²⁰ Ambas se caracterizavam pela imensa aglomeração de faculdades e escolas preparatórias, com quase duzentos mil alunos de origens sociais diversas. Em 1º de agosto, o IPN teve seus prédios invadidos por tropas do Exército, seguido de prisões e mais violência. Várias manifestações em defesa dos

⁴¹⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião estudantil 1968 – México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

⁴¹⁹ Nesse sentido, um dos casos mais emblemáticos de repressão e violência, foi a invasão à *Escuela Nacional Preparatoria*. Em 30 de julho de 1968, o Exército entrou na escola depois de explodir a porta principal de acesso com uma bazuca. Ver: Anexo 20 – página 224.

⁴²⁰ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

estudantes foram organizadas na Cidade do México, inclusive pelo próprio reitor da UNAM à época: Javier Barros Sierra. Com a formação do *Consejo Nacional de Huelga* (CNH)⁴²¹, os estudantes apresentaram suas demandas:

As reivindicações foram posteriormente elaboradas e oficialmente publicadas, em agosto daquele ano, na forma de um pieglo petitório, um documento que continha seis pontos a serem atendidos pelo governo. A petição, publicada pela FNET (Federación Nacional de Estudiantes Técnicos), reconhecida pelo CNH5 e pelo movimento estudantil, demandava: 1. Destituição do corpo de granaderos e da polícia metropolitana. 2. Destituição de chefes de polícia, militares e demais responsáveis pelo comando de repressões e violência sobre os estudantes e demais manifestantes. 3. Indenizações pelos estudantes mortos e feridos. 4. Revogação dos artigos 145 e 145 bis, que regulamentavam e propunham penas aos delitos de dissolução social. 5. Atribuição das devidas responsabilidades aos culpados pelas prisões e mortes. 6. Liberdade aos presos políticos, encarcerados a partir de 26 de Julho de 1968.⁴²²

Os conflitos ampliaram-se quando, em 1º de setembro, Gustavo Díaz Ordaz destacou em seu Informe Presidencial que era necessário manter a ordem nas ruas, uma vez que, segundo ele, o movimento estudantil tinha como principal objetivo interferir na realização dos Jogos Olímpicos, bem como desacreditar a capacidade mexicana de sediar tal evento.⁴²³ No dia 18 daquele mês, a autonomia da UNAM foi violada após quarenta anos. Dez mil soldados invadiram e fecharam a Cidade Universitária⁴²⁴, levando presos universitários, professores e funcionários⁴²⁵. Mais protestos eclodiram na capital contra a ocupação da universidade pelas tropas do Exército; vários setores da sociedade exigiam uma postura pacífica em relação ao trato com os estudantes.⁴²⁶

Diante das pressões, o governo ordenou, em 30 de setembro, a retirada dos soldados da UNAM. Esta decisão foi encarada pelas organizações estudantis como a primeira grande vitória do movimento. Para celebrar a retirada das tropas da Cidade Universitária, foi convocado um grande ato de comemoração para o dia 2 de outubro, na

⁴²¹ Ver: Anexo 21 – página 225.

⁴²² RIBERTI, Larissa Jacheta. *Tlatelolco em 1968: a construção da memória do movimento estudantil e da luta pela democratização no México contemporâneo*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 3.

⁴²³ Ver: Anexo 22 – página 225.

⁴²⁴ Ver: Anexo 23 – página 226.

⁴²⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião estudantil 1968 – México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

⁴²⁶ Ver: Anexo 24 – página 226.

região de Tlatelolco.⁴²⁷ O cenário do massacre havia sido estabelecido. A Praça das Três Culturas – ou Praça de Tlatelolco – era um local fechado por grandes construções, com apenas dois acessos. Nas palavras de Enrique Krauze: “uma verdadeira armadilha natural”.⁴²⁸ Em 2 de outubro, reuniram-se entre cinco e dez mil pessoas naquele local. No entanto, não foram apenas os manifestantes que ocuparam Tlatelolco.⁴²⁹ Desde as primeiras horas da manhã, dezenas de tanques e grupos do exército haviam estabelecido posição nas redondezas.⁴³⁰ Além disso, soube-se depois que centenas de policiais do Batalhão Olímpico à paisana se encontravam em meio aos estudantes.

Alguns líderes subiram nas sacadas de um prédio próximo para proferirem palavras de ordem e discursos contra as ações governamentais. Naquele momento, um helicóptero verde oliva do Exército realizou alguns rasantes em cima da multidão e, pegando todos de surpresa, começou a disparar aleatoriamente. Ao mesmo tempo, soldados posicionados nos edifícios ao redor também começaram a atirar. De acordo com os relatos da jornalista italiana Oriana Fallaci⁴³¹, o caos logo se instaurou, pessoas corriam feridas enquanto outras já estavam mortas no chão. Os tanques e tropas invadiram a praça; no entanto, o tiroteio não parou. Algumas lideranças que estavam nas varandas acima foram presas, outras alvejadas à queima roupa. As pessoas amedrontadas saíam em disparada, tentando fugir das balas de fuzis que não cessavam. Os tiros e a matança duraram uma hora, até que um tanque de guerra disparou contra a praça expulsando os últimos manifestantes.⁴³² O massacre havia se consumado.

No dia seguinte, em meio a um bloqueio geral à Praça das Três Culturas, familiares buscavam seus entes desaparecidos. O governo tratou de censurar e omitir informações sobre o ocorrido. Inicialmente afirmou que foram os manifestantes que efetuaram os disparos, cabendo às forças de segurança o revide de legítima defesa. Em seguida, afirmou que a missão das tropas era impedir os estudantes de invadirem o prédio do Ministério das Relações Internacionais do país, localizado na mesma praça.

⁴²⁷ Ver anexo 26 – página 227.

⁴²⁸ KRAUZE, Enrique. *Os Redentores: Ideia e Poder na América Latina*. São Paulo: Editora Benvirá, 2011.

⁴²⁹ Ver anexo 27 – página 228.

⁴³⁰ Ver anexo 28 – página 228.

⁴³¹ Oriana Fallaci foi uma jornalista de origem italiana que esteve presente em Tlatelolco no dia do massacre. Fallaci foi baleada e chegou a ser dada como morta pelas autoridades mexicanas. Seus relatos sobre os acontecimentos de 2 de outubro foram fundamentais para que a imprensa internacional tivesse ciência dos fatos.

⁴³² SCHERER, Julio; MONSIVÁIS, Carlos. *Parte de Guerra: Documentos del General Marcelino García Barragán Los Hechos y la Historia*. México. D.F.: Ed. Nuevo Siglo, 1999.

Mais de duas mil pessoas haviam sido presas. Inúmeros foram os relatos de tortura e violência generalizada⁴³³. A repressão aos manifestantes foi seguida de um meticuloso controle das informações vinculadas sobre o ocorrido. Nesse sentido, o número de mortos e feridos continua sendo um mistério até os dias de hoje.⁴³⁴

Em meados da década de setenta, o ex-presidente Gustavo Díaz Ordaz foi entrevistado por um grupo de repórteres espanhóis. Na ocasião, questionaram a ele se o ano de 1968 representou uma cisão na história do México. Prontamente, Díaz Ordaz respondeu que o país era o mesmo antes e depois de Tlatelolco, referindo-se ao acontecido como um incidente penoso, mas necessário. No entanto, as palavras do ex-chefe do Executivo em relação aos efeitos do massacre na história do país eram demasiadamente otimistas, estando longe da realidade observada naquele momento. Sem dúvida, o ano de 1968 representou uma ruptura histórica na sociedade mexicana e no sistema político nacional. Considerado um dos eventos mais traumáticos do México contemporâneo⁴³⁵, o Massacre de Tlatelolco, conforme veremos no Capítulo III, fomentou rupturas e impôs novos desafios para os governantes que se diziam “herederos de la revolución”.

De acordo com Camilo de Mello Vasconcellos, a matança indiscriminada e a prisão de diversas lideranças estudantis afetaram de tal forma as bases do sistema – com a repercussão desse trágico acontecimento não só no país, mas também no exterior – que, pela primeira vez, a legitimidade do regime foi posta em cheque perante um amplo setor da classe média, sempre muito fiel aos princípios do Executivo.⁴³⁶ As bases do PRI foram consideravelmente abaladas; vários políticos de oposição e intelectuais expressaram seu repúdio frente aos acontecimentos de 2 de outubro. Octavio Paz, na época embaixador mexicano na Índia, renunciou ao cargo no dia seguinte.⁴³⁷ Anos mais

⁴³³ Ver: PONIATOWSKA, Elena. *La noche de Tlatelolco* - Testimonios de historia oral. México, D.F.: Ediciones ERA, 1971.

⁴³⁴ Ver: Anexo 29 – página 229.

⁴³⁵ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

⁴³⁶ VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana*. O Museu Nacional de História do México (1940-1982). São Paulo: Alameda, 2007.

⁴³⁷ Sobre as relações de Octavio Paz com a política mexicana, ver: DORELLA, Priscilla Ribeiro. *Octavio Paz: Estratégias de reconhecimento, polêmicas políticas e debates midiáticos no México*. São Paulo: Alameda Editorial, 2014.

tarde, o célebre escritor afirmou ter se sentido envergonhado por não ter se manifestado antes em favor dos estudantes de seu país.⁴³⁸

O partido que por anos se orgulhou de levar adiante as benesses revolucionárias aos quatro cantos da pátria, estava agora envolvido em um dos mais cruéis episódios da história recente mexicana. O racha interno no PRI foi inevitável. Houve grupos priístas a favor das decisões repressivas do Executivo, enquanto outros migravam de sigla para não terem nenhum envolvimento com o ocorrido. Não obstante, a partir de 1968, o questionamento político começou a florescer de maneira renovada. “Era el inicio de una nueva época”⁴³⁹. Diante de uma sociedade saturada com a rigidez do Poder Executivo, a tônica passou a ser a transformação do sistema político. O cenário que se desenhava para os anos seguintes impelia mudanças nas estruturas estabelecidas até então.

Apesar do desencadeamento de críticas e do clamor por mudanças, o presidencialismo mexicano estava longe de chegar ao fim. Pelo contrário, a escolha do sucessor de Díaz Ordaz visou justamente a ampla manutenção do poder nas mãos do Executivo nacional. No entanto, as bases de legitimidade do regime estavam severamente deterioradas. Reverter esse quadro era de suma importância para a permanência e consequente sobrevivência do “Partido de la Revolución”. Conforme veremos, a partir de 1970, a retórica revolucionária ganhou novas pautas. De acordo com Héctor Aguilar Camín & Lorenzo Meyer, foi preciso que o regime atualizasse o arcabouço ideológico, abrindo as portas ao reconhecimento das iniquidades e deformações acumuladas.⁴⁴⁰ Ao mesmo tempo, foi necessário construir uma nova legitimidade, um novo consenso revitalizado. Seguindo a tradição presidencial, o manejo do passado nacional foi uma das grandes chaves para essa transformação. Não obstante, uma mobilização do passado diferente daquela praticada até então. A retórica do Poder Executivo prezou, a partir dos anos 1970, por reformular a herança revolucionária, havendo, inclusive, críticas aos sexênios anteriores. Dentro do contexto de inovação, a Revolução Mexicana ganhou outras roupagens e sentidos. Veremos a seguir que as demandas de um novo presente exigiram também um passado “completamente novo”.

⁴³⁸ KRAUZE, Enrique. *Os Redentores: Ideia e Poder na América Latina*. São Paulo: Editora Benvirá, 2011.

⁴³⁹ REYNA, José Luis. *El Partido Revolucionario Institucional/PRI*. México, D.F.: Nostra Ediciones, 2009, p. 62.

⁴⁴⁰ AGUILAR, Camín; MEYER, Lorenzo. *À sombra da revolução mexicana – História mexicana contemporânea, 1910 -1989*. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPÍTULO III

DO NACIONALISMO AO NEOLIBERALISMO (1970-1994): RUPTURAS E TRANSFORMAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

Englobaremos neste capítulo a análise dos mandatos presidenciais mexicanos entre os anos de 1970 a 1994, respectivamente: Luis Echeverría (1970-1976); José López Portillo (1976-1982); Miguel de la Madrid (1982-1988); e Carlos Salinas de Gortari (1988-1994). Este amplo período é tipificado por inúmeras transformações dentro do “Partido de La Revolución”, bem como no próprio resgate do processo revolucionário em si. Os desdobramentos do Massacre de Tlatelolco, aliados à repressão política e a um novo acordo econômico, ditaram novas formas de se filiar à memória nacional. Nesse sentido, vale ressaltar que as pautas neoliberais, experimentadas principalmente após os anos 1980, exigiram a adaptação e (re)criação do passado de acordo com as demandas do presente. Logo, conforme veremos, a Revolução Mexicana foi edificada, ganhando outros significados e contornos próprios.

3.1. Luis Echeverría e o difícil caminho da integração nacional (1970-1976)

Os eventos de Tlatelolco simbolizaram fissuras, abriram feridas e reacenderam discussões acerca dos ganhos democráticos efetivos do México pós-revolucionário. O então presidente Gustavo Díaz Ordaz havia enfatizado publicamente diante do Congresso nacional sua inquestionável responsabilidade pelas ações e posturas adotadas por forças de segurança um ano antes⁴⁴¹. Dessa forma, Díaz Ordaz eximiu de qualquer parcela de responsabilidade seu amigo de infância e *secretario de gobernación*, Luis Echeverría Álvarez. O reconhecimento dos insucessos de um Governo como forma de “blindar” o próximo candidato priísta foi fórmula consagrada dentro do presidencialismo mexicano. Conforme veremos em outros episódios, a própria lógica de renovação e mudanças – dentro da mesma linha partidária – dependiam desta estratégia.

⁴⁴¹ Ver: Quinto Informe de Gobierno, datado de 1º de setembro de 1969. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/sedia/sia/re/RE-ISS-09-06-14.pdf> Acessado em: 11 de junho de 2016.

Inevitavelmente, os acontecimentos de outubro de 1968 foram pautas constantemente mobilizadas nas disputas eleitorais de 1970. Desde o início de sua campanha, Luis Echeverría – que por doze anos esteve intimamente ligado às decisões políticas mexicanas – projetou uma imagem de força e determinação. O momento político exigia essa postura do candidato. Além disso, o discurso era um só: “integração nacional”. Pela primeira vez em décadas, a imagem do PRI encontrava-se seriamente abalada, o que acarretou esperanças na oposição e preocupação dentro das fileiras do partido. Coesão e estabilidade eram palavras de ordem na campanha eleitoral e, conforme veremos, tornaram-se lemas para o sexênio que se originou do pleito.

Já em seus primeiros compromissos como candidato oficial do “Partido de la Revolución”, Echeverría sinalizou a tentativa de desvincular sua imagem da do antecessor Gustavo Díaz Ordaz. Este distanciamento, apesar de pouco usual dentro do presidencialismo mexicano, foi necessário tendo em vista os objetivos políticos e a legitimidade almejada pelo candidato. Para tanto, quebrou protocolos e afrontou figuras importantes dentro do próprio partido.⁴⁴² Durante sua campanha, em uma visita a *Universidad de Morelia*, fez um minuto de silêncio pelos mortos de Tlatelolco. Como não poderia ser sido diferente, setores militares mexicanos repudiaram o ato considerado-o ofensivo. Alguns mais exaltados pediram a substituição imediata do candidato. No entanto, as pressões foram dissolvidas e Luiz Echeverría se manteve na disputa presidencial pelo PRI.⁴⁴³

As preocupações em relação à unidade nacional durante a campanha podem ser interpretadas como mais uma estratégia retórica, uma vez que as engrenagens do sistema eleitoral mexicano tinham como peça central os políticos da “família revolucionária”. Assim, as surpresas sempre eram previstas e os infortúnios contornados. O caráter supostamente transparente do processo ficava evidenciado em eleições presidenciais diretas de seis em seis anos⁴⁴⁴, ao passo que muitos outros países da América Latina, conforme já assinalado, vivenciavam regimes militares. No início da

⁴⁴² Na época, o presidente do PRI, Alfonso Martínez Domínguez, exigiu explicações de Echeverría acerca da aproximação do candidato com setores estudantis envolvidos com os acontecimentos de 1968. Do mesmo modo, grupos mais conservadores do partido viam com desconfiança as ações echeverristas. Além disso, os militares, peça chave para os eventos ocorridos em Tlatelolco, exigiam uma postura firme por parte do Executivo no que tangia as supostas ameaças comunistas representadas pelo movimento estudantil.

⁴⁴³ ROSAS, Alejandro. *Mitos de la historia mexicana*. De Hidalgo a Zedillo. México, D.F.: Planeta, 2006.

⁴⁴⁴ Ver: Anexo 30 – página 230.

década de setenta, o México vangloriava-se da hombridade de seu processo eleitoral, ainda que internamente a “alquimia mágica”⁴⁴⁵ das urnas fosse conhecida por muitos.

Como esperado, o pleito de 1970 deu a vitória ao candidato do “Partido de la Revolución” e, no dia 1º de dezembro daquele ano, Luis Echeverría Álvarez se tornou o quinquagésimo presidente da história mexicana. Se por um lado, conforme dito, o discurso de coesão esteve presente na campanha eleitoral como um importante dispositivo de redundância, por outro lado, a busca de unidade nacional foi uma constante real ao longo do sexênio echeverrista. Uma de suas primeiras medidas foi retomar o diálogo com os setores sociais envolvidos com os episódios de 1968, concedendo anistia a professores e estudantes que ainda se encontravam presos. Em seguida, bem como ao longo de todo o seu mandato, o Governo aumentou consideravelmente os repasses financeiros às universidades e institutos técnicos de ensino.⁴⁴⁶

Mesmo dentro da lógica de poder do presidencialismo mexicano, era necessário tratar as crises internas deflagradas e as feridas abertas pelo Massacre de Tlatelolco. A preocupação em conciliar o país e apaziguar as tensões políticas foram uma constante naqueles anos. De acordo com Camilo de Mello Vasconcellos, o Executivo Federal passou a investir, conforme veremos, grandes quantidades de verbas no uso de publicidade e de comunicação maciça.⁴⁴⁷ Em seu discurso de posse, Echeverría afirmou:

Por la Revolución hemos afirmado la libertad ciudadana, la paz interior, el crecimiento sostenido y nuestra capacidad de autodeterminación frente al exterior. [...] Ser revolucionario es aceptar una responsabilidad permanente y anteponerla a los afanes de lucro, las ambiciones de poder y los instintos destructivos. Revolucionario es hoy el digno servidor público, el soldado leal y el dirigente íntegro; el campesino y el obrero laboriosos; el maestro, el científico, el artista y el estudiante entregados noblemente a sus faenas. También lo es el empresario nacionalista y con visión social. No lo son, en cambio, el simulador ni el soñador de revoluciones: el anarquista, el provocador o el entreguista, movidos por fuerzas e intereses extraños que conocemos bien los mexicanos.⁴⁴⁸

⁴⁴⁵ VER: Capítulo I, página: 48.

⁴⁴⁶ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

⁴⁴⁷ VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana*. O Museu Nacional de História do México (1940-1982). São Paulo: Alameda, 2007.

⁴⁴⁸ Trecho do discurso de posse proferido no Congresso nacional mexicano no dia 1º de setembro de 1971. *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. XLVIII Legislatura, Año II, periodo ordinario, Tomo II, número 3, miércoles 1º de septiembre de 1971.

A Revolução Mexicana, retomada como artifício legitimador e de coesão social, estabeleceu-se mais uma vez como o esplendor guia dos Governos priístas. Echeverría, ao enfatizar as posturas revolucionárias, tipifica o que é esperado, bem como o que não é aceito dentro desta lógica. Assim, vemos figuras-chaves para seu Governo sendo referenciadas, enquanto posturas que poderiam ameaçar a ordem estabelecida são rechaçadas. É interessante notar a preocupação no Governo mexicano, através da fala do presidente, com as “forças e interesses estranhos”, que podem aqui ser interpretados como a propagação de supostas ideias comunistas pelo país. Estas possíveis “ameaças”, como lembrou Echeverría, já faziam parte de um discurso conhecido por boa parte dos mexicanos desde a metade dos anos 1960. Conforme trabalhado no capítulo anterior, o próprio movimento de 1968, no contexto da Guerra Fria, foi acusado de importar e seguir ideários comunistas.

Ao mesmo tempo que buscava mudar a imagem da Presidência da República frente aos estudantes mexicanos, Echeverría investiu maciçamente em uma reforma educacional. Com a reestruturação da *Secretaría de Educación Pública* (SEP), ampliou-se o sistema de educação especializada, criaram-se numerosos centros de estudos e, em poucos anos, havia mais de mil e trezentas instituições técnicas que atendiam mais de meio milhão de alunos em todo o país.⁴⁴⁹ Para termos uma ideia dos investimentos, a *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), na qual Echeverría havia se graduado, teve seu orçamento quadruplicado em seis anos. Os grandes recursos destinados à educação, aliados a um clima de aparente abertura democrática, fizeram com que alguns opositores do PRI, principalmente intelectuais, olhassem com bons olhos o recém-inaugurado sexênio echeverrista. No entanto, devemos lembrar que a repressão continuou a assolar o movimento estudantil mexicano. Em julho de 1971, o Governo Federal reprimiu duramente as manifestações ocorridas na capital do país. Além disso, várias guerrilhas urbanas surgiram após 1968 e foram perseguidas pelas forças de segurança pública.

Além da atenção especial dada à educação, Echeverría buscou as bases econômicas necessárias para colocar em prática uma série de promessas feitas ao longo de sua campanha presidencial. O primeiro magistrado rompeu com o modelo de

⁴⁴⁹ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

“Desenvolvimento Estabilizador” – em vigor há vinte anos – e lançou mão de um novo projeto econômico intitulado, por ele mesmo, “Desenvolvimento Compartilhado”.⁴⁵⁰ O novo programa buscou, tendo em vista o considerável aumento demográfico vivenciado pelo país naquele período, distribuir de forma mais equitativa as riquezas produzidas. Os economistas do Governo viram na assistência populacional e no investimento em grandes obras de infraestrutura, as oportunidades ideais para propagandear o sexênio.

Trilhando um suposto modelo estabelecido por Lázaro Cárdenas na década de trinta, conforme enfatizado pelo Executivo, o Estado mexicano desapropriou milhares de hectares que foram destinados à reforma agrária. Mesmo diante de críticas de setores empresariais e latifundiários, o Executivo Federal manteve a linha do chamado “Desenvolvimento Compartilhado”. O caráter popular do Governo era ressaltado de várias maneiras.⁴⁵¹ A esposa de Echeverría, que recusou o título de primeira dama ao preferir ser chamada de “compañera”, dedicou-se a um intenso trabalho de assistência social.⁴⁵² Além disso, em um ato sem precedência na história mexicana, convocou as esposas de governadores, prefeitos, membros do gabinete e funcionários de altos cargos para participarem diretamente com ela de trabalhos voluntários no campo e na cidade intitulados *Red de Servicio Social*⁴⁵³.

Em pouco mais de dois anos de Governo, o sexênio echeverrista logrou estabelecer uma série de medidas populares que iam, conforme dito, de investimentos na educação a demandas camponesas. Apesar dos “ecos de 68” parecerem não mais assombrarem o país, Echeverría não deixou de conclamar a unidade nacional. Dando prosseguimento a uma lógica consagrada pelos mandatários do “Partido de la Revolución”, o presidente mobilizou o passado mexicano, bem como seus personagens, em busca da legitimidade necessária para levar seus projetos políticos adiante. Dentro

⁴⁵⁰ ZAID, Gabriel. *La economía presidencial*. México: Ed. Vuelta, 1987.

⁴⁵¹ Luis Echeverría realizou uma série de viagens pelo mundo. No Chile, apoiou o Governo de Allende, reuniu-se com Fidel Castro em Cuba e no Japão levou uma imensa comitiva para celebrar acordos comerciais firmados. Além disso, exerceu turismo diplomático na Grã-Bretanha, França, Bélgica, União Soviética, bem como em outros países socialistas como a China maoista. Mediou pessoalmente o conflito árabe-israelense, reunindo-se com Chefes de Estados de ambos os povos. Para fechar com chave de ouro, afirmou que a partir de 1º de dezembro de 1976, fim de seu mandato, estaria à disposição dos países membros da ONU para ocupar o cargo de Secretário Geral da organização. Ver: KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

⁴⁵² AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

⁴⁵³ Ver: KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

desse contexto, o Executivo nacional fez do centenário da morte de Benito Juárez um grande evento político, baixando um decreto que declarava 1972 como “Año de Juárez”⁴⁵⁴. Em um de seus informes anuais de Governo, Echeverría afirmou:

Juárez es símbolo de la auténtica unidad nacional. En la legitimidad de su investidura defendió los principios de la República; mostró, a todos, la única vía posible del patriotismo y fue, siempre, leal a su origen popular. Conmemorar el centenario de su muerte es evocar los valores que defendió en vida, reflexionar colectivamente sobre sus luchas y extraer de ellas el vigor necesario para continuar perfeccionando las instituciones y acrecentando nuestra autonomía. El Ejecutivo a mi cargo enviará una iniciativa de Decreto que norme la Conmemoración Nacional del Centenario del fallecimiento del Presidente Benito Juárez.

Si el honorable Poder Legislativo así lo aprueba, estos actos abarcarán del primero de enero al 31 de diciembre de 1972 y habrá de declararse ese período "Año de Juárez." La Revolución de 1910 prolonga y compendia nuestros movimientos emancipadores: es defensa de la soberanía y rescate de los recursos naturales, lucha por la democracia y por la justicia social, por la posesión de la tierra y por la dignidad de los trabajadores. Su programa, el de todos los mexicanos, está inscrito en la Constitución de la República.⁴⁵⁵

A pauta revolucionária ganhou mais força com a retomada do político liberal do século XIX e ex-presidente mexicano, Benito Juárez que, a partir de então, ocupou lugar de destaque nos atos públicos presidenciais. De acordo com o sociólogo francês Yvon Le Bot, houve uma tradição entre os presidentes mexicanos de se escolher um herói nacional como símbolo de Governo.⁴⁵⁶ Do mesmo modo, o historiador Alejandro Rosas salienta que “los presidentes tuvieron que buscar en los símbolos de la historia oficial elementos para legitimarse. Echeverría se fue por el camino fácil y, aprovechando el centenário de la muerte de Juárez, hizo don Benito su bandera”⁴⁵⁷.

Luis Echeverría enfatizou que as comemorações do centenário daquele falecimento seriam uma forma do Governo mexicano refletir coletivamente sobre as lutas do político liberal do século XIX e “extrair” delas o vigor necessário para dar

⁴⁵⁴ Ver: Anexo 31 – página 230.

⁴⁵⁵ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. XLVIII Legislatura, Año II, periodo ordinario, Tomo II, número 3, miércoles 1º de septiembre de 1971.

⁴⁵⁶ LE BOT, Yvon. *El sueño zapatista*. Milão: Ed. Mondadori, 1997.

⁴⁵⁷ ROSAS, Alejandro. *Mitos de la historia mexicana*. De Hidalgo a Zedillo. México D.F.: Planeta, 2006, p. 20.

continuidade a seus projetos. Conforme já apontamos no Capítulo II⁴⁵⁸, a dimensão simbólica das lutas de “Don Benito” foi amplamente difundida no imaginário social. Considerado um “republicano de coração”, Juárez estabeleceu seus projetos políticos mediante a luta pela implantação da democracia liberal e representativa no México, fez oposição à monarquia e ao poder absoluto da Igreja, além de ter combatido veementemente a intervenção francesa no país (1864-1867). Logo, trazer à tona os feitos de Benito Juárez foi forma de se filiar aos seus valores patrióticos, ao passo que se buscou legitimidade e unidade nacional. Percebemos que o mito político mobilizou um ícone incorporado à memória coletiva nacional mediante as estruturas simbólicas que buscaram ligar as lutas passadas com o sexênio em percurso. A imagem evocada, enraizada no imaginário social, buscou o momento fundador, “[...] um estado pai ao qual tudo se pede e do qual tudo se espera.”⁴⁵⁹

Benito Juárez se apresentaria, então, como o grande exemplo, o homem excepcional que teria se elevado acima da mediocridade do cotidiano em nome da Pátria. Os valores polissêmicos em torno do herói são trabalhados visando à associação dos mesmos com o grupo que os mobiliza.⁴⁶⁰ Assim, Echeverría retomou Juárez em busca de adesão e legitimidade. As memórias do passado permaneciam sendo elementos importantes na manutenção das estruturas de poder priísta. Apesar de conclamar mudanças dentro do poder Executivo, o sexênio “renovador” – conforme gostava de frisar o então presidente – lançava mão de elementos já consagrados pelo sistema político mexicano.

Como já era de se esperar, as comemorações do chamado “Año de Juárez”, em 1972, foram um sucesso. Em várias oportunidades, o primeiro magistrado trouxe à tona as memórias e os feitos de “Don Benito”, ressaltando o caráter inspirador daquele herói nacional nas ações de seu mandato. Durante o pronunciamento do Segundo Informe de Governo, Echeverría salientou:

⁴⁵⁸ Ver página 77.

⁴⁵⁹ MENDONÇA, Kátia Marly Leite. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002, p. 91.

⁴⁶⁰ Nesse sentido, entendemos que as celebrações em torno da memória do herói geram significados de continuidade próprios. As comemorações são “[...] formas de viver e manifestar simbolicamente, reafirmando a continuidade histórica dos povos e da humanidade. Possui importância social estando relacionada ao seu dever de combate à amnésia coletiva, e também, como forma de luta pela produção (e reprodução) de uma nova memória, assim elevada a uma espécie de garantia da necessária articulação entre o passado, o presente e o futuro”. CATROGA, Fernando. *Ritualizações da História*. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal*, Sécs. XIX-XX. Lisboa: Editora Círculo, 1996, p. 547.

A iniciativa del Ejecutivo, el Congreso de la Unión declaró 'Año de Juárez' el de 1972. La República honra la memoria del forjador de nuestro Estado moderno y del perfil soberano de México en el mundo. No son estos actos vanas evocaciones del pasado, sino un modo de afirmar la continuidad de nuestros objetivos históricos. Hemos traído a nuestros héroes a la luz de la plaza pública para convertirlos en rectores de nuestra conducta. Juárez es el símbolo del constitucionalismo nacional y popular. Defender la integridad del país, mantener la autoridad de la ley, subordinar los intereses particulares a la voluntad general, luchar por la justicia social, es respetar y prolongar la vigencia de la obra juarista. No queremos un Juárez que se agote en festejos cívicos, sino un Juárez eternamente combatiente que guíe la acción de los mexicanos. [...] La batalla de Juárez no ha terminado. Es la de los hombres marginados y explotados, la de cuantos sufren miseria, injusticia y opresión. Seguirá librándose mientras subsistan pretensiones imperialistas y naciones sojuzgadas. Hacer perdurar su obra es decisión que compromete el presente y el futuro de la nacionalidad mexicana.⁴⁶¹

Resgatada dentro de um terreno com condições subjetivas propícias, a imagem mercantilizada de Juárez ganhou conotações épicas. O político liberal do século XIX foi postulado como o forjador do Estado mexicano – “o ponto de origem” –, tornando-se um exemplo a ser seguido. Conforme vimos no Capítulo II⁴⁶², a retomada do liberalismo foi estabelecida de forma específica, visando suprimir retoricamente a dimensão autoritária e intervencionista do Estado mexicano. Desse modo, a estratégia empregada almejou uma continuidade histórica que, supostamente, seria capaz de diluir as dimensões de espaço e tempo. Echeverría salientou que os resgates dos símbolos do passado teriam um objetivo claro: a retidão da conduta nacional. A salvação estaria assim na memória e nos feitos do herói fundador, conclamados com fervor teológico. Esta exaltação do heroico salvacionista demonstra a necessidade de se reverenciar um centro histórico capaz de conter o caos das efervescências do presente.⁴⁶³ No passado nacional repousariam os eventos e personalidades que, com “zelo apostólico”, seriam capazes de introduzir naquele contexto as categorias morais e pragmáticas necessárias.

Em momentos de crise, ou ainda em busca de maior coesão, as forças sociais evocam a presença de um herói salvador, capaz de libertar ou remir a população. No caso mexicano, este resgate ocorreu dentro de uma dinâmica histórica que retomou o

⁴⁶¹ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. XLVIII Legislatura, Año III, periodo ordinario, Tomo III, número 3, viernes 1º de septiembre de 1972.

⁴⁶² Ver página 117.

⁴⁶³ MENDONÇA, Kátia Marly Leite. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002.

passado – por parte do poder Executivo Federal – como ponto de referência, selecionando dentro do panteão nacional aquela personalidade capaz de encarnar os anseios coletivos. Tal processo careceu de uma minuciosa leitura do cenário político. A eficiência do passado está diretamente relacionada com suas possibilidades de aceitação e propagação no terreno contemporâneo. Ou seja, os predicativos evocados do herói devem corresponder às expectativas do imaginário social, ao mesmo tempo que abrem as janelas do presente e possibilidades de transformações para o futuro.⁴⁶⁴ Dentro desse contexto, celebrar a imagem de “Don Benito” era também celebrar a imagem de quem governa, reafirmando princípios fundamentais para a consolidação política e o desenvolvimento nacional.

Os valores polissêmicos atribuídos a Juárez foram, ao mesmo tempo, constatações do passado e objetivos para o presente com vistas a um futuro idealizado. Todo este processo de reconhecimento e inspiração seguiu lógicas específicas do contexto político. Nunca houve uma evocação do passado que não atendessem a questões e a demandas próprias daquele momento e local de fala. Além do mais, não se tratou de mera manipulação do imaginário social. Pelo contrário, foram justamente as condições propiciadas por décadas de uma cultura política revolucionária⁴⁶⁵, presente em várias esferas sociais, difundidas por diversos grupos e manifestada de inúmeras formas, que criaram o território ideal para o prolongamento das memórias e dos usos do passado.⁴⁶⁶ O presidente em exercício, vértice da pirâmide de poder, era o responsável por retomar o herói que não se esgotava; por conclamar seus anseios e lutas; por reiterar suas dimensões pedagógicas e exemplares, profundamente enraizadas em fundamentos liberais do século XIX.

As dimensões do “passado que não passa” são novamente postuladas nas batalhas que continuam sendo travadas, nas obras que ainda seguem sendo edificadas. Este estreitamento com outros períodos históricos reitera a concepção de continuidade,

⁴⁶⁴ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

⁴⁶⁵ Ver: página 08, nota 01.

⁴⁶⁶ “Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.” HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 38-39.

de filiação ideológica e de grandeza política. Apesar de serem categorias, conforme sabemos, que se efetivam muito mais no campo linguístico da oratória, estabelecem, ainda assim, a legitimidade da Presidência da República no que tange à história nacional. Em outras palavras, ao comemorar o “Ano de Juárez”, Echeverría se colocou como gestor de sua memória e interlocutor privilegiado de seus projetos. Acreditamos que este caráter “oficial” não pode ser desvincilhado na análise social, uma vez que possui em sua constituição uma grande força coercitiva. Do ponto de vista simbólico, o Chefe do Executivo supostamente personificaria o herói do século XIX, vinculando-se aos seus valores construídos e amplamente propagados pela nação.

Conforme mencionamos nos capítulos anteriores, os projetos culturais levados adiante pelos governantes ao longo do século XX buscaram integrar e promover as manifestações que abordavam as raízes e tradições populares do México. Para reafirmar o caráter nacionalista de seu mandato, Luis Echeverría utilizou o folclore como expressão fundamental da nação. Em meados de seu sexênio, foram criados o *Fondo Nacional para el Fomento de las Artesanías* (FONART) – para beneficiar economicamente os artesãos – e o *Fondo Nacional para el Desarrollo de la Danza Popular Mexicana* (FONADAM) – responsável por fomentar as danças folclóricas mexicanas. Nesse sentido, a produção cultural indígena, com suas mais variadas representações, foi especialmente incentivada, bem como orgulhosamente apresentada às personalidades políticas que visitavam o país em grandes cerimônias.

No âmbito da antropologia, em um ato exacerbado de nacionalismo, o Governo Federal chegou ao extremo de proibir a entrada no país de pesquisadores estrangeiros da cultura Maia. O ímpeto nacionalista de Echeverría não parou por aí: pela primeira vez na história diplomática do México contemporâneo, foi servido, nas recepções oficiais a Chefes de Estado, Chá de Hibisco⁴⁶⁷ ao invés do tradicional *champagne*.⁴⁶⁸ A imagem de uma nação orgulhosa de seu passado vivo em tradições ainda desenvolvidas foi propagandeada como sinônimo de harmonia e estabilidade.⁴⁶⁹ O presidente da república fez questão de se filiar às mais diversas manifestações culturais populares, colocando-se próximo aos eleitores, em muitas ocasiões, com trajes típicos e adornos indígenas:

⁴⁶⁷ Também conhecido como “Água da Jamaica”, o chá de hibisco é preparado com o cálice do botão seco da flor de *Hibiscus*, muito popular no México onde é consumido gelado.

⁴⁶⁸ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

⁴⁶⁹ Ver: Anexo 32 – página 231.

Si el nacionalismo apela a la historia, tradiciones, costumbres, expresiones artísticas y modos de vida históricamente configurados en una nación, todo lo cual constituye la esencia de la identidad nacional propia de un país, es hasta cierto punto lógico que del nacionalismo o de la cultura nacionalista se hayan hecho a lo largo del tiempo y en todas partes muchos usos políticos y/o ideológicos.⁴⁷⁰

A produção cinematográfica nacional, conforme ocorrido em sexênios anteriores, também foi fonte de atenção e investimentos públicos. Em meados dos anos 1970, o Governo mexicano se converteu em produtor e distribuidor de filmes que, muitas vezes, eram exibidos gratuitamente a partir de iniciativas do Estado. Através do *Banco Nacional Cinematográfico* (BNC), inúmeras películas foram desenvolvidas. A cultura cinematográfica nacional ganhou o incremento de três novas produtoras estatais. Além disso, houve a reestruturação da *Academia Mexicana de Artes y Ciencias Cinematográficas*; a inauguração da *Cineteca Nacional*, em 1974; e a criação do *Centro de Capacitación Cinematográfica* (CCC), em 1975⁴⁷¹. O nacionalismo echeverrista chegou de forma contundente às telas de cinema.⁴⁷²

Além de usos políticos do passado, o caráter nacionalista do sexênio echeverrista envolveu a difusão de muita propaganda e, como vimos, de grandes investimentos públicos em setores estratégicos. Os elevados gastos com educação aliados à valorização da produção cultural mexicana fizeram com que muitos intelectuais que haviam rompido com o PRI em 1968 passassem a ver com bons olhos o Governo de Luis Echeverría.⁴⁷³ Para selar as pazes e definitivamente conquistar apoio, em 1974, o presidente mexicano convocou um grupo de intelectuais⁴⁷⁴ para integrar sua comitiva que percorreria alguns países sul-americanos propagandeando diplomaticamente o país. O episódio ficou conhecido com o “avión de redilas” e foi visto como um ato forçado

⁴⁷⁰ CANSINO, César; ALARCÓN OLGUÍN, Víctor. *La relación gobierno-partido en un régimen semicompetitivo*. El caso de México. Revista mexicana de ciencias políticas y sociales. México, núm. 151, enero-marzo de 1993, p. 65-66.

⁴⁷¹ GARCÍA RIERA, Emilio. *Historia documental del cine mexicano*. México, D.F.: CONACULTA, 1992.

⁴⁷² Entre os filmes de sucesso da época destacou-se *México insurgente*. Produzida em 1970 por Paul Leduc, a obra foi baseada no livro *México insurgente: la revolución de 1910*, no qual o jornalista norte americano John Reed narra suas experiências pessoais ao longo dos dezoito meses que cobriu a Revolução Mexicana como correspondente internacional.

⁴⁷³ É claro que houve exceções como Octávio Paz e Daniel Cosío Villegas que mantiveram uma posição crítica em relação às medidas adotadas por Echeverría. Ver: DORELLA, Priscilla Ribeiro. *Octavio Paz: Estratégias de reconhecimento, polêmicas políticas e debates midiáticos no México*. São Paulo: Alameda Editorial, 2014.

⁴⁷⁴ Entre os nomes presentes estava o de Carlos Fuentes que à época ocupou também o cargo de embaixador do México na França.

para buscar apoio de figuras intelectuais por parte do Governo.⁴⁷⁵ Todavia, aqueles que aceitaram o convite foram taxados de traidores da memória dos caídos em Tlatelolco.

Os esforços do Governo Federal na tentativa de se desvencilhar dos episódios de 1968 eram reiterados em cada evento público. Em 1975, Echeverría esteve presente em um ato estudantil na faculdade de medicina da UNAM. Pela primeira vez em seu sexênio, o presidente esteve tão próximo de centenas de estudantes. Com um discurso conclamando os jovens a romper a dimensão terceiro-mundista frente aos países imperialistas, Luis Echeverría inflamou a plateia que o aplaudiu efusivamente no auditório. De acordo com Henrique Krauze, naquele momento, o presidente estava “livre das responsabilidades de Tlatelolco”. Para isso havia gasto milhões de dólares em viagens, projetos e propaganda.⁴⁷⁶

O ímpeto nacionalista de Echeverría também era responsável pelo aparente sucesso daquele momento e, conseqüentemente, de seu Governo. Conforme sabemos, o nacionalismo foi bandeira erguida por todos os presidentes do “Partido de la Revolución” em busca de legitimidade. Não obstante, a veemência na valorização da dimensão nacional foi justamente o fator que diferenciou o sexênio echeverrista de seus antecessores. A maneira como o passado mexicano foi trazido à tona através de intensas manifestações culturais, celebrações, rituais, etc., não tinham em intensidade, até então, precedentes no México. Além disso, o resgate primordial de Juárez também revelou seu ineditismo. O político liberal mexicano do século XIX já havia – e ainda permaneceria – figurado nos discursos presidenciais. No entanto, Echeverría redimensionou sua condição de herói em comemorações que envolveram todo o México.

Além disso, propor um novo caráter para a Revolução de 1910, ao reconhecer as insuficiências do sistema, foi de vital importância para o seu mandato, além de distingui-lo de seus antecessores. Desde sua chegada ao poder, o Chefe do Executivo reforçou a necessidade do que ele mesmo chamou de “uma nova moral revolucionária”. Em seus discursos frente ao Congresso Nacional, Echeverría afirmou inúmeras vezes que seu sexênio era um Governo de transição em busca de uma nova moral revolucionária. Do mesmo modo, enfatizou a necessidade de transformar os elementos advindos da Revolução Mexicana para romper a visão que se tinha de um país aliado

⁴⁷⁵ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

⁴⁷⁶ *Ibíd.*, p. 132.

exclusivamente aos interesses dominantes de grupos específicos. Vale lembrar que Echeverría não deixou claro quais elementos deveriam ser modificados. De uma forma geral, o discurso do Executivo salientou a necessidade de abrir caminhos mais democráticos dentro do sistema político do país. À medida que lutou para se desvincular do Governo de Gustavo Díaz Ordaz, o presidente buscou salientar a necessidade de mudanças dentro dos Governos priístas como forma de sobrevivência:

Una nueva moral revolucionaria que concibe a la política, no como juego de interese y pasiones personales, sino como el más elevado compromiso para entregar, desinteresadamente, todas nuestras energías al servicio de la nación.⁴⁷⁷

Ainda que apresentada de forma retórica, a proposta echeverrista de uma nova moral revolucionária revelou as rupturas que os acontecimentos de 1968 haviam produzido dentro do sistema político mexicano. As medidas nacionalistas de seu Governo, muito mais propagandeadas⁴⁷⁸ do que colocadas efetivamente em prática, impactaram, ainda assim, milhares de camponeses e indígenas mediante as reformas agrárias.⁴⁷⁹ Do mesmo modo, os investimentos em educação e tecnologia mudaram, em grande medida, o cenário do país. Em seu último informe frente aos congressistas em setembro de 1976, Echeverría apresentou-se confiante – ainda que criticado, conforme veremos, do ponto de vista econômico. Naquela ocasião, o discurso presidencial, de quase cem páginas, enfatizou:

En varias ocasiones he expresado, sobre todo a los jóvenes, que México, con una historia preñada de heroísmo y autor de la primera revolución social de este siglo, cuenta con muy altos ejemplos de entrega patriótica y acción revolucionaria. Con aprecio y respeto por el pensamiento universal y por las experiencias de otros pueblos, hemos insistido siempre en la necesidad de alimentar nuestro civismo en la savia de nuestra propia historia y de marchar hacia adelante en la emulación de nuestros héroes, de los nuestros, de los que en esta tierra y por esta tierra se afanaron, de quienes en México y por México vivieron y lucharon. Hoy como ayer, deben entenderlo los conservadores, los peones de intereses extranjeros y los pusilánimes:

⁴⁷⁷ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. XLIX Legislatura, Año III, periodo ordinario, Tomo III, número 3, lunes 1º de septiembre de 1975.

⁴⁷⁸ Conforme vimos, através do cinema, das comemorações, dos aspectos e representações culturais, etc.

⁴⁷⁹ Realizada através da distribuição agrária de terras pouco valorizadas, principalmente na região Sudeste do México.

al pueblo, a nuestro pueblo, corresponde ser el protagonista de su historia.

Por ello, a lo largo del sexenio, en homenaje cotidiano y comprometido, invocamos la entereza de Cuauhtémoc; el amor a la independencia de Hidalgo, Morelos y Guerrero; el aliento reivindicador de la dignidad del hombre y del país, que personifica Juárez; las banderas democráticas de Madero; la defensa de los derechos campesinos que encabezó Emiliano Zapata; la inquebrantable fe en la ley de Venustiano Carranza; la firmeza revolucionaria de Obregón; la creatividad institucional de Calles; y la visión patriótica y de justicia social de Lázaro Cárdenas.⁴⁸⁰

Raoul Girardet afirma que, de acordo com momentos históricos específicos, cada sociedade precisaria de heróis com características distintas passíveis de serem retomadas.⁴⁸¹ As figuras mobilizadas pelo discurso presidencial se converteram em exemplos legendários ao terem conquistado fama em batalhas do passado; liderarem a nação em momentos chaves; bem como exercido suas funções com honra e de forma excepcional. Nas palavras de Echeverría, estes personagens seriam os únicos capazes de sustentar as instituições, pois seriam fiéis guardiães dos fundamentos da Pátria. É interessante notar que a memória de Emiliano Zapata é retomada em um momento em que o Executivo mexicano precisou de ampla legitimidade. Conforme já enfatizamos, o regresso ao passado é seletivo e obedece a demandas próprias do presente. Sob o discurso de terem feito uma “grandiosa doação” em nome do país, as memórias do passado são trazidas à tona como sinônimo de esperança e inspiração:

Faz-se da autenticidade, justamente atribuída à memória, uma espécie de garantia e de certeza de verdade. Por deslocamentos sucessivos, passa-se da memória portadora de uma verdade à memória lugar e expressão da verdade sobre o passado. O que era uma narrativa, uma representação ou um ponto de vista sobre o passado torna-se a história desse passado.⁴⁸²

O caráter protagonista do passado é ressaltado. Echeverría destaca a singularidade da história mexicana frente a outras realidades nacionais ao mesmo tempo que reitera seu compromisso com as figuras heroicas do país. O ponto de partida para a

⁴⁸⁰ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. L. Legislatura, Año I, periodo ordinario, Tomo I, número 13, miércoles, 1º de septiembre de 1976.

⁴⁸¹ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴⁸² LABORIE, Pierre. *Memória e opinião*. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

genealogia mitológica é o século XVI. Cuauhtémoc, o último tlatoani, seria assim o primeiro herói mexicano, imortalizado frente à dominação espanhola. A independência contaria com o “amor” de Hidalgo, Morelos⁴⁸³ e Guerrero⁴⁸⁴. Já em Juárez, uma vez mais, repousaria a dignidade do país. A Revolução Mexicana de 1910 apresentou uma gama de figuras, díspares em termos ideológicos, mas todas, de acordo com a lógica presidencial, honradas e dignas de louvores. Por fim, a criatividade institucional de Calles, ao transformar o processo revolucionário em partido, é destacada, ao passo que Lázaro Cárdenas, “o último herói mexicano”⁴⁸⁵, é conclamado sob o signo da justiça social.

Todo este processo alinhavou distintos períodos históricos em uma complexa trama que teria moldado aquele México governado por Echeverría em 1976. Uma dimensão linear e teleológica do passado, na qual cada personagem se prefigurou como um profeta da realidade vivida pela nação. O carisma dos grandes nomes não só estabelece um referencial de origem, mas também vincula o destino pessoal ao destino coletivo. Estas figuras são, portanto, símbolos da memória nacional que supostamente conduziram a pátria e a encarnariam na totalidade de seu destino histórico. Trazer as glórias e memórias do passado à luz de seu último discurso foi significativo para o Presidente da República. Assim, não só expressou a dimensão nacionalista de seu Governo como também o inseriu em uma longa duração que poderia legitimar as ações estabelecidas. O momento era propício, questões de ordem financeira ameaçavam os esforços do homem que, desde as disputas eleitorais, havia prometido mudar os rumos do país.

Mesmo diante do desenvolvimento de alguns setores da sociedade mexicana, o projeto econômico conhecido como “Desenvolvimento Compartilhado” não conseguiu suprir as demandas do país. Nos últimos meses do sexênio echeverrista, o fracasso do sistema econômico popular era claro. Como resultado, a inflação, aliada ao desemprego, atingiu altos índices. Além disso, o aumento do dólar gerou a desvalorização do peso mexicano que teve sua maior queda em vinte e seis anos. Como em outros momentos da história do país, os grupos populares foram os mais afetados pela crise. A dívida pública

⁴⁸³ Miguel Hidalgo e José Maria Morelos foram dois padres que lutaram na Guerra de Independência do México. A memória dos referidos religiosos se constituiu como um marco de patriotismo e luta contra a opressão, fazendo parte do Panteão Nacional.

⁴⁸⁴ Vicente Ramón Guerrero Saldaña foi um político, militar e chefe da insurgência em uma etapa da Guerra de Independência do México conhecida como *Resistência* (1816-1821).

⁴⁸⁵ Ver: Capítulo I, página 67.

mexicana, ao longo do Governo de Echeverría, havia quintuplicado de valor.⁴⁸⁶ As especulações em torno da moeda americana, bem como a fuga de capital estrangeiro, marcaram o ano de 1976.

Em meio a este cenário caótico, desenvolveram-se as eleições presidenciais para os próximos seis anos. Utilizando uma fórmula que já o havia beneficiado, quando Gustavo Díaz Ordaz se responsabilizou decisivamente pelos acontecimentos de 1968, Luiz Echeverría se colocou como o único e exclusivo culpado pelos insucessos econômicos de sua administração. O “Partido de la Revolución” precisa se manter no poder e o próximo candidato priísta não poderia ter sua imagem “manchada” pela crise – “sacrifícios” próprios do presidencialismo mexicano. Desse modo, o primeiro magistrado deixou aberto, de forma confortável, o caminho para que seu sucessor no Executivo Federal pudesse tomar as decisões necessárias, ressaltando possíveis aspectos de ruptura e renovação. O escolhido para tal missão foi o amigo de juventude e economista do Governo, José Lopez Portillo.

3.2. José López Portillo e a administração da abundância (1976-1982)

A política mexicana ao longo do século XX foi capaz de consolidar um amplo sistema de manutenção e ampliação do poder. Quando analisamos mais detidamente as peculiaridades daquele contexto, fica evidente o dinamismo de uma estrutura que, apesar de manter um formato de partido único, soube renovar as bases e adaptar-se diante das mudanças exigidas. Ainda que verticalizadas, as transformações ocorridas foram de suma importância para solidificar velhas composições e, ao mesmo tempo, estabelecer novos arranjos institucionais. O próprio perfil dos presidentes mexicanos é um exemplo disso. De homens com longas carreiras no setor público, entre as décadas de 1930 a 1960, a personalidades políticas, a partir dos anos 1970, com pouca experiência nas esferas de poder. As demandas nacionais estabelecidas após cada sexênio ditaram a escolha do próximo Chefe do Executivo. Diante disso, a trajetória

⁴⁸⁶ ZAID, Gabriel. *La economía presidencial*. México: Ed. Vuelta, 1987.

política do candidato, experiente ou não, era apenas parte de um processo muito maior: a conservação do poder por parte da “família revolucionária”.

Conforme já apontamos, o enredo era arquitetado de seis em seis anos, muito bem esquadrihado pelos detentores do poder político no país. A sucessão presidencial no México foi uma forma supostamente democrática de renovar a hegemonia do PRI. Com as eleições de 1976, este complexo sistema foi mais uma vez colocado em marcha. Luiz Echeverría escolheu seu sucessor em meio a um cenário de crise econômica. Vários nomes de destacados economistas foram cogitados pelos jornais mexicanos como possíveis indicações capazes de recuperar a saúde financeira da nação. No entanto, a decisão de Echeverría foi pelo advogado José López Portillo, que possuía uma tímida carreira política e nunca havia se submetido a nenhum pleito popular.⁴⁸⁷ Desta vez, a chegada de um candidato priísta à cadeira do Executivo nacional ocorreria sem os “transtornos” oposicionistas das eleições anteriores. A balança eleitoral mexicana tendia de tal forma para o “Partido de la Revolución” que o Partido da Ação Nacional (PAN), principal símbolo de oposição, como forma de protesto às fraudes eleitorais, recusou-se a lançar candidato para a corrida presidencial em 1976.

Mesmo diante de uma disputa confortável, Lopez Portillo procurou percorrer o país levando a cada canto do território nacional o seu lema de campanha: “La solución somos todos”. De fato, uma solução era urgente. Naquele momento, a nação enfrentava um grave déficit fiscal aliado ao desemprego e inflação galopante. Além disso, havia a dívida externa, herdada de Luiz Echeverría, que passou de 4 milhões de dólares em 1970 para 20 milhões de dólares na segunda metade da década.⁴⁸⁸ O clima favorável do pleito se converteu em preocupação assim que o novo presidente foi empossado. Em seu primeiro discurso, López Portillo pediu uma trégua para superar a crise e propôs um desenvolvimento econômico para o sexênio em três etapas: dois anos para recuperação; dois anos para consolidação; dois anos para crescimento acelerado. Para tanto, dentro da lógica presidencial, a condução do país demandava austeridade, disciplina, ação e renovação revolucionárias. Naquela oportunidade, o presidente afirmou:

⁴⁸⁷ Mesmo com pouca experiência política, José López Portillo possuía uma boa relação com os setores mais conservadores do PRI que, desde o início dos anos 1970, estavam descontentes com as posturas progressistas de Echeverría. Desse modo, a escolha presidencial privilegiou uma figura que pudesse retomar a coesão partidária naquele momento de crise política.

⁴⁸⁸ ZAID, Gabriel. *La economía presidencial*. México: Ed. Vuelta, 1987.

Sabemos que tiempos como éstos ponen a prueba instituciones, sistemas, solidaridad y carácter. Tiempos propicios para escapismos, disidencias y explicables inconformidades; para incomprensión y disolución. Los medrosos querrán replegarse; los ambiciosos, violentos y egoístas, explotar a cualquier costo; los profetas del Apocalipsis predicar la nada, los demagogos desajustar la innata sensatez política de nuestro pueblo; los geómetras de las revoluciones, desquiciar la historia y los infantilismos de todo signo complicar lo elemental.

Tiempos también para rescatar lo esencial, lo que nos caracteriza e identifica, lo que nos permitirá progresar y no regresar, en este país ávido de generaciones resueltas y valiosas, que justifiquen historia y merezcan geografía. Generaciones capaces de entender la inercia y responsabilidad de la historia, pero también, por su voluntad, influir en su renovación.

El pueblo, en su circunstancia, nos exige que no haya disimulo ni demagogias. Nos pide congruencia entre el deber y el hacer revolucionario; entre palabras y acción. Afrontar, sencillamente y con madurez nuestra verdad. Por ello siempre partiremos de lo cierto para alcanzar lo justo, perseverando en nuestra libertad. Ni análisis triunfalistas o superficiales, ni remedios falsos o precipitados.

Ello entraña entender lo que nos pasa y reafirmar algunos supuestos básicos: saber que hay algo que une a los mexicanos y les permite enderezar su actuar; que esa unión es la Revolución hecha Gobierno por su Constitución; que somos capaces de resolver las contradicciones y deformaciones de lo urgente sin olvidar lo importante, de modo que las desordenadas angustias del corto plazo no cancelen las expectativas justas del largo plazo. [...]

Renovemos constantemente en la libertad, nuestra voluntad perpetua de justicia para seguir haciendo la Revolución en la Revolución. México ha vivido, México vive, México vivirá, Viva México.⁴⁸⁹

O tom das palavras do recém-empossado mandatário demonstrava a preocupação com a gravidade da crise e os impactos dela na saúde financeira do país. O discurso otimista e efusivo, tradicionalmente proclamados nos atos de posse, foi substituído pela cautela diante das incertezas econômicas. Em meio à crise daquele momento, López Portillo alertou para o perigo de “profetas do apocalipse” que poderiam desestruturar a sensatez política ao desconsiderarem a história nacional. O primeiro magistrado ressaltou a importância de se aproveitar a efervescência para se renovar o México. Usar as circunstâncias em favor de uma união nacional que desejava naquele contexto não apenas um discurso revolucionário, mas ações efetivas e transformadoras. Portillo, ao enfatizar a urgência de renovação mediante uma revolução menos retórica e mais prática, reconhecia publicamente as debilidades em que se encontrava o sistema político, bem como o próprio presidencialismo mexicano.

⁴⁸⁹ Discurso de posse de López Portillo, em dezembro de 1976. Disponível em: <http://cronica.diputados.gob.mx/DDebate/50/1er/Ord/19761201.html> Acessado em: 16 de maio de 2016.

Congressistas, empresários, funcionários públicos e demais autoridades presentes assistiram o presidente enfatizar que “um outro México” era necessário. O modelo político desenvolvido há décadas já não era suficiente para resolver as contradições sociais e atender às demandas econômicas do presente. Ao passo que salientava a necessidade de trabalho árduo e mudanças efetivas, o primeiro magistrado rechaçou possíveis análises triunfalistas e remédios falsos para a crise. Como sabemos, não era a primeira vez que um discurso presidencial tinha a temática “crise” como pauta. No entanto, as colocações enfáticas de López Portillo possuíam um ineditismo desconhecido pelos mexicanos. Sem dúvida, o Executivo Federal deixou claro naquele momento a aguda realidade vivida pelo país. Não mascarar a situação foi também a forma portillista de dizer que seu governo, que ali se iniciava, não era o responsável pela ruína econômica do momento. Pelo contrário, novas possibilidades eram abertas a partir daquele sexênio. A estratégia presidencial estava dada: expor a situação caótica na qual se encontrava o país, se desvencilhando da crise, ao mesmo tempo, que se postulava como solução.

A legitimidade é instituída em sua origem para justificar os feitos e os gestos daquele que age em nome dos valores da comunidade.⁴⁹⁰ A união foi conclamada a partir da Revolução Mexicana, supostamente capaz de resolver as contradições e angústias estabelecidas. Contudo, as palavras do presidente salientaram a renovação da liberdade e justiça para que fosse possível “revolucionar a revolução”. O modelo institucional levado adiante pelo PRI, questionado de forma mais contundente, principalmente, após 1968, explicitava seus já conhecidos sinais de desgaste. Ao propor mudanças dentro das esferas revolucionárias, López Portillo reconheceu publicamente os problemas estabelecidos pela forma administrativa centralizada do “Partido de la Revolución”.⁴⁹¹ Fazer críticas abertas já era uma postura adotada desde o afastamento formal de Echeverría e de seu antecessor, Gustavo Díaz Ordaz. Nesse sentido, Portillo foi além: questionou a própria continuidade revolucionária que o havia elegido. Tal medida foi importante para estabelecer território e distribuir responsabilidades, além de

⁴⁹⁰ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

⁴⁹¹ Ficou famosa no discurso de posse a frase em que o presidente pediu perdão aos mais despossuídos do país: “A los desposeídos y marginados si algo pudiera pedirles, sería perdón por no haber acertado todavía a sacarlos de su postración, pero les expreso que todo el país tiene conciencia y vergüenza del rezago y que precisamente por eso nos aliamos para conquistar por el derecho de la justicia.” Disponível em: <http://cronica.diputados.gob.mx/DDebate/50/1er/Ord/19761201.html> Acessado em: 16 de maio de 2016.

reafirmar possíveis aspectos de mudanças. Dentro de um presidencialismo particularmente forte, tais manobras eram fundamentais para rejuvenescer velhas estruturas e reacender a esperança do novo.

A ruptura com o modelo echeverrista ficou clara logo no primeiro discurso. Um ritual não tão simples, mas necessário para redobrar o fôlego administrativo ao buscar novas formas de articulação. Internamente, López Portillo teve que lidar com a escassez de financiamentos, tão importantes para os programas de desenvolvimento. Externamente, as linhas de crédito para o México estavam praticamente canceladas. Definir as estratégias econômicas que norteariam seu sexênio foi a primeira grande decisão que o Chefe do Executivo tomou dias após sua posse. Com base em recomendações estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Governo mexicano deveria reduzir drasticamente seus gastos públicos. Austeridade foi a via de regra para manter os rumos da nação.⁴⁹²

López Portillo e sua equipe detectaram desde muito cedo as razões da crise econômica e suas derivações político-sociais: o esgotamento do modelo de desenvolvimento sustentado em uma economia fechada e na substituição das importações.⁴⁹³ Identificado o problema, era hora de agir. Mas, para que as estratégias econômicas surtissem efeito, o campo político também deveria ser reestruturado. A solução encontrada pelo Executivo Federal foi a articulação de uma ampla Reforma Política. Com pouca experiência nas esferas de poder e concentrando-se em questões econômicas, López Portillo compartilhou os assuntos políticos com um importante estudioso do liberalismo no México: Jesús Reyes Heróles⁴⁹⁴. Em abril de 1977, sob a supervisão de Reyes Heróles, os parâmetros da Reforma Política portillista foram apresentados publicamente. Depois de ampla consulta a diversos setores da sociedade, em dezembro daquele ano o Congresso aprovou a *Ley Federal de Organizaciones Políticas y Procesos Electorales* (LOPPE)⁴⁹⁵.

⁴⁹² AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

⁴⁹³ ZAID, Gabriel. *La economía presidencial*. México: Ed. Vuelta, 1987.

⁴⁹⁴ Jesús Reyes Heróles foi um **dos grandes referenciais do liberalismo no século XX mexicano. Publicou diversas obras dedicadas a analisar o pensamento liberal e sua aplicabilidade no país.**

⁴⁹⁵ “El Gobierno Federal expidió la Ley de Organizaciones Políticas y Procesos Electorales (LOPPE), cuya principal aportación fue permitir el ingreso a la vida institucional de fuerzas políticas “no incluidas” y propiciar su representación en los órganos legislativos. La LOPPE modificó la integración de la Comisión Federal Electoral y permitió la participación de los partidos políticos registrados – ya fuera bajo

A Reforma, vista como um dos grandes trunfos políticos do sexênio, converteu-se em uma primeira resposta estatal frente à realidade conflituosa vivida pelo país.⁴⁹⁶ Além disso, gerou uma abertura política importante. A urgência da situação fez com que a expressão “renovar a revolução” fosse, em parte, mais do que uma estratégica retórica. De fato, a partir da LOPPE uma grande mudança política foi desencadeada no México⁴⁹⁷, já que se estabeleceu na Constituição o reconhecimento de certos elementos de outros partidos que os permitiam adquirir competência e obtenção do voto popular. Além disso, foi estabelecida uma maior paridade na competição eleitoral, já que a nova lei garantia financiamento público aos partidos e maior acesso aos meios de comunicação – o que até então no México era uma realidade quase que exclusiva do PRI.⁴⁹⁸ Conforme veremos, nas eleições seguintes – ainda que a nível municipal e estadual –, o México viveu de fato pleitos pluripartidaristas com a legalização e ampliação de várias organizações políticas. Contente com o que chamou de pedra angular da democracia, López Portillo salientou em seu Primeiro Informe de Governo:

Como Presidente atiendo el sentir de la nación y escucho opiniones de mis colaboradores e incluso de aquellos que al gobierno se oponen. Es más, con frecuencia las promuevo; pero como Jefe del Ejecutivo Federal no puedo aceptar presiones. En las cuestiones de mi competencia sólo yo he decidido, decido y decidiré. Si ha dado aciertos, ese es mi compromiso, si errores, mi responsabilidad. Si algo pretendemos es autenticidad: decir lo que pensamos y lo que queremos, hacer equivalente la conducta al pensamiento que

la figura de registro condicionado o definitivo – en igualdad de condiciones.” Disponível em: <http://www.ine.mx/archivos3/portal/historico/contenido/menuitem.cdd858023b32d5b7787e6910d08600a0/> Acessado em: 16 de setembro de 2016.

⁴⁹⁶ WOLDENBERG, José; AGUIRRE, Begné. *Sistemas políticos, partidos y elecciones*. 2ª ed. México: Nuevo Horizonte Editores TRAZOS-IETD, 1997.

⁴⁹⁷ “La LOPPE, además de elevar a rango constitucional el reconocimiento de los partidos políticos como entidades de interés público, estaba orientada a la ampliación del sistema de partidos y la participación de éstos en el Congreso. En estas circunstancias, el Partido Demócrata Mexicano (PDM), el Partido Comunista Mexicano (PCM) y el Partido Socialista de los Trabajadores (PST) solicitaron y obtuvieron su registro condicionado. Además, cuatro asociaciones políticas nacionales de izquierda (Unificación y Progreso A.C., la Unidad Izquierda Comunista, el Movimiento por el Partido Revolucionario de los Trabajadores y Acción Comunitaria A.C.) quedaron habilitadas para participar electoralmente en alianza con algún partido político. La prueba para la reforma electoral llegó en 1979, cuando se realizaron elecciones para diputados. En ellas el abstencionismo fue muy elevado -41.6% del padrón-, el PRI obtuvo el 69.84% de los votos (le correspondieron 296 diputados) y perdió, en manos del PAN, 4 diputaciones uninominales; este último partido obtuvo 10.79% de los votos (43 diputados) y le siguieron el PCM con 4.97% (18 diputados), el PPS con 2.59% (11 diputados), el PST con 2.12% (10 diputados), el PDM con 2.05% (10 diputados) y, por último el PARM con 1.81% (12 diputados). Aunque no fueron resultados espectaculares, por primera vez se permitió la presencia en la Cámara de Diputados de otros partidos diferentes a los que habían estado por más de tres lustros.” Disponível em: http://www.diputados.gob.mx/museo/s_nues11.htm Acessado em: 12 de outubro de 2016.

⁴⁹⁸ MENDOZA BERRUETO, Eliseo. *El presidencialismo mexicano*. Génesis de un sistema imperfecto. México: FCE y Colegio de la Frontera Norte, 1996

profesamos. Juárez nos dijo: "da nobleza reconocer el error; pero envilece preservar en él". [...] La Reforma Política puede marcar un nuevo sentido a nuestra revolución, respetando sus esencias y sus principios originales, hemos ido más allá cuando distintas circunstancias, diversos factores, lo han exigido. El nuevo curso abrirá senderos más amplios. En la medida en que sean más democráticos, serán más revolucionarios.⁴⁹⁹

O enfoque mais democrático do Executivo Federal, ao pontuar diálogo com a oposição, encontrava respaldo na LOPPE. A lei outorgava registro oficial ao Partido Comunista Mexicano (PCM) e as outras organizações de esquerda. Alguns meses após o discurso presidencial foi promulgada a Lei de Anistia que deu liberdade a quem havia militado em grupos guerrilheiros.⁵⁰⁰ O sexênio portillista estabeleceu o princípio de participação proporcional que concedeu aos partidos pequenos a chance de se elegerem em função da quantidade total de votos que somassem. Como resultados diretos da Reforma, em 1979, chegaram ao Congresso os primeiros candidatos formalmente eleitos do PCM.

O diálogo inevitavelmente iniciado após o Massacre de Tlatelolco, começou a surtir os primeiros efeitos práticos. O modelo nacionalista desenvolvido por Echeverría no mandato subsequente a 1968 não foi capaz de conseguir a tão almejada unidade social. As fissuras abertas, a partir de então, só poderiam ser contornadas mediante ganhos democráticos efetivos. O sexênio echeverrista, como outros presidentes priístas, acreditou ser possível lançar mão do velho nacionalismo exacerbado para manter a hegemonia e resolver os problemas nacionais. O grande trunfo de López Portillo foi ter percebido que, para conservar o poder, era necessário distribuí-lo com outros agentes políticos. Não se tratou de uma partilha igualitária, muito menos justa, mas sinalizou

⁴⁹⁹ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. L Legislatura, Año II, periodo ordinario, Tomo II, número 3, jueves, 1° de septiembre de 1977.

⁵⁰⁰ "En los años sesenta y setenta del siglo XX en México actuaron diversos grupos guerrilleros que surgieron en distintos puntos del país. Lo mismo en las zonas rurales, como Guerrero, que en las grandes ciudades, como Monterrey, Guadalajara y la ciudad de México. El Estado mexicano, ante esta ola de grupos armados, decidió enfrentarlos, no con la ley, sino con violencia, que rebasaba incluso los marcos legales instituidos en nuestro país. A esta manera terrorífica de enfrentar a los guerrilleros se le conoce como guerra sucia. En esta guerra sucia que implementó el gobierno, desplegó múltiples prácticas, como el encarcelamiento ilegal, la desaparición forzada, la detención de familiares de guerrilleros y la tortura." (MENDOZA GARCÍA, 2011, p. 139)

uma inédita abertura pela qual foi possível vislumbrar um México mais democrático – o que em sentidos mais amplos estava longe de acontecer.⁵⁰¹

O discurso presidencial, bem como a promulgação da LOPPE, foram indícios claros de que o modelo exclusivo de dominação política mexicana desenvolvido pelo “Partido de la Revolución” desde os anos de 1940 não se figurava mais naquela realidade nacional. No entanto, não podemos interpretar o clima de abertura como uma guinada de princípios do presidencialismo mexicano. As intempéries iniciadas no final da década de sessenta exigiram renovações estruturais. Vale frisar que este processo foi de fora para dentro, ou seja, as pressões externas de diversos setores da população foram o combustível principal para aquelas transformações. López Portillo se viu em uma situação na qual dependia da democratização para obter a legitimidade necessária e as condições possíveis para romper as crises experimentadas pelo país.

Mobilizando as palavras⁵⁰² de Benito Juárez⁵⁰³, tão utilizadas no Governo de seu antecessor, o Primeiro Magistrado afirmou que não reconhecer o erro é pior do que o erro em si. Naquele momento, o “errar” e a incapacidade de conhecê-lo se estendiam a várias gerações de políticos priístas. A nobreza do gesto, supostamente enfatizada por Juárez no século XIX, dava um salvo conduto a López Portillo. Nesse sentido, ele havia feito o que Díaz Ordaz e Echeverría ignoraram. A “culpa” do passado recente havia sido reconhecida. O sacrifício do erro também recaiu sobre o PRI. Uma confissão dolorosamente arriscada, mas necessária. “Democratizar a Revolução”, expressão impensável há alguns anos, agora era imperativo político a partir da década de 1980, não obstante, a plenitude democrática não fosse, conforme vimos, uma realidade estabelecida.

Ainda que virtualmente, manter aberta e possível a chegada da oposição à Presidência da República foi de suma importância para a legitimidade do Governo Federal. Apesar de mudanças que aparentemente distanciavam López Portillo de outros governantes priístas, a base legitimadora do passado foi mobilizada como ferramenta

⁵⁰¹ Conforme veremos, mesmo com a maior ascensão de outros partidos, o PRI manteve seu papel de protagonista na política mexicana. Além disso, as violações no que tange às fraudes eleitorais permaneceram como uma das características dos pleitos nacionais nos anos seguintes.

⁵⁰² Conforme podemos ler no discurso presidencial: “da nobleza reconocer el error; pero envilece preservar en él”.

⁵⁰³ O nome de Benito Juárez foi mencionado por López Portillo apenas duas vezes ao longo de todos os seus Informes Presidenciais ao Congresso. De fato, após as efemeridades do mandato anterior, a imagem de Juárez era associada a Echeverría, figura política da qual o sexênio portillista tentou se diferenciar.

chave de manutenção do poder. O PRI, na figura do primeiro magistrado, estava disposto a conceder, dentro do possível, participação política a outros grupos. Não obstante, o título inquestionável de gestores da memória oficial ainda pertencia ao “Partido de la Revolución”. Em seu Segundo Informe de Gobierno, proferido em 1º de setembro de 1978 – dez anos após o Massacre de Tlatelolco –, López Portillo edificou discursivamente uma peculiar regressão histórica:

Información y memoria, permiten objetividad y perspectiva para comprender el presente, entender lo pasado, y prever el mañana. En 1978, de la crisis de conciencia que nos estremeció hace diez años, hemos devenido a la conciencia de la crisis. En 1968, puestos en el escaparate mundial por la olimpiada, nuestras realidades fueron exhibidas por las nuevas generaciones, inconformes ante los frutos de nuestro movimiento social y la persistencia lacerante de algunas de las lacras, que con más vehemencia ha combatido. Ahí se abrió la etapa, que todavía nos alcanza, de las denuncias apocalípticas, que cimbraron nuestro ser nacional y nos obligaron a modificación y autenticidad.

Proliferaron los voceros del autodesdén nacional y los que intentan hacer de la denuncia profesión y del fracaso, festín. Tiempo es ya de exigirnos madurez y con la misma fruición intelectual con que se denuncia, acometer acciones útiles. Ni tenemos todos los defectos, ni cargamos todas las culpas del mundo.

Lo importante, lo valiente, es hacer todo mejor; cumplir con nuestras responsabilidades todas, grandes y pequeñas como única manera de estar en paz con uno mismo y con los demás. Rechacemos ya, a los profetas del desastre, que siembran vientos, porque nos negamos rotundamente a cosechar tempestades.

En 1958, éramos dos veces más que en tiempos de la Revolución. En ese año las mujeres de México, la mitad de la población nacional, por primera vez, votaron, enriqueciendo con ello y con la aportación invaluable y generosa de su sabiduría y corresponsabilidad, la vida democrática de la República.

En 1948, con los efectos de la posguerra y el desajuste económico y social que arrojó, entrábamos de lleno a la etapa de la industrialización. Los rentistas tradicionales empezaron a transformar en empresarios, al convertirse sus riquezas en capital, que buscaba exageradas ganancias; pero tímido, no corría riesgos, se invertía a plazos muy cortos, exigía protección y máxima seguridad.

En 1938, vivimos la hazaña de Cárdenas: la expropiación petrolera, que ahora cobra toda su inmensa trascendencia: nos da la oportunidad de regir nuestro propio destino, si tenemos la habilidad de organizarnos con equidad para procurar con audacia y talento, el bien común y la consolidación de nuestro Estado Nación.

Hoy hace exactamente 50 años, en 1928 y en este mismo recinto, el Presidente Calles advirtió que había llegado para México, la hora de transitar, de un país de caudillos, a uno de instituciones y leyes. A medio siglo de ese visionario mensaje, con el que México desfeudalizado, irrumpía en la era de su modernización, podemos afirmar que la Nación es ya de instituciones y leyes; que el petróleo

nos brinda certidumbre ante el futuro; que la industrialización nos ha dado experiencia y proporciones; que las mujeres son tomadas en cuenta y participan en el quehacer nacional; que conocemos la magnitud y limitación de nuestras realidades; que a lo largo de estos años, se ha acreditado la energía creada de los mexicanos; la potencialidad de autorregeneración de nuestras instituciones y la capacidad de México para resolverse a sí mismo⁵⁰⁴.

O trecho supracitado, ainda que longo, é importante para os fins de nossa pesquisa pois, além de mobilizar o passado a partir de uma cronologia bastante peculiar – de dez em dez anos –, enfatizou as mudanças decorridas após os acontecimentos de 1968. Uma década depois do Massacre de 2 de outubro, López Portillo afirmou que este triste episódio foi responsável por mover a política nacional para um caminho de mudanças. Tlatelolco foi um marco importante e aquele sexênio em vigor seria supostamente o responsável por atender às demandas e vozes que se levantaram a partir de então. O Executivo Federal, desse modo, reafirmava seu compromisso com as mudanças e se fortalecia enquanto um Governo de renovação. Rompendo com outras lógicas administrativas priístas, López Portillo apostou no caráter democrático como fonte de legitimidade para seu mandato. Assim como outros episódios da história nacional, Tlatelolco já era um “local de memória” passível de ser mobilizado no presente.

Do mesmo modo que os aspectos supostamente mais democráticos do Governo portillista não anularam as antigas artimanhas do jogo de poder, eles também não foram capazes de suprimir integralmente a legitimidade política ancorada na memória nacional. O passado mexicano ainda permanecia como peça vital dentro das representações presidenciais. López Portillo, mediante estratégias de filiação retórica, inseriu seu mandato em uma longa linha de Governos pós-revolucionários que enfrentaram os desafios diversos sempre em busca do melhor para a nação. A superação dos problemas do passado era fonte de inspiração para as ações do presente ao mesmo tempo que novas possibilidades eram abertas – modelo que nos revela a construção específica de uma memória nacional. “Corolário dessa proposição: não existe uma história neutra; nela, a memória, enquanto uma categoria abertamente mais efetiva de

⁵⁰⁴ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. L. Legislatura, Año III, periodo ordinario, Tomo III, número 3, viernes, 1º de septiembre de 1978

relacionamento com o passado, intervém e determina em boa parte os seus caminhos.”⁵⁰⁵

Regredindo historicamente de 1978 a 1928, López Portillo teceu a genealogia de seu Governo. O destaque ficou por conta da expropriação petroleira de Cárdenas e do ímpeto institucionalista de Calles, sinônimos de nacionalismo e coesão estatal. Em outro trecho daquele mesmo discurso, o presidente afirmou:

Antes de 1968 veíamos nada más, todo lo que había logrado la Revolución Mexicana: bases jurídicas, ideológicas y políticas, que permitieron construir, en poco más de medio siglo, una Nación cuatro veces más grande en su población, crecida en y por obra de la misma revolución y definida en su personalidad; capaz de brindar satisfactores a una proporción cada vez mayor de sus habitantes; una Nación que había afamado su posición independiente y pacifista; reparto agrario, derechos laborales, nuevas ciudades, carreteras, presas, fábricas, escuelas, hospitales, puertos, recursos materiales, crecimiento económico que duplicaba el de la población. En suma, el país triunfador de la primera revolución social del siglo XX.

Después de 1968, todo fue descubrir y describir horror e insuficiencia, explotación y desgracia, desgarrarse las vestiduras.

Nada está bien. Todo está mal. De un momento a otro, pasamos del milagro al malogro mexicano. ¡Basta ya! no persistamos en la aberración de negar lo más puro de nuestra historia. Nuestra revolución.

Tampoco se crea que si ya se hizo, ya se acabó. Tenemos que realizarla y ganarla todos los días. Tiene causa y cauce; no la inmolemos ante nuestra incapacidad de hacerla vigente. Es valiosa, aunque seamos incompetentes para convertirla en realidad y júbilo. Es lo mejor que hemos hecho los mexicanos, desde que lo somos y para ser mejores. Luchemos para engrandecerla y merecerla.⁵⁰⁶

Lançando mão do passado, o discurso conclamou a unidade nacional que o país aparentemente gozou antes de 1968, rechaçando os cétricos de plantão. “Nada está bem, tudo está mal, de um momento para o outro passamos de milagre para malogro mexicano”, afirmou o presidente ao pedir um basta. Para López Portillo, este tipo de postura pessimista trouxe prejuízos para o México, negando o próprio processo revolucionário que, segundo ele, ainda se encontrava em curso e era edificado a cada dia. A tópica da “Revolução Inacabada” foi uma constante nas representações dos mandatários da nação, frisando o estreito compromisso em dar continuidade ao projeto

⁵⁰⁵ SELIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 67.

⁵⁰⁶ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. L. Legislatura, Año III, periodo ordinario, Tomo III, número 3, viernes, 1º de septiembre de 1978.

iniciado em 1910. Após os eventos de Tlatelolco, foi preciso criar uma temporalidade que prezasse pelo retorno a um suposto “espírito original” revolucionário que, segundo o Chefe do Executivo, havia se “perdido” em meio a arranjos políticos.

Mais uma vez, a fórmula que aborda o passado com vistas a benefícios políticos no presente, foi mobilizada dentro da política mexicana. O Executivo Federal buscou mais do que a legitimidade através da história; pretendia, com este movimento de retorno ao evento mítico, distanciar-se de outros sexênios, fixando de uma vez por todas 1968 como ponto de ruptura para uma “nova” política nacional.⁵⁰⁷ A “Idade de Ouro” evocada pelos discursos de poder é idealizada a partir de referências fragmentadas da história. Diante das dificuldades vivenciadas em um momento específico, existe a referência e o desejo de retorno a uma imagem criada do passado mítico – episódio fundador e, consequentemente, guia esplendoroso da nação. A fórmula já havia sido consagrada por outros mandatários no México: quanto maior o clima de incertezas, mais a memória do tempo ancestral é trazida à tona como um refúgio repleto de glórias.⁵⁰⁸

Ainda que supostamente referenciadas em um passado primordial, as ações presidenciais necessitavam de uma efetividade na prática, principalmente as de cunho financeiro. Se no campo político a LOPPE já se apresentava como um grande trunfo do Governo, nas esferas econômicas, o petróleo foi o caminho encontrado para solucionar os agravamentos das finanças públicas. Após a Guerra do Yom Kippur⁵⁰⁹, em outubro de 1973, o mundo experimentou uma ampla crise energética. As nações árabes, membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), aproveitaram a situação para elevar drasticamente os preços dos barris.⁵¹⁰ Como outras regiões do globo, o México sentiu o impacto dos reajustes. Ainda no mandato de Echeverría, várias pesquisas de prospecção foram realizadas a fim de se encontrar novas reservas passíveis de serem exploradas. No entanto, foi apenas no sexênio de López Portillo que o país ampliou em número as tão almejadas fontes do “ouro negro”.

⁵⁰⁷ É interessante notarmos que existe a seleção de um passado recente com o qual se deseja romper.

⁵⁰⁸ FONSECA, A. A. *A imaginação no poder: o teatro da política na encenação da legitimidade*. Contracampo (UFF), v. 16, p. 167-182, 2007.

⁵⁰⁹ O nome do conflito está relacionado ao feriado judaico do Dia do Perdão – Yom Kippur, em hebraico. Aproveitando as comemorações judaicas e as falhas no sistema de inteligência do exército israelense, o Egito e a Síria atacaram simultaneamente Israel em 06 de outubro de 1973. O motivo principal da Guerra do Yom Kippur foi a anexação de territórios sírios e egípcios por Israel durante a Guerra dos Seis Dias em julho de 1967. Esses territórios eram a Península do Sinai, uma parte do Canal de Suez, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as Colinas de Golã.

⁵¹⁰ PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F.: Editorial Diana, 1986.

Os cálculos iniciais eram de que o México contava com uma reserva em alto mar de aproximadamente 11 milhões de barris.⁵¹¹ A divulgação da abundância de petróleo em território nacional se converteu em passaporte para o mercado petroleiro internacional. Bancos estrangeiros mandavam representantes ao Distrito Federal a fim de ofertarem linha de créditos especiais junto ao Governo mexicano. À medida que a produção ia se ampliando, novas áreas de prospecção foram sendo encontradas. As reservas mexicanas chegaram, no início dos anos 1980, a 40 milhões de barris.⁵¹² As cifras colocaram o México dentro de um modelo econômico que começava a se desenhar: o neoliberalismo. O país abriu suas divisas para o capital estrangeiro ao passo que o petróleo era visto como a salvação nacional.⁵¹³ Conforme afirmou o próprio Chefe do Executivo, o desafio da nação, acostumada com crises e misérias, era agora o de “administrar a abundância”:

Enquanto o crescimento econômico no período de 1972 a 1974 foi em média de 6% ao ano, nos anos do auge do petróleo, na gestão de José López Portillo (1976-1982), essa média alcançou uma taxa de 8% de crescimento anual, uma das mais altas do mundo.⁵¹⁴

A exploração petrolífera foi propagandeada pelo Governo Federal como a oportunidade de, pela primeira vez na história, viver em um país sem dívidas. O cenário era próspero e animador. Apesar de um discurso inicialmente austero, enfatizando a responsabilidade administrativa, López Portillo se rendeu ao lucro dos mais de um milhão de barris produzidos diariamente no México a partir de 1980. A Petróleos Mexicanos (PEMEX) triplicou sua produção em poucos anos. As exportações também acompanharam o ritmo de crescimento. O país, que até 1976 havia vendido pouco petróleo para além de suas fronteiras, contava com uma exportação anual na casa de um milhão de barris no início de 1980.⁵¹⁵ Todo esse processo de expansão foi financiado por crédito externo, acreditando-se que o petróleo proporcionaria as divisas necessárias para saldar os empréstimos.

⁵¹¹ ZAID, Gabriel. *La economía presidencial*. México: Ed. Vuelta, 1987.

⁵¹² PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F.: Editorial Diana, 1986.

⁵¹³ Ver: Anexo 33 – página 232.

⁵¹⁴ VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana*. O Museu Nacional de História do México (1940-1982). São Paulo: Alameda, 2007, p. 153.

⁵¹⁵ ZAID, Gabriel. *La economía presidencial*. México: Ed. Vuelta, 1987.

O então embaixador do México em Bruxelas, Porfirio Muñoz Ledo, afirmou anos mais tarde em uma entrevista ao periódico *El Universal* que o ex-presidente José López Portillo havia sido o “punto de quiebre” entre o nacional-desenvolvimentismo e as práticas neoliberais.⁵¹⁶ Apesar de ter mantido uma postura intervencionista nos quesitos econômicos, o sexênio portillista logrou abrir as portas do Estado para o enorme fluxo de capitais estrangeiros interessados nos lucros gerados pelo petróleo. Era o início das especificidades do que viria a ser o neoliberalismo mexicano: aliar as demandas do mercado às características administrativas centralizadoras do país. Em poucos anos, a economia nacional se viu inserida em um contexto financeiro cada vez mais globalizado. A equação parecia perfeita para o Governo Federal: desenvolvimento interno com o reconhecimento de investidores externos. Os dólares do petróleo foram aplicados em projetos de modernização nacional.⁵¹⁷ Diante do Congresso Nacional, o presidente afirmou:

Que México renazca en la modernidad. Que el renacimiento de México sea ya no de lucha contra quienes en lo interno y externo disputaban nuestra soberanía y amenazaban nuestro suelo, como en la Independencia y en la Reforma; ya no de la lucha contra quienes negaban libertad y justicia, oscureciendo nuestro horizonte como en la Revolución, sino de nuestra propia voluntad y esencia, para rescatar y proyectar lo que somos, lo que tenemos y lo que podemos, para que ahora emerja de nosotros mismos. Modernizar al país es terminar nuestra descolonización. En lo interno, rompiendo los feudos del caciquismo; en lo internacional, estableciendo, relaciones, no entre súbdito y amo, sino entre seres iguales.⁵¹⁸

Deixando de lado as demais vertentes políticas e ideológicas da Revolução Mexicana, conforme vimos no Capítulo II⁵¹⁹, López Portillo⁵²⁰ enfatizou que o sonho de justiça social foi um dos pontos-chaves para as lutas de 1910, podendo finalmente se tornar realidade. Euforia à parte, o endividamento do México foi crescendo paralelamente à exploração petrolífera. A chave para o recém-alcançado sucesso

⁵¹⁶ GÓMEZ, Francisco. *López Portillo abrió la puerta neoliberal*. Disponível em: <http://archivo.eluniversal.com.mx/nacion/107932.html> Acessado em: 24 de julho de 2016.

⁵¹⁷ Principalmente no que diz respeito à abertura e pavimentação de estradas, bem como à construção de usinas hidrelétricas e unidades metalúrgicas.

⁵¹⁸ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. LI Legislatura, Año I, período ordinario, Tomo I, número 16, sábado, 1º de septiembre de 1979.

⁵¹⁹ Página 79.

⁵²⁰ Frente ao Congresso Nacional, López Portillo salientou naquela ocasião: “Una vez más en nuestra historia y para engrandecer la proyección de quien lo nacionalizó - Lázaro Cárdenas -, el petróleo se convierte en el más fuerte apoyo de nuestra independencia económica y factor de corrección de nuestras deficiencias, si actuamos con moderación y pericia.”

econômico do país baseava-se no lucrativo valor de venda de cada barril de petróleo extraído. Contudo, este cenário favorável começou a se inverter em meados do ano de 1981. O mercado petroleiro mundial passou a sentir os impactos de uma sobreoferta do produto, principalmente após a decisão dos EUA, bem como de alguns outros países europeus e asiáticos, de pouparem energia. Para tentar contornar a situação, algumas nações árabes produtoras de petróleo ofertaram o produto abaixo dos valores praticados até então. O resultado não poderia ter sido diferente: desvalorização generalizada nos preços do barril.

Alguns economistas mexicanos, como Gabriel Zaid, já haviam exposto meses antes os perigos em se confiar todo um amplo projeto econômico no valor de mercado dos barris de petróleo. No entanto, a efervescência da abundância suprimiu qualquer alerta e o Governo logo taxou de pessimistas aqueles mais céticos e cautelosos. Em junho de 1981, a euforia petroleira mexicana sofreu um duro golpe. Na tentativa de fortalecer o poder de venda do óleo mexicano no exterior, o então presidente da PEMEX, Jorge Díaz Serrano, ordenou a redução de quatro dólares no preço do barril. Irritado com a decisão, José López Portillo retirou Serrano do comando da estatal e ordenou uma das mais desastrosas medidas econômicas da história do México: aumentar o valor do petróleo em dois dólares por barril. Como se não bastasse, o Chefe do Executivo endereçou uma nota à comunidade internacional e, em tom de ameaça, advertiu os clientes que se não comprassem seu produto naquele momento, o Governo mexicano não o venderia no futuro.⁵²¹

Apesar do imperativo presidencial, os países consumidores preferiram o petróleo árabe, mais barato que o mexicano. A decisão inconsequente de se elevar o preço do barril, mediante um cenário de desvalorização global, fez com que as exportações petroleiras do país se estagnassem quase que imediatamente. O entusiasmo econômico deu lugar à preocupação: uma nova crise se desenhava no horizonte nacional. Ainda de forma relutante, o Governo Federal acreditava na desvalorização momentânea e evitou criar maiores alardes. Contudo, no início do ano de 1982 – o último do mandato portillista –, o esgotamento do modelo exportador já era explícito.⁵²² A fuga do capital

⁵²¹ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

⁵²² PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F.: Editorial Diana, 1986.

estrangeiro foi inevitável, bem como a cobrança por parte dos credores que necessitavam reaver seus investimentos.

Dentro desse contexto, o Governo mexicano já havia elegido o responsável pela evasão dos investimentos internacionais. Os banqueiros, mediante especulações na venda de dólares, foram postulados como culpados pelo agravamento da saúde financeira do país. Faltando poucos meses para o término de seu sexênio, José López Portillo viu seus planos de um México moderno e fortalecido economicamente serem desmantelados pela inversão petroleira. Conhecidos fantasmas mexicanos voltaram a assolar a população: desemprego, inflação, desvalorização do *peso*, etc. O ideário de grandeza se converteu em uma crise aguda que, como as anteriores, afetou de forma mais contundente os setores menos favorecidos da sociedade. Em seu último Informe de Gobierno, o então presidente desabafou dizendo que, apesar de conduzir o timão, não era o responsável pela tormenta. Diante do Congresso lotado e de milhões de ouvintes via rádio e TV, López Portillo salientou:

Cada crisis y muchas hemos tenido, pone a prueba la firmeza de nuestro nacionalismo surgente. De cada fracaso o derrota hemos sacado experiencia y fuerza y todo triunfo nos da orgullo y enriquece. Con valor y coraje a veces; otras con vacilación, cobardía o hasta traición; con avances y retrocesos, desde el fondo de nuestra historia; con los desgarres y tentaciones de nuestra geografía y su vecindad; con nuestras fuerzas paradigmáticas y contradictorias, estamos aprendiendo a ser mexicanos: desde las dudas intelectuales del trágico Moctezuma y su fatalismo, compartido por la generosa apertura a lo otro que se entraña en la Malinche; con la osada concepción viril de la vida, como gozosa aventura, de Cortés; con la sacrificada dignidad juvenil del rescate de lo propio que nos entrega Cuauhtémoc, todo, todo ello, en cada circunstancia, nos va haciendo mexicanos. Y porque lo somos y constituimos una Nación, con plena conciencia, en mi Gobierno, he querido darle plena función al nacionalismo. Porque nuestra sociedad civil está significada en el ámbito de una Nación que se organiza políticamente como Estado, constituido por la revolución de un pueblo.⁵²³

De acordo com a lógica histórica proposta pelo Executivo, cada momento trágico da história mexicana tinha se convertido em parte integrante da identidade nacional, convertendo crises em experiências renovadoras. Nesse sentido, o nacionalismo no México foi construído supostamente a partir de elementos e forças

⁵²³ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos. LII Legislatura, Año I, periodo ordinario, Tomo I, número 16, miércoles, 1º de septiembre de 1982.*

contrárias: coragem versus covardia; avanços versus retrocessos; lealdade versus traição; etc. Tudo isso teria formado, desde os primórdios, o “ser mexicano”. Os exemplos para a comprovação da tese retórica presidencial, uma vez mais, encontrava-se no passado: as dúvidas que acometeram tragicamente Moctezuma e a consequente fatalidade da abertura ao inimigo Cortés – auxiliado pela traição de Malinche –, até a redenção e entrega de Cuauhtémoc aos espanhóis.⁵²⁴ Tudo isso, em uma somatória processual, teria moldado o caráter identitário mexicano.

Os desastrosos episódios da conquista espanhola expressos no binômio traição e resistência são trazidos à tona em contraste com a igualmente desastrosa situação vivida pelo México naquele final de sexênio. Do mesmo modo que a generosidade de Moctezuma havia sido traída por Malinche e Cortés, López Portillo supostamente também teria sofrido com a infidelidade dos bancos e especuladores cambiais. Na ocasião, a “redenção de Cuauhtémoc”⁵²⁵ foi colocada em prática mediante um decreto que nacionalizou todo o sistema bancário mexicano.⁵²⁶ Em uma última e desesperada cartada, o presidente tentou salvar a economia do país e o que restava de seu mandato. Os imensos montantes de dinheiro que adentraram no México nos últimos anos não foram suficientes para reverter a situação social do país.

No final das exatas sessenta páginas de discurso, a impressão generalizada era de que o sexênio portillista havia simbolicamente terminado ali mesmo. Nos meses seguintes, o presidente se enclausurou na residência oficial, inconformado com os insucessos de seu Governo.⁵²⁷ José López Portillo não havia sido o “Cuauhtémoc” redentor que o México necessitava para superar a crise. A aposta foi que este desafio coubesse a seu sucessor. De acordo com o jornalista Remberto Hernández Padilla, o então presidente havia afirmado em uma entrevista que designar um candidato era tarefa árdua: “el presidente de la República es como el fiel de la balanza: al analizar los prospectos, va captando intereses, fuerzas, opiniones, para ir señalando e inclinándose

⁵²⁴ De acordo com a história da Conquista, o imperador Moctezuma foi derrotado por Cortés com a ajuda da indígena e tradutora Malinche; no entanto, os astecas ainda resistiriam sob a liderança de Cuauhtémoc, que se tornou sinônimo de coragem e resistência.

⁵²⁵ Ou seja, do mesmo modo que Cuauhtémoc resistiu diante da opressão espanhola, López Portillo demonstrou um último ato de suposta coragem e glória.

⁵²⁶ Ver: PAZOS, Luis. *Radiografía de un gobierno: éxitos y fracasos Del sexenio 1976-1982*. México, D.F.: Diana, 1981.

⁵²⁷ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

hacia el que se considera más idóneo”⁵²⁸. Assim, o nome escolhido para representar o “Partido de la Revolución” foi o do então *secretario de Programación y Presupuesto*: Miguel de la Madrid.

A inabilidade em “administrar a abundância” aliada à queda de preços internacionais do barril de petróleo arruinaram as pretensões de um México moderno. José López Portillo contou em seu Governo com um volume de capital superior a qualquer outro mandatário priísta até então.⁵²⁹ A glória histórica almejada pelos Chefes do Executivo apresentou-se mais possível do que nunca. López Portillo tinha ciência da viabilidade de suas pretensões do mesmo modo que conhecia bem a história mexicana. Filho de pai historiador, Portillo era profundo admirador da história asteca, já havendo, inclusive, publicado um livro⁵³⁰ sobre a divindade Quetzalcóatl⁵³¹ e batizado as aeronaves presidenciais com este mesmo nome.⁵³² Talvez por isso soubesse da possibilidade de julgamentos futuros.

Afirmou em seu último discurso como presidente mexicano que não estava ali para vender paraísos perdidos, tão pouco pedir indulgências históricas. Encerrou sua fala, de forma surpreendente e emotiva, pedindo perdão aos despossuídos e marginalizados aos quais havia solicitado, no início de seu mandato, um voto de confiança: “[...] les digo que hice todo lo que puede para organizar a la sociedad y corregir el rezago; que avanzamos; que si por algo tengo tristeza es por no haber acertado a hacerlo mejor”⁵³³. Mais uma vez, a obtenção de legitimidade frente à instabilidade generalizada, era questão chave para o próximo ocupante da cadeira

⁵²⁸ PADILLA, Remberto Hernández. La sucesión, según José López Portillo. Disponível em: <http://www.proceso.com.mx/130819/la-sucesion-segun-jose-lopez-portillo> Acessado em: 18 de maio de 2016.

⁵²⁹ PAZOS, Luis. *Radiografía de un gobierno: éxitos y fracasos Del sexenio 1976-1982*. México, D.F.: Diana, 1981.

⁵³⁰ Ver: PORTILLO, José López. *Quetzalcoatl*. Barcelona: Salvat Editores, 1976.

⁵³¹ O nome Quetzalcóatl significa literalmente “serpente de plumas”, porém quetzal é também o símbolo de “coisa preciosa”, e cóatl significa gêmeo. Portanto, o nome Quetzalcóatl pode ser traduzido como “gêmeo precioso”, indicando sua atribuição de estrela matutina e vespertina. Esta identificação com o planeta Vênus deu origem a diversos mitos e explica quase todas as lendas de Quetzalcóatl. Dentre os mitos envolvendo esse deus, o mais importante é o da criação do homem. O mundo para os astecas foi criado várias vezes. Isso porque a criação era seguida pela destruição por cataclismos. Na última vez que o homem foi criado, o deus Quetzalcóatl foi ao mundo dos mortos recolher os ossos dos homens, verteu sobre eles seu próprio sangue e deu vida novamente aos homens. Essa lenda explica a importância dos rituais de sacrifício humano e o papel fundamental que o sangue exerce nessa religião. Ver: SOUSTELLE, Jacques. *A Civilização Asteca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

⁵³² Ver: Anexo 34 – páginas 232 e 233.

⁵³³ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos. LII Legislatura, Año I, periodo ordinario, Tomo I, número 16, miércoles, 1º de septiembre de 1982.*

presidencial. No dia seguinte ao pleito de 1982, alguns jornais mexicanos já questionavam: “¿Miguel de la Madrid será capaz de salir de la crisis dejada por su predecesor?”

3.3. Miguel de la Madrid e as mudanças econômicas na Revolução (1982–1988)

A corrida presidencial de 1982 começou acirrada e com críticas contundentes às medidas econômicas portillistas. Com a “*Ley Federal de Organizaciones Políticas y Procesos Electorales*”, promulgada em 1977, os partidos de oposição vislumbraram pela primeira vez a real possibilidade de chegarem ao cargo máximo da política nacional. A insatisfação de grande parte da sociedade mexicana aliada à crise financeira geraram um clima de euforia entre os opositores do PRI. Para garantir a hegemonia da “família revolucionária”, José López Portillo havia apostado suas fichas e escolhido como representante oficial seu então *secretario de Programación y Presupuesto*: Miguel de la Madrid. Apesar de nunca ter se submetido às urnas para obtenção de um cargo público, o novo candidato se diferenciava de outros políticos priístas. Além da formação em direito pela UNAM, Miguel de la Madrid possuía mestrado em administração pública pela Harvard University e era um profundo admirador do pensamento econômico liberal.⁵³⁴

A escolha de Miguel de la Madrid deu início ao período denominado de “Los Tecnocratas del PRI”⁵³⁵, no qual os altos funcionários do Governo e os próprios presidentes mexicanos, de 1982 a 2000, possuíam em seus respectivos currículos pós-graduação em universidades estrangeiras. Se por um lado a formação acadêmica foi um fator de distinção em relação aos demais mandatários, por outro, a mobilização da história mexicana, ainda que de forma específica, manteve-se como linha mestra para a legitimidade frente à nação. Durante sua campanha presidencial, Miguel de la Madrid adotou um inusitado slogan que agradou setores empresariais e de classe média, bem

⁵³⁴ PEÑA, Luis Medina. *Hacia el nuevo Estado México*, 1920-1993. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.

⁵³⁵ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

como sinalizou uma possível transformação nos rumos do país: “Por la renovación moral de la sociedad”⁵³⁶. Naquele conturbado contexto político e econômico, propor mudanças era de vital importância. Além disso, conforme já apontado, o discurso aparentemente renovador de cada candidato priísta durante as sucessões presidenciais fazia parte das estratégias de manutenção do poder hegemônico do “Partido de la Revolución”.

Em suas viagens pelo país como candidato a Chefe do Executivo nacional, de la Madrid manteve o discurso de seu antecessor, salientando que a crise econômica pela qual o país enfrentava era fruto de fatores externos aliados à especulação monetária. No entanto, frisou a necessidade de mudanças dentro da sociedade mexicana. Seu slogan por renovação moral buscou combater os gastos públicos e principalmente a corrupção nos altos escalões do Governo. Encerrava sempre seus inflamados discursos de campanha afirmando que não prometeria o impossível. De fato, o candidato sabia da delicada situação daquele pleito para o PRI. O triunfo petroleiro do México havia fracassado e grande parte da população amargou este resultado. Diante de uma inflação galopante e de altos índices de desemprego, apostar em um discurso pautado na transformação foi primordial.

Em 4 de julho de 1982, milhões de mexicanos compareceram às sessões eleitorais em um pleito com o menor número de abstenções até então na história do país.⁵³⁷ Como já era esperado por muitos, a “alquimia das urnas” deu vitória confortável ao candidato da “família revolucionária”: 74,4 % dos votos para o PRI e 16,4% para o segundo colocado Pablo Emilio Madero do PAN.⁵³⁸ Em 1º de dezembro daquele ano, Miguel de la Madrid recebeu das mãos de José López Portillo a faixa presidencial. Em seu discurso de posse, afirmou que o México vivia um estado de emergência e que o momento não era de intrigas ou disputas, mas sim de união e responsabilidades. A aguda realidade mexicana de 1982 ditou o ritmo das palavras do recém-empossado presidente. No entanto, de la Madrid enfatizou a trajetória dos movimentos populares que supostamente inspiraram os governos priístas com o chamado “nacionalismo revolucionário”:

⁵³⁶ Ver: Anexo 35 – página 233.

⁵³⁷ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

⁵³⁸ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

Mi compromiso ideológico es con la Revolución Mexicana. Emprendemos hoy un nuevo capítulo de la historia de México. Lo hacemos en la trayectoria de los movimientos populares que nos dan impulso y rumbo: la Independencia, la Reforma y la Revolución. Nos sustentaremos en las aportaciones de cada etapa [...] El nacionalismo revolucionario determinará mi conducta. Es la ideología que sintetiza nuestra voluntad histórica de constituirnos en una vigorosa comunidad política, económica y social; es la conciencia de nuestra identidad y proyección colectiva. El nacionalismo revolucionario manifiesta la lealtad a nuestras tradiciones y costumbres, el apego al suelo donde nacimos, al sentido de nuestra historia; arraiga en tina convicción democrática fundamenta el poder transformador de la Nación a través del Estado, impone la obligación de superar todo lo que vulnera nuestra independencia política o económica. El nacionalismo revolucionario es la fuerza unificadora substancial de los mexicanos para conseguir los objetivos populares. Me empeñaré en fortalecerlo; preservaré su carácter transformador y afirmad su proyección a la justicia social.⁵³⁹

Ainda que um pouco ofuscada pela crise econômica, a Revolução Mexicana continuava desempenhando seu papel de mito inaugural da política no país. Conforme vimos, mesmo com o incremento de outros personagens e processos históricos nos discursos oficiais, o ícone revolucionário não perdeu seu posto privilegiado nas diversas manifestações políticas ao longo do século XX. O novo presidente não tardou em filiar seu sexênio às propostas do movimento de 1910. Determinadas leituras do passado podem acarretar “atos de identificação” com ações, valores e objetivos desenvolvidos em outros períodos históricos: “os sentimentos de simpatia ou antipatia viriam a ser uma *externalização* da identificação com algum aspecto simbólico presente na narração ou evocado por ela.”⁵⁴⁰

Buscando colocar em prática as promessas de campanha, Miguel de la Madrid focou em melhorar o desempenho econômico interno ao passo que tentava mudar a imagem do México no estrangeiro. Para tanto, em seu primeiro ano de Governo, procurou firmar e cumprir acordos com o FMI, transparecendo um ar de controle financeiro. Estabilizar a economia mediante o controle da inflação era de vital importância para a governabilidade e credibilidade do país. As altas constantes dos

⁵³⁹ Disponível em: http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1982_73/Discurso_de_Toma_de_Posesi_n_de_Miguel_de_la_Madri_69.shtml Acessado em: 22 de maio de 2016.

⁵⁴⁰ ROSA, Alberto; BRESCÓ, Ignacio. *A trama reformista: sobre o valor civilizatório da história e de outras histórias*. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLES, Maria Fernanda (Orgs.). *Ensino de história e memória coletiva*. Tradução: Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 168. (grifo no original).

preços penalizaram a população que via seu poder de compra cada vez mais reduzido. Neste período, a dívida externa mexicana foi negociada. O objetivo era obter menores prestações e maiores prazos, recuperando o prestígio frente aos credores internacionais.⁵⁴¹

Na tentativa de efetivar seu slogan de renovação moral, o presidente criou, apenas três semanas após sua posse, a *Secretaría de la Contraloría General de la Federación*, órgão estabelecido na tentativa de combater a corrupção, controlar os gastos do Governo, além de fiscalizar a conduta e delimitar as responsabilidades dos servidores públicos. Um dos alvos do Governo passou a ser a estatal PEMEX e o sindicato dos petroleiros, que contava com financiamento público. Ambas as instituições tiveram suas contas analisadas por auditores e, principalmente no âmbito sindical, prisões e desmonte de antigas estruturas administrativas foram efetivadas.⁵⁴² A relação entre os sindicatos e o Executivo, que no México foram de uma maneira geral bastante amistosas, passava por remodelações. Miguel de la Madrid sabia que era necessário estabelecer um controle mais racional do país, rompendo com um modelo corporativista estabelecido em mandatos anteriores.

Se no discurso de posse o tom de preocupação com a crise dominou a fala presidencial, em seu Primeiro Informe de Governo, o primeiro magistrado deixou clara a urgência de mudanças. A tópica de uma “transformação nacionalista e revolucionária” foi apresentada para além de uma proposta governamental, mas, acima de tudo, como uma exigência da sociedade. Nas palavras de Miguel de la Madrid, a solução para a superação da crise no México passava pela equação estabilidade econômica aliada a mudanças estruturais. “El cambio que proponemos es revolucionario y progresista; la historia no puede, no debe volver atrás. Es una transformación nacionalista, conducida por nosotros mismos, conforme a nuestra doctrina y experiencia políticas”, afirmou o presidente que concluiu:

El nacionalismo revolucionario es el valor primordial de nuestra ideología política. Nacionalismo y revolución son conceptos inseparables. La historia nos ha hecho nacionalistas por necesidad vital de subsistencia, ante las ambiciones y agresiones externas, así como antes las fuerzas de disgregación que nos afectaron en otros

⁵⁴¹ ZAID, Gabriel. *La economía presidencial*. México: Ed. Vuelta, 1987.

⁵⁴² PEÑA, Luis Medina. *Hacia el nuevo Estado México, 1920-1993*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.

tiempos. Somos revolucionarios por la voluntad permanente de construir la sociedad libre, justa y próspera que ambicionamos los mexicanos. Regido por la libertad, la justicia y la democracia, el nacionalismo revolucionario está enraizado en nuestra cultura nacional y en nuestro proceso histórico. Es el resultado de la secuencia ideológica de nuestras luchas populares de independencia, Reforma y Revolución. Es la filosofía política que arranca con Hidalgo y Morelos, se reafirma con Juárez y los liberales, se plasma con Madero y Carranza en la Constitución de 1917 y se continúa en los regímenes post revolucionarios.⁵⁴³

A retórica presidencial estabeleceu uma sequência ideológica de filiação que, mediante elementos específicos, teria começado ainda no século XVIII com o movimento de independência, expresso nas figuras de Hidalgo e Morelos. Assim, foi estabelecida uma estratégia discursiva que desempenhou papel simbólico importante: o de produzir sentido para as experiências passadas como forma de inventar o presente e o futuro.⁵⁴⁴ Podemos perceber que as representações do passado foram trabalhadas pelas práticas discursivas governamentais que criaram, a partir delas, “um novo material verbo-visual, resultando desse movimento interpretativo na história um acontecimento discursivo singular.”⁵⁴⁵ Os personagens históricos difundidos no imaginário coletivo mexicano foram mobilizados de forma a enquadrar toda multiplicidade de suas propostas em uma única esfera denominada pelo Executivo como “*el nacionalismo revolucionario*”.

Esse poder de síntese histórica, aglutinando projetos e práticas tão distintas em um único modelo, colocaria inevitavelmente o sexênio delamadrilista como ponta de lança de um nacionalismo iniciado séculos atrás. Conforme mostramos anteriormente, a filiação ao passado nacional era uma tendência já consolidada pelo presidencialismo mexicano. No entanto, o projeto de Miguel de la Madrid propunha uma mudança dentro da herança revolucionária ao adaptá-la às demandas econômicas neoliberais do presente, tão necessárias, de acordo com o Governo, para a superação da crise. Nesse sentido, o esforço consistiu em adaptar as memórias da Revolução de 1910, tão arraigadas às tradições do imaginário social mexicano, ao dinamismo globalizado do

⁵⁴³ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. LII Legislatura, Año II, tomo II, Núm. 3, jueves, 1º de septiembre de 1983.

⁵⁴⁴ GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. *O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁵⁴⁵ SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 128.

modelo neoliberal. Ao analisarmos o discurso presidencial, fica nítida a importância de uma transformação dentro do chamado “nacionalismo revolucionário” como algo primordial para sua sobrevivência dentro daquele contexto social e político vivenciado pelo México.

Do ponto de vista econômico, o Executivo nacional negociava nos bastidores, desde o início do sexênio, a entrada do México no *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), um acordo multilateral capitaneado pelos Estados Unidos cuja principal finalidade era reduzir as taxas aduaneiras facilitando a entrada de importações no país. Conforme veremos a seguir, o GATT inseriu a economia mexicana no incipiente mercado neoliberal global dos anos oitenta. Nas representações presidenciais, a Revolução Mexicana continuava projetando suas “luzes” e “sombras” sobre a vida política do país. Não obstante, os modelos de apropriação e gestão revolucionárias utilizados anos antes não eram mais suficientes para darem conta das demandas governamentais. A análise documental nos mostrou que Miguel de la Madrid foi o primeiro presidente a propor uma transformação econômica modernizadora nos princípios revolucionários. Fruto, entre outras coisas, dos anseios por inserir o país no mercado mundial como forma de superar a crise desencadeada pela desvalorização do petróleo.

Para o presidente pós-graduado em Harvard, as mudanças e o desenvolvimento da educação mexicana também eram vias importantes para a modernização e transformação da herança revolucionária. Em 1984, o Governo Federal lançou o *Programa Nacional de Educación, Cultural, Recreación y Deporte*, no qual a ideia “revolución educativa” se tornou um dos principais elementos. O Programa abordava um conjunto de ações que visavam transformar a estrutura educativa nacional em todos os seus níveis, assim como os conteúdos, os métodos e as práticas pedagógicas. Através das reformas propostas, buscou-se a elevação da qualidade do ensino e sua disseminação por todos os estratos sociais do país.⁵⁴⁶ Esta nova ênfase diferenciou o sexênio delamadrilista de seus antecessores, preocupados muito mais com o incremento da capacidade física do sistema do que com a qualidade efetiva dos serviços educacionais.⁵⁴⁷

⁵⁴⁶ PEÑA, Luis Medina. *Hacia el nuevo Estado México, 1920-1993*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.

⁵⁴⁷ LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Educação comparada*. Brasília: Inep/MEC, 2004.

O projeto educacional do Governo foi propagandeado pelo Executivo nacional como sendo um novo marco para a educação revolucionária. Miguel de la Madrid, ao lançar oficialmente o programa diante do Congresso Nacional, afirmou que era necessário investir em um modelo de ensino que priorizasse o reconhecimento da realidade mexicana, focando na

Revisión y mejoramiento de los libros de texto gratuitos, iniciándose el proceso por los contenidos relacionados con la afirmación de los valores nacionales. Debemos reforzar el estudio de nuestro idioma, del civismo, la historia y la geografía.⁵⁴⁸

Naquela ocasião, os congressistas celebravam o 175º aniversário da Independência e o 75º da Revolução. O Chefe do Executivo aproveitou os festejos para, mais uma vez, postular seu mandato como continuador dos projetos nacionais iniciados em 1910, afirmando que todo mexicano deveria cultuar os símbolos da pátria e “reconocer en nuestros héroes el ejemplo permanente de nuestra conducta”.

Partindo dessa premissa, o *Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México* (INEHRM), juntamente com a *Secretaría de Educación Pública*, editou uma coleção intitulada “Biografías para Niños”⁵⁴⁹. A série de livros – que em nosso levantamento contou com sessenta e três títulos publicados até o ano de 1998 – consistiu em breves biografias voltadas para o público infantil acerca de heróis nacionais, bem como mexicanos ilustres que contribuíram de alguma forma para construção do país.⁵⁵⁰ Nos textos de apresentação de cada obra é possível ler: “La difusión de la vida y obra de los hombres y mujeres que han hecho este país no cumpliría su misión constructiva si no llega a quienes son el futuro de México”⁵⁵¹. Rafael Segovia, em sua análise da “politización del niño mexicano”, enfatiza os interesses governamentais em formar no pensamento das crianças, desde muito cedo, as noções acerca dos heróis e símbolos nacionais. “Desde la estatua pública hasta los

⁵⁴⁸ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. LII Legislatura, Año III, Tomo III, Núm. 3, sábado, 1º de septiembre de 1984.

⁵⁴⁹ Ver: Anexo 36 – página 234.

⁵⁵⁰ Dentro deste hall de figuras ilustres encontravam-se Vicente Guerrero, Emiliano Zapata, Francisco Villa, José María Morelos y Pavón, Benito Juárez, Lázaro Cárdenas, etc.

⁵⁵¹ Disponível em: http://bibliotecadigital.inehrm.gob.mx/index.php?option=com_booklibrary&task=showCategory&catid=27&Itemid=38 Acessado em: 02 de junho de 2016.

carteles que ornan las calles en las ocasiones ceremoniales y rituales, pasando por las ilustraciones de los textos escolares, los niños se familiarizan con él.”⁵⁵²

Levando adiante sua proposta de um “nacionalismo revolucionário”, Miguel de la Madrid apostou na exaltação dos elementos históricos mexicanos ao passo que buscava modernizar, principalmente no plano econômico, os legados do passado. O presidente gostava de salientar que tais mudanças não sinalizavam um rompimento com o passado nacional, mas sua regulamentação com as características do presente. Confiante em seus projetos de renovação, continuou estabelecendo acordos dentro e fora das fronteiras mexicanas na tentativa de alavancar a economia do país. Em setembro de 1985, durante seu Informe Anual de Gobierno, o presidente apresentou ao Congresso dados que demonstravam melhorias na saúde financeira nacional. Na ocasião, de la Madrid frisou a importância da união dos diversos setores da sociedade, enfatizando os grandes episódios fundadores da história mexicana, dos quais seu sexênio era correligionário:

La Revolución de la Reforma, con Juárez y la brillante generación que lo acompañó, logró integrar, consolidar y hacer triunfar el proyecto de Nación que diseñó el liberalismo mexicano. Plasmado en la Constitución de 1857 y las Leyes de Reforma, el liberalismo logró imponerse sobre la ideología conservadora y defender la libertad y la soberanía de México ante la fallida pretensión de establecer la monarquía con apoyo extranjero. Para entonces, México tenía una población de 8 millones.

A pesar de las desviaciones que el proyecto liberal sufrió durante los gobiernos de Porfirio Díaz, las ideas básicas subsistieron. Fueron las que sirvieron de fundamento originario a la Revolución de 1910, que surgió con Madero para exigir democracia política, y enriqueció la tradición liberal con los postulados de la democracia social y el nacionalismo cultural y económico que inspirarían la Constitución de 1917. Ahí se amalgamaron en admirable síntesis los reclamos de Zapata y Villa, de Carranza y Obregón. En ese magno documento se selló el pacto de campesinos, obreros y clases medias alrededor de las decisiones políticas fundamentales del pueblo de México: Libertades individuales y derechos sociales, república representativa, Federalismo y municipio, democracia social, división de poderes con régimen presidencial separación de Estado e Iglesia, rectoría del desarrollo nacional por el Estado como representante de la Nación, y economía mixta.

Tres revoluciones nacionalistas han sido los grandes episodios que fundaron, organizaron e impulsaron la formación de nuestra historia.

⁵⁵² SEGOVIA, Rafael. *La politización del niño mexicano*. México, D. F.: El Colegio de México, 1975, p. 89.

Por ello, el nacionalismo revolucionario mexicano es la ideología que sigue conduciendo nuestro destino.

A lógica simbólica que vigorou no México, potencializada de forma específica a partir dos anos 1970, estabeleceu valores bem definidos para os heróis nacionais. Suas imagens estavam ligadas a padrões específicos de tal forma que era possível analisar a posição política dos indivíduos a partir de sua filiação com determinado ícone. Ou seja, quem se inclinasse a Porfírio Díaz revelava seu temperamento conservador; quem se filiava a Juárez manifestava suas intenções liberais.⁵⁵³ Esta construção do passado foi edificada para dotar de sentido e legitimidade as representações da “família revolucionária” expressas pelo discurso presidencial. Nesse sentido, vale enfatizar que o resgate de Zapata e Villa, bem como o de Carranza e Obregón, sinalizava uma dimensão de conciliação revolucionária. Além de despertar sentimentos, a eficácia da enunciação estava relacionada, conforme já apontamos, com a figura do receptor, pois, em última análise, não há adesão que não passe necessariamente pelas formas de interpretar e receber determinada fala ou texto.⁵⁵⁴

O lugar de fala privilegiado e o clima propício dos Informes de Governo colocaram o Executivo como gestor das benesses revolucionárias. Nesse sentido, a evocação dos heróis e valores polissêmicos na fala presidencial priorizou a harmonia de uma vasta pluralidade social em torno de uma identidade comum capaz de legitimar ações: “el poder evocador y sintético de los símbolos necesitan completarse con los ritos y los mitos. [...] Todo nacionalismo responde pues a las necesidades psicológicas de una colectividad, y se manifiesta a través de sus símbolos, mitos y ritos.”⁵⁵⁵ Miguel de la Madrid inseriu seu mandato na longevidade de um suposto “nacionalismo revolucionário” que, de acordo com a lógica presidencial, teria começado com as reformas liberais do século XIX e culminado com o processo revolucionário de 1910. Este tipo de abordagem histórica nacionalista “suscita entre seus consumidores fortes sentimentos de adesão a um grupo.”⁵⁵⁶

⁵⁵³ ROSAS, Alejandro. *Mitos de la historia mexicana*. De Hidalgo a Zedillo. México D.F.: Planeta, 2006.

⁵⁵⁴ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

⁵⁵⁵ SEGOVIA, Rafael. *La politización del niño mexicano*. México, D. F.: El Colegio de México, 1975, p. 87.

⁵⁵⁶ CARRETERO, Mario; ALBERTO, Rosa; GONZÁLES, Maria Fernanda (orgs.). *Ensino de história e memória coletiva*. Tradução: Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 167.

Dezoito dias após o confiante discurso presidencial, a nação passaria por um dos piores desastres naturais de sua história. Em 19 de setembro de 1985, por volta das sete horas da manhã, a Cidade do México foi assolada por um terremoto de magnitude 8.1 graus na Escala Richter – uns dos maiores já registrados no país. A população da Capital Federal já estava acostumada com tremores de terra. No entanto, a intensidade sem precedentes pegou todos de surpresa. Centenas de prédios e casas vieram ao chão com os impactos sísmicos. Inicialmente, o Governo atenuou publicamente a magnitude do desastre, declarando em notas oficiais que não era necessária ajuda internacional.⁵⁵⁷ No dia seguinte, em meio aos esforços da população civil e autoridades públicas para resgatar os sobreviventes, um novo tremor de 6.5 graus atingiu novamente a capital mexicana.

As manchetes de jornais apresentavam dados elevados da destruição que não coincidiam com os números divulgados pelo Governo. A quantidade precisa de vítimas e os prejuízos totais seguem desconhecidos até hoje.⁵⁵⁸ A mídia internacional cobriu o desastre e vários países começaram a mandar doações para a Cidade do México. Em solidariedade aos atingidos pelo desastre, a primeira dama norte-americana, Nancy Reagan, visitou pessoalmente os locais mais afetados da capital mexicana. A preocupação governamental em mostrar controle em meio aos caos do desastre ficou visível nas primeiras semanas após os tremores.⁵⁵⁹ Um fundo emergencial foi liberado para custear os trabalhos iniciais de busca e reconstrução. Os gastos públicos, moderadamente regulados desde 1982, ficaram irrefreáveis após o terremoto de 1985.

O país, que sediou a Copa do Mundo da FIFA em 1986, deveria manter os ares de sobriedade política, econômica e social. Mesmo diante das adversidades experimentadas, Miguel de la Madrid manteve seu discurso de renovação pautado em um suposto nacionalismo revolucionário. Ao proferir seu Quarto Informe de Governo, em 1º de setembro daquele ano, afirmou que um dos piores inimigos do México seria a inércia contrária à mudança. De acordo com o Chefe do Executivo, era necessário inovar e, ao mesmo tempo, transformar as já consolidadas instituições revolucionárias da nação. O presidente afirmou:

⁵⁵⁷ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

⁵⁵⁸ Ver: CAMARILLO, María Teresa (Coord.). *Memoria periodística del terremoto*: 19 de septiembre - 10 de octubre de 1985. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliográficas, Hemeroteca Nacional, 1987.

⁵⁵⁹ SEGOVIA, Rafael. *Lapidaria política*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1996.

no aspiramos solamente a conservar nuestro legado histórico, meta por sí misma valiosa en tiempos de crisis, [...] buscamos la continuidad y el desarrollo histórico de nuestro proyecto nacional que requiere de un proceso deliberado de cambio.⁵⁶⁰

No entanto, as almejadas mudanças institucionais do sexênio permaneciam apenas na esfera discursiva. Nas eleições governamentais de 1986, o Governo Federal vez vistas grossas aos escândalos eleitorais que consolidaram a vitória do PRI em muitos estados da união.⁵⁶¹

A política econômica delamadrilista passou por uma nova prova de fogo. Em 18 de outubro de 1987, a bolsa de valores mexicana sofreu uma de suas piores quedas da história. O efeito dominó havia começado com a vertiginosa desvalorização das ações da bolsa de Nova York em um episódio conhecido como *Black Monday Crash*⁵⁶². Os efeitos sentidos no México, bem como em outras partes do globo, acirraram ainda mais a já delicada situação financeira do país. Em meio a especulações de uma nova crise – semelhante à petroleira –, o Executivo nacional não tardou em se movimentar para garantir acordos favoráveis. Internamente, em meio à desvalorização do *peso* e a inflação descontrolada, firmou um pacto de solidariedade econômica entre Governo, empresários e trabalhadores, na tentativa de contornar a situação. Já no plano externo, o México finalmente passou a fazer parte do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT).

A adesão do país ao GATT sinalizou também o ingresso, junto com as principais potências ocidentais, ao mercado global, reduzindo pela metade os tributos sobre as importações e estabelecendo, de fato, princípios neoliberais no México.⁵⁶³ Junto à assinatura do acordo, o Governo Federal iniciou uma série de privatizações na tentativa de racionalizar a administração pública e cortar gastos. As manifestações populares de camponeses e trabalhadores foram em vão. Sob orientações de organismos internacionais, como o FMI, o Governo mexicano privatizou uma centena de empresas

⁵⁶⁰ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. LIII Legislatura, Año II, Tomo II, Núm. 3, lunes, 1º de septiembre de 1986.

⁵⁶¹ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

⁵⁶² Ver: Anexo 37 – página 235.

⁵⁶³ SERVÍN, Elisa (Org.). *Del nacionalismo al neoliberalismo, 1940-1994*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.

estatais.⁵⁶⁴ Neste período, a valorização mundial do preço do barril de petróleo animou a administração delamadrilista, garantindo novos acordos com fundações de crédito estrangeiras.

O tom de euforia foi perceptível em seu Quinto Informe de Governo. As transformações econômicas eram expostas como sinônimo de modernidade e renovação revolucionárias. Miguel de la Madrid salientou que o país havia substituído o tempo de emergência pelo tempo de mudanças efetivas. Diante de possíveis críticas, fez uma ressalva: “No nos hemos apartado de los principios políticos fundamentales de la Revolución, pero cambiamos actitudes y formas de hacer política. Las naciones que no cambian decaen. México cambia reafirmando y renovando a la Revolución.”⁵⁶⁵ A retórica presidencial, além de reafirmar a permanência dos princípios revolucionários, não tardou em se filiar, uma vez mais, aos projetos do movimento iniciado em 1910:

Siete tesis de la Revolución Mexicana orientaron desde el principio la acción de mi gobierno. A partir de ellas se establecieron prioridades, objetivos y estrategias. [1] La renovación nacional es para fortalecer el nacionalismo revolucionario, [2] profundizar en la democratización integral, [3] avanzar hacia una sociedad igualitaria forjar una moral renovada de trabajo y dedicación a la nación, [4] descentralizar la vida nacional, [5] lograr desarrollo, [6] empleo, y [7] combate a la inflación. Todo ello con el sustento del Sistema Nacional de Planeación Democrática. Con estas tesis que derivan de la Constitución, ofrecí realizar los cambios que habrán de transformar a la nación y construir una etapa diferente y mejor de nuestra historia. Lo estamos haciendo. Somos un pueblo y un Gobierno que sabe lo que quiere, que sabe hacia dónde va. Seguiremos actuando en consecuencia, con seguridad y congruencia.⁵⁶⁶

Entre as multiplicidades de vertentes e interpretações da Revolução Mexicana, o discurso presidencial escolheu sete tópicos para sintetizar o processo revolucionário e filiar seu mandato. A memória seletiva opera recordando aquilo que é viável para se enquadrar nas demandas do presente. Estabelecer os fatos que devem vir à tona é um trabalho de triagem – de hierarquização –, pois “[...] de todos os sinais deixados pelo passado, escolheremos só reter e só consignar alguns, julgando-os, por uma razão ou

⁵⁶⁴ PEÑA, Luis Medina. *Hacia el nuevo Estado México, 1920-1993*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.

⁵⁶⁵ *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. LIV Legislatura, Año I, Núm. 7, Jueves, 1º de septiembre de 1988.

⁵⁶⁶ *Ibid.*, p. 37.

por outra, dignos de ser perpetuados.”⁵⁶⁷ Em primeiro lugar na fala delamadrilista, encontrava-se o princípio do chamado “nacionalismo revolucionário”, expressão que, mesmo sendo lema daquele mandato, possuía suas raízes, de acordo com a retórica presidencial, no movimento iniciado em 1910. Os demais pontos destacados representam valores e elementos polissêmicos que, supostamente, também encontrariam suas origens naquele momento fundador.

Conforme já sinalizado neste trabalho, reviver acontecimentos passados no presente a partir de narrativas de memória sempre é um fato carregado de sentidos e interesses. Os processos de resgate da memória e aproximação do passado visam buscar legitimidade ao passo que almejam criar identificação. “É por ter em vista uma ação no presente que o indivíduo busca, no passado, exemplos suscetíveis de legitimá-la.”⁵⁶⁸ Para garantir sustentação, todo poder tem que se impor não só como poderoso, mas também como legítimo. Contudo, é importante perceber que o processo de construção da legitimidade passa pela aquisição e pela reprodução dos acontecimentos simbólicos que se encontram na origem constitutiva da imaginação social.

Considerando-se que essas imagens muitas vezes sobrelevam a importância dos próprios fatos na constituição de uma percepção pública, compreende-se que o poder estabelecido procure apropriar-se rapidamente dessa simbologia.⁵⁶⁹

A partir de representações discursivas, cuja finalidade seria a de balizar o sexênio nos princípios revolucionários, Miguel de la Madrid matinha legitimada sua imagem social de autoridade, chefia e liderança. Mesmo com o clima de euforia e otimismo expressos na fala presidencial, a situação mexicana ainda era bastante delicada. Desse modo, para garantir os anseios da “família revolucionária”, bem como levar adiante as propostas neoliberais, o próximo candidato priísta deveria ser minuciosamente escolhido. Conforme veremos, foi justamente a decisão por um sucessor que colocou de la Madrid em meio a um racha interno dentro do “Partido de la Revolución”. Seguindo a nova linha de políticos “tecnocratas”⁵⁷⁰, o então presidente

⁵⁶⁷ TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002, p. 143.

⁵⁶⁸ *Ibid.*, p. 150-151.

⁵⁶⁹ FONSECA, A. A. *A imaginação no poder*: o teatro da política na encenação da legitimidade. *Contracampo* (UFF), v. 16, 2007, p. 171.

⁵⁷⁰ MEYER, Lorenzo. *La crisis del presidencialismo mexicano*. Recuperación espectacular y recaída estructural, 1982-1996. *Foro Internacional*, México, núms. 143 y 144, enero-junio de 1996.

nomeou seu jovem *Secretario de Programación y Presupuesto*: Carlos Salinas de Gortari.

A decisão desagradou os setores mais progressistas do PRI. Cuauhtémoc Cárdenas, ex-governador do estado de Michoacán e filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas, rompeu com o partido e, juntamente com outros dissidentes priístas destacados, fundou uma coligação oposicionista denominada Frente Democrática Nacional (FDN). Cuauhtémoc Cárdenas não só havia herdado o nome de seu pai, mas também carregava o prenome do último *tlatoani* asteca. Rechaçando a imposição presidencial, Cárdenas enfatizou que a decisão sucessória de Miguel de la Madrid, que representava a continuidade das medidas neoliberais, não coincidiam com as inspirações de parte considerável dos políticos do “Partido de la Revolución”. Portanto, iria concorrer ao cargo máximo da nação sob os princípios da FDN.

O primeiro grande racha na “família revolucionária”, desde 1968, estava posto. De um lado, o grupo dos dissidentes – contrário à escolha de Salinas de Gortari –, no outro extremo, os inquestionáveis apoiadores das escolhas presidenciais – favoráveis às decisões políticas e econômicas de Miguel de la Madrid. Antes mesmo do início oficial da campanha eleitoral, as disputas acerca do pleito de 1988 já se demonstravam acirradas. As propostas e ações da corrente democrática, conforme ficou conhecida a FDN, causaram fortes impactos nas estruturas políticas mexicanas. Mesmo com a hegemonia priísta e a força do presidencialismo – ocupando papéis de destaque no panorama nacional – prefigurar as anteriormente seguras e confortáveis vitórias nas urnas não era mais tarefa fácil. Pela primeira vez na história democrática do México, havia, de fato, uma ampla força de oposição política.⁵⁷¹

Em meio às disputas eleitorais, Miguel de la Madrid mantinha uma confiança inabalável em suas decisões políticas e econômicas. Em 1º de setembro de 1988, apresentou-se pela sexta e última vez diante do Congresso Nacional para proferir seu Informe de Governo. O que ocorreu naquele dia viria a simbolizar mais tarde um marco dentro do presidencialismo mexicano. Pontualmente às onze horas e cinco minutos, de la Madrid iniciou seu discurso e já na frase inicial, em um ato sem precedentes na história mexicana, foi interpelado por um deputado do Partido Popular Socialista (PPS). Pela primeira vez, em mais de um século de Informes de Governo, o presidente em

⁵⁷¹ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

exercício teve seu discurso no Congresso abruptamente interrompido por políticos de oposição.⁵⁷² Naquela ocasião, em um desconcertante clima de tensão, a fala presidencial foi abertamente criticada e, por treze vezes ao longo das cinquenta e sete páginas de texto, Miguel de la Madrid ficou em silêncio diante das críticas da oposição.

O presidente que chegou ao poder clamando por uma “renovação moral” da sociedade, não conseguiu colocar em prática seu slogan de campanha. Conforme veremos a seguir, as gritantes fraudes eleitorais de 1988 tiveram a complacência do Executivo nacional. Do ponto de vista econômico, as transformações neoliberais favoreceram apenas uma pequena parcela da população. Grande parte das empresas estatais encontravam-se nas mãos do capital privado e os resultados financeiros das vendas não foram vistos de forma clara pelos mexicanos. Miguel de la Madrid, que não tardou em filiar seu sexênio às propostas sociais do movimento de 1910, isolou-se da política nacional após os insucessos de seu Sexto Informe de Governo. Fragilizada, a Presidência da República amargava uma grave crise de legitimidade. Restou ao economista e sucessor Carlos Salinas de Gortari a complexa missão de garantir a hegemonia priísta, bem como reestruturar as bases fragilizadas do antigo presidencialismo mexicano.

3.4. Carlos Salinas de Gortari e o “neoliberalismo revolucionário”

A indicação e consequente chegada de Carlos Salinas de Gortari ao posto máximo da nação rompeu com uma tradição priísta de décadas. Desde as eleições de 1946, todos os candidatos da família revolucionária eram advogados por formação. O jovem economista, que possuía dois mestrados e um doutorado pela Universidade de Harvard, entrou na política através de Miguel de la Madrid que recrutara alguns alunos mexicanos de universidades norte-americanas para atuarem em seu país de origem. Na sombra de seu padrinho político, Carlos Salinas ocupou vários cargos públicos de planificação econômica até se converter no dinâmico Chefe da campanha presidencial delamadrilista e, a partir de 1982, em seu poderoso *Secretario de Programación y*

⁵⁷² PEÑA, Luis Medina. *Hacia el nuevo Estado México*, 1920-1993. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.

Presupuesto. Quando foi indicado para pleitear o Executivo do país, Salinas já conhecia bem o complexo mosaico político nacional, não sendo um mero desconhecido: “já nasceu com o pedigree da elite mexicana, filho de um político que chegou a ministro do Comércio, no Governo de Adolfo López Mateos.”⁵⁷³

Ao longo da campanha presidencial de Salinas de Gortari, o PRI ainda sofria com o racha de alguns dissidentes e com constantes crises internas. A situação vivida pelo partido governista contribuiu para a ascensão do candidato Cuauhtémoc Cárdenas. As pesquisas de intenções de votos, realizadas pela imprensa durante a corrida presidencial, apontavam uma expressiva vantagem de Cuauhtémoc em relação ao candidato priísta. Aquelas pesquisas de opinião assinalavam uma situação inusitada no cenário político mexicano: um candidato da oposição com reais chances de assumir a presidência. O pleito, marcado para o dia 6 de julho de 1988, contou com a participação maciça da sociedade.⁵⁷⁴ Naquele mesmo dia, a apuração teve início no Registro Nacional de Eleitores, no qual computadores informavam ao público presente os resultados de cada urna:

De repente, as telas se apagaram. “Caiu o sistema”, anunciou um funcionário, sem se dar conta do admirável ato falho que cometia (a frase, de evidente duplo sentido, provocou risadas). Agentes do estado-maior presidencial esvaziaram a sala, que estava repleta de jornalistas e de representantes partidários. Não houve mais informações oficiais naquela noite. Na manhã de 7 de julho, quando se reiniciaram as apurações, configurou-se a vitória de Salinas.⁵⁷⁵

Para os opositores do regime priísta ligados à Frente Democrática Nacional, o “apagão” ocorrido durante a apuração dos votos em 1988 era um claro sinal de que os mecanismos tradicionais de alquimia eleitoral, amplamente utilizados durante anos, já não eram mais suficientes para garantir a vitória do PRI dentro daquele contexto político. A empresa norte-americana *Burroughs Unisys*, responsável pelos computadores que processaram os resultados, não emitiu qualquer relatório para esclarecer o que teria ocasionado a pane em seus equipamentos.⁵⁷⁶ Mesmo com todas as tentativas de “expandir” o resultado a favor do PRI, o candidato governista teve a mais

⁵⁷³ FUSER, Igor. *México em transe*. São Paulo: Escrita, 1995, p. 39.

⁵⁷⁴ PAZOS, Luis. *El final de Salinas*. México, D.F.: Editorial Diana, 1993.

⁵⁷⁵ FUSER, Igor. *México em transe*. São Paulo: Escrita, 1995, p. 26.

⁵⁷⁶ Para maiores detalhes acerca do apagão nas apurações de 1988, ver: CRESPO, José Antonio. *Urnas de Pandora: partidos políticos y elecciones en el gobierno de Salinas*. México, D.F.: Cide, 1995.

baixa votação de um presidente priísta até então: apenas 50,7% do total de votos.⁵⁷⁷ No dia 1º de dezembro de 1988, chegava ao poder o terceiro mais jovem presidente da história do México: Carlos Salinas de Gortari.

Com quarenta anos de idade, o economista formado em Harvard assumia o mais alto posto político de seu país afirmando que governaria “la República con apego indeclinable a los principios y al proyecto de la Revolución.”⁵⁷⁸ A fórmula já consagrada de reafirmação do mito político revolucionário esteve presente naquele primeiro pronunciamento oficial do novo mandatário priísta. Restava a ele conquistar a sua legitimidade como Chefe da nação em meio a uma crise interna de seu partido e a escandalosas denúncias eleitorais. Um amplo setor da opinião pública não reconhecia o triunfo salinista no pleito de 6 de julho. O recém-empossado presidente tinha como primeiro grande desafio legitimar-se como capaz de ocupar a cadeira de Chefe do Executivo. A inflação galopante de quase 100% ao ano era outro obstáculo a ser superado pelo novo governante. Além disso, as dívidas externas e internas herdadas do Governo de Miguel de la Madrid apresentavam-se como um desafio à parte.

Nos primeiros meses de Governo do presidente priísta, a oposição – expressa principalmente na figura de Cuauhtémoc Cárdenas – organizou manifestações contra o Chefe do Executivo, qualificado pelo ex-governador do estado de Michoacán como “usurpador”. O jovem mandatário sabia que precisava agir rápido, mostrando autoridade desde o primeiro momento para se legitimar frente aos adversários fora e dentro do partido. No dia 10 de janeiro de 1989, com exatos quarenta dias de mandato, Salinas de Gortari enviou um grande contingente do exército e dezenas de homens da Procuradoria Geral da República para a Ciudad Madero, capital do estado de Tamaulipas. O objetivo era capturar e prender um dos principais líderes do Sindicato Nacional dos Petroleiros e assumido opositor do projeto político salinista: Joaquín Hernández Galicia, mais conhecido como *La Quina*⁵⁷⁹. O episódio estampou os jornais como “quinazo”; e colocou atrás das grades uma das principais figuras de oposição ao Governo.⁵⁸⁰

⁵⁷⁷ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

⁵⁷⁸ Trecho do discurso de posse de Carlos Salinas de Gortari à população mexicana proferido no Congresso nacional no dia 1º de dezembro de 1988. Disponível em: http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1988_67/Discurso_de_Toma_de_Posesi_n_de_Carlos_Salinas_de_74.shtml Acessado em: 19 de janeiro de 2016.

⁵⁷⁹ Oficialmente, a prisão foi baseada em supostas fraudes sindicais cometidas por La Quina. No entanto, a oposição enfatizou perseguição política, uma vez que o sindicato dos petroleiros imprimiu folders durante a campanha eleitoral com a manchete do assassinato da empregada da

Para levar adiante as reformas prometidas em campanha, o presidente economista precisou dar atenção especial às finanças do país. Desse modo, o Governo decidiu combater a generalizada evasão de imposto mediante uma campanha que ficou conhecida como “terrorismo fiscal”, sendo possível triplicar a arrecadação de tributos em seis anos através de ajustes fiscais liberais. De acordo com Armando Ayala Anguiano, durante o sexênio salinista as taxas anuais de desenvolvimento variaram entre 2,8 e 3,5%; a inflação foi reduzida ano após ano até chegar a 7% em 1994; a população aumentou em 10 milhões de habitantes e a renda per capita também teve crescimento.⁵⁸¹ O presidente priísta estava encaminhando ações e manobras para dar início ao tão almejado projeto de reformas.

Entre 1988 e 1993, a popularidade do Executivo nacional foi gradativamente aumentando e a sua aceitação política seguiu o mesmo caminho. Conforme sabemos, uma das fontes vitais de legitimidade dos diversos mandatários mexicanos foi a constante filiação direta com o passado nacional. Em nome de uma suposta continuidade ideológica e política com a Revolução Mexicana, a identidade do Partido Revolucionário Institucional foi trabalhada para remeter a uma “essência” que tinha origens nas lutas de 1910. Cada presidente priísta acessou a história como destinatário direto do passado, sendo uma de suas funções a de dar continuidade aos projetos revolucionários. Com Salinas, o protocolo foi mantido e incrementado. O interesse pela história mexicana foi constantemente postulado em seus discursos oficiais, nos quais a pauta “Revolução” foi recorrente, na tentativa de estabelecer a filiação de seu sexênio com o passado nacional:

Una revolución social nos dio origen; nos dio también principios y una sólida configuración institucional que nos ha permitido enfrentar con éxito los más difíciles momentos. Ese es nuestro principal recurso político. Nada más ajeno a los ideales de la Revolución Mexicana que

família Salinas, ocorrido em 18 de dezembro de 1951. Quando Carlos e seu irmão Raul eram crianças, respectivamente com 3 e 5 anos, estavam brincando com a arma de fogo do pai e a mesma disparou em direção à baba que cuidava dos dois. O crime ganhou as páginas dos jornais da Cidade do México, gerando repercussão na Capital Federal. No entanto, Carlos e Raul não foram punidos. O pai das crianças passou um dia em cárcere sobre a acusação de imprudência grave. O crime foi arquivado pela impossibilidade de se julgar as crianças. Ver: KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

⁵⁸⁰ PAZOS, Luis. *El final de Salinas*. México, D.F.: Editorial Diana, 1993.

⁵⁸¹ SERVÍN, Elisa (Org). *Del nacionalismo al neoliberalismo, 1940-1994*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.

el inmovilismo ante lo mucho que debemos hacer. La modernización es el medio para que, en los hechos, se cumpla su mandato: cambiamos porque queremos hacer realidad la Revolución. No hay nada más revolucionario que hacer más fuerte y respetado a México en el mundo; hacer más democrática la convivencia política; sostener un crecimiento con estabilidad de precios; dar una base permanente a la oportunidad de empleo y a la posibilidad de una mejor calidad de vida para todos los mexicanos. Soberanía y justicia; democracia y libertad: ésta es la Revolución sin mitos, la que el pueblo reconoce como suya. Por eso la apoya; por eso la hará avanzar.⁵⁸²

Podemos perceber que a tónica revolucionária manteve-se forte no discurso presidencial. Para Salinas de Gortari, o seu Governo estabeleceu continuidade com as políticas transformadoras da Revolução de 1910, bem como ampliou e reformou as temáticas deste evento de origem. Vemos que mesmo com proposta de reformas no modelo revolucionário, ele ainda permaneceu como o cerne do presidencialismo. De acordo com as palavras do Chefe do Executivo, a manutenção do mito fundacional da política mexicana era tarefa de seu mandato. Esta estratégia discursiva evocou para aquele Governo uma legitimidade que datava de décadas anteriores. Ou seja, buscou-se a aproximação de projetos políticos que estão decisivamente distantes, mobilizando-se assim: o passado para legitimar as ações do presente.

Ficou claro que tanto Salinas de Gortari quanto o partido governista tentaram estabelecer a valorização positiva de uma suposta evolução política do país, identificando-se com características, eventos e personagens do passado. Podemos observar nos discursos do Executivo nacional que os ditos valores da “família revolucionária” foram transcendentemente repassados ao longo das diversas gerações de Chefes do Executivo nacional. Logo, o “legítimo” dever do presidente seria o de consolidar as benesses obtidas com a Revolução de 1910, resumidas na equação: progresso econômico aliado à justiça social.

O Governo salinista apostou em uma política de proximidade com os Estados Unidos, estreitando laços econômicos com os vizinhos do norte. Seguindo a linha de seu antecessor, Salinas levou adiante e ampliou as políticas liberais de privatização. O objetivo era melhorar a gerência das empresas administradas pelo Estado, racionalizando seus lucros e controlando seus gastos. Aquelas que foram consideradas pouco viáveis pela análise governamental passaram a ser colocadas à disposição da

⁵⁸² *Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso de los Estados Unidos Mexicanos*. LIV Legislatura, Año II, período ordinario, Núm. 2, miércoles, 1º de noviembre de 1989.

iniciativa privada. A onda de privatização gerou reservas aos cofres públicos e muitas manifestações por parte da oposição, que acusava o Executivo de “vende pátria”. Neste contexto, várias empresas foram colocadas à disposição do capital estrangeiro, com exceção das indústrias nacionalizadas pelos ex-presidentes Lázaro Cárdenas e Adolfo López Mateos.⁵⁸³

O sistema presidencialista mexicano sob a égide do PRI, conforme já apontado, possuía entre suas características a centralização de toda autoridade nacional na figura do Chefe do Executivo. Este, por sua vez, deveria ser responsável por levar adiante a suposta ideologia da Revolução Mexicana. Cabia então ao presidente em exercício trazer a pauta revolucionária para seus discursos. “É preciso, antes, que lhe seja reconhecido o direito de falar, que fale de um determinado lugar reconhecido pelas instituições, que possua um estatuto tal para proferir discursos.”⁵⁸⁴ Salinas de Gortari sabia muito bem o seu lugar de fala e usou de todo seu simbolismo e prestígio para mobilizar o passado sempre que suas reformas políticas precisassem de uma legitimação histórica no cenário contemporâneo:

Tenemos el imperativo político y moral de volver al sentido original de la Revolución. Debemos recobrar, para una sociedad moderna, un Estado reformado bajo el espíritu de la soberanía popular de 1917. La gran visión del Constituyente de Querétaro, en el Artículo 27,⁵⁸⁵ estableció, ante los abusos en la propiedad de la tierra y en la sobre explotación de los recursos del subsuelo, durante el porfiriato, que la propietario original era la nación, quien, a su vez, podía transferir esta propiedad a los particulares con las modalidades que dictara el interés público.⁵⁸⁶

A questão agrária mexicana foi expressa já nos primeiros discursos de Salinas de Gortari. Conforme podemos observar no fragmento acima, o Chefe do Executivo colocou os problemas relacionados à terra em perspectiva histórica, fazendo, em breves linhas, um mapeamento que teve como ponto de origem o porfiriato. Diante de todas as

⁵⁸³ Ou seja, a indústria petroleira e o setor de geração de energia elétrica.

⁵⁸⁴ SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem*: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 113.

⁵⁸⁵ O Artigo 27 da Constituição mexicana consistia em uma importante regulamentação agrária do país. Era este dispositivo que garantia a propriedade agrícola comunal como elemento inalienável e de usufruto garantido aos camponeses. Com a eminência da assinatura do NAFTA, conforme veremos, uma das exigências estadunidenses foi a reforma daquele artigo constitucional.

⁵⁸⁶ Trecho do Primeiro Informe de Governo proferido no dia 1º de novembro de 1989 no Congresso mexicano. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/cedia/sia/re/RE-ISS-09-06-17.pdf> Acessado em: 19 de janeiro de 2016.

polêmicas envolvendo as reformas no Artigo 27 da Constituição, surgiu a necessidade de mobilizar uma figura que poderia garantir estabilidade e outorgar o projeto agrário. Mais uma vez, a solução foi encontrada na história nacional. Dentro daquele contexto de reformas na principal “lei de terras” mexicana, outra característica discursiva em relação ao passado diferiu a retórica salinista da dos demais mandatários do PRI. O Chefe do Executivo optou por mobilizar uma figura revolucionária até então pouco enfatizada nos Informes Anuais de Governo. Salinas reorientou seu discurso de forma a buscar legitimação, trazendo à tona a imagem do General Emiliano Zapata:

El compromiso popular de la modernización mantiene el poderoso hilo conductor de las grandes luchas sociales de nuestra historia. Quien inspira este esfuerzo es Emiliano Zapata. Lejos estuvo siempre de su ánimo que las reformas a favor de la justicia se hicieran por circunstancias políticas o beneficios del momento. La de Zapata fue la más limpia revolución dentro de las muchas expresiones de la Revolución Mexicana. Su batalla fue para lograr que la iniciativa y las soluciones mismas se dejaran en los pueblos, en las propias comunidades; que ellas diseñaran y ejecutaran sus programas, en su beneficio y para su progreso.⁵⁸⁷

É interessante notarmos que a memória de Zapata foi mobilizada justamente em um momento de reformas e discussões agrárias no país. Podemos perceber que os elementos “extratextuais”⁵⁸⁸ – como a conjuntura política daquela ocasião – contribuíram decisivamente para a escolha do ícone zapatista. Há muito tempo, a imagem do General do Sul não era resgatada com tamanha centralidade. Salinas retoma estrategicamente a figura revolucionária visando à situação do presente. Conforme já apontado, o sociólogo francês Yvon Le Bot afirma haver uma tradição entre os presidentes mexicanos de se escolher um herói nacional. Salinas teria elegido Emiliano Zapata como símbolo para seu mandato. “Um dos seus filhos chama-se Emiliano, além de ele próprio possuir uma aeronave com o mesmo nome”⁵⁸⁹. Nesse sentido, o projeto zapatista de 1910 foi simplificado sob o binômio “Terra e Liberdade!”

Ou seja, retirado do contexto, este trecho pode dar a falsa impressão de que a luta de Zapata, na verdade, não teria posto em cheque a

⁵⁸⁷ Trecho do Quinto Informe de Governo proferido no dia 1º de novembro de 1993 no Congresso mexicano. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/cedia/sia/re/RE-ISS-09-06-17.pdf> Acessado em: 19 de janeiro de 2012.

⁵⁸⁸ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, Falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁵⁸⁹ LE BOT, Yvon. *El sueño zapatista*. Milão: Ed. Mondadori, 1997, p. 194

estrutura concentradora de propriedades rurais nas mãos da elite rural, contra a qual moveu toda a atuação de seu Exército Libertador do Sul, transformando a luta pela reforma agrária numa plataforma política de atuação.⁵⁹⁰

A simplificação do projeto de Emiliano Zapata esteve norteadas por uma fórmula política que remetia diretamente às discussões sobre as reformas no Artigo 27 da Carta Magna mexicana. O modelo de resgate adotado por Salinas consistiu em trazer a figura do General do Sul à tona junto com o projeto simplificado de “terra e liberdade”, expressando uma suposta verossimilhança entre as propostas de seu sexênio com aquelas estabelecidas no início do século XX. O amplo escopo de lutas, bem como o projeto agrário de Emiliano Zapata, expresso no lema “terra e liberdade”, foram simplificados e utilizados por Carlos Salinas de Gortari. Para o presidente mexicano, aprovar o Artigo 27 era de vital importância para suas pretensões econômicas neoliberais. Desse modo, o Executivo mobilizou a dimensão de “terra e liberdade” de maneira bastante específica. Se no início do século XX este lema foi pensando no sentido de ter a terra como fonte de sustento, renda e dignidade, garantindo a liberdade frente à opressão, com Salinas a expressão zapatista foi estabelecida a partir da liberdade liberal de compra e venda da propriedade privada. O Estado não poderia manter um dispositivo constitucional que cerceasse a liberdade dos indivíduos no que tangia o livre mercado. Assim, a possibilidade de compra ou venda das propriedades agrícolas comunais foi interpretada sob a égide de “terra e liberdade”, distanciando-se claramente das propostas revolucionárias de Emiliano Zapata.

Desse modo, a ideia arquitetada consistiu em aproximar as alterações no dispositivo agrário – que passaria a permitir a compra e venda das terras comunais – com os ideais políticos de Zapata. Existiu, portanto, uma estratégia discursiva que vinculou os conceitos de “comprar” e “vender” com “terra” e “liberdade”. Em outras palavras, para Salinas de Gortari a possibilidade de compra e venda da terra simbolizava maior autonomia por parte do camponês, aproximando os projetos agrários do passado com os do presente.⁵⁹¹ Este complexo dispositivo de ligação entre instâncias históricas se efetivou principalmente através de práticas retóricas desenvolvidas pelo Chefe do

⁵⁹⁰ VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana*. O Museu Nacional de História do México (1940-1982). São Paulo: Alameda, 2007, p. 137.

⁵⁹¹ Em várias ocasiões, o presidente se reportou à população mexicana explicando que a reforma do Artigo 27 estabeleceria uma maior liberdade da parte dos camponeses. Nestas ocasiões, a memória de Emiliano Zapata foi trazida à tona, buscando a filiação do governo salinista com o lema “Terra e Liberdade”.

Executivo. A fórmula adotada por Salinas nos demonstra um efetivo exemplo dos usos políticos da história com finalidades bem específicas. A legitimidade necessária para as questões contemporâneas agrárias foi extraída da memória revolucionária e, essencialmente, de um dos seus maiores ícones: Emiliano Zapata. A eleição deste personagem em questão, conforme apontado, foi perpassada por pretensões e objetivos muito bem definidos, sendo uma operação meticulosamente elaborada:

A tradição é invocada na esperança de sua continuidade (ou daquilo que se apresenta como sendo sua continuidade), a evocação do grande homem é um argumento de autoridade em favor dessa ou daquela proposta.⁵⁹²

A questão central que nos interessa neste caso refere-se à necessidade do Governo salinista de “perlaborar”⁵⁹³ os conflitos e crises do passado para realizar projetos políticos no presente – como no caso do projeto priísta da Revolução continuada. O passado foi citado para construir simultaneamente o horizonte do presente e do futuro, em continuidade com uma história manejada de forma a legitimar ações específicas: estabelecer uma continuidade estratégica com a memória de Zapata. A citação do passado – também entendida como evocação do mesmo – recorre a elementos específicos para produzir sentido à realidade vivida: “[...] sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme expresso na história.”⁵⁹⁴

A análise da documentação presidencial mexicana mostra-nos que os vários governos ao longo do século XX tiveram um projeto político em comum em uma função estreitamente retórica com o passado nacional, estabelecendo uma filiação com os “princípios” da Revolução Mexicana. Assim, a história ocupou lugar central nos governos priístas, sendo o sistema de ensino público uma ferramenta de suma importância para os fins políticos presidenciais. Sabemos da íntima relação entre modelos nacionalista e educação patriótica, na qual métodos pedagógicos bem

⁵⁹² MIGUEL, Luiz Felipe. *Em torno do conceito de mito político*. Revista Dados, vol. 41, nº 3, Rio de Janeiro, 1998, p. 4.

⁵⁹³ Theodor Adorno (1963) concebeu a “perlaboração do passado” partindo dos estudos clínicos de Freud, porém, ampliou o conceito, referindo-o ao processo histórico-social do holocausto. Nesse sentido, “perlaborar” pode ser interpretado como a forma pela qual o passado é reorientado no presente, criando algo próprio (novo) a partir de elementos e experiências já existentes.

⁵⁹⁴ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 10.

delimitados contribuem para a difusão de elementos culturais que estabelecem identidade, filiação e valores cívicos.⁵⁹⁵ A reafirmação das tradições age no sentido de assegurar a conformação desses momentos históricos considerados fundamentais, que são evidentemente um contínuo processo dinâmico e seletivo caracterizado por sua estreita relação com o presente.⁵⁹⁶

Nesse sentido, em 1992, a partir de um novo projeto governamental intitulado Acordo Nacional para a Educação Básica, Carlos Salinas apresentou mais um capítulo da estreita relação simbólica presidencial com o passado mexicano. A pauta da vez foi uma reforma nos textos dos livros didáticos que eram distribuídos gratuitamente na rede de educação pública. Naquele contexto, as críticas e polêmicas se convergiram quase que exclusivamente nas modificações em relação aos textos de História. As mudanças, consideradas por muitos como impróprias, ficaram a cargo do Estado e o projeto de reelaborar os livros didáticos foi confiado a dois renomados historiadores do país: Enrique Florescano e Héctor Aguilar Camín – ambos intelectuais com obras já consagradas sobre diversos períodos históricos do México.⁵⁹⁷ O objetivo governista era bem específico:

[...] no dia 5 de março de 1992 o presidente Carlos Salinas de Gortari anunciou a modificação do sistema educacional para seu fortalecimento por meio de novos conteúdos educacionais que

⁵⁹⁵ Historicamente, as políticas estatais prezaram por homogeneizar a sociedade em torno de elementos culturais em comum, nos quais se destacaram as instituições educacionais. Dentro desse contexto, o ensino de história passou a ser visto como um veículo para difusão de um modelo de nação, bem como o arquétipo de cidadão. Cabe ressaltar que esta fórmula é edificada tendo em vista um receptor passivo, o que não pode ser estabelecido como regra, já que existe uma série de questões permeando o universo da recepção. Ver: JAUSS, Hans Robert (et al.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Sabemos que a transmissão de valores e regras sociais depende da forma que estes elementos são interpretados pelos alunos, que desempenham um papel ativo na construção do conhecimento histórico. Para uma análise mais detida do assunto, ver: JELIN, Elizabeth; LORENZ, Federico Guillermo. *Educación y memoria. La escuela elabora el pasado*. Madrid: Siglo XXI, 2004.

⁵⁹⁶ ZÁRATE TOSCANO, Verônica. *Leitura e impressão de imagens no México no século XIX: a memória como meio para a construção da identidade nacional*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

⁵⁹⁷ Enrique Florescano é um dos grandes nomes da pesquisa histórica no México, suas obras são referências importantes para o estudo da história mexicana, tais como: *Historia gráfica de México* (1988); *El mito de Quetzalcóatl* (1993); *Etnia, estado y nación, ensayos sobre las identidades colectivas de México* (1997); *Memoria indígena* (1999); *Memoria mexicana, ensayos sobre la reconstrucción del pasado* (2000); *Imágenes de la patria a través de los siglos* (2005); *Quetzalcóatl y los mitos fundadores de Mesoamérica* (2004); *Los orígenes del poder en Mesoamérica* (2009); *La función social de la historia* (2012). Do mesmo modo, Héctor Aguilar Camín possui trabalhos consagrados como: *Historia gráfica de México* (1988); *Después del milagro* (1989); *A la sombra de la Revolución Mexicana* (1989); *Subversiones silenciosas* (1993); *México: la ceniza y la semilla* (2000); *La tragedia de Colosio* (2004); *Pensando en la izquierda* (2008).

pretendiam redesenhar a política educacional sob a onda da “modernização” integral, sendo que um dos objetivos seria “reescrever a história” (conforme apontava a revista *The Economist*).⁵⁹⁸

A reforma nos textos didáticos tocava em várias questões caras à lógica histórica nacionalista.⁵⁹⁹ Modificar a maneira de se narrar o passado em uma sociedade onde os referenciais históricos são bem delimitados desde os primeiros anos da vida escolar era uma tarefa no mínimo audaciosa por parte do Estado. Conforme já apontado, o modelo educacional que privilegia e exalta elementos da nação tem como um dos objetivos principais a socialização em torno de uma identidade comum, bem como a inculcação de ideias que estabelecem sistemas de valores e padrões de comportamento.⁶⁰⁰ Categorias como “patriotismo”, “lealdade”, “dever moral”, entre outras, são apresentadas aos jovens por uma série de meios, destacando-se os livros didáticos distribuídos gratuitamente pelo Estado.

O que aparentemente seria uma simples reestruturação nos materiais didáticos tornou-se um amplo debate em vários setores públicos, ganhando, inclusive, repercussão internacional.⁶⁰¹ O patriotismo e a memória social foram mobilizados em defesa das figuras históricas que corriam o risco de deixarem as salas de aulas e caírem no esquecimento. Entre os personagens que poderiam perder o lugar no Panteão Nacional⁶⁰² destacavam-se os já mencionados *Niños Héroes* de Chapultepec. Os opositores mais pragmáticos do projeto reclamavam dos métodos historiográficos adotados, bem como da ausência de outros profissionais da área de educação na elaboração dos materiais didáticos.

⁵⁹⁸ CARRETERO, Mário. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 111.

⁵⁹⁹ A lógica modernista neoliberal pretendia estabelecer uma reforma no sistema de ensino mexicano. Nesse sentido, a disciplina História sofreria modificações no que tangia aos conteúdos a serem estabelecidos no currículo básico. De acordo com Mário Carretero (2010), o objetivo, diante da eminência da entrada do país no NAFTA, era estabelecer um “passado menos conflituoso com os Estados Unidos”. Para tanto, conforme veremos, alguns episódios envolvendo as duas nações foram “revisados” ou até mesmo suprimidos dentro da nova proposta.

⁶⁰⁰ JELIN, Elizabeth; LORENZ, Federico Guillermo. *Educación y memoria*. La escuela elabora el pasado. Madrid: Siglo XXI, 2004.

⁶⁰¹ CARRETERO, Mário. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

⁶⁰² Principalmente as figuras históricas que lutaram contra a intervenção estadunidense no país, entre 1846 e 1848. Nesse sentido, a própria Guerra México-Americana poderia deixar de figurar nas páginas dos novos livros didáticos.

Os novos eixos temáticos propostos pelos livros didáticos não privilegiaram a história – amplamente difundida no imaginário coletivo social – dos *Niños Héroes*. Já foi possível analisar no segundo capítulo desta dissertação, durante o sexênio do presidente Miguel Alemán Valdes (1946–1952), uma polêmica história envolvendo os mesmos Meninos Heróis de Chapultepec. Como naquele episódio, ocorrido em março de 1947, uma possível chave interpretativa pode ser traçada tendo em vista a relação entre memória histórica e projeto político. Ou seja, podemos focar em questões do presente para refletirmos acerca da abordagem e usos do passado. Dessa forma, acreditamos que o contexto mexicano de um eminente acordo econômico com os Estados Unidos – o que acarretaria inevitavelmente em uma maior aproximação política com este país – marcou consideravelmente as novas abordagens em relação à história nacional: “Houve adaptação quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins.”⁶⁰³

No que se refere ao estreitamento de laços com o vizinho do norte, os dirigentes mexicanos tinham noção que as contendas do passado deveriam ser amenizadas, ou até mesmo esquecidas. Sabemos que Salinas de Gortari rompeu com uma lógica nacionalista, adotada pelos demais mandatários priístas, ao se aproximar de forma muito mais contundente dos EUA. Também é de nosso conhecimento todas as disputas históricas envolvendo questões territoriais entre os dois países.⁶⁰⁴ Logo, a mudança nos textos didáticos poderia surtir efeitos práticos na forma em que as crianças e jovens – “os futuros cidadãos” – viam e se relacionavam com os Estados Unidos: “os seres humanos, sempre que adotam novos projetos e práticas, revisam sua mitologia e fazem com que ela trate as novas condições.”⁶⁰⁵

A polêmica e as questões que envolveram a alteração nos textos de história no México em 1992 tornam-se interessantes para os propósitos de nossa pesquisa uma vez que esboçam uma intrincada relação entre o passado e seus usos públicos no presente. Ou seja, podemos perceber, por meio deste caso específico, a aproximação entre a educação e um projeto político bem delimitado, constituído com objetivos claros que visou, entre outras coisas, estabelecer uma memória social do passado em relação a questões do

⁶⁰³ HOBBSAWM, Eric J. e RANGER, Terence (Orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 13.

⁶⁰⁴ Basta lembrarmos-nos dos conflitos iniciados ainda na primeira metade do século XIX com a chamada Guerra de Independência do Texas (1835-1836).

⁶⁰⁵ ARMSTRONG, Karen. *Breve história do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25.

presente. Além disso, é possível assinalar as estratégias adotadas por Carlos Salinas em relação à fabricação e transmissão do passado na clara tentativa de “sincronizar” o seu governo com a história do país: “à medida que as circunstâncias mudam, precisamos contar as histórias de modo diferente, para expor sua verdade intemporal.”⁶⁰⁶

Sabemos da dimensão pedagógica atribuída às histórias nacionais, da capacidade desse relato “oficial” em funcionar como instrumento cognitivo para que se pense patrioticamente a nação, gerando adesão por meio de uma suposta identidade comum. Mas, é importante frisar as tensões e críticas envolvendo este conjunto, no qual as variadas posições estão em constante embate ao redor de modelos identitários. Cabe ressaltar também que a população estabeleceu um diálogo com esta querela: as próprias reações às mudanças nos livros mostraram o papel ativo da sociedade frente às manobras do Estado. As questões que envolveram a mudança nos textos de história dos materiais didáticos não podem ser vistas simplesmente como meras reformas de caráter técnico-educacional.⁶⁰⁷ Assim, a quebra nesta lógica histórica amplamente conhecida da Nação, com a retirada de algum ícone ou fato, afeta diretamente um modelo tradicional de ensino de história, tendo implicações na memória coletiva acerca do passado.⁶⁰⁸

A revista *Proceso* – opositora do partido governista e de grande circulação até hoje no México – trouxe estampada na capa de sua edição de 05 de setembro de 1992 a seguinte manchete: “La disputa por historia. libros a la medida del proyecto salinista”. Dentro daquelas páginas, a temática da reforma nos livros de história foi amplamente exposta. Na reportagem intitulada “Avalancha sobre los libros de historia: deformados, erráticos, contradictorios, esquemáticos, simplistas, tendenciosos”, o jornalista Ignacio Ramírez não poupou críticas às mudanças propostas pelo governo, afirmando que os adjetivos que compõem o título de sua reportagem são os mesmos usados por historiadores, professores e demais intelectuais para qualificarem as novas obras didáticas que seriam distribuídas gratuitamente pelo Estado.

O texto do crítico Enrique Maza – para a mesma edição da *Proceso* – foi intitulado “Nueva versión de la historia oficial en los libros de texto se resalta lo que se quiere para justificar el proyecto salinista”. A matéria frisou os pontos destacados pelos

⁶⁰⁶ *Ibíd.*, p. 15.

⁶⁰⁷ CARRETERO, Mário. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

⁶⁰⁸ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

opositores da reforma, salientando os interesses governistas por trás da alteração nos materiais de ensino. Ainda segundo Maza, os livros, por lei distribuídos gratuitamente pelo Estado, passariam a ser uma ferramenta a serviço do projeto político de Salinas. Nesse sentido, dois fatores fundamentais eram apontados: a maneira em que a história da nação seria apresentada aos alunos, bem como a concepção pedagógica dos novos materiais didáticos.

A contenda política em torno dos livros didáticos de história no México ficou conhecida como “sequestro da memória.”⁶⁰⁹ Sabemos que as obras escolares constituem um espaço chave para a transmissão do conhecimento específico, além de estabelecerem alguns padrões sociais e valores cívicos. Mas, cabe pontuar que os livros são instrumentos de mediação pedagógica, estabelecidos concretamente para dialogar com os demais indivíduos envolvidos no processo de aprendizagem. Os professores e os alunos não podem ser “concebidos como ‘tábulas rasas’, como objetos, mas como elementos que podem perceber a situação e resistir a tais visões dominantes.”⁶¹⁰

As propostas de reformas educacionais do Governo de Salinas de Gortari almejavam a criação de memórias que fossem úteis politicamente para suas estratégias políticas. Conforme já apontamos, diante da eminência da entrada do México no NAFTA, o objetivo era usar a história e revisitar o passado no sentido de estabelecer uma memória menos conflituosa com os EUA. Dessa forma, os livros didáticos apresentaram-se como ferramentas essenciais no que tange à edificação de uma história para consumo da nação. É comum encontrarmos nestes textos recordações e narrações que visaram ao estabelecimento de um passado mítico no qual, supostamente, repousaria a identidade nacional. As estratégias discursivas são “formas de história tributárias da recordação militante, [...] preocupada com a construção de um relato que convenha aos propósitos do presente ou aos desejos de um futuro particular.”⁶¹¹

Era claro para o projeto salinista que nenhuma versão da história poderia sustentar narrativas sem contribuir para o estabelecimento de uma memória do passado,

⁶⁰⁹ CARRETERO, Mário. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

⁶¹⁰ GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *Belas mentiras? A ideologia nos estudos sobre o livro didático*. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 108.

⁶¹¹ ROSA, Alberto. *Recordar, descrever e explicar o passado*. O que, como e para o futuro de quem? In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLES, Maria Fernanda (Orgs.). *Ensino de história e memória coletiva*. Tradução: Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 57.

bem como corroborar diretamente a compreensão das identidades do presente. Conforme apontamos, as propostas de modificação das obras didáticas de história estavam norteadas por questões políticas que visavam benefícios no presente. Os livros impressos em agosto de 1992 foram retirados de circulação⁶¹² e a Secretaria de Educação Pública (SEP) propôs um novo concurso para o ano seguinte. Dessa vez, para minimizar as polêmicas, um júri composto por vários setores sociais foi estabelecido. Em vão. As discussões renasceram com toda a sua efervescência e junto com elas mais posicionamentos divergentes. Mesmo com a participação direta no júri de professores, historiadores, pais e aluno, a SEP emitiu um comunicado informando que não publicaria as novas obras didáticas. No lugar dos livros, foram elaborados materiais de estudos para leitura e apoio.⁶¹³

Se por um lado o projeto educacional salinista não obteve sucesso, por outro, suas medidas econômicas pareciam ter conseguido estabelecer o tão almejado caminho para a “modernidade”. Nesse sentido, o maior projeto político e a mais ambiciosa característica de seu sexênio foram a condução das negociações que culminaram com a adesão do México ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC) (na sigla em inglês: North American Free Trade Agreement - NAFTA). Faltando pouco mais de um ano para o fim de seu mandato, em 17 de novembro de 1993, Carlos Salinas de Gortari conseguiu o que para ele seria o grande trunfo de seu Governo: a aprovação pelo Congresso dos EUA da participação mexicana no NAFTA. De imediato

se consiguió entonces que 7.300 productos mexicanos entraran a Estados Unidos y Canadá sin pagar impuestos y que 5.900 productos norteamericanos y canadienses entraran a México en las mismas condiciones.⁶¹⁴

O Tratado de Livre Comércio catalisou várias transformações no México ao passo que foi alvo de inúmeras críticas por parte da oposição que salientava os impactos

⁶¹² Os críticos das reformas educacionais de Carlos Salinas frisavam os pontos que, segundo eles, eram arbitrários em relação à história nacional. Entre estas questões destacam-se a ausência de figuras e personagens tidos como centrais para a história da nação – Niños Héroes – além de argumentos historiográficos conservadores presente nas páginas dos novos livros, como o que diz que o Texas fora perdido por causa da desordem e da fraqueza dos mexicanos. (CARRETERO, 2011)

⁶¹³ CARRETERO, Mário. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

⁶¹⁴ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II. De Juárez al PRI*. México: FCE, 2005, p. 749.

negativos do NAFTA em diversos setores da economia, afetando principalmente as camadas menos favorecidas da população.

O triunfante Carlos Salinas havia logrado um inédito acordo para o país. Naquele contexto, o desejo de um “México moderno”, ambicionado por inúmeros presidentes, parecia estar próximo de se concretizar. Logo, o novo cenário exigiu uma “nova revolução”⁶¹⁵:

Así, hoy también, encontramos en esa visión de nuestra historia una guía para el cambio contemporáneo, para la reforma de la Revolución Mexicana, para afirmarnos como soberanos y para comprometernos a defender nuestras libertades y a hacer más justas nuestras instituciones en un mundo diferente al de nuestros padres, construyendo un México mejor para nuestros hijos.⁶¹⁶

La Revolución Mexicana no fue una sola; han existido dentro de ella varias visiones, varias conducciones, varias propuestas encontradas y, por eso, varias expresiones de la misma Revolución; cada una, en su tiempo y en su momento, tuvo su oportunidad y ejerció su responsabilidad. Hoy, dentro de los grandes principios que han caracterizado a la Revolución Mexicana, definimos nuestra expresión propia, la reforma de la Revolución.⁶¹⁷

É interessante notarmos que o discurso de Carlos Salinas rompeu com uma lógica amplamente desenvolvida pelo PRI ao propor a abertura do processo revolucionário de 1910. Historicamente, o Partido Revolucionário Institucional prezou por manter o evento mítico fundacional “fechado” para a lógica política contemporânea – uma vez que sua legitimidade residia naquele momento de origem. Salinas reorientou sua fala no sentido de abrir a Revolução em consonância com suas reformas liberais.

O mito não é algo estagnado, inerte ao tempo – o presidente sabia disso. A flexibilidade e o poder de mutação são o que garante a eficácia e duração do evento de origem convertido em referência mítica. O mandatário priísta não só vinculou as reformas liberais ao seu governo, como as manejou como transformações dentro do

⁶¹⁵ “El sexenio de Salinas fue el que más veces recurrió a ella [Revolução Mexicana] en toda la historia – 9 509 – debido a que era necesario unir la revolución con el neoliberalismo y la tecnocracia” (ROSAS, 2006, pp. 17-18).

⁶¹⁶ Trecho do Quarto Informe de Gobierno proferido no dia 1º de novembro de 1992 no Congresso mexicano. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/cedia/sia/re/RE-ISS-09-06-17.pdf> Acessado em: 17 de janeiro de 2012.

⁶¹⁷ Trecho do Quinto Informe de Gobierno proferido no dia 1º de novembro de 1993 no Congresso mexicano. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/cedia/sia/re/RE-ISS-09-06-17.pdf> Acessado em: 19 de janeiro de 2012.

próprio modelo revolucionário. Alicerçando sua conduta em valores pétreos – liberdade e justiça –, a estratégia salinista buscou uma “expressão própria” para o mito revolucionário, que foi constituído tendo como foco a implementação de políticas econômicas liberais – como o NAFTA. Em um de seus discursos diante do Congresso, o presidente afirmou: “La reforma de la Revolución Mexicana exigió recoger, actualizar y proyectar lo mejor del liberalismo social, que es propuesta y no doctrina.”⁶¹⁸

O contato com a documentação referente aos distintos contextos políticos durante o sexênio salinista (1988–1994) nos mostrou como o Chefe do Executivo utilizou o “patrimônio cultural mexicano”⁶¹⁹, apropriando-se dos mitos de origem da nação. Mobilizar o passado não era novidade no cenário presidencial mexicano. Entretanto, o que diferenciou decisivamente Carlos Salinas de seus antecessores foi a sua maneira particular de resgatar retoricamente o passado e seus personagens, propondo uma nova prática revolucionária tendo em vista a implementação de políticas liberais no seio da sociedade.⁶²⁰ Vemos o emprego de um novo discurso histórico para justificar identidades ou afirmar pretensões políticas.⁶²¹

Para Salinas de Gortari, o ápice de sua gestão finalmente havia chegado: o México se tornara notícia internacional e o seu presidente era visto como o homem modernizador por trás dos projetos neoliberais em vigor no país. Dias mais tarde, o Chefe do Executivo escolheu o seu sucessor para o pleito do ano seguinte: o *dedaço* assinalou Luis Donaldo Colosio⁶²². Para alguns críticos políticos da época, Colosio seria o personagem responsável por levar adiante o salinismo sem Salinas.⁶²³ Os novos projetos políticos do homem que havia assinado a mais importante parceria econômica do continente americano já haviam sido traçados: lançar-se em uma confiante

⁶¹⁸ Trecho do Sexto Informe de Governo proferido no dia 1º de novembro de 1994 no Congresso mexicano. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/cedia/sia/re/RE-ISS-09-06-17.pdf> Acessado em: 19 de janeiro de 2012.

⁶¹⁹ ENRIQUE, Florescano (Org.). *El patrimonio nacional de México*. Volumen I. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1997.

⁶²⁰ Conforme vimos, desde Echeverría já existiam críticas abertas ao modelo revolucionário institucional levado adiante pelo PRI. Com José López Portillo e Miguel de la Madrid, as propostas de mudanças no panorama da Revolução se tornaram mais contundentes, orientadas, entre outras coisas, por imperativos econômicos. No entanto, foi com Salinas de Gortari que a ideia de fundar uma nova prática revolucionária se consolidou de vez a partir das pautas neoliberais adotadas durante seu sexênio.

⁶²¹ ABREU, Marcelo Santos de. *Os mártires da causa paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2010.

⁶²² Com pós-graduação em economia pela *University of Pennsylvania*, Luis Donaldo Colosio possuía uma vasta experiência política no México. Foi deputado Federal durante o Governo de Miguel de la Madrid, chegando ao cargo de senador anos depois. Além disso, presidiu o PRI de 1988 a 1992 e, já no mandato de Salinas de Gortari, exerceu o cargo de secretário de desenvolvimento social.

⁶²³ Cabe lembrar que a reeleição é vedada no México pela Carta Magna do país.

candidatura a recém-criada Organização Mundial de Comércio (OMC), e “¿por qué no? la vuelta apoteósica en el año 2000. Sería el rey que inaugurara el milenio. No un presidente cualquiera sino el dueño y señor del sistema político mexicano.”⁶²⁴

Sem dúvida, o ano de 1993 foi de suma importância para o Chefe do Executivo nacional. As suas manobras econômicas demonstravam-se promissoras e o NAFTA entraria em vigor no primeiro dia de 1994. O jovem presidente, que prezava tanto pelo passado – ao que tudo indicava – passaria à história como um dos mais queridos mandatários nacionais com uma vigorosa aprovação popular.⁶²⁵ No entanto, faltava um longo caminho até o fim de seu mandato. Os últimos meses de governo guardavam surpresas que nem os mais céticos puderam prever.

O ambicioso projeto político salinista sofreu seu primeiro baque no dia 24 de maio de 1993, com o assassinato do cardeal Juan Jesús Posadas Ocampo⁶²⁶, baleado ao descer de um avião no aeroporto de Guadalajara. Mas, sem dúvida, o grande golpe foi proferido durante o réveillon de 1994, com o levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)⁶²⁷, no estado de Chiapas⁶²⁸. Depois daquele fatídico 1º de janeiro, todas as apostas de Carlos Salinas foram se complicando.

As conturbadas questões políticas dos primeiros dias de 1994 nem de longe faziam parte dos planos de Salinas de Gortari. Em janeiro, uma insurreição indígena armada em um dos estados mais pobres do país – no mesmo esperado dia em que o NAFTA entraria em vigor. Em Março, o seu afilhado político e candidato às eleições presidenciais daquele ano, Luis Donaldo Colosio, foi assassinado durante um ato público de campanha.⁶²⁹ Para concluir o difícil ano do presidente, outro assassinato por motivações políticas estampou as manchetes em todo o país no mês de Setembro. Desta vez, a vítima foi o secretário geral do PRI e ex-marido da irmã de Salinas: José Francisco Ruis Massieu.

⁶²⁴ KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997, p. 278.

⁶²⁵ FUSER, Igor. *México em transe*. São Paulo: Escrita, 1995.

⁶²⁶ Juan Jesús Posadas Ocampo foi arcebispo da Arquidiocese de Guadalajara. As causas reais de seu assassinato até hoje não foram completamente esclarecidas.

⁶²⁷ Grupo majoritariamente indígena que se levantou em armas contras as medidas neoliberais estabelecidas pelo governo salinista.

⁶²⁸ Ver: Anexo 38 – página 236.

⁶²⁹ Ver anexo 39 – páginas 237 e 338.

Los asesinatos políticos de dos destacadas figuras del PRI en 1994 parecen trágicas consecuencias de las disputas internas que, lejos de dirimirse pacíficamente, se resolvieran en forma violenta; algo que no ocurría desde la fundación del PNR.⁶³⁰

Os inesperados acontecimentos, aliados à sublevação indígena no aparente México primeiro mundista, ameaçavam as reformas estabelecidas pelo Chefe do Executivo:

Pero ahora, este presidente joven, enérgico, muy inteligente, se enfrenta al desafío mayor de su carrera. A los presidentes mexicanos se los conoce por una sola cosa. Lázaro Cárdenas significa petróleo. Miguel Alemán, industrialización. Gustavo Díaz Ordaz, la matanza de Tlatelolco. José López Portillo, deuda. Estas etiquetas los clasifican para siempre. Carlos Salinas, hasta el 31 de diciembre de 1993, hubiera pasado a la historia con una sola expresión: TLC. A partir de 1 de enero, su sambenito disse: Chiapas⁶³¹.

Mesmo com todos os desafios de seu último ano de Governo, faltando alguns meses para terminar seu mandato, Carlos Salinas de Gortari contava com uma aprovação popular de 75 %. Mas no primeiro semestre de 1995, o homem, que segundo Enrique Krauze tinha tudo para “ser rei”, tornara-se uma das figuras políticas mais odiadas em todo o México. A crise econômica que devastou o país, logo depois de sua saída da presidência, expôs a fragilidade financeira da nação. A desvalorização cambial e o *efeito tequila*⁶³² recaíram sobre a imagem – do então triunfante – Salinas de Gortari. O protagonista que havia sido aclamado internacionalmente como o grande reformador mexicano, converteu-se em vilão: saiu do país e passou a viver oculto, evitando a opinião pública:

Una vez fuera de Los Pinos⁶³³, Salinas pasó un par de meses promoviendo su candidatura a la Organización Mundial de Comercio, para lo cual contaba con el apoyo de todos los gobiernos del continente. Pero después del desplome sufrido por la economía mexicana en diciembre de 1994 empezó a perder amigos y a ser señalado como responsable de la catástrofe. [...] Pronto se olvidó la

⁶³⁰ REVELES VÁSQUEZ, Francisco (Org.). *Partido Revolucionario Institucional: crisis y refundación*. México, D.F.: Ediciones Gernika, 2003, p. 30.

⁶³¹ FUENTES, Carlos. *Nuevo tiempo mexicano*. México, D.F.: Aguilar, 1994, p. 130.

⁶³² É como ficou conhecido o impacto da crise econômica de 1994 nos demais países latino-americanos.

⁶³³ Residência oficial do presidente da república no México.

eficacia de Salinas en el desempeño de la presidencia y la sustituyó la convicción popular de que había engañado al país.⁶³⁴

As efervescências sociais de 1994 abalaram consideravelmente a imagem de Carlos Salinas. Outro duro golpe foi sofrido com a crise econômica que incinerou os planos políticos e a imagem do ex-mandatário priísta. O jovem presidente, outrora com altos índices de popularidade, passou a ser visto como “persona non grata”. A sociedade mexicana exigia rígidas punições ao suposto responsável pela ruína econômica do país. A atenção internacional se voltou para o México não só devido à crise que destruía as finanças da nação. A partir do sudeste do país, o movimento zapatista ganhava cada vez mais força dentro e fora das fronteiras nacionais. O presidencialismo mexicano levado a cabo pelo “Partido de la Revolución” havia sofrido o mais duro golpe de sua história – maior inclusive do que o ocorrido em Tlatelolco. Do mesmo modo que a política nacional se modificou após 1968, um desafiante e novo cenário se desenhou a partir de 1994.

Contudo, diferentemente de 1968, o governo não foi capaz de manipular os fatos e esconder as informações com tamanha eficiência. As imagens dos homens e mulheres zapatistas com as faces cobertas por *pasamontañas*⁶³⁵ e com armas nas mãos ganharam o mundo através de jornais⁶³⁶ e, principalmente, da internet⁶³⁷. O prestígio e o poder do PRI foram colocados em cheque, ao passo que a Revolução Mexicana perdia gradativamente a capacidade legitimadora do passado. Exemplo disso é o número de vezes que o passado revolucionário foi evocado nos Informes Anuais de Governo de Ernesto Zedillo (1994-2000), sucessor de Salinas e membro do PRI. Durante o sexênio zedillista, o termo “Revolução” foi expresso apenas sete vezes ao longo de mais de duzentas e oitenta páginas de discursos proferidos no Congresso Nacional, entre 1º de

⁶³⁴ AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II. De Juárez al PRI*. México: FCE, 2005, p. 774-775.

⁶³⁵ Máscara de lã usada para proteger o rosto do frio que garantiu o anonimato dos membros do EZLN durante o levante de 1994, sendo posteriormente adotada como símbolo no movimento insurgente.

⁶³⁶ Ver anexo 40 – página 239.

⁶³⁷ Sem dúvida, para o EZLN, o uso em grande escala da internet, bem como a utilização de periódicos como ferramentas diretas de comunicação, foi essencial para que o movimento tivesse fôlego para enfrentar o governo federal: “La fuerza de la palabra y su sentido de lo político son de importancia primordial; lo militar pasa a un segundo plano. La guerra no se gana sólo con las armas, la organización social y la política, en el contexto estructural simbólico, se vuelven centros operacionales. El considerable número de comunicados, de poemas y de creaciones de las redes zapatistas en internet son un arma vital”. MATAMOROS PONCE, Fernando. *Memoria y utopía en México: imaginarios en la génesis del neozapatismo*. Buenos Aires: Herramienta, 2009, p. 310-311.

dezembro de 1994 e 1º de novembro de 2000. Já Vicente Fox⁶³⁸ (2000-2006), sucessor de Ernesto Zedillo, não evocou, sequer uma vez, o passado revolucionário em suas trezentas e vinte páginas de Informes Anuais de Gobierno.

Mesmo não figurando com a mesma intensidade nos discursos presidenciais conforme percebido no passado, a Revolução Mexicana não perdeu sua dimensão de evento fundador da política nacional. Dentro da lógica analítica proposta pelo historiador Mauricio Tenorio Trillo⁶³⁹, a Revolução virou o evento que iluminou a dinâmica política e histórica do México a partir de 1910. O processo revolucionário serviu como “esplendor guia” para o sistema político nacional. Usando como metáfora um sistema de luzes ligadas em séries⁶⁴⁰, Tenorio Trillo nos apresenta cinco períodos históricos da nação⁶⁴¹ como lâmpadas próximas entre si, possuindo seu brilho condicionado a questões específicas do presente. Assim, a Revolução emanaria mais luz que os demais fatos históricos, estabelecendo-se como um poderoso evento de origem. Nesse sentido, vale lembrar que o Poder Executivo no México continuou utilizando o evento de 1910 como referencial político. Basta lembrarmos das intensas comemorações em 2010 por conta dos cem anos do processo revolucionário. Além disso, os movimentos sociais, as manifestações populares, as diversas representações artísticas, bem como a própria política institucional⁶⁴², não deixaram de render culto e brindar a Revolução.

⁶³⁸ Vicente Fox foi o primeiro presidente mexicano, desde 1929, que assumiu o poder sem estar filiado ao “Partido de la Revolución”. Fox foi eleito pelo PAN com 42,52% dos votos válidos, simbolizando o fim da hegemonia de mais de 70 anos consecutivos da “família revolucionária”.

⁶³⁹ TENORIO TRILLO, Mauricio. *Historia y celebración*. América y sus centenarios. Barcelona: Tusquets Editores, 2010.

⁶⁴⁰ Ver: Anexo 41 – página 240.

⁶⁴¹ São eles, respectivamente: Independência, República Restaurada, porfiriato, Revolução mexicana e a fundação do PRI.

⁶⁴² Vale frisar que a apropriação da memória revolucionária deu-se de diferentes formas, por distintos grupos políticos. O fato é que, ao evocar uma suposta continuidade com o processo revolucionário de 1910, o PRI, usando seu poder, colocou-se como gestor oficial da história nacional. No entanto, isso não quer dizer que outros partidos ou organizações políticas não tenham feito o mesmo. Ver: MEJÍA FLORES, Rocío. *La grafía política en México*. México, D.F.: Digsfrasol, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

La historia es el producto más peligroso que haya elaborado la química del intelecto. Sus propiedades son conocidas. Hace soñar, embriaga a los pueblos, engendra en ellos falsos recuerdos, exagera sus reflejos, mantiene viejas llagas, los atormenta en el reposo, los conduce al delirio de grandezas o al de persecuciones, y vuelve a las naciones amargas, soberbias, insoportables y vanas.

Paul Valéry

Miradas al mundo actual

O presente trabalho buscou apresentar, por meio da problematização dos discursos oficiais da Presidência da República, as diversas formas pelas quais o passado mexicano, principalmente aquele que diz respeito ao processo revolucionário, foi apropriado, ressignificado e usado pelo Poder Executivo na tentativa de obter legitimidade e prestígio frente às questões políticas, econômicas e sociais entre os anos de 1940 a 1994. A sua filiação com a Revolução Mexicana nos permitiu destacar a importância da utilização da memória revolucionária como prática essencial da política nacional ao longo do século XX. Podemos, portanto, reafirmar que a apropriação da insurreição de 1910 foi uma estratégia importante para legitimar e criar um poder institucional que propunha continuidade com o passado do país. Nesse sentido, os demais períodos históricos mexicanos, como as batalhas pela independência e a Guerra de Reforma do século XIX, foram interpretados como parte de um processo político cujo ápice seria a Revolução de 1910.

Ao reconstruirmos o trajeto discursivo de resgate do passado nacional, dentro do recorte proposto, concentramos nossos esforços em também compreender as principais peculiaridades da história do México, bem como as características dos sexênios presidenciais. Conforme demonstramos, as análises das demandas de cada momento específico foram fundamentais para o mapeamento da complexa relação entre memória e política no país. A perpetuidade retórica dos personagens históricos, e de suas lutas, foi elemento constante nas práticas presidenciais mexicanas. Contudo, conforme vimos, a triagem dos eventos e dos nomes esteve presente como forma de selecionar aquilo que

convinha ou não vir à tona. Percebemos, então, a edificação de uma memória seletiva que, mediante a um jogo de “luz e sombra”, exaltou e elegeu fatos, estabelecendo a emergência e o silenciamento de figuras da história da nação.

Significar o passado revolucionário foi a representação fundadora de legitimidade do PRI. O partido, através dos membros que ocuparam a Presidência da República, colocou-se como gestor oficial das chamadas benesses da Revolução. Vale lembrar que este processo de institucionalização não significou estabilidade, muito menos consenso nacional. Diversas foram as formas de oposição, tanto por vias institucionais, como também por organizações e movimentos sociais. Desse modo, conforme enfatizamos, a busca de legitimidade e coesão não ficou restrita apenas aos arranjos tradicionais da política, como coligações e projetos de intervenção. Ainda que se pesem as fraudes, a repressão, e as concessões, a arena simbólica do passado e a rememoração dos “grandes feitos” nacionais foram dispositivos essenciais para a permanência ininterrupta do “Partido de la Revolución” por setenta e um anos no poder.

Sabemos que a presentificação da(s) memória(s), categoria múltipla e conflitante, é constituída por um emaranhado de fluxos de significação que se contrapõem a todo o momento, de acordo com a conjuntura em que um dado significado é acionado. Os rastros de um passado nunca se organizam por unanimidade. Vimos que a cultura política revolucionária no México contou com inúmeros vetores de propagação. Além disso, outras organizações partidárias⁶⁴³ e vários movimentos sociais⁶⁴⁴ utilizaram a história nacional em seus respectivos “repertórios de ação coletiva”⁶⁴⁵. Nesse sentido, o caso mais emblemático foi o do EZLN que, não apenas resgatou as lutas de Emiliano Zapata, mas também buscou o passado indígena ao se colocar como ponta de lança de um processo de resistência datado de séculos atrás⁶⁴⁶.

⁶⁴³ É o caso, por exemplo, do *Partido Auténtico de la Revolución Mexicana* (PARM), fundado em 1954 por Juan G. Barragán e Jacinto B. Treviño, ambos destacados generais revolucionários e ex-membros do PRI que já haviam ocupado importantes cargos governamentais.

⁶⁴⁴ Vale destacar que a invocação dos heróis e simbologias revolucionárias era uma prática recorrente dos movimentos sociais mexicanos. É o caso, por exemplo, do *Consejo Supremo de Pueblos Indios* (CNPI), bem como da *Coordinación Nacional de Acción Cívica* (Conac-LN). É interesse notar que houve um diálogo entre o EZLN e essas demais organizações, destacando, principalmente, o Conselho Guerrerense 500 anos de resistência indígena.

⁶⁴⁵ TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious politics*. Boulder, Colorado: Paradigm Publisher, 2007.

⁶⁴⁶ Cabe lembrarmos do primeiro documento publicado pelo EZLN, em 1º de janeiro de 1994, no qual podemos ler: “Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés

Os presidentes priístas, portanto, não foram os únicos a conjurar “os mortos da história”, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens⁶⁴⁷. No entanto, acreditamos que a dimensão de “tutor oficial” da memória mexicana coube ao Poder Executivo.

Procuramos percorrer, portanto, alguns dos caminhos de oficialização do passado e de institucionalização revolucionária, revisitando os acontecimentos a partir dos discursos presidenciais em uma busca de “mutações da memória”. Assim, partimos da premissa de uma “historicização” da memória, modelo já discutido pelo historiador Pierre Nora, que procurou perceber:

Não mais os determinantes, porém seus efeitos; não mais as ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas o vestígio dessas ações e o jogo dessas comemorações; não os acontecimentos por si mesmos, porém sua construção no tempo, o desaparecimento e a ressurgência de suas significações; não o passado tal como se passou, mas suas reutilizações permanentes, seus usos e seus abusos, sua pregnância sobre os presentes sucessivos; não a tradição, mas a maneira como ela se constitui e transmitiu.⁶⁴⁸

Nesse sentido, buscamos deixar claro como a memória age em sua função seletiva, referenciada pelos questionamentos do presente. Assim, a partir das preocupações desta pesquisa, os discursos da Presidência da República foram selecionados e analisados como uma instância vital para compreendermos a construção identitária do processo revolucionário de 1910 e como este foi se resignificando ao longo do tempo. Mais do que uma história da Revolução Mexicana, priorizamos analisar em nosso trabalho as rememorações e ritualizações dos eventos iniciados em 1910 para melhor entendermos sua relação com a política institucional. Vale lembrar que a memória foi (re)acionada e (re)atualizada no período analisado a partir de uma ideia de continuidade com os acontecimentos históricos, garantindo maior inteligibilidade aos projetos presidenciais. Conforme vimos, os usos do passado foram

de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros. Ver: EZLN. *Documentos e comunicados* - nº 1, México, D.F.: ERA, 1994.

⁶⁴⁷ MENDONÇA, Kátia Marly Leite. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002, p. 221.

⁶⁴⁸ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1993. v. 1, t III, p. 24, *apud* DOSSE, François. *A história à prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 65.

sendo estabelecidos das mais diversas formas ao longo dos anos, ganhando novos contornos à medida que surgiram novas demandas e desafios.

Essa lógica de manutenção e propagação do passado ganhou espaço privilegiado nos diversos rituais políticos, destacando-se as práticas retóricas. As inúmeras estratégias empregadas nas representações discursivas buscaram, entre outras coisas, manter viva a chama dos acontecimentos históricos que “iluminavam o presente”. Delimitar um marco cronológico que sirva de referência para as ações futuras, estabelecendo legitimidade em um evento de origem, é uma fórmula consagrada pela mitificação dos grandes feitos políticos nacionais. Estes elementos fundadores da dinâmica social não marcaram apenas o início de um novo tempo, mas estabeleceram o momento “heroico” que dotaria a nação de instrumentos que seriam capazes de guiá-la com providência para o futuro.

Sabemos que todo este processo esteve permeado por disputas as mais distintas. Nenhuma idealização do passado consegue se instaurar sem enfrentar resistência e críticas por parte de algum grupo da sociedade – ainda que minimamente em um cenário por vezes repressivo e autoritário. Logo, os elementos do passado precisaram ser interpretados e significados pelo presente, não se tratando apenas de uma simples imposição de valores históricos dentro de uma sociedade.

Em contrapartida, não podemos negar a capacidade persuasiva do imaginário histórico, as forças que as representações do passado exerceram sobre a esfera social. Para melhor pensarmos estas questões, a memória foi problematizada como um ato político, podendo ser acionada a partir de seus usos e, conforme nos lembra Paul Ricoeur, de seus “abusos”⁶⁴⁹. Nesse sentido, foi interessante notarmos as “mutações” que a retórica revolucionária sofreu após os acontecimentos de Tlatelolco, principalmente a partir dos anos 1970. Isso colocou em evidência que as apropriações históricas e simbólicas são elementos dinâmicos e que, apesar de referenciar eventos bem delimitados, possuem uma capacidade de adaptação vital para sua permanência. Assim, conforme apresentamos, o evento revolucionário de origem foi evocado e interpretado, ganhando novos contornos, mas, ainda assim, permanecendo como fonte de autenticidade e legitimidade.

⁶⁴⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

Vimos que as novas demandas, principalmente as de cunho neoliberal, puderam ser prontamente “enxertadas” nas tradicionais pautas revolucionárias. Do mesmo modo, quando necessário, foram estabelecidas com base na contínua recriação de símbolos e personagens, sempre atendendo aos projetos políticos e econômicos do presente. Logo, o passado mexicano não se constituiu como uma herança rigidamente dada. Caso contrário, seria demasiadamente difícil seu diálogo com o presente. O passado necessitou ser interpretado e construído no cotidiano. Nesse sentido, não existiu nenhuma memória que se esgotava em si. Elas estiveram em constante transformação de acordo com cada realidade estabelecida. Isso porque as práticas de rememoração, de natureza ritual ou simbólica, implicam automaticamente numa relação de continuidade com o passado que é, por sua vez, regulamentado politicamente por posições e demandas do presente.

Assim, nossa pesquisa buscou problematizar a ideia da ligação do PRI e de seus membros com elementos históricos nacionais na tentativa de compreender como esta filiação foi arquitetada. Priorizamos refletir acerca do processo através do qual o passado foi mobilizado e constituído como algo evidente e certo. Os símbolos apropriados nos discursos políticos são muitas vezes vistos como simples revestimentos “neutros”: “como instrumentos perfeitamente adequados à expressão de um conteúdo preexistente, da ‘verdadeira substância’ de relações sociais, que nem acrescentam e nem diminuem nada”⁶⁵⁰. Nossa análise das fontes revelou que cada elemento simbólico, articulado nas representações discursivas, foi previamente selecionado e manejado meticulosamente mediante objetivos próprios.

Buscamos analisar como uma temporalidade própria foi construída pelas práticas discursivas presidenciais, estabelecendo uma dimensão de continuidade ao postular filiação direta com os eventos, os personagens e as lutas ancestrais. Assim, nossa proposta residiu em mapear quais foram os caminhos eleitos pela retórica do Executivo para aproximar seus projetos e ações políticas à história, à memória e ao passado mexicano. Finalmente, é preciso reiterar que focamos nossos esforços em analisar os elementos que possibilitaram a edificação de tal leitura do passado. Optamos, então, por abordar a documentação de forma a problematizar os artifícios retóricos de filiação e, principalmente, refletir acerca de como estes artifícios conseguiram se instaurar. É

⁶⁵⁰ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 143.

possível concluir, portanto, que não se tratou apenas de anacronismo, mas de usos do passado com claros objetivos de ganhos políticos no presente.

ANEXOS



Anexo 01 – *Epopeya del pueblo mexicano ou Historia de México a través de los siglos.* 1935.



Anexo 02 – *Discurso de posse de Lázaro Cárdenas no Congresso mexicano, 30 de novembro de 1934.*



Anexo 03 – Lázaro Cárdenas recebendo de presente uma carabina 30-30 de um ex-combatente revolucionário.



Anexo 04 – Discurso cardenista que anunció a expropiación petrolera, em 1938.

BISULFURO DE CARBONO "DOW"
REESTILADO
E. S. SADA
TORREÓN, COAH.

El Siglo de Torreón

PERIODICO REGIONAL

BISULFURO DE CARBONO "DOW"
En lotes de 25, 50 y 100 libras.
Cuartel de la Laguna, S. A.
Ave. Hidalgo No. 1025. Torreón, Coah.

MEXICO, martes 18 de marzo de 1938. No. 5465. TORREÓN, COAH., SABADO 19 DE MARZO DE 1938. UNITED PRESS. Director y Director: ANTONIO DE JUAREZ. ASO XV—TOMO LVII—No. 5465

SE ACORDO LA EXPROPIACION DE LAS PROPIEDADES PETROLERAS

La Asarco Clausuró su Fundicion en Monterrey

INGLATERRA TRATA DE CONTENER LA CONTIENDA AEREA EN ESPANA

EL GRAL. GASCA EN G. PALACIO

EL ALGODON BAJO DOLAR Y MEDIO POR PACA

ACORDO APELAR AL VATICANO

60 CHOFERES PIDEN AMPARO

SE INVESTIGA EL ASESINATO DE A. POSADA

EL ACUERDO SE TOMO EN CONSEJO DE MINISTROS

RESPUESTA A AGRICULTORES

SE ACORDO LA EXPROPIACION DE LAS PROPIEDADES PETROLERAS

La Asarco Clausuró su Fundicion en Monterrey

INGLATERRA TRATA DE CONTENER LA CONTIENDA AEREA EN ESPANA

EL GRAL. GASCA EN G. PALACIO

EL ALGODON BAJO DOLAR Y MEDIO POR PACA

ACORDO APELAR AL VATICANO

60 CHOFERES PIDEN AMPARO

SE INVESTIGA EL ASESINATO DE A. POSADA

EL ACUERDO SE TOMO EN CONSEJO DE MINISTROS

RESPUESTA A AGRICULTORES

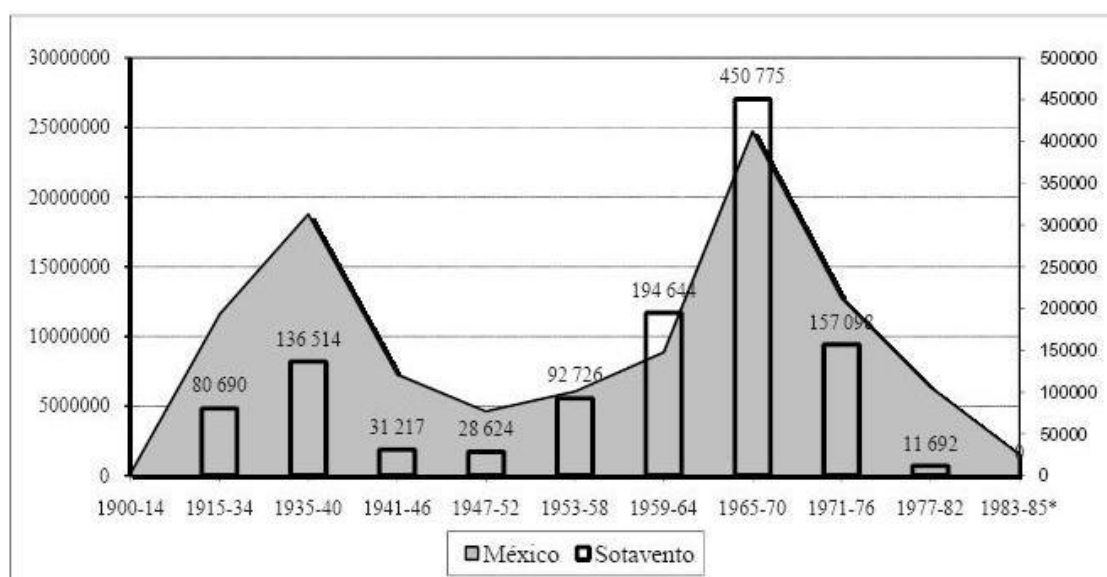
Anexo 05 – Manchete anunciando a expropiación petrolera, em 18 de março de 1938.



Anexo 05.1 – Manchete anunciando a expropriação petroleira, em 18 de março de 1938.



Anexo 06 – Encontro dos ex-presidentes mexicanos organizado por Ávila Camacho. Na ocasião, se reuniram no palanque: Adolfo de la Huerta (1920-1920); Plutarco Elías Calles (1924-1928); Emilio Portes Gil (1928-1930); Pascual Ortiz Rubio (1930-1932); Abelardo Rodríguez (1932-1934); e Lázaro Cárdenas (1934-1940).



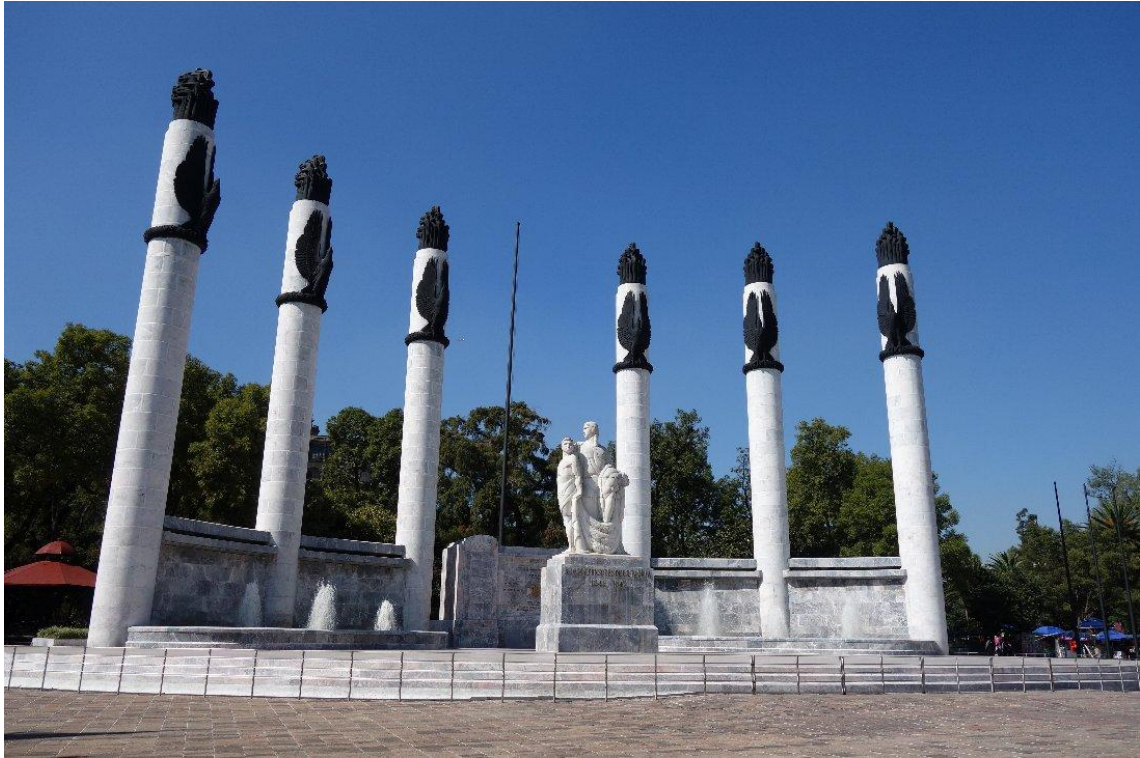
Anexo 07 – Distribuição de terras no México entre 1900 a 1985.



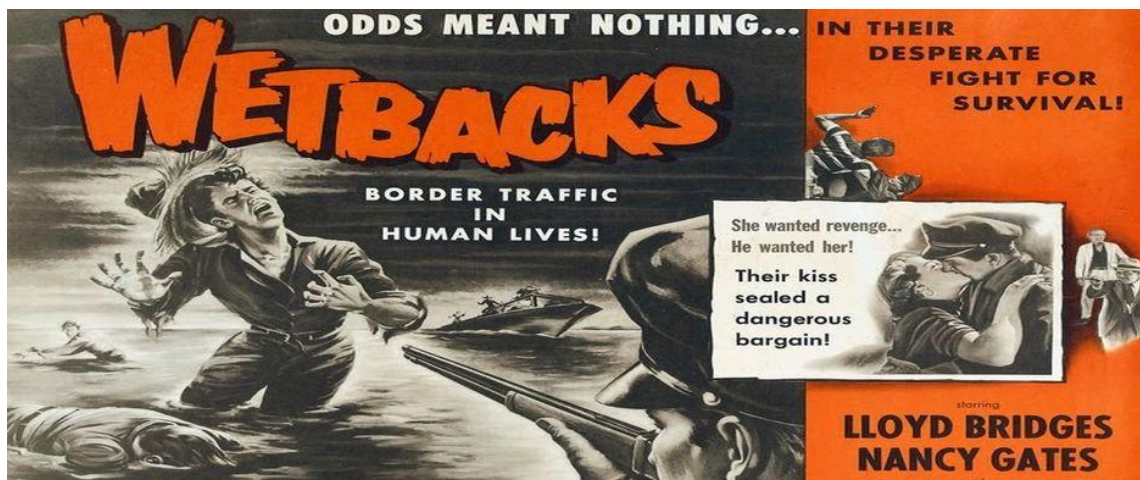
Anexo 08 – Truman prestando homenagem com uma coroa de flores aos Niños Heróes, em 1947.



Anexo 09 – Recepção e desfile em carro aberto de Alemán Valdés em Washington, D.C., 1947.



Anexo 10 – Altar a la Patria. Inaugurado em 27 de setembro de 1952.



Anexo 11 – Peça publicitária anunciando o filme Espalda Mojada, Wetback em inglês.



Anexo 12 – Homenagem do jornal “El Universal” - 3 de setembro de 1960.



Anexo 12.1 – Homenagem do jornal “El Universal” - 3 de setembro de 1960.



Anexo 13 – Logotipo da “Comisión Nacional de Libros y Textos Gratuitos”, 1959.



Anexo 14 – Manchete do “El Universal” destacando o retorno do Chamizal ao México



Anexo 14.1 – Selo comemorativo “El Chamizal” – Na imagem o cordial aperto de mãos entre os presidentes John Kennedy e López Mateos.



Anexo 14.2 – Moeda comemorativa “Recuperación del Chamizal” – Nas extremidades da moeda, os bustos de John Kennedy e López Mateos. Ao centro a imagem de Benito Juárez.



Anexo 15 – Manchete do jornal “Novedades” noticiando a polêmica afirmação do presidente López Mateos.



Anexo 16 – Gustavo Díaz Ordaz em reunião com petroleiros. Na imagem é possível perceber que a legenda foi trocada.



Anexo 17 – Manchete anunciando a chegada de dois novos macacos ao zoológico da Cidade do México. A legenda foi trocada com a imagem presidencial.



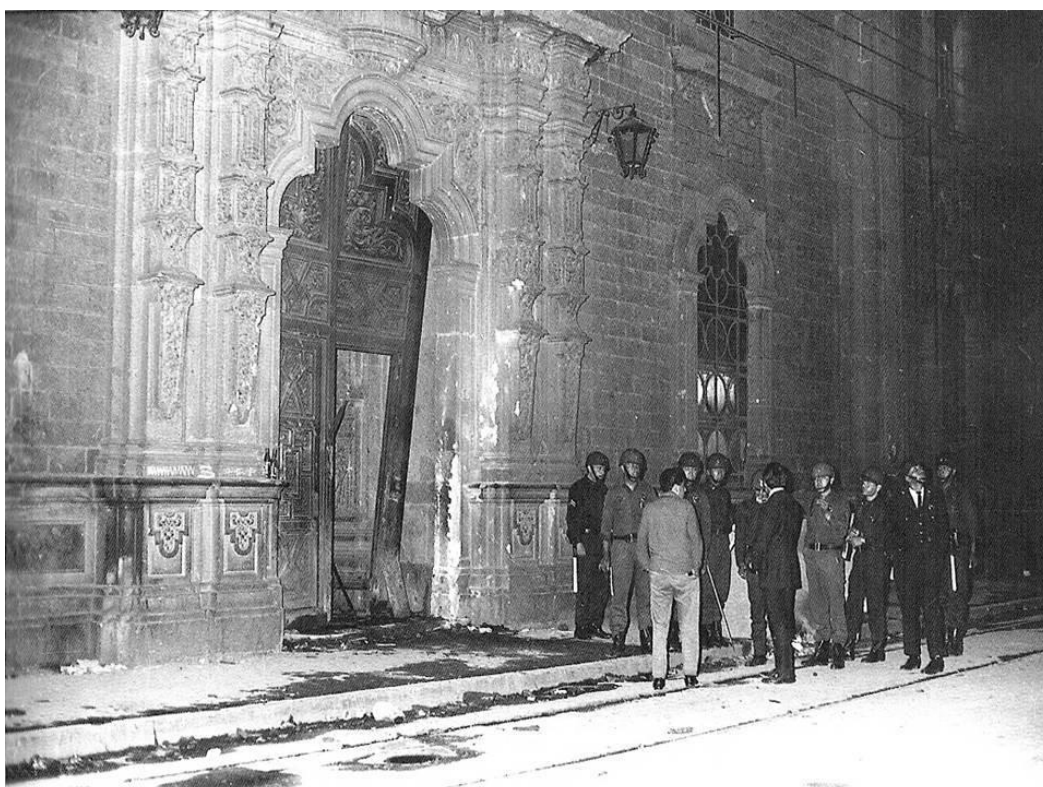
Anexo 18 – Manchete anunciando o fechamento do jornal Diario de México.



Anexo 19 – Capa da revista Caballero, 1965.



Anexo 18 – *Soldados preparam para invadir o Instituto Politécnico Nacional.*



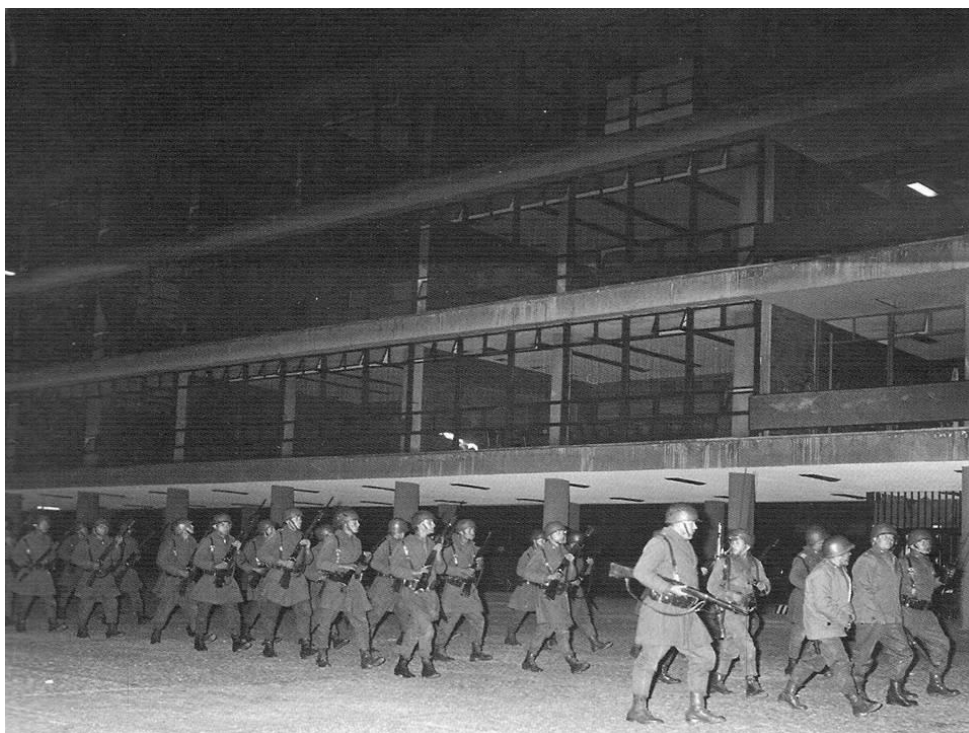
Anexo 18.1 – *Destroços da porta de entrada do Instituto Politécnico Nacional após ser atingida por um disparo de bazuca.*



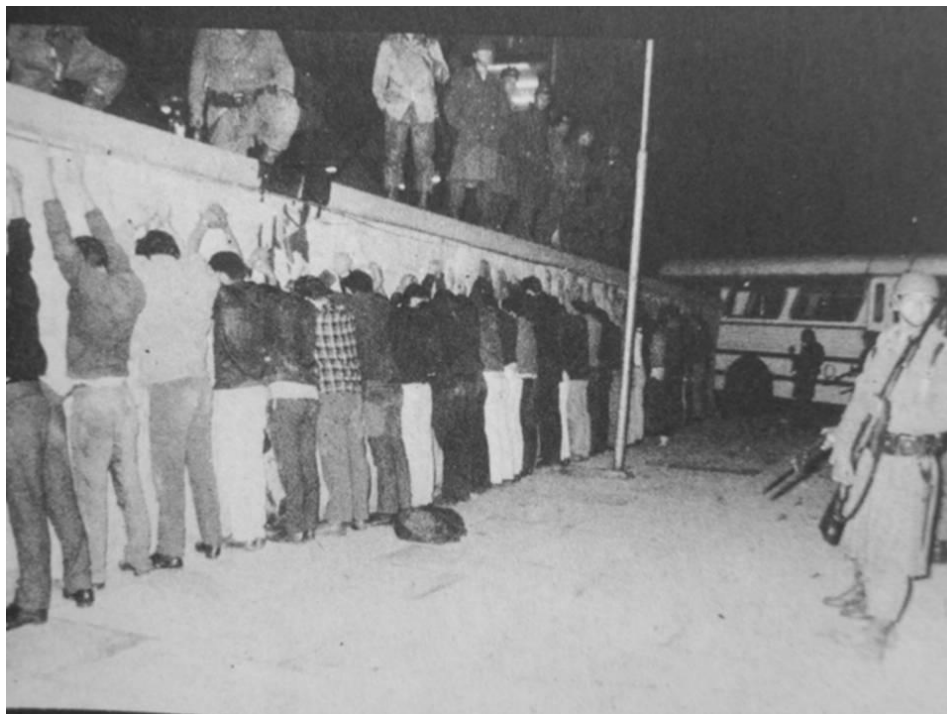
Anexo 21 – Reunião do Consejo Nacional de Huelga (CNH), em 1968.



Anexo 22 – Manchete noticiando os conflitos nas ruas da Cidade do México. O título enfatiza que o objetivo do movimento estudantil é frustrar os Jogos Olímpicos.



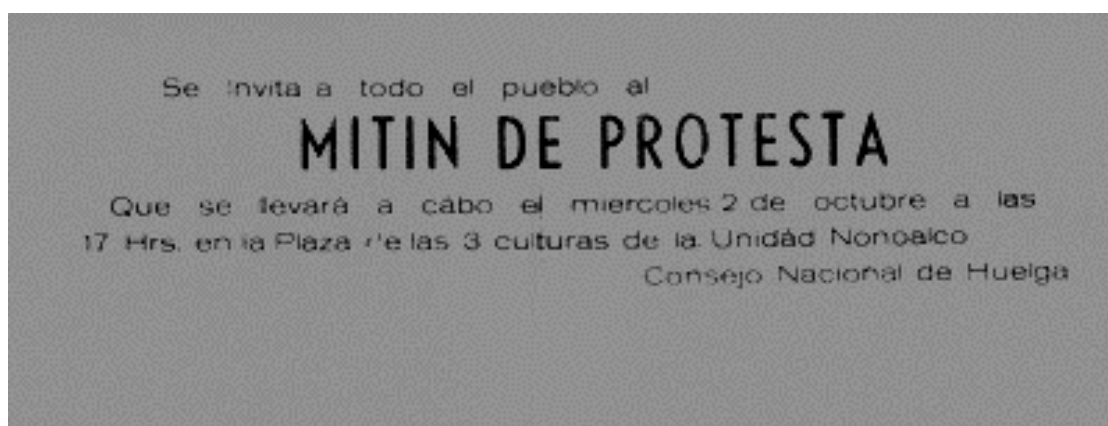
Anexo 23 – *Soldados do Exército invadem a Cidade Universitária da UNAM - 18 de setembro de 1968.*



Anexo 24 – *Soldados do Exército efetuando prisões de universitários, professores e funcionários da UNAM - 18 de setembro de 1968.*



Anexo 25 – Protesto exigindo o fim da repressão contra o movimento estudantil – Setembro de 1968.



Anexo 26 – Convite do CNH para a manifestação na Plaza de las Três Culturas ou Tlatelolco.



Anexo 27 – Soldados do Exército tomando posição na Plaza de Tlatelolco – 02 de outubro de 1968.



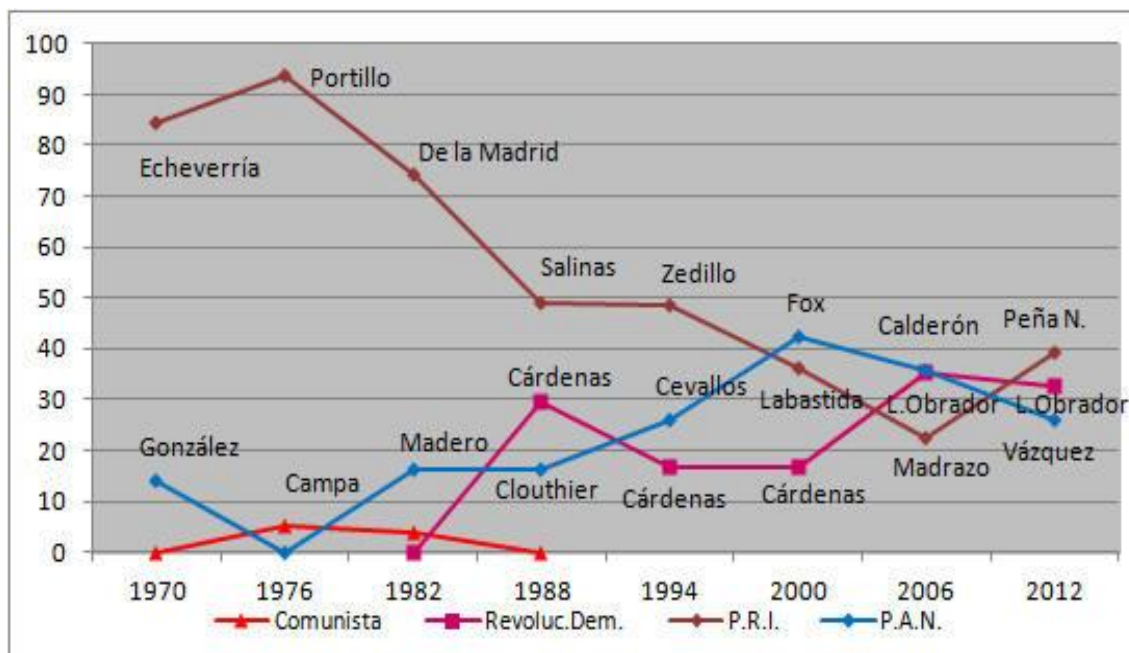
Anexo 28 – Tanques se posicionam ao redor da Plaza de Tlatelolco – 02 de outubro de 1968.



Anexo 29 – Presos pelo “Batalhão Olímpico” após ação armada na Plaza de Tlatelolco – 02 de outubro de 1968.



Anexo 29.1 – Presos pelo “Batalhão Olímpico” após ação armada na Plaza de Tlatelolco – 02 de outubro de 1968.



Anexo 30 – Percentual de votos nas eleições presidenciais entre os anos de 1970 e 2012.



Anexo 31 – Moeda comemorativa do “Año de Juárez”. Na parte frontal podemos ver Benito Juárez sentado em uma espécie de trono, já o verso da moeda conta com uma imagem do presidente Luis Echeverría.



Anexo 32 – *Banquete de boas vindas à rainha Elizabeth II, em 1975.*



Anexo 32.1 – *Rainha Elizabeth II, em 1975, após assistir um espetáculo de dança indígena. Ao lado o presidente Luis Echeverría.*



Anexo 33 – Ato público de apoio a exploração petroleira no México durante inauguração de uma refinaria, em 1982. Ao centro o presidente López Portillo de braço dados com importantes figuras sindicais do país.



Anexo 34 – Vencedoras de um concurso de beleza posam para foto em frente à aeronave presidencial. Na parte superior da imagem é possível ler a inscrição Quetzalcóatl II.



Anexo 34.1 – Aeronave presidencial batizada de Quetzalcóatl II aguardando para decolagem. Na parte superior da fuselagem é possível ver uma representação da “serpente de plumas”.



Anexo 35 – Programa de governo de Miguel de la Madrid - 1982



Anexo 36 – “Biografías para Niños”- Editado pelo Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México

THE TIMES

TUESDAY OCTOBER 20 1987

No 62,904

Dow Jones crashes 508 points: City wipes £50bn off shares

Wall Street's blackest hours

● Share prices on Wall Street plunged by nearly a quarter in one day, a far steeper drop than in the crash of 1929. Dow Jones fell 508.32 points

● In London, the FT-SE 100 share index fell 250 points, wiping £50 billion off share values. Tokyo followed the same pattern early today

● The dollar dropped sharply. Mr James Baker, US Treasury Secretary, went into urgent talks with the West German Finance Minister

● British Petroleum shares plunged 34p down at 316p. The Government's offer price is 330p, but the Treasury said the sale would go ahead

By Kenneth Fleet

President Reagan, after "watching with great concern" Wall Street's blackest day, sought last night to reassure apprehensive and frightened Americans that "the underlying economy remained sound".

His words were echoed by other senior figures in Washington and New York who insisted that the situation is dramatically different from 1929.

President Reagan's famous remark in his first inaugural address that "the only thing we have to fear is fear itself" was widely quoted as the Dow Jones Industrial Average plunged 508.32 points to 1,738.41, a decline of 22.6 per cent.

This drop made October 19, 1987, Wall Street's worst day, exceeding the 13.2 per cent fall on October 29, 1929.

The pace of fall increased toward the close of business as computer investment programmes gave out their "sell signal", and panic spread throughout the investment community.

In Tokyo early today, share prices opened sharply lower as a flood of sell orders gripped the market. The 225-share Nikkei average lost 159.9 points in the first 15 minutes, moving to 25,386.67.

Heavy clouds hang over the world's financial system, threatening a flood of business failures and bankruptcies unless the fall is reversed. Mr John Phelan, chairman of the

response to Labour's return to office the index dropped 7.4 cent.

The gilt-edged market was also in retreat but as in the equity market, there was more emotion than panic.

There were fears for the huge British Petroleum share issue today. Although it is underwritten and the Government is assured of its money, it is unlikely to attract popular support in a devastated market. The shares were 34p down at 316p, the new shares are priced at 330p.

The market has two basic fears. First, that Wall Street and the New York bond market will continue to fall, evoking fears of another 1929 crash; second, that interest rates will be forced up and slow the rate of economic growth.

In the last three working days last week the Dow Jones Industrial Average dropped by 260 points (10 per cent). When

2,772.42. Because of the virtual absence of trading in London on Friday in the wake of the storm that struck southern England, the adjustment in London prices was more concentrated than it would otherwise have been.

In the foreign exchange markets the dollar wilted before the West German mark, while the pound remained firm but largely on the sidelines.

At the weekend the German seemed determined to raise their interest rates. This provoked a panicked reaction from Mr James Baker, the US Secretary of the Treasury, who declared that this was "not in keeping with the spirit of what we agreed in Washington three weeks ago".

The West German Finance Minister, Herr Gerhard Stoltenberg, seemed yesterday to step back from the brink: "I assume", he said, "that monetary co-operation with the US will continue". Mr Baker has

Mr Thatcher speaking in Dallas, Texas, where she is on a private family visit, sounded confident when questioned about the debate on the world's stock markets. Referring to "the notoriously volatile" markets, she said, "the underlying Western economies are strong and the growth prospects are good and that is what matters".

decided to visit Europe to bolster the Louvre accord, and last night paid a surprise visit to the Germans.

Although there is no immediate threat of higher bank

Yuppies aghast at end of boom

From Charles Bremner
New York

Crowds of dazed young brokers milled around Wall Street yesterday evening trying to come to terms with the unthinkable — the morning Equities, the years of easy prosperity, could be over.

As Mr John Phelan, chairman of the Stock Exchange, sat in the ornate boardroom putting a brave face on the day's massacre, tireless young operators stood in the street and agreed: "Maybe this is the big melt-down."

"I've lost my shirt today as well as the money of a lot of other guys," said one stereotype of the Yuppies who swarmed to the financial world to reap the benefits of the Reagan boom.

"We knew this was coming one day," said another, equipped with the red necktie and horn-rimmed glasses that are the badge of office for the generation who came straight from college and have never seen a bear market.

A few streets away, in Harry's Bar, crowds of young brokers twiddled their beer from the bottle, their hands trembling from the day's havoc but still cracking nervous jokes. "Maybe we should call it Fall Street," said one, glancing at The New York Times with its banner headline "Wall Street goes mad".

Tomorrow's another day. Perhaps we'll see it go up another three hundred points when it opens tomorrow," one hopeful operator said. John about lapsing from window-dounded but there was a

Market makers at Barclays Bank huddle together as share prices continue to plummet

BP shares below offer price

"All the News That's Fit to Print"

VOL. CXXXVII. No. 47,288

The New York Times

NEW YORK, TUESDAY, OCTOBER 20, 1987

36 CENTS

STOCKS PLUNGE 508 POINTS, A DROP OF 22.6%; 604 MILLION VOLUME NEARLY DOUBLES RECORD

U.S. Ships Shell Iran Installation In Gulf Reprisal

Offshore Target Termed a Base for Gunboats

By STEVEN V. ROBERTS
Special to The New York Times

WASHINGTON, Oct. 18 — United States naval forces at sea in the Persian Gulf today launched a missile attack on an Iranian offshore oil platform, which the United States said was being used as a base for gunboats.

A Huge Blow to the Five-Year Bull Market

The Dow Jones Industrial Average, which has been climbing up since August 1982, began a dramatic decline today, continuing through yesterday when it closed at 1,738.41. Down: Weekly close of the Dow.

The Dow Jones Industrial Average fell 508.32 points, or 22.6 percent, to 1,738.41. The New York Stock Exchange volume was 604 million shares, nearly double the record of 300 million set in 1929.

WORLDWIDE IMPACT

Frenzied Trading Raises Fears of Recession — Tape 2 Hours Late

By LAWRENCE J. SHARMA
Special to The New York Times

Stock market prices plunged in a tumultuous wave of selling yesterday, giving Wall Street its worst day in 60 years and raising fears of a recession. The Dow Jones Industrial Average, considered a barometer of the nation's health, plummeted a record 508

Anexo 37 – Jornais estadunidenses anunciam a Black Monday Crash – outubro de 1987.

HOY DOMINGO 2
DE ENERO DE 1994

NO AIDS VIOLENTOS

Difficult and on the whole, the few members of society who remain unshaken are the few who, like Calverley, are themselves at least in some way affected by the moral crisis of the contemporary global world of violence and chaos. The moral crisis is, accordingly, something of a self-inflicted wound of our own making, a pain, especially in the present, that should be acknowledged and accepted.

Con tres notas diplomáticas entra en vigor el TLC norteamericano

☐ Informes preparados en el futuro, marzo de 1997, para la implementación ☐ 10% de importaciones estadísticas que los libros de comercio ☐ La industria mexicana está en competencia en uno de los sectores importantes de los centros de

■ Carlos Montemayor ■

La subterfugea militaria era el Muro de Berlín: un guiso tan caro como los boches de la Wehrmacht, pero con terribles consecuencias. No podía trasladarse sin que los aliados lo vieran, y así, los soviéticos, los americanos y los británicos se repartieron el mundo. Pero el Muro de Berlín, como el Muro de la Muerte, no era un muro de guerra, sino de guerra social, política y económica. Y

■ Public Culture ■

La mattina del 22 settembre, con poco più di mezzogiorno, l'elicottero di linea della polizia elicottrica è decollato e si è diretto verso il mare, in direzione di Capri. Dopo un volo di circa 15 minuti, l'elicottero si è schiantato contro la roccia, a circa 100 metri dalla costa. L'elicottero era in volo a bassa quota, a circa 10 metri di altezza, e si era diretto verso la costa. L'elicottero era in volo a bassa quota, a circa 10 metri di altezza, e si era diretto verso la costa.

Part 2: Q&A

■ Los obispos de Tuxtla y Tapachula, dispuestos a mediar

[illegible]

Rosa Rojas, Matilde Pérez, David Aguero e Jonnal Romero, estudiantes. ☐ En San Cristóbal incendiaron la comandancia de la PJ estatal. ☐ 2 policías muertos en Ocosingo, 5 en Las Margaritas. Altamirano, la otra localidad retenida. ☐ Son más de mil, muchos uniformados, según algunos. ☐ Fomenta una "declaración de guerra al Ejército Mexicano". ☐ Rosa no es la familia que pega y huece, sino pega y avanza. "comandante Marcos". ☐ La demanda sexual, aunque válida, no puede usarse como pretexto para violentar el orden: comandados de la SG. ☐ Nueve recorriendo a las armas como pueden resolverse los grandes problemas del pueblo. Cárdenas. ☐ Llama Fernández de Cevallos a una rápida sublevación, en medio la pérdida de votos. ☐ Acusa al gobierno local a "sacristanes y diáconos de la Trilogía de la Liberación" de "facilitar a estos grupos el sistema de radar de la diócesis de San Cristóbal". ☐ Varios de arbores y heliconias, una sexual militar hasta ahora.



Anexo 39 – *Jornal mexicano “La Afición” noticia a morte de Luis Donaldo Colosio – Março de 1994.*



Anexo 39.1 – Jornal mexicano “El Diário” noticia a morte de Luis Donaldo Colosio – Março de 1994.

La Jornada

DIRECCIÓN GENERAL: CARLOS PEREZ VILLALBA • DERECHOS DE AUTOR: 1994 • DISTRIBUCIÓN: 1994

■ El Ejército no viola derechos humanos: Sedena

Pronto, respuesta al diálogo: EZLN

■ "Nosotros sí hemos respetado la tregua"

Miguel Ángel Acosta, asesorado, y Elías Amador, secretario general, del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), se reunieron con representantes del Ejército Mexicano en la zona de guerra de Chiapas, en un intento por negociar la tregua. Los dos líderes del EZLN, Amador y Acosta, se reunieron con representantes del Ejército Mexicano en la zona de guerra de Chiapas, en un intento por negociar la tregua. Los dos líderes del EZLN, Amador y Acosta, se reunieron con representantes del Ejército Mexicano en la zona de guerra de Chiapas, en un intento por negociar la tregua.

■ Obligación moral, desobedecer decisiones que ordenan genocidios: obispo de Tapachula

□ Las acusaciones se basan en "simples rumores y actitud amarillista", dice la Defensa □ Debe Salinas informar sobre supuestos "crímenes de guerra" que se pudieran haber cometido □ Cárdenas □ Llama la CNDH a los rebeldes a liberar sin dilación a sus rehenes □ No ha fracasado el Promasol, "la violencia exige más solidaridad" □ Rojas □ Versiones de inminente renuncia de Setzer; diputados de oposición se la pudieron

HOY DOMINGO 16 DE ENERO DE 1994

Retira Cencos la denuncia; la PGIDF quería interrogar a los empleados

□ Los señores al Canal 6 de Jalisco problema político "que los señores Andes buscan convertirse en una institución" □ Arriaga, Rojas □ La producción ha sido objeto de los ataques desde su lanzamiento, afirma la dirección

Página 11

Termina la huelga en Nestlé: 5% directo y 6.57 por productividad

Página 11

30 universidades emplazadas a huelga por aumento salarial

Página 11

Escritores sobre Chiapas

- Elena Poniatowska ■ 11
- Néstor de la Cruz ■ 9
- Miguel Cervera Olivera ■ 10
- Antonio Carrascosa ■ 7
- Efraim Hernández ■ 11

■ Arturo Watanabe ■

Chiapas hoy

Con enorme frecuencia se percibe una relación simplista de causa-efecto entre pobreza, rebelión y violencia. Frente a los graves y crecientes acontecimientos en una zona de Chiapas en este año de 1994 se evalúan y se plantean como explicación, se repite y se extiende la versión de que el levantamiento armado es consecuencia y expresión espontánea de la pobreza que priva en la región. Esta explicación, más que aclarar, confunde, y contribuye a posiciones que nos convierten en cómplices por la

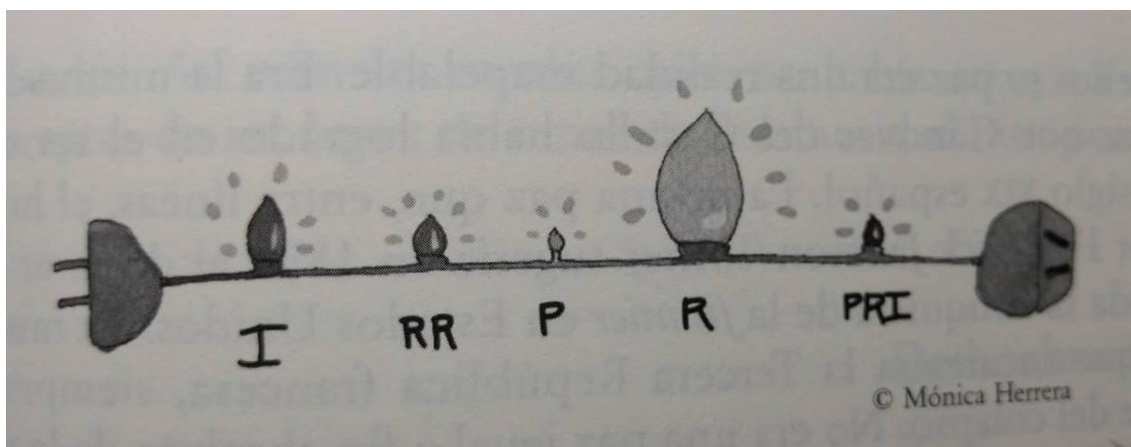
■ 12



Rebelión de la Selva Lacandona, nuestros aliados emboscados en combate con los rebeldes ■ Foto: Raúl Ortega

N\$ 2.00

Anexo 40 – Soldados do EZLN com armas e pasamontañas na região de Chiapas – Janeiro de 1994.



Anexo 41 – Metáfora do historiador Mauricio Tenorio Trillo que utiliza como metáfora um sistema de luzes ligadas em séries. Tenorio Trillo nos apresenta cinco períodos históricos da nação (Independência, República Restaurada, porfiriato, Revolução Mexicana e a fundação do PRI) como lâmpadas próximas entre si, possuindo seu brilho condicionado a questões específicas do presente. Assim, percebemos que a Revolução emanaria mais luz que os demais fatos históricos, estabelecendo-se como um poderoso evento de origem.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

A. Documentais:

INFORMES PRESIDENCIALES LÁZARO CÁRDENAS DEL RÍO. Servicio de Investigación y Análisis - Dirección Referencia Especializada Subdirección. México, 2006.

INFORMES PRESIDENCIALES MANUEL ÁVILA CAMACHO. Servicio de Investigación y Análisis - Dirección Referencia Especializada Subdirección. México, 2006.

INFORMES PRESIDENCIALES MIGUEL ALEMÁN VALDÉS. Servicio de Investigación y Análisis - Dirección Referencia Especializada Subdirección. México, 2006.

INFORMES PRESIDENCIALES ADOLFO RUIZ CORTINES. Servicio de Investigación y Análisis - Dirección Referencia Especializada Subdirección. México, 2006.

INFORMES PRESIDENCIALES ADOLFO LOPEZ MATEOS. Servicio de Investigación y Análisis - Dirección Referencia Especializada Subdirección. México, 2006.

INFORMES PRESIDENCIALES GUSTAVO DÍAZ ORDAZ. Servicio de Investigación y Análisis - Dirección Referencia Especializada Subdirección. México, 2006.

INFORMES PRESIDENCIALES LUIS ECHEVERRÍA ALVAREZ. Servicio de Investigación y Análisis - Dirección Referencia Especializada Subdirección. México, 2006.

INFORMES PRESIDENCIALES JOSÉ LÓPEZ PORTILLO. Servicio de Investigación y Análisis - Dirección Referencia Especializada Subdirección. México, 2006.

INFORMES PRESIDENCIALES MIGUEL DE LA MADRID HURTADO. Servicio de Investigación y Análisis - Dirección Referencia Especializada Subdirección. México, 2006.

INFORMES PRESIDENCIALES CARLOS SALINAS DE GORTARI. Servicio de Investigación y Análisis - Dirección Referencia Especializada Subdirección. México, 2006.

DOCUMENTOS BÁSICOS DEL PRI. Disponible em:
<http://pri.org.mx/JuntosHacemosMas/Documentos/DocumentosBasicosDelPRI.pdf>

DECLARACIÓN DE PRINCIPIOS – PRI. Disponible em:
<http://pri.org.mx/JuntosHacemosMas/Documentos/DeclaracionDePrincipios2013.pdf>

PROGRAMA DE ACCIÓN – PRI. Disponible em:
<http://pri.org.mx/JuntosHacemosMas/Documentos/ProgramadeAccion2013.pdf>

ESTATUTOS DEL PARTIDO REVOLUCIONARIO INSTITUCIONAL. Disponible em:
<http://pri.org.mx/JuntosHacemosMas/Documentos/Estatutos2014.pdf>

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DEL PRI. Disponible em:
<http://www.pri.org.mx/estadetulado/NuestroPartido/Historia/DocumentosHistoricos>

B. Bibliográficas:

ACHARD, Pierre. [et al.] *Papel da memória.* Tradução e introdução: José Horta Nunes. 2º Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ADES, Dawn. *Arte na América Latina: A Era Moderna 1820-1980*, São Paulo, Cosac & Naify Edições, 1997.

AGUILAR VILLANUEVA, Luis F. El presidencialismo y el sistema político mexicano: Del presidencialismo a la presidencia democrática. IN.: HERNÁNDEZ CHAVEZ, A. (Coord.) *Presidencialismo y sistema político.* México y los Estados Unidos. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.

AGUILAR, Camín; MEYER, Lorenzo. *À sombra da revolução mexicana – História mexicana contemporânea, 1910 -1989.* São Paulo: Edusp, 2000.

ALBANO, Sebastião Guilherme. *A imaginação revolucionária*. Política, literatura e cinema no México. São Paulo: Annablume, 2011.

ALBERTO, Rosa; GONZÁLES, Maria Fernanda (orgs.). *Ensino de história e memória coletiva*. Tradução: Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval de. A dimensão retórica da historiografia. In: *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

AYALA ANGUIANO, Armando. *La epopeya de México II*. De Juárez al PRI. México: FCE, 2005.

AZIZ NASSIF, Alberto. *Fin de la presidencia hegemónica y el congreso subalterno*. Diálogo y debate de cultura política, México, núm. 2, julio-septiembre de 1997, pp. 138 e 139.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de Souza. *A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas*. In: *História*, nº20. São Paulo, 2001, p.163-198.

BARBOSA, Fernanda Bastos. *De herói a tirano: as interpretações do porfiriato entre os anos de 1902 e 1920*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

BEIRED, José Luís Bendicho. Revolução e Cultura Política na América Latina. In: DAYRELL, Eliane Garcindo & IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). *América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996 (Col. “América: raízes e trajetórias”, 4), p. 437-444.

BÉJAR NAVARRO, Raúl & MOCTEZUMA, David, *Relativización y desgaste del presidencialismo mexicano*. México, D.F. UNAM, 1987.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO *et alli*. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 29-46.

BRADING, David. *Los Orígenes del nacionalismo mexicano*. México: Era, 1985.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

_____. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

CANCLINI, Néstor García. *El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional*. In: ENRIQUE, Florescano (org.). *El patrimonio nacional de México*. Volume I. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1997.

CANSINO, César & ALARCÓN OLGUÍN, Victor. *América Latina ¿Renacimiento o decadencia?* San Jose, Costa Rica: Ed. FLACSO, 1994.

_____. *La relación gobierno-partido em un régimen semicompetitivo*. El caso de México. *Revista mexicana de ciencias políticas y sociales*, México, núm. 151, enero-marzo de 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Modernismo Latino-Americano e construção de identidades através da pintura*. *Rev. hist.* [online]. 2005, n.153, pp. 251-282.

_____. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, 2001.

CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: Hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. UNAM, México D.F., 2002.

CÁRDENAS GRACIA, Jaime. *La disputa por el petróleo en México*. Breve historia de los hidrocarburos en defensa del petróleo. México, D.F.: Instituto de Investigaciones Jurídicas de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2009.

CARPIZO, Jorge. *El presidencialismo mexicano*. México, Siglo XXI, 1983.

CARRETERO, Mario; ALBERTO, Rosa; GONZÁLES, Maria Fernanda (orgs.). *Ensino de história e memória coletiva*. Tradução: Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

_____ *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CASSIRER, Ernst. *O mito do estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CASTAÑEDA, Jorge G. *La herencia. Arqueología de la sucesión presidencial*. Ediciones Alfaguara, México, 1999.

CASTELANI, Gláucia Rodrigues. *Murais mexicanos: a arte para o povo*. Klepsidra: Revista virtual de historia, Nº. 6, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Pedro. *Álvaro Obregón Fuego y cenizas de la Revolución Mexicana*. México, D.F. Ediciones Era, 2009.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

_____ Ritualizações da História. In: TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal, Sécs. XIX – XX*. Lisboa: Editora Círculo, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CÓRDOVA, Arnaldo. *La formación del poder político en México*. México, D. F.: Ediciones Era, 1974.

_____ *La ideología de la revolución mexicana: la formación del nuevo régimen*. México, D. F.: Ediciones Era, 1973.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A revolução mexicana (1910-1917)*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1983.

COSÍO VILLEGAS, Daniel. *El sistema político mexicano*. Las posibilidades de cambio. 13ª Edición, México. Cuadernos de Joaquín Motriz, 1982.

CRESPO, José Antonio. *¿Tiene futuro el PRI?* Entre la supervivencia democrática y la desintegración total. México, D.F. Grijalbo, 1998.

PRI: De la hegemonía revolucionaria a la dominación democrática. Política y gobierno, México, enero-junio de 1994.

CRISTALES ANCONA, Pamela. *México hacia una nueva Ingeniería Constitucional ¿es el Semipresidencialismo una alternativa?*. Tesis Licenciatura. Relaciones Internacionales. Departamento de Relaciones Internacionales e Historia, Escuela de Ciencias Sociales, Universidad de las Américas Puebla. Mayo, 2005.

DAVALLON, Jean. *A imagem, uma arte de memória?* In: ACHARD, Pierre. [et al.] *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 2ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

DELGADO DE CANTÚ, Glória M. *História de México – Vol. II*. México, D. F.: Pearson Educación, 2003.

DIAS, André Bonsanto. *O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

DORELLA, Priscilla Ribeiro. *Octavio Paz: Estratégias de reconhecimento, polêmicas políticas e debates midiáticos no México*. São Paulo: Alameda Editorial, 2014.

DOSSE, François. *A história a prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.

DUVERGER, Maurice, *Instituciones políticas y derecho constitucional*. 2a. reimp., México, Editorial Ariel, 1992.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *Patria mestiza: a invenção do passado nacional mexicano (XVIII e XIX)*. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

FERNÁNDEZ, Iñigo. *Historia de Mexico: La Revolución Mexicana/Consolidación Del Estado Revolucionario/La transición política siglos XIX-XX*. México, D.F.: Panorama Editorial, 2008.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a. (V. 3). p. 301-342.

FONSECA, A. A. *A imaginação no poder: o teatro da política na encenação da legitimidade*. Contracampo (UFF), v. 16, 2007, p. 167-182.

FORCADELL, Carlos Álvarez; CARRERAS, Juan José Ares. *Usos públicos de la Historia*. Madrid: Marcial Pons, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso* aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FUENTES, Carlos. *Nuevo tiempo mexicano*. México, D.F: Aguilar, 1994.

FUSER, Igor. *México em transe*. São Paulo: Escrita, 1995.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *Belas mentiras? A ideologia nos estudos sobre o livro didático*. IN: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1997.

GARRIDO, Luis Javier. *El Partido de la Revolución Institucionalizada*. México D.F.: Siglo XXI, 1987.

GILLY, Adolfo. *El cardenismo: Una utopía mexicana*. México, D.F.: Ediciones ERA, 2001.

GOMES, Warley Alves. *Mariano Azuela e a Revolução Mexicana: narrativas entre o desencanto e a esperança*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH, Programa de Pós-graduação em História. Belo Horizonte, 2013.

GREGOLIN, Maria do rosário; BARONAS, Roberto (orgs.). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, SP: Claraluz, 2011.

HALE, Charles. *Los mitos políticos de la nación mexicana: el liberalismo y la revolución*. Historia Mexicana. Vol. 46, No. 4, Apr.-Jun., 1997. pp. 821-837.

HALLIDAY, Tereza Lúcia. *Atos de retórica*. Mensagens estratégicas de políticos e igrejas. São Paulo, SP: SUMMUS, 1987.

HARTOG, François e REVEL, Jacques (org.). *Les usages politiques du passé*. Paris, EHESS, 2001.

HENRIQUES, Antônio. *Argumentação e discurso jurídico*. São Paulo: Atlas, 2008.

HERZOG, Jesús Silva. *Breve historia de la Revolución Mexicana*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1960.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ e RANGER, Terence (Orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, Samuel, *El orden político en las sociedades en cambio*. Barcelona. Ediciones Paidós, 1996.

IÑIGUEZ, Lupicinio (org.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

JELIN, Elizabeth; LORENZ, Federico Guillermo. *Educación y memoria. La escuela elabora el pasado*. Madrid: Siglo XXI, 2004.

KETTENMANN, Andrea. *Rivera: 1886 – 1957 Um Espírito Revolucionário na Arte Moderna*. Lisboa: Paisagem, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

KRAUZE, Enrique. *Biografía del poder*. Caudillos de la revolución mexicana (1910-1940). México, D.F. Tusquets Editorial, 2009.

_____. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

_____. *Os Redentores: Ideia e Poder na América Latina*. Editora Benvirá, 2011.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília (Orgs.) et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LAINÉ, Cecilia Greaves. *Política educativa y libros de texto gratuitos. Uma polémica entorno al control por la educación*. Revista Mexicana de Investigación Educativa, vol. 6, núm. 12, mayo-agost, 2001. Consejo Mexicano de Investigación Educativa, A.C. Distrito Federal, México.

LE BOT, Yvon. *El sueño zapatista*. Milão: Ed. Mondadori, 1997

LIRA-HERNÁNDEZ, Alberto. *El corrido mexicano: un fenómeno histórico-social y literario*. Contribuciones desde Coatepec, núm. 24, enero-junio, 2013, pp. 29-43. Universidad Autónoma del Estado de México. Toluca, México.

LITVAK, Jaime; LÓPEZ VARELA, Sandra. *El patrimonio arqueológico: conceptos y usos*. In: ENRIQUE, Florescano (org.). *El patrimonio nacional de México*. Volume II. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1997.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Educação comparada*. Brasília-DF: Inep/MEC 2004.

LOYO, Martha B. *El Partido Revolucionario Anti Comunista en las Elecciones de 1940*. Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México. México, UNAM, Instituto de Investigaciones Históricas, Vol. 23, enero-junio de 2002, p. 145-178.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião estudantil 1968 – México, França e Brasil*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

MATAMOROS PONCE, Fernando. *Memoria y utopía en México: imaginarios en la genesis del neozapatismo*. Buenos Aires: Herramienta, 2009.

MELO, Deywid Wagner de. *Análise retórica do gênero discursivo oral a defesa pública*. Macéio: EDUFAL, 2009.

MENDONÇA, Kátia Marly Leite. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002.

MENDOZA BERRUETO, Eliseo. *El presidencialismo mexicano*. Génesis de un sistema imperfecto. México: FCE y Colegio de la Frontera Norte, 1996.

MENDOZA GARCÍA, Jorge. *La tortura en el marco de la guerra sucia en México: un ejercicio de memoria colectiva*. Polis: Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial, vol. 7, núm. 2, 2011, pp. 139-179 Universidad Autónoma Metropolitana Unida.

MENDOZA, Vicente T. *El corrido mexicano*. México, D.F.: FCE, 1964

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. SP, nº 34, p. 9-24, 1992.

MEYER, Lorenzo. *El presidencialismo*. Del populismo al neoliberalismo, Revista mexicana de sociología 93/2, México, abril-junio de 1993.

_____ *El mito del PRI*. In: FLORESCANO, Enrique (Org.). *Mitos mexicanos*. México D.F.: Taurus, 2001.

_____ *La crisis del presidencialismo mexicano. Recuperación espectacular y recaída estructural, 1982-1996*. México, Foro Internacional, núms. 143 y 144, enero- junio de 1996.

_____ *La etapa formativa del Estado mexicano contemporáneo (1928-1940)*. Foro Internacional. México, abril-junio de 1977.

_____ *La Revolución Mexicana y sus elecciones presidenciales, 1911-1940*. IN: CASANOVA, Pablo González (coord.). *Las elecciones en México: evolución y prespectivas*, México D.F., Siglo XXI, 1985.

_____ *Liberalismo autoritario. Las contradicciones del sistema político mexicano*. México, D.F. Editorial Océano, 1995, p. 217.

_____ *México y los Estados Unidos en el conflicto petrolero 1917-1942*. México, D.F. El Colegio de México, 1981.

MICHAELS, Albert L. *Las elecciones de 1940*. Disponible en: http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/7GJMDT17KB6NEG MXHDDEIPUVEU34GU.pdf

MIGALLÓN, Fernando Serrano. *Facultades metaconstitucionales del Poder Ejecutivo en México*. México, D.F. UNAM, 2006.

MIGUEL, Luiz Felipe. *Em torno do conceito de mito político*. Revista Dados vol. 41 n° 3: Rio de Janeiro, pp 1-18, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F. Editorial Diana, 1986.

_____ *El final de Salinas*. México, D.F.: Editorial Diana, 1993.

_____ *Radiografía de un gobierno: éxitos y fracasos Del sexenio 1976-1982*. México, D.F.: Diana, 1981.

PAZ, Octavio. *El ogro filantrópico*. Barcelona: Editorial Seix Barral, 1983.

_____ *El peregrino en su patria*. Historia y política de México. Obras completas, tomo 8, 2a. reimp., México, Fondo de Cultura Económica, 1996.

_____ *Labirinto da Solidão*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PEÑA, Luis Medina. *Hacia el nuevo Estado México, 1920-1993*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.

PONIATOWSKA, Elena. *La noche de Tlatelolco - Testimonios de historia oral*. México, D.F. Ediciones ERA, 1971.

PRADO, Maria Lúcia. *O populismo na América Latina (Argentina e México)*. 4º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RESZLER, André. *A Estética Anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

REVELES VÁSQUEZ, Francisco. (Org). *Partido Revolucionario Institucional: crisis y refundación*. Ediciones Gernika: México, D.F. 2003.

REYNA, José Luis. *El Partido Revolucionario Institucional/PRI*. México, D.F.: Nostra Ediciones, 2009.

RIBERTI, Larissa Jacheta. *Tlatelolco em 1968: a construção da memória do movimento estudantil e da luta pela democratização no México contemporâneo*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

ROMERO, Jorge Javier. *La construcción institucional del presidencialismo*. Memorias del Congreso Nacional de Ciencia Política, México, UAM-IFE-CNCP y AP. 1996.

ROSANVALLON. Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

ROSAS, Alejandro. *Mitos de la historia mexicana*. De Hidalgo a Zedillo. México D.F, Planeta, 2006.

RUBIO, Luis. Frente al cambio político. In: KAUFMAN PURCELL, Susan & RUBIO, Luis (coords.). *México frente al umbral del nuevo siglo*. Entre la crisis y el cambio, México, CIDAC-M. A. Porrúa, 1999.

SÁNCHEZ-LÓPEZ, Indira. *Representaciones y expresiones de lo mexicano en los muralistas de la primera generación* - Contribuciones desde Coatepec. Universidad Autónoma del Estado de México Toluca, México. núm. 24, enero-junio, 2013, p. 67-83.

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTORI, Giovanni. *Partidos y sistemas de partidos*. 2a. ed., Madrid, Alianza Editorial, 1992.

SCHERER, Julio & MONSIVÁIS, Carlos. *Parte de Guerra: Documentos del General Marcelino García Barragán Los Hechos y la Historia*. México. D.F.: Ed. Nuevo Siglo, 1999.

SEGOVIA, Rafael. *La politización del niño mexicano*. México, D. F.: El Colegio de México, 1975.

SEMO, Ilán. *El cardenismo revisado: la tercera vía y otras utopías inciertas*. Revista Mexicana de Sociología 93/2, México, abril/junho de 1993, pp. 197-198.

SERVÍN, Elisa (org). *Del nacionalismo al neoliberalismo, 1940-1994*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.

SILVA, Glaydson José da. *História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

SILVA, H. R. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História, vol. 22, nº 44. 2002. pp. 425-438.

STREICH, Ricardo Neves. *Interpretações da Revolução Mexicana: as leituras de José Carlos Mariátegui, Tristán Marof e Oscar Tenório*. Dissertação de mestrado, orientadora Maria Lígia do Coelho Prado. São Paulo, 2015.

TAIBO II, P. I. *Pancho Villa: una biografía narrativa*. México D. F.: Planeta, 2006.

TENORIO TRILLO, Mauricio. *Historia y celebración. América y sus centenários*. Barcelona: Tusquets Editores, 2010.

TILLY, Charles & TARROW, Sidney. *Contentious politics*. Boudler, Colorado: Paradigm Publisher, 2007.

TRAVERSO, Enzo, *El pasado, instrucciones de uso*. Historia, memoria, política. Madrid: Marcial Pons, 2007.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana*. O Museu Nacional de História do México (1940-1982). São Paulo: Alameda, 2007.

VOLPI, Jorge. *La imaginación y el poder: una historia intelectual de 1968*. México, D.F.: Ediciones ERA, 1998.

WELDON, Jeffrey. Las fuentes políticas del presidencialismo en México. IN: *Presidencialismo y democracia en América Latina*. MAINWARING, Scott & SOBERG SHUGART, Matthew. (Org.). Buenos Aires: Paidós, 2002.

WOLDENBERG, José & AGUIRRE, Begné. *Sistemas políticos, partidos y elecciones*, 2ª Ed. México, Nuevo Horizonte EditoresTRAZOS-IETD, 1997.

ZAID, Gabriel. *La economía presidencial*. Ed. Vuelta. México, 1987.